

FRAGMENTOS DE UM DISCURSO INTERDITO

sobre a voz do homem no conflito conjugal

Euthalia Xavier

Dissertação apresentada como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Santa Catarina, sob orientação da Profa. Dra. Miriam Pillar Grossi.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

1998

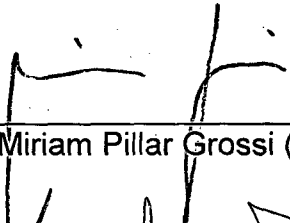
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

**“Fragmentos de um discurso interdito: Sobre a voz
do homem no conflito conjugal”**

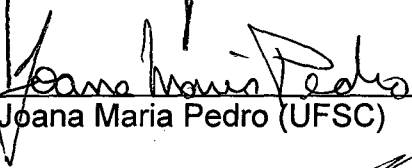
Euthalia de Freitas Xavier

Orientadora: Dra. Miriam Pillar Grossi

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Social, aprovada pela Banca composta pelos seguintes professores:



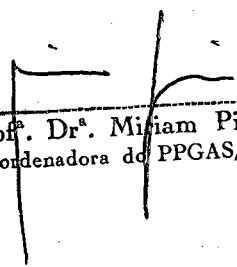
Dra. Miriam Pillar Grossi (UFSC-Orientadora)



Dra. Joana Maria Pedro (UFSC)



Dr. Rafael José de Menezes Bastos (UFSC)



Prof.ª Dr.ª Miriam Pillar Grossi
Coordenadora do PPGAS/CFH/UFSC

Florianópolis, 22 de dezembro de 1998.

Dedico este trabalho,

À memória de Raul Xavier, na esperança de resgatar positivamente seu intenso sofrimento e a sua impressionante capacidade de produzir dor.

Compartilho esta alegria

Com Euthalia Damasceno Ferreira Petersen, Valderez Petersen e Aurora Zamora Xavier - e todos que pertencem ao intervalo amoroso de suas existências - por todo amor.

Com Roseli Buffon e João Francisco, por manterem acesa a luz do meu coração,

Com meus mortos, meus espíritos mestres, São Francisco de Assis, pelo zelo amoroso e orientação.

Agradeço

Ao Ministério da Educação do meu País, através da agência Capes;
Às Dras. Helena Dagnino e Suzymara Trintinaglia e ao Dr. Mauro Kwitko, pela amorosa obra em minha saúde;
A Willy Ricardo Petersen Filho e Astor Piazzolla, pelas lições sobre o sublime;
À exuberante amizade do Dr. Eneléo Silva.

Resumo

Esta dissertação ouve intermediadores de conflitos conjugais (advogados, líderes comunitários, participantes de serviços não-governamentais de atendimentos a mulheres), e através desses discursos e de discursos similares produzidos na mídia, identifica e analisa a interdição ao discurso dos homens participantes de conjugalidades heterossexuais com eventos de violência física – aqueles que chegam a ser levados a instâncias de intermediação pública (em contextos metropolitanos brasileiros).

A pesquisa identifica a construção de um silêncio sobre a voz do homem participante destas conjugalidades, visto principalmente como "o agressor", e estigmatizado nesta posição, e conclui que a não-escuta desta voz contribui para a invisibilização do sofrimento masculino, a naturalização e simplificação da masculinidade, a inviabilidade da compreensão da dinâmica da violência conjugal, e a invisibilidade de uma potente e específica atuação agressiva da mulher-sujeito (não apenas vítima) do laço conjugal violento, entre outros dados.

Palavras-chave: Gênero; Masculinidade; Violência Conjugal; Violência contra a Mulher; Feminismo.

Abstract

"Fragments of an Interdicted Discourse" - concerning the man's voice in matrimonial conflicts.

This dissertation has had recourse to the mediators of matrimonial conflicts (lawyers, community leaders, participants of non-governmental services for women's assistance), and through these discourses, as well as similar ones produced in the media, it has identified and analysed the interdiction of the men's discourse participating in heterosexual conjugality with physically violent incidences - specifically those which reach public intermediation (in a brazilian metropolitan contexts).

The research identifies, among other data, the build up of the silence of the participant men's voice in these conjugalities, mainly because as an "agressor", and stigmatized in this position, it assumes that the non-hearing of this voice contributes to the invisibility of male suffering, the naturalization and simplification of masculinity, the unviability of the understanding of the matrimonial violence dynamic, and the invisibility of a potent and specific aggressive action of the woman (not only as a victim) in the violent matrimonial alliance.

Keywords: Gender, Masculinity, Matrimonial Violence, Violence against Women, Feminism.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO: Objeto, Universo de Pesquisa e Metodologia	4
Capítulo 1 - REPRESENTAÇÕES DE HOMEM E DE MULHER: As Polaridades de Valor	35
Capítulo 2 - REPRESENTAÇÕES DE VIOLÊNCIA	54
1. A Noção de Carga e Descarga do Ato de Violência	54
2. Violência: Ação Passiva e Ação Ativa	60
3. A Indistinação entre Violência Conjugal, Psicopatia, Perversidade, Demência, Criminalidade e Outras	72
Capítulo 3 - O EIXO PRIVADO	86
1. O Sofrimento (Inviável) no Discurso Masculino	86
2. Jogos de Guerra na Conjugalidade	97
2.1. A Fecundidade Como Arma de Guerra	104
Capítulo 4 - A INSUFICIÊNCIA DO DIREITO	119
Capítulo 5 - O REI ESTÁ NU: A Afirmativa da Negação	140
Capítulo 6 - SUPORTE TEÓRICO	157
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	176

INTRODUÇÃO

Objeto, Universo de Pesquisa e Metodologia

Esta pesquisa se refere a um silêncio. O silêncio da voz do homem envolvido naquele conflito conjugal que chega ao âmbito público, onde ele se inscreve predominantemente através do seu ato de agressão física à mulher.

Acho que tive aqui *insights* valiosos que, tendo sido trabalhados intensamente, dentro dos limites dessa tarefa acadêmica, podem vir a contribuir para a teoria e para embasar outras perspectivas no trabalho de intervenção em violência. Isto para mim é motivo de alegria.

Minha profissão de origem é o Jornalismo e só vim a me aproximar da Antropologia há quatro anos. No entanto, penso no tema da presente pesquisa desde os meus primeiros anos de vida, que eu me recorde. Se estou com trinta e seis anos, meu campo teve a duração de uns trinta anos, aproximadamente, o que penso que deva ser considerado mais espiritualmente do que metodologicamente.

Isto me torna menos uma pessoa *iluminada* e mais alguém que pensa bastante lentamente. Precisei dar conta demasiado cedo de compreender e explicar a violência no contexto privado e suas precárias traduções em textos e versões. Aprendi a ouvir várias linguagens se expressando ao mesmo tempo, às vezes contraditoriamente, com palavras, com gestos, com olhares, com silêncios, e este foi um longo treino necessário para a minha sobrevivência, para o exercício de minhas responsabilidades de então e, como percebo hoje, para a minha capacitação.

Podia ter enlouquecido, mas achei que não gostaria da comida do hospício. A comida do Restaurante Universitário é melhor. Encontrei aqui muita gente que também tinha medo da comida do hospício, segundo percebi. Isso não nos fez mais felizes, mas nos deu um bocado de ocupação! E assim não

pensamos na infelicidade.

Pretendo tornar o sofrimento de minha *tribo* e o meu próprio aproveitáveis para mais gente - e o sofrimento nos foi muito útil. O *I Ching* diria: “Nada a lamentar”.

Minha vivência pessoal e familiar talvez explique o curioso fato de eu ter aterrissado no meio desta questão teórica, há quatros anos, exatamente em um dos seus pontos mais nevrálgicos. A partir também de percepções que se possibilitaram na minha prática profissional como jornalista, somadas à minha experiência pessoal, tive um *insight* sobre a necessidade de produzir a investigação deste tema sobre o viés até então inviabilizado, desprezado. Para minha feliz surpresa, meu texto de candidatura a este Mestrado foi aprovado e, no ano seguinte, com algumas modificações, enviado ao Cebrap, foi selecionado na primeira etapa do concurso de bolsistas de 95, entre projetos de todo o Brasil. Era um projeto *naïf*, mas um bom projeto.

É de se lamentar que não haja pesquisa que capture o ponto de vista masculino, sobre que ‘compulsão’ os leva a bater e de que modo a representam. (HEILBORN, 1992)

Não há na literatura antropológica produzida no Brasil a narrativa deste homem que integra uma conjugalidade conflitiva. Há o discurso de sua mulher, sua queixa, seu sofrimento, sua complexidade, mas não há o deste homem. Pretendemos ter avançado na literatura, no sentido de compreender partes da interdição a esse discurso.

Bem, seria realmente honesto dizer que este trabalho custou dor para ser elaborado. Entre todas as pesquisas que pude acompanhar durante minha trajetória dentro do curso, nenhuma era isenta de dor e sofrimento pessoal na base de sua causa, motivação e/ou realização. Antropologia se faz sofrendo, concluí. É preciso uma ferida no naturalizado para que se pergunte a ele sobre a sua natureza, para que se pergunte o imperguntável, e se escute o que não é dito. Nesse sentido, com certeza, a interlocução pessoalizada durante a formação se torna muito mais necessária. Não estamos investigando as partículas do átomo que formam o “nada” no espaço nem, tampouco, uma nova estrela em alguma

constelação, longe da nossa própria. E por isso qualquer pressuposto equivocado sobre nossas intenções, nossa honestidade, nosso comprometimento, pode ser especialmente traidor. Traidor da nossa coragem para sofrer em público, em trânsito, em aberto.

Objeto de Pesquisa

Nossa intenção era perceber, no recorte que escolhemos, que significados estão produzindo e sendo produzidos pela ausência da voz do homem envolvido no conflito conjugal que chega ao âmbito público, onde este homem se inscreve predominantemente através do seu ato de agressão física à mulher. Procuramos na realidade vivenciada da intermediação *de vanguarda* desses conflitos os entendimentos que estão circulando sobre violência e sobre gênero entre esses intermediadores, e como os entendimentos dos intermediadores contribuem para dar sentido e lugar para os indivíduos envolvidos na experiência concreta do conflito. Buscamos a informação de como é percebido o ato e a possível fala do homem sobre sua realidade que se torna violenta, uma vez que se define a violência conjugal, no meio privilegiado em que circulam esses interlocutores, como um fenômeno relacional. Ouvimos *positivamente* o silêncio do discurso do homem, vendo o que estava organizando e sendo organizado pelo seu silêncio de um lado, e pela deliberada não-escuta de outro.

A construção final do meu objeto de pesquisa passou pelo aporte de conhecimento adquirido no curso dos créditos deste Mestrado, pelo diálogo proporcionado com minha orientadora, com a interlocução com os pesquisadores na temática de gênero e de violência de meu curso, e dos demais cursos da UFSC já comprometidos com o esforço da busca de multidisciplinaridade - marcadamente ainda em alguns cursos mais do que outros - enfrentando, para isto, com beleza e coragem, as diferenças e as semelhanças de nossos pensamentos disciplinares. Cito os sucessivos encontros *Fazendo Gênero na*

UFSC como um exemplo deste esforço comum que, como se verá nesse trabalho, produziu qualificação para a pesquisa e enriqueceu o diálogo na diferença.

Universo de Pesquisa

A nossa pesquisa ouviu interlocutores de conflitos conjugais (em um recorte heterossexual, urbano, brasileiro, de camadas médias) com serviços ou reflexões que se poderiam definir como *de vanguarda*¹ neste campo. Delimitamos assim aqueles que dialogam com uma visão complexa da violência como um evento relacional, onde não vigore uma visão estática das partes do conflito - nas posições tradicionais de vítima e algoz. Em alguns casos, nossos informantes chegam a ter a assessoria de profissionais com pesquisa acadêmica nas áreas de Violência e Gênero, recebem financiamentos para projetos de trabalho e pesquisa com organismos internacionais de estudos sobre a mulher. Conhecem, assim, parte da produção teórica sobre violência em contexto conjugal ou foram levados pela sua prática profissional a complexificar a visão sobre o conflito que intermediam.

Privilegiamos a escuta das pessoas que trabalham com diferentes vínculos - voluntários ou remunerados - em uma Organização Não Governamental (que chamaremos, ao longo do texto, de *ONG*) localizada em uma capital brasileira (que chamaremos de capital *A*), cujo trabalho está direcionado para o atendimento a mulheres - incluídas neste universo aquelas em situação de violência -, onde sabíamos haver uma visão mais complexa do conflito conjugal, conforme determinava nosso recorte. Trata-se de uma ONG que busca, sistematicamente interlocução com universidade e instituições de pesquisa - tanto nacionais como internacionais - sobre questões de gênero e violência, realizando,

¹ Considerei vanguarda, para este uso, os intermediadores que se diferenciam em noções e comportamentos do grupo predominante de intermediadores, alinhados com uma militância feminista mais tradicional onde se percebe a mulher em situação de violência conjugal em um lugar estável de vítima de seu marido ou companheiro, este sim um indivíduo "violento". A vanguarda estaria adiante desse grupo médio (*avanti*) na direção de um encontro com a complexidade lida pelo trabalho teórico

inclusive, pesquisas e assessoramentos com pesquisadores da área da antropologia²

Ouvimos oito pessoas vinculadas a esta ONG. As duas coordenadoras da Organização, que são advogadas com um longo percurso de militância feminista. Uma terceira advogada contratada para prestar serviço nesta ONG e uma estudante de direito que estagia na ONG. Três eram mulheres líderes populares que realizavam um trabalho voluntário de atendimento a mulheres - inclusive em situação de violência - em um Centro de Atendimento a Mulheres Populares (CAMP) em sua comunidade - criado a partir de um curso de formação de lideranças populares organizado e ministrado pela ONG. Somaram, então, sete informantes.

Adicionalmente, o marido de uma dessas mulheres líderes populares - e que também têm atuação de liderança popular e mediação em conflitos conjugais, embora de modo menos formalizado - também nos trouxe sua experiência de vida no contexto de sua conjugalidade conflitiva, aportando uma inesperada contribuição de característica privada, que, no entanto, enriqueceu o campo de nossa pesquisa, fragmentando-o.

Entrevistamos também um advogado criminalista de uma outra capital brasileira (que chamaremos de *capital B*) que, em sua região, é recordista de defesas em júris de crimes passionais. Localizamos este advogado através da entrevista que ele concedeu a uma grande revista de circulação nacional. Ali, ele demonstrava uma visão incomum sobre a violência conjugal como relacional, embora não informada pela teoria em gênero e violência produzida na academia. A complexidade de sua visão vinha da experiência profissional intensiva na defesa dos agressores - homens e mulheres - por quem ele advogava. A mim me chamou a atenção o alinhamento de sua experiência empírica com a visão que a teoria em gênero e violência estava produzindo. Fiz contato com seu escritório. E enviei uma carta solicitando uma série de entrevistas.

atual.

² No final deste capítulo, no tópico *As Produtoras e os Produtores do Discurso*, apresentamos um perfil desta ONG e de nossos demais informantes.

Dialogamos ainda as entrevistas desses informantes com o que estamos chamando de “a voz da mídia”, composta por vídeos, livros, e reportagens veiculadas na imprensa, pretendendo com isto acrescentar uma voz adicional do que é compartilhado pela opinião pública a respeito do nosso objeto.

Não acreditamos que esta seleção tenha se configurado uma seleção ideal. Sua irregularidade é problemática. Nosso desejo seria ter ouvido intermediadores com maior diversidade de pertencimentos institucionais, para que melhor controlássemos uma potencial homogeneidade que poderia estar sendo repassada pelo pensamento da coordenação da ONG pesquisada, por exemplo. Necessariamente precisamos assumir esta limitação dada pela equação entre o tempo disponível para o campo, sua composição em cidades diferentes, as possibilidades econômicas que isto demandava, mas também, muito especialmente, pela dificuldade de localizar serviços com as características *de vanguarda* como a que havíamos estabelecido para o nosso universo de pesquisa. Não desejávamos dialogar com um tipo de intermediação bastante numeroso alinhado com um pensamento já conhecido de uma *militância feminista* mais tradicional.

Nosso universo de pesquisa compõe, de acordo com essa descrição, um todo desigual. Sua fragmentação entre diferentes metrópoles, entre falas produzidas sobre o contexto público (de intervenção) e sobre o contexto privado (a violência vivida), e o aporte da voz da mídia tomado também como voz de interlocução, é um dado que poderia nos limitar, pela multiplicidade, mas também pôde enriquecer, pela diversidade. Não poderíamos tratar esse todo como idealmente ordenado, mas também nos cabe reconhecer que ele produziu um diálogo riquíssimo de perspectivas em torno de um mesmo objeto, como um prisma que recebesse a incidência de luz em vários ângulos³. Trabalhamos esse todo fragmentado, portanto, como ele se apresentou, respeitando, afinal, a *positividade* de sua fragmentação.

Para efeito de ordenação desta estrutura descontínua a que o campo nos

³ Agradecemos a sugestão dessa imagem pelo Prof Dr. Theóphilos Rifiotis.

conduziu usaremos uma alegoria didática. A imagem de um grande *corpus* de conhecimento sobre esse discurso⁴ ainda encoberto - como percebemos que é a voz do homem sobre o conflito conjugal e sobre o seu sofrimento. Trataremos esse *corpus* como a ossada do que imaginamos ser um grande dinossauro - enterrado, por um longo tempo, por muitas intenções de nossa cultura. Consideraremos nosso trabalho como a escavação realizada em um sítio, em busca desse fóssil.

Esta alegoria dará conta de nossa noção de lidar com um campo maior do que as partes que já escavamos. E dará conta também do fato de que não temos uma ordem estrita. Achamos um metacarpo, duas vértebras, e uma tíbia. Sozinhas, não constróem um dinossauro. E sabemos claramente disto. Mas o metacarpo de um dinossauro é suficiente para demonstrar que há partes de um dinossauro sob nossos pés e talvez dê para mapear por onde devamos continuar procurando.

Meu projeto inicial de pesquisa era suficiente para trabalhar durante três encarnações inteiramente dedicadas à Antropologia, dado para o qual minha orientadora me chamou, quase delicadamente, a atenção. Foi difícil para ela me convencer a não entrevistar os homens *agressores*, objeto do meu projeto de ingresso no Mestrado, e potência criativa distintiva deste campo teórico a cujas possibilidades estava intensamente ligado o meu desejo. Mas, se o recorte operatório que acabamos por produzir, para aproximar o projeto à realidade de nosso Mestrado, tornou-o muito simples, acredito que seja nessa simplicidade - sobre a qual um dia repousará a sabedoria - que se encontra, hoje, a riqueza da minha pesquisa.

Tem um dinossauro aqui embaixo. Eu sei porque tenho um fragmento de seu metacarpo.

⁴ Uso a noção de discurso aqui como o conjunto coerente de saberes compartilhados, correlatos às práticas sociais dos indivíduos de um grupo social. Esta noção não restringe a compreensão apenas aos textos ou representações. Nesta compreensão, similarmente àquela utilizada por Vitoria (1991), permite-se considerar como objeto de análise não apenas o conteúdo daquilo que se fala, ou a forma que se fala, mas também aquilo que não se fala, mas que pode ser percebido através de variadas informações

Uma Posição Difícil

Desde que escrevi o meu projeto, enfrentei reações muito diferentes entre si, mas sempre impactadas. Elas se organizavam mais ou menos regularmente em reações de felicidade e reações de desconfiança. As de felicidade matriculavam muitos homens que aguardam ansiosos pelo que eu possa ter conseguido com a minha pesquisa.

As de desconfiança, me reservavam olhares oblíquos, cheios de incompreensão quanto ao objeto de pesquisa que escolhi. Há uma acusação tácita subjacente ao fato de eu me interessar também pela complexidade da posição e da subjetividade do “agressor” no conflito conjugal e não apenas de sua “vítima”. Alguma coisa como: você vai ajudar o inimigo? Outra acusação seria a de que eu estaria *contra a causa das mulheres agredidas*, ou traindo as duras conquistas do feminismo militante.

Não acho que esses argumentos sejam totalmente carentes de alguma veracidade. É coerente e responsável o medo de que manipulações através dos poderes de um grupo ou de um interesse acabem por produzir retrocessos dolorosos e infelizes utilizando o conhecimento, ainda que bem intencionado, que procura a complexidade e a multivocalidade. No entanto, todo o conhecimento corre este risco e não acho que solucione o problema deixar de produzi-lo. Ou empurrar parte dele para debaixo do tapete.

Posso dizer que o que me distingue não é que eu não perceba o plano de sofrimento das mulheres espancadas. Ou que eu o desvalorize. Meu sentimento de solidariedade e compaixão me faculta o horror do sofrimento das mulheres que apanham e que são feridas. Odeio suas feridas e sua dor, os cortes, as queimaduras, os hematomas.

Mas duas coisas me distinguem: eu também tenho compaixão pelo sofrimento dos homens, mesmo daqueles que batem em suas mulheres. Eu tenho

horror do sofrimento subjetivo que os leva a beber, adoecer, puxar brigas em bares para morrerem esfaqueados ou baleados como se suas vidas nada valessem. Tenho horror do câncer, da esquizofrenia, do atropelamento que podem estar relacionados com a insuportabilidade de suas vidas, dos contratos de papéis que os mantêm em um sofrimento que dificilmente pode reivindicar uma escuta.

E, finalmente, me distingue o fato de que eu acredito que é preciso compreender os muitos significados do que está acontecendo em torno desse sofrimento.

Tenho a convicção de que a visualização de uma relação violenta como uma produção relacional, mútua, sutil e tremendamente sofisticada, ao contrário de demonstrá-la como bárbara ou estúpida, demonstrará que mulheres consideradas como sujeitos de sua própria história poderão se tornar interlocutoras muito mais autorizadas e produtivas para os trabalhos de prevenção e educação a respeito de violência doméstica de que poderiam ser apenas as “vítimas”, enquanto se as visse exclusivamente assim.

O Trabalho de Campo

Fiz meu campo entre outubro de 1996 e fevereiro de 1997, quando acabou minha bolsa de estudos da Capes.

Eu não estava nem muito segura nem muito convencida da troca de objeto de pesquisa que fizera, mas o momento de ir a campo não poderia mais ser adiado devido aos prazos do Mestrado para cada etapa de trabalho. Era preciso começar o campo tivesse eu convicção do acerto de sua escolha ou não. Creio

que este desequilíbrio foi expressivo na minha experiência de campo.

Procurei a ONG investigada onde pretendia encontrar as informantes que fariam parte da minha pesquisa e conheci uma de suas coordenadoras, a advogada Mônica. Ela me acolheu de forma muito fraterna, abrindo francamente as portas da entidade para a minha pesquisa.

Expliquei minha pesquisa a ela dizendo que se tratava de um trabalho sobre a violência conjugal e que eu estava entrevistando pessoas que tinham uma atuação de intermediação com as conjugalidades heterossexuais com eventos de violência física dos homens contra as mulheres em contextos metropolitanos, brasileiros, de camadas médias. Não falei sobre o fato de me interessar especialmente o silêncio de uma das vozes da relação violenta, os motivos de porque esta voz sumia e o que significava este sumiço nem outros dados que pudessem ser diretamente identificadores da especificidade do meu objeto. Isto porque eu não queria induzir o diálogo a produções de fala dos entrevistados com objetivo de dialogar com a minha possível crítica ou com meus pressupostos sobre o assunto. A peculiaridade do meu objeto, de ser um silêncio, não permitia que eu o acusasse, sob pena de que eu mesmo o descaracterizasse, explicitando-o. O risco é que o silêncio se transformasse em um esforço retórico intencionado, como acho que acabou acontecendo, em alguns diálogos, com Ana, a outra coordenadora da ONG, devido a sua aguda inteligência.

Ana sabia dos meus pertencimentos - entre eles, a linha de pesquisa de minha orientadora. Pareceu-me que, em vários momentos da entrevista, ela tentou dizer o que parecia mais *politicamente correto*. Há momentos em nossa entrevista em que nos parece que Ana faz uma manipulação intencionada de suas informações e reflexões. Como neste trecho onde, percebendo com inteligência, dada a insistência da pesquisadora, onde está um ponto nevrálgico do questionamento - ao qual ela empresta prestígio -, Ana devolve o que pensa ser uma “solução” à crítica intuída: “Mas, nós não temos um trabalho, que eu acho que é um grande problema, que eu vou tentar implantar rapidamente, assim. Vou tentar pensar, assim, num serviço de como que tu vai abordar esse

homem. Porque eles vem aqui é pra fazer o acordo judicial. A gente chama pra fazer o acordo judicial. A gente, via de regra (...)"

Enquanto Mônica, notadamente, faz questão de dizer o que pensa, mesmo quando isto a envergonhe criticamente, para oferecer nada mais além de sua realidade vivida ou pensada - o que me parece de uma ética irretocável -, segundo me pareceu, Ana passou a dialogar fantasiosamente com a minha possível expectativa sobre o assunto.

Procurei, por isso, permitir aos meus informantes uma aproximação discreta do tema, para que eles pudessem expressar suas percepções sem esse jogo com o desejo do entrevistador.

Não acho que com isso tenha produzido uma falsificação do meu objetivo para meus informantes. Eu mostrei o campo mais genérico do meu estudo e suprimi o enfoque específico, mas para proteger a própria qualidade do dado.

Depois de definir o campo de minha pesquisa com Mônica (violência conjugal no recorte já determinado) disse a ela que gostaria de conhecer um pouco da trajetória de cada pessoa que entrevistasse, da experiência na intermediação de conflitos, do trabalho que desenvolvia, enfim, linhas genéricas por onde deveríamos trafegar, mas não inteiramente determinadas. Também esclareci que a minha pesquisa não seria sobre a sua ONG ou exclusivamente com membros de sua organização.

A partir desta primeira entrevista com Mônica, voltei sucessivamente a esta ONG, situada no centro de uma capital brasileira (que chamaremos *capital A*), em uma grande sala comercial de uma galeria tradicional. O espaço era reformado com simplicidade e bom gosto, e praticamente só encontrei mulheres lá, todos os dias. Me chamou a atenção a qualidade arquitetônica do espaço, pensei que a ONG seria mais pobre de recursos, mas parecia muito bem suprida e extremamente eficiente na administração de um cotidiano produtivo. Imagino que eu esperasse algo mais messiânico e menos profissional, devido às experiências de vida que eu registrara associada à uma noção genérica sobre "movimentos sociais".

Se na profissionalização do trabalho não apareceram esses traços que

estou chamando de *messiânicos*, que estariam dando conta de um trabalho voluntário abnegado, pelo bem do outro, exaustivo, carente de recursos, mas extremamente dedicado - embora frequentemente pouco eficaz - um dado associado a essa idéia de abnegação eu encontrei: uma solidariedade platina subjacente ao projeto, um compromisso com o outro, com o coletivo, situado entre um sentimento de fraternidade utópica e a compaixão. Isto acomodado sob a eficiência e a objetividade do cotidiano desta ONG ficou muito belo, na minha concepção de beleza.

Como compartilho esse engajamento afetivo que mistura noções de fraternidade, com utopias políticas para projetos coletivos de bem-estar, e compaixão para com a experiência do outro em situação de sofrimento, me senti, de certo modo irmanada com essas mulheres. Acho que isto esteve presente durante toda a nossa convivência.

Mas, se isto funcionou com o sentimento subjacente ao trabalho delas, não me senti nem um pouco em sintonia com a forma aparente. Tenho dificuldades pessoais com coletivos de mulheres. Meu sentimento de fraternidade física se refere a meus quatro irmãos homens, com quem me criei (tenho um *xerox reduzido*, de 13 anos, que é minha irmã, mas é 23 anos mais moça do que eu). Eu fico tonta com a sociabilidade feminina. Principalmente quando falam quatro ao mesmo tempo, riem e se mexem em todas as direções pela sala - quando não se atiram no chão para dar ênfase ao que estão dizendo (aconteceu isto). Na minha formação, homens e mulheres compartilhavam um código de ordenação verbal, de entonação de voz, de controle das emoções mais identificado com o masculino no ambiente público formal na nossa sociedade abrangente.

Bem, toda a vez que eu encontrava aquele *bando de mulher* eu ficava tonta. Minha tendência inconsciente era encerrar a visita o mais rápido possível. Também atuou aqui uma característica minha pessoal relativa a um certo constrangimento inicial no ingresso em novos grupos. Minha adaptação estava complicada. E minha contrariedade com a troca de objeto continuava subjetivamente a não auxiliar o trabalho.

Como tinha me proposto a fazer entrevistas individuais, desde a

elaboração do meu projeto. fui realizando esta tarefa, que ficou bem mais fácil que a outra. Comecei a separar uma por uma das intermediadoras de conflitos em uma saleta da ONG onde gravávamos uma entrevista de mais ou menos uma hora e meia de duração a que só tínhamos acesso eu e a entrevistada (veja em tópico a seguir a descrição da técnica das entrevistas).

Mônica me franqueou o espaço, a biblioteca, documentos e principalmente a presença. Eu freqüentei a sede da ONG no centro da cidade em variados turnos, marquei entrevistas com cada uma das mulheres, e observei o cotidiano de trabalho, conversei com algumas funcionárias sobre a sua rotina de trabalho, informalmente sobre sua trajetória de vida, examinei a bibliografia que utilizavam e os documentos que produziam ali.

Continuei ainda razoavelmente constrangida na convivência dentro da ONG. Alguns dias depois me avisaram que haveria uma reunião com representantes de uma outra ONG, cujo trabalho está voltado para a prevenção da AIDS, no primeiro Centro de Atendimento a Mulheres Populares (CAMP) situado em uma vila popular da capital A. Eu poderia ir e conhecer a equipe de lideranças populares preparadas em um curso específico dado pela ONG para atender mulheres de seus bairros de origem. Este grupo é o que estava melhor realizando o projeto de atendimento, que deveria se concretizar em várias vilas populares e bairros periféricos. Os grupos de outros bairros ainda estavam muito incipientes, de acordo com as coordenadoras da ONG. Aquela reunião seria interessante para me apresentarem formalmente aquele grupo de líderes e, a partir de então, me franquearem a presença também naquele bairro.

Fui à reunião cuja observação está em parte transcrita no capítulo *Representações de Homem e de Mulher: as polaridades de valor*. Durante essa reunião cometi um erro considerável na minha posição em campo. Me neguei a comer junto com o grupo na hora do almoço. Eu não devia ter feito isto, mas fiz inadvertidamente. Acontece que eu estava em um jejum só de líquidos naquele dia, por uma peculiaridade da minha dieta alimentar. Foi um erro crasso. As mulheres interpretaram minha negativa como uma demarcação de distância e diferença. E reagiram com muita estranheza à minha diferença, tentando

interpretá-la com 814 experiências que conheciam (“uma vez eu fiquei sem comer, porque era um trabalho religioso que eu estava fazendo, mas fora isso eu nunca.....” e outras 813 interpretações, que duraram vários minutos me constringendo completamente).

Bem, a minha sorte é que ficar com aparência de cachorro molhado também pode inspirar carinho e proximidade entre humanos. Pelo menos, o meu constrangimento (eu adquiro uma coloração vermelho-vivo-brilhante quando me constranjo, o que é um suplício que eu acho que devo ao ramo dinamarquês da minha árvore genealógica), afora a perda de vínculo produzida naquele dia de trabalho, não redundou em perdas maiores. Mas a sensação foi ruim. Ainda que também se possa caracterizar como produtiva a fragilização da minha imagem de autoridade e prestígio de “pesquisadora universitária”, em um contexto onde isso seja um “bem inatingível”, aproximando-me assim de uma ordem mais próxima de vínculo.

De qualquer forma, me ajudou a estabelecer empatia com as mulheres da ONG alguma coisa que eu sou, e que não está exatamente no meu controle ou ao alcance da minha interpretação. Sei que transito em grupos, depois do primeiro constrangimento, produzindo empatia, e freqüentemente liderança. Nesse sentido, acabei por me aproximar muito afetivamente do grupo de lideranças organizadas no serviço de atendimento. De certo modo, o processo de adoecimento que constitui uma dissertação, em mim produziu um movimento drástico de distanciamento dos meus informantes, posteriormente ao meu campo. Espero, agora que estou me curando, poder voltar a procurá-las e lhes dar o retorno do meu trabalho.

Também com essas lideranças acho que houve uma troca subjetiva muito intensa, aproximada do mesmo sentimento fraterno que havia circulado entre as coordenadoras da ONG e as advogadas. Elas me percebiam assim, segundo pude compreender, e eu as percebia também nessa dimensão de suas utopias.

Tentei entrevistar o maior número possível de mulheres naquele grupo de lideranças. Elas se reuniam às segundas-feiras em uma sala de Associação de Moradores do bairro popular para prestar atendimento. Eu freqüentei algumas

dessas segundas-feiras. Posteriormente, agendei entrevistas nas casas dessas mulheres ou em lugares onde pudéssemos nos encontrar, deixando o local principalmente a seu critério (à saída de suas faxinas - muitas são faxineiras -, ou, na sede da ONG, se elas estivessem no centro da cidade). Agendei quatro entrevistas além das que efetivamente se realizaram. Houve algumas líderes que se ausentaram do compromisso e, posteriormente, alegaram atrasos ou imprevistos. Duas delas expressaram muita vontade de serem entrevistadas, mas suas vidas estavam conturbadas com novas ações sociais de liderança, e acabaram por não viabilizar nossos encontros - agendados e perdidos por mais de uma vez.

Fiquei com três entrevistas de lideranças, e mais a entrevista com o marido de uma delas.

O Eixo Privado da Pesquisa

Este contato, com o marido, se deu a partir da entrevista de sua esposa, acontecida na sede da ONG, no centro da capital A. Dada a particularidade dela ter vivido uma conjugalidade conflitiva com o marido, e hoje permanecer casada com ele - após terem “superado” o conflito, de acordo com ela - perguntei o que pensava da possibilidade de eu entrevistá-lo. Ela mais do que não expressar objeção, se mostrou satisfeita com a possibilidade, e ficou de perguntar a opinião dele, que concordou em conversar comigo.

Mas esse encontro não foi tão simples assim para ela. Embora a esposa tenha expressado satisfação, enquanto eu entrevistava seu marido (com a mesma sistemática que ela já conhecia e que excluía outras audiências na sala), a esposa entrou repetidas vezes na peça de sua residência onde nos encontrávamos. Em todas as vezes em que ela entrou, eu desliguei o gravador e me direcionei para ela, sinalizando que, daquela forma, enquanto ela ali permanecesse, a entrevista estaria interrompida.

Mais do que relacionado ao fato de uma mulher estar sozinha por mais de duas horas com o marido dela em uma peça em separado, me pareceu que sua aflição se relacionava com a autorização que eu estava dando para a fala do marido - estabilizado hoje, como poderemos ler, no papel de homem em recuperação de seus *vícios, fraquezas, e problemas morais*. O lugar de prestígio que a esposa ocupa hoje é precioso, foi conquistado a um custo muito alto, e não é uma pesquisa em Antropologia - que ela nem tentou entender o que significa (ao contrário de outra líder que me perguntou repetidas vezes qual era mesmo o meu curso) - que vai mexer com seus trunfos do que estamos chamando de *Jogos de Guerra na Conjugalidade*. Sua atitude foi considerada como um dado da pesquisa.

Salem (1978) e Buffon (1992) anotaram em suas pesquisas a tentativa dos entrevistados homens de controlarem a *cena* da entrevista, requisitando o poder ordenador do evento da pesquisa. Verifiquei a mesma coisa tanto com esse entrevistado que organizo aqui como líder popular, como também, posteriormente, com o advogado criminalista. O marido da líder popular, me perguntou quais as *técnicas* que eu ia usar na entrevista, enquanto ainda conversávamos com a família, no alpendre da casa. E argumentou que ele já tinha sido entrevistado uma vez para uma pesquisa.

O advogado criminalista fez um esforço constante, nos dois encontros que tivemos em seu escritório, na capital B, para interpretar o meu interesse atrás de cada pergunta e julgar esse interesse. Saíram coisas engraçadas, do tipo:

CAR - (...) Agora, infelizmente, a única forma de nós aferirmos quem é o homem é partindo do fato, ou seja, é partindo de fora para dentro. E tendo informações paralelas de outras condutas. Mas é sempre uma informação de fora para dentro, porque eu não posso penetrar a tua interioridade, eu não tenho um veículo científico de saber porque que você fez ou porque que você não fez, eu não tenho a possibilidade de entrar no seu **encéfalo** (?) e saber porque que você saber isso, porque que você quer fazer essa tese, porque que essa foi a sua opção. Eu não posso saber. Eu posso ficar aqui, tá compreendendo, imaginando muitas coisas, que você quer ser uma Joanna D' Arc quer salvar a humanidade, as mulheres, tá compreendendo?

EUT- (risos). (entrevista com CARVALHO)

E muitas outras ocasiões aconteceu isto da mesma forma, durante nossas

entrevistas. Aqui também.

EUT- (...) Como o senhor consegue caracterizar num processo de defesa de uma pessoa que matou um cônjuge ou fez um dano físico grave, que ela também sofreu uma violência em contrapartida a essa violência que ela explodiu fisicamente?

CAR- Entendi. Em última análise, você me pergunta qual é a gênese do processo de um cônjuge que mata o outro. Porque você tá pressupondo uma reciprocidade de violência, e uma violência gerando a violência maior, que é a prática do homicídio. Então, o que você precisa distinguir, em primeiro lugar, é que há duas maneiras de (?) de praticar a violência. Existe a violência, a prática da violência física, e existe a prática da violência moral. (...) (entrevista com CARVALHO).

Dialoguei com os dois homens de modos diferentes quanto a essa tentativa de retomar o equilíbrio da hierarquia de gênero. Com o advogado fui mais condescendente, acredito que devido a sua idade e a minha crença de que, para ele, desconstruir uma idéia de mundo ia dar muito trabalho. Com o outro fui mais imperativa na negociação.

Contato com o Advogado

Fiz várias tentativas de contato com o escritório de Carvalho, o advogado recordista em defesa de júris sobre crimes passionais em sua região, que escolhi através da entrevista concedida a uma grande revista de circulação nacional. Por telefone, fax, e carta tentei um contato que era sempre problematizado. Penso que a agenda do escritório, realmente, era um dado de dificuldade muito grande. Até que finalmente, ao invés de lhe perguntar quando seria a melhor data, informei que estava indo para a capital B em determinados dias daquele mês e que ele tinha a opção de escolher quais *daqueles* dias seriam adequados para eu entrevistá-lo durante uma a duas horas em duas sessões. E foi isto que aconteceu. Fui ao seu escritório situado em um prédio velho no centro da cidade da capital B, e, em dois dias seguidos, gravei nossas entrevistas que duraram cerca de uma hora e meia cada uma.

Lideranças “Populares” e a Pesquisa em “Camadas Médias”

Estou chamando as mulheres que prestam atendimento no CAMP de líderes populares, como as define a ONG investigada, adotando, assim, a definição oferecida pelo grupo. No entanto, fiquei problematizada com esta definição. O que define o *ethos* “popular”? Percebi um dado intrigante. Apesar de serem faxineiras, serem pobres, terem dificuldade de acesso a tratamento de saúde (têm problemas dentários evidentes), morarem em vilas populares algumas em casas muito precárias, todas elas (aquelas de quem reproduzi entrevistas aqui) em áreas irregulares, invadidas por populares carentes sem moradia (essas áreas hoje são comercializadas entre eles a baixos preços, e estão passando por um processo progressivo de regularização - do qual essas líderes participam), não estou segura de dizer que essas mulheres são populares. Através de suas biografias percebi um dado distintivo. Todas as três (e o marido daquela que compõe o meu “eixo privado”) vieram de realidade anteriores vividas em camadas médias e, por um ou outro motivo, experimentaram uma forte “queda” em seu padrão de vida - acabando por, hoje, pertencer a um universo identificado como popular. Uma das mulheres estudou em universidade, outra foi esposa de um técnico siderúrgico de carreira distinguida, outra foi empregada-adotada em uma casa de família “burguesa”, como ela chama, ainda na infância, e têm um uso da língua portuguesa e um rigor em sua ordenação ética muito peculiares, indicativos de um capital cultural diferenciado do padrão popular.

Acredito também que o próprio projeto de liderança individual agrega a noção de projeto, tal como utilizada por Velho (1981).⁵

⁵ Segundo Velho (1981): “O que a noção de projeto procura é dar conta da margem relativa de escolha que indivíduos e grupos têm em determinado momento histórico de uma sociedade. Por outro lado, procura ver a escolha individual não mais apenas como uma categoria residual da explicação sociológica mas sim como elemento decisivo para a compreensão de processos globais de transformação da sociedade” (p.107). E mais adiante, baseando em Richard N. Adams (*Crucifixion by Power*, Austin University of Texas Press, 1970), este autor complementa: “O projeto é uma forma de manipular e dar uma direção a conjuntos de símbolos existentes em uma cultura. Implica sempre algum tipo de seleção em função de experiências, necessidades e estratégias particulares. A possibilidade de construir e expressar projetos próprios é uma das maneiras de distinguir grupos sociais enquanto unidades com um

E finalmente - e acho que definidor: *elas* se consideram diferentes. Deixam entrever que criticam *os outros*, que *os temem*, ou *que se penalizam e procuram assisti-los* em suas grandes carências através de seus trabalhos de liderança. Sem dúvida deve haver um desejo de se produzir em contraste, mas também *há uma distinção*.

Vou declinar do desafio de resolver isto. E estarei ao longo do trabalho tratando-as de “lideranças populares”. Mas acuso aqui a minha dúvida.

As Entrevistas

Trabalhei com entrevistas de duração de uma a até duas horas e meia, gravadas em fita cassete. Foram entrevistas muito ricas, muito densamente informadas de biografias, sofrimentos, alegrias, escolhas, dificuldades, etc. A minha tentativa de localizar meu objeto de pesquisa através de seus discursos e a relação dessas intermediadoras com o meu objeto foi buscada sem pressa, deixando fluir uma narrativa que se caracterizava como uma conversa, pontuada de confissões e de uma confiança distintiva. Realizei um encontro (para fazer a entrevista individual) com cada informante, exceto nos casos de Mônica e Carvalho, que me deram dois depoimentos cada um. Com Mônica, ficou a cargo dela me historiar o trabalho da entidade que coordena junto com Ana, e isto ocupou bastante tempo. Por isso, e devido a compromissos que ela tinha no mesmo dia, não realizei a entrevista em uma só sessão. Com Carvalho, havia duas particularidades. Eu queria assegurar um tempo mais do que suficiente para o nosso encontro, porque eu não teria condições de voltar a seu escritório (na capital B) para recuperar o que não fosse possível realizar nos encontros pré-agendados. Então, marquei mais de uma entrevista. O que se mostrou um acerto. O informante tem uma retórica muito intensa que toma uma grande parte do tempo percorrendo ilações e digressões que, ora são produtivas e ora são

dispersivas. A segunda particularidade é que eu queria que ele me respondesse também por particularidades da lei e da sua abordagem nos processos sobre crimes passionais.

Com todos os informantes, menos especialmente com Carvalho, que se manteve bastante apegado ao papel profissional, houve uma experiência de intensa confiança, e, uns mais outros menos, chegaram ao plano das confissões pessoais e íntimas. Fiquei mais emocionada do que surpresa com isso. Salem (1978) se refere a esse fenômeno:

Autores voltados para a Sociologia da Família têm acentuado a “invasão” que o pesquisador comete ao promover entrevistas que versam sobre uma área tão íntima da vida das pessoas. Não resta dúvida de que isso não é, de modo algum, uma inverdade. No entanto, as informações acima dadas apontam para um outro lado dessa questão. O fato de o entrevistador ser uma pessoa fora do círculo de relações do informante facilita e talvez mesmo estimule, dentro de certos limites, uma maior abertura por parte do entrevistado. A garantia de que o pesquisador “entra mais sai” cria uma situação de menor compromisso do que aquela existente com pessoas mais próximas - quer sejam amigas ou mesmo parentes. Assim, paradoxalmente, a pouca intimidade entre eles se converte em um recurso valioso para que seja estabelecido um contato bastante íntimo. (SALEM, 1978: 57-8).

Pessoalmente eu já tinha experimentado essa sensação de me tornar rapidamente depositária de confissões de grande intimidade no exercício do meu trabalho de repórter de jornal diário e de revistas. Mesmo sabendo que eu os estava entrevistando para um jornal lido por 1 milhão de pessoas no domingo, eu notava que os entrevistados abriam rapidamente dados de sua mais estrita intimidade e confiavam em mim para selecionar, de acordo com o *seu* critério, aquelas informações que não deveriam ser veiculadas.

Adotei para realizar minhas entrevistas a técnica do depoimento de vida, definida por Queiroz (1988):

A diferença entre história de vida e depoimento está na forma específica de agir do pesquisador ao utilizar cada uma destas técnicas, durante o diálogo com o informante. Ao colher um depoimento, o colóquio é dirigido diretamente pelo pesquisador; pode fazê-lo com maior ou menor sutileza, mas na verdade, tem nas mãos o fio da meada e conduz a entrevista. Da “vida” de seu informante só lhe interessam os acontecimentos que

venham se inserir diretamente no trabalho, e a escolha é unicamente efetuada com este critério. Se o narrador se afasta em digressões, o pesquisador corta-as para trazê-lo de novo ao seu assunto. Conhecendo o problema, busca obter do narrador o essencial, fugindo do que lhe parece supérfluo e desnecessário. E é muito mais fácil a colocação do ponto final neste caso, assim que o pesquisador considere ter obtido o que deseja. A obediência do narrador é patente, o pesquisador tem as rédeas nas mãos. A entrevista pode se esgotar num só encontro: os depoimentos podem ser muito curtos, residindo aqui uma de suas grandes diferenças para com as histórias de vida. (QUEIROZ, 1988: 21)

A diferença aqui é importante, mas a semelhança com a história de vida também me interessou. Especialmente no seguinte aspecto que se adequa ao meu objeto:

(...) para esses autores [W.I. Thomas e F. Znaniecki], o relato oral se apresentava como técnica útil para registrar o que ainda não se cristalizara em documentação escrita, o não conservado, o que desapareceria se não fosse anotado; servia, pois, para captar o não explícito, quem sabe mesmo o indizível. (QUEIROZ, 1988: 15)

Embora eu tenha feito o direcionamento que Queiroz define para depoimento de vida, não fui tão estrita na busca do meu interesse. Permiti digressões, idas e vindas no relato, até porque eu estava intencionalmente permitindo que meu informante passasse por diferentes emoções (relato de situações pessoais difíceis, engraçadas, emocionantes, lembranças, saudades), recuperação de experiências, recuperação de suas performances⁶, mistura de papéis, mescla de universos (público, principalmente através da experiência profissional/voluntária, e privado, através da história pessoal e familiar) enfim, procurei produzir uma grande multiplicidade de experiências concentradas no espaço de tempo que teríamos.

O que eu queria com isso era, além de obter suas informações objetivas e subjetivas, desorganizar as defesas do meu informante, que provavelmente estaria organizado para me vender algum “pacote” com suas opiniões-para-pesquisadoras-da-universidade-interessadas-em-violência-conjugal, ou, se não estivesse organizado trataria de produzir uma ordem agradável e “negociadora” com o meu juízo autorizado, meu prestígio, o que eles pensassem que fossem os

⁶ MALUF (1993) considera que as performances vividas pelos informantes possam ser recuperadas através de suas narrativas posteriores ao entrevistador.

meus pressupostos, que são operações que o indivíduo normalmente realiza para se encontrar com o outro. Ao jogar meus informantes para emoções e experiências diferenciadas eu teria riqueza de informações e a desarticulação de seu pacote de opiniões *prêt-à-porter*...

Por exemplo: Dulce não pensaria em colocar em seu pacote de opiniões-para-pesquisadoras-da-universidade a história de que quase rachou a cabeça do próprio marido com uma machadinha. Ela me contou isto porque nós já tínhamos rido e chorado juntas durante aquela entrevista, ela já tinha se serenado quanto ao fato de eu ter comprado seu pacote ordenado de opiniões organizadas (eu já o tinha adquirido e posto de lado) e tenho certeza de que mais uma meia hora de conversa e ela estaria me fazendo aproveitar a oportunidade para adquirir sua velha máquina de costura usada, tendo realmente me convidado para um churrasco em sua casa.... Nós *vivemos* aquele encontro. E assim eu senti com quase todos os meus entrevistados. Com quase todos eles eu me emocionei, ri junto, fiquei perplexa, senti raiva, tive compaixão, me senti fraternalmente aliada.

As entrevistas, ainda que com uma ordem soberana, passavam por pontos comuns estimulados pelas minhas perguntas, formuladas com o cuidado de não romper a ordem interna da conversa em busca desses esclarecimentos. Eram esses dados: breve biografia e trajetória pessoal, familiar e profissional; como o informante havia chegado até aquele trabalho de intermediação; se ele tinha vivido pessoalmente episódios de violência em seu contexto familiar; como ele explicava a ocorrência da violência conjugal; se percebia a possibilidade de um sofrimento do homem nas circunstâncias da relação conflitiva; como percebia a violência (causas, contextos), se alguma vez já tinha atendido homens de conjugalidades violentas escutando sua fala/discurso; e outros pontos relacionados ao meu objeto.

De qualquer maneira, mesmo inventando estratégias que acredito que foram eficazes, não me proponho a esquecer aqui que o diálogo com a pesquisadora, em si, força uma ordenação da fala que, para transmitir uma idéia, acaba por muitas vezes torná-la simplificada. A versão organizada para o

interlocutor perde em muito os matizes e as contradições que a realidade vivida fornece, mesmo com nossas precauções cuja sofisticação *pode* (ou não) nos aproximar mais fielmente da experiência vivida.

Sempre que possível, os dados observados em campo também foram trazidos para enriquecer a observação e dialogar com as entrevistas.

Uso de Entrevistas em Profundidade

Fiz algumas escolhas quanto à forma deste trabalho que podem tê-lo tornado um pouco chato para a leitura em alguns trechos - tentei compensar meu leitor com um conteúdo trabalhado e, onde foi possível, com algumas suavidades estilísticas. Eu sou jornalista, e um texto chato me dói até na alma, mas como um colega observou a respeito da minha angústia: o trabalho acadêmico não é para ser prioritariamente agradável. Nem eu nem Geertz concordamos muito com isso, mas eu concedo, dadas as minhas circunstâncias.

Reproduzi alguns trechos extensos de entrevistas - chegando a até, no máximo, três folhas de texto (o que, para as 300 folhas que somam as transcrições das entrevistas de meus informantes, ainda foi uma gentileza). Fiz isto onde achei que o encadeamento de idéias de meus informantes era especialmente importante, e que seria um elemento rico oferecer como informação complementar a tessitura de nosso diálogo, minha atuação como entrevistadora (em suas suficiências e insuficiências), o próprio encadeamento da experiência da fala. Os risos, os silêncios, hesitações, as lágrimas. Onde foi possível, uni essas transcrições e as desloquei para o final do capítulo, de modo que não interrompessem o ritmo de leitura.

Perfis dos Informantes

Apresento a seguir um breve perfil dos integrantes do meu universo de pesquisa. Aporto aqui informações sobre a ONG, suas coordenadoras, as advogadas, a estagiária e as lideranças populares. A seguir apresento o advogado recordista de júris de crimes passionais em sua região e o marido de uma das lideranças populares.

Cabe ressaltar que por motivos éticos, visando resguardar o sigilo de nossos informantes, os dados de identificação da ONG investigada, do serviço de atendimento à população e dos entrevistados foram alterados. Assim, são fictícios os nomes das pessoas, das instituições e serviços, das cidades em que se localizam e habitam. Alteramos também alguns dados biográficos que pudessem vir a identificar algum de nossos informantes.

ONG

A ONG foi fundada em 1992 por um grupo de três mulheres - advogadas, estudantes de direito, feministas - que já tinham uma longa história de militância no movimento de mulheres e formação jurídica. Localiza-se no centro da cidade da capital A. Sua equipe de trabalho, hoje, é composta por nove membros fixos: duas coordenadoras, três advogadas, duas secretárias, uma documentarista e uma estagiária. Uma equipe formada exclusivamente por mulheres.

Conta com apoio financeiro de várias fundações e instituições internacionais que apoiam projetos para a América Latina e para o Brasil, em particular.

O objetivo desta ONG é trabalhar com os direitos e a cidadania das mulheres. Isso em dois sentidos, na *defesa de direitos e da cidadania* e na *promoção de direitos e da cidadania*. Em primeiro lugar, a prestação de assessoria jurídica gratuita, com a criação de uma instância em que as mulheres pudessem recorrer em situações de violência, de discriminação, sendo atendidas dentro de uma prática e uma teoria oriundas do feminismo. Em segundo lugar, criar um programa de promoção de direitos e cidadania, que envolve um conjunto de atividades de educação, informação, disseminação de dados, pesquisa. Promoção de direitos e cidadania no sentido de capacitar as pessoas para se auto-defenderem, resolverem seus conflitos sem, necessariamente, procurar o judiciário. Parte-se do pressuposto de que tem um conjunto de situações na vida, que são situações de conflito, e que pessoas bem informadas têm condições de resolver, sem, necessariamente, precisar de advogados, juizes, etc. Isso já acontece com pessoas de classe média alta, que têm acesso a informações, e tem várias experiências no mundo de

resolução de conflitos extra-judiciais sem, necessariamente, drenar todas as questões para o judiciário

I - Na área de *promoção dos direitos e da cidadania*, inicialmente, em sua fundação organizaram oficinas sobre mulheres e direitos humanos e organizaram materiais de discussão e divulgação de idéias e propostas para a Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993. É realizado também, periodicamente, cursos, palestras, seminários, visando primordialmente a sensibilização dos operadores do Direito: juízes, promotores, delegados, defensores públicos, advogados, etc.

Como parte desta área de atuação, organizaram o programa de *Formação de Líderes Populares*, que visa a educação em Direitos e Cidadania. Trata-se de um projeto que inclui um curso de noções básicas de Direito e Cidadania, e a implantação na comunidade de um Centro de Atendimento a Mulheres Populares (CAMP).

O curso de noções básicas do Direito e Cidadania é dirigido para um público específico: mulheres que se destacam por sua atuação comunitária. A escolha das participantes acontece a partir de um mapeamento inicial, realizado pela equipe da ONG, nas associações de moradores, nos Conselhos Tutelares, nos movimentos pela moradia, luz, etc..., com o objetivo de localizar as 35 mulheres mais atuantes na comunidade. O curso é projetado para ter duração de quatro a cinco meses e é composto de duas fases.

A primeira parte do curso comporta aulas semanais com três horas de duração, perfazendo 60 horas/aula. As aulas acontecem em algum local apropriado na própria comunidade.

A segunda parte do curso, constitui-se de uma atividade prática, na qual elas visitam instituições, tais como: Delegacias, Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, Anistia Internacional, Grupo de Apoio e Prevenção da AIDS e elabora-se em conjunto um projeto de implantação de um Centro de Atendimento a Mulheres Populares na comunidade.

O curso é concluído com uma cerimônia de formatura e o recebimento do título.

II - Na área de *defesa dos direitos e da cidadania*, a ONG atua em duas frentes. Uma constituída pelo Centro de Atendimento a Mulheres Populares - CAMP. Um serviço não-governamental, sem fins lucrativos, organizado a partir do curso de formação de Lideranças Populares. O CAMP é projetado para ser um plantão de atendimento, funcionando uma vez por semana em algum local de referência da comunidade para prestar informações às mulheres sobre os temas tratados no curso. Conta com o trabalho voluntário das Líderes no atendimento.

No momento da pesquisa de campo, já haviam sido instalados dois CAMPs, em duas vilas populares da capital A. A ONG tem uma advogada que vai uma vez por semana a cada um desses lugares e faz atendimentos locais às mulheres encaminhadas pelas próprias líderes. Cerca de 90% dos casos atendidos dizem respeito à questão de violência doméstica, sendo atendida em média 15 mulheres a cada plantão. Como projeto maior e futuro está a implantação dos CAMPs nas oito micro-regiões da cidade, como o objetivo de estabelecer um processo alternativo de resolução de conflitos comunitariamente.

Além do atendimento nos CAMPs, a ONG realiza atendimento jurídico em sua sede, no centro da capital A, atingindo uma população variada, mas que centra-se na classe média: professoras, funcionárias públicas, bancárias, comerciárias... Mulheres que têm um padrão de camadas médias, básico e que querem sair das relações por conflitos que levaram à violência. Basicamente, os processos que são atendimentos referem-se à dissolução da união estável, de retirada do marido do lar, etc. Em geral os casos atendidos dizem respeito a situações recorrentes em que houve tentativa de resolução do conflito dentro da relação em êxito. Muitos casos são resolvidos por acordo na ONG mesmo, sem a necessidade de se recorrer ao judiciário.

Aos poucos, a demanda da ONG começa a sofrer alterações, incluindo casos de assédio sexual, começa a lentamente a surgir alguns casos na área de direitos reprodutivos, por exemplo, casos de mortalidade materna, de abuso médico, entre outros. Tem alguns casos que envolvem a questão da AIDS, alguns casos de união homossexual.

Como projeto futuro, há a proposta que na sede da ONG ficassem centralizados os atendimentos dos setores médios e as ações que denominam de ações exemplares, tais como: ações contra o Estado, ações indenizatórias, ações de responsabilidade civil. Alargando assim o espectro de atuação, passando dos conflitos individuais e para questões de conflito coletivo.

MÔNICA

37 anos, casada, um filho de 10 anos. Um irmão quatro anos mais jovem. O pai é militar e a mãe é professora universitária.

Advogada, divide sua prática profissional entre o trabalho na ONG investigada e a docência em uma Universidade particular. Sua aproximação com a prática feminista remonta à sua adolescência, quando aos 13 anos já se *revoltava* contra o machismo que imperava entre os homens de sua família, sendo apoiada pelas mulheres fortes da família (avós) que demonstravam um comportamento ousado para sua época, questionando a autoridade masculina, com as quais tinha uma relação muito próxima, e que a apoiavam em suas atitudes. Com o movimento feminista, sua ligação remonta ao surgimento do movimento feminista no Brasil, no finalzinho da década de 70. Quando tinha 18, 19 anos. Em 1980 ingressa no "departamento jovem" de um grupo feminista na capital A. A partir desta primeira experiência, funda junto com outras mulheres estudantes um grupo feminista universitário, que chegou a reunir 35 mulheres. Entre a ação deste grupo estava a promoção de debates, a edição de um jornalzinho informativo, a venda de camisetas, a participavam em congressos estudantis, entre outras. Nesta época conheceu a Ana, que atuava em outro grupo feminista. Em 1988 participa do Comitê supra-partidário, que organizava a campanha pelos direitos das mulheres na Constituinte. A partir de então, juntamente com uma amiga de militância começa a desenvolver uma série de atividades ligadas à prática feminista e vão amadurecendo a idéia de forma uma ONG para prestar atendimento às mulheres. Em 1992, elas se juntam a Ana e fundam a ONG pesquisada, onde até hoje exerce a função de coordenadora.

Ressalta que sua aproximação com o feminismo, e com a questão da violência contar a mulher, não se deve a uma história de violência, mas a uma história familiar de conflitos positivos. Gosta do que faz e tem uma postura positiva e otimista, acreditando que é possível transformar realidades.

ANA

30 anos, solteira, sem filhos, um irmão. Segunda filha de uma família "politizada e intelectualizada". Pai militar e mãe professora universitária.

Advogada, com uma longa trajetória de militância de esquerda e dentro do movimento feminista. Aos 15 anos, em sua cidade natal, participou da fundação de um grupo feminista autônomo, ligado a uma tendência estudantil de um partido socialista. Estudante de Direito, aos 18 anos casa com um dos membros do partido e muda de cidade. Neste período sua atuação é marcada pela militância político-partidária, participando de um núcleo de mulheres dentro do partido e de um núcleo universitário de estudos de gênero. Em 1988 muda-se para a capital A voltando a atuar no movimento feminista autônomo, onde participa da fundação de um grupo feminista. Nesta época aproxima da Mônica, com quem compartilhou o escritório de advocacia e fundou um grupo de estudos interdisciplinar (direito, filosofia, literatura) sobre gênero, que manteve sua atividade por volta de dois anos. Em 1990 foi indicada pelo movimento feminista para participar da implantação de um albergue municipal para mulheres vítimas de violência conjugal. Trabalhando nesta entidade durante o ano de 1991, ficando responsável diretamente pela triagem e orientação jurídica das mulheres que eram encaminhadas à casa. Em 1992, juntamente com Mônica e outra amiga de militância feminista, funda a ONG, onde trabalha até hoje.

A aproximação com o tema da violência contra a mulher surge, num primeiro momento, em sua adolescência quando militava no grupo feminista de sua cidade natal, onde prestava atendimento a mulheres vítimas de estupro. Num segundo momento, através da participação do movimento feminista, sensibiliza-se com a discussão sobre violência contra a mulher que centralizava a discussão do feminismo na época e volta-se para a questão da violência conjugal, participando da fundação do albergue para mulheres vítimas de violência e depois da ONG investigada.

CHICA

38 anos, solteira, sem filhos. Uma irmã professora, mãe empregada doméstica, pai funcionário público.

Advogada. No início de sua carreira trabalhou como advogada trabalhista, primeiro como estagiária num escritório de advocacia trabalhista, depois como advogada em um Sindicato de Empregadas Domésticas - onde permaneceu por 7 anos. Dividia seu tempo entre o trabalho no sindicato e o atendimento em seu próprio escritório.

Sua ligação com o trabalho no sindicato era muito forte - quase visceral - por uma identificação com a história de vida daquelas mulheres: seus sofrimentos, discriminações (mulheres, negras, empregadas domésticas), sua carência de recursos de atendimento psicológico e jurídico.

Sentia o tempo todo que aquelas mulheres tinham "sede de falar, de ter alguém que escutasse sua história, seus padecimentos". As mulheres não procuravam o sindicato única e exclusivamente para tratar de questões trabalhistas, mas levavam consigo suas angústias familiares e pessoais, demandando orientação em questões ligadas ao direito de família, como reconhecimento da paternidade, pensão alimentícia....

Sua aproximação com a ONG teve como motor essas inquietações que o trabalho com as mulheres empregadas doméstica lhe trazia. Conheceu a Mônica num programa de rádio em que ambas participaram, em 1993, e a partir daí começou a estabelecer contato com a ONG participando de palestras, cursos, seminários que esta ONG organizava. No início do ano de 1995 foi convidada para trabalhar na ONG, prestando assessoria jurídica na área trabalhista. Passado alguns meses, mudou de atividade e começou a prestar

assistência jurídica às mulheres diretamente no CAMP - agora na área cível. Trabalho que ela exercitava no momento da entrevista e com o qual considerava-se plenamente satisfeita, pois tinha voltado a ter contato pessoal com mulheres que possuíam um perfil muito semelhante com o daquelas que ela atendia no Sindicato das Empregadas Domésticas.

Nenhuma situação de violência na sua história familiar.

MAGDA

20 anos, solteira, mora com os pais. Tem um irmão adolescente. O pai é representante comercial aposentado e a mãe é artesã.

Acadêmica do curso de Direito, trabalha há alguns meses como estagiária na ONG pesquisada. Conta ter sempre se interessado pelo trabalho de intervenção, tendo participado de grupos da igreja católica, como o CLJ, e realizado um trabalho voluntário com recreação infantil, visando aprimorar a criatividade das crianças, em uma vila popular. Durante os primeiros semestres do curso de Direito, formou junto com outros colegas um grupo de estudo sobre Direitos Humanos. O grupo, entre suas atividades em busca de uma maior entendimento sobre a questão dos Direitos Humanos, organizou um seminário, no qual a ONG foi convidado para dar uma palestra. A partir deste contato inicial, procura a ONG para aprofundar o conhecimento da área do Direitos Humanos que esta ONG trabalha. Havendo sido demitida da Seguradora na qual trabalhava, interessou-se pela oferta de estágio que a ONG investigada estava oferecendo para acadêmicas de Direito para trabalhar na implantação do CAMP investigado.

Relata uma experiência de violência doméstica na relação com seus pais, que teria marcado toda sua infância e adolescência. Porém, o contato com a ONG e o posterior vínculo através do estágio deveu-se mais a uma preocupação humanitária mais geral do que a sensibilização pelo trabalho com mulheres vítimas de violência propriamente dito.

AÍDA

37 anos, casada, duas filhas - 14 e 11 anos. Natural do interior do Estado, 13ª filha de um total de 15 irmãos.

Líder Popular, prestando atendimento no CAMP em sua vila. Mudou-se para a capital A - onde já moravam duas irmãs mais velhas casadas - aos 18 anos, sozinha, solteira, vai trabalhar na casa de um sobrinho de sua antiga patroa e estudar para prestar o vestibular para o curso de Letras. Não obteve aprovação, mudou-se para uma pensão, trabalhou como caixa operadora de um supermercado, balconista de uma loja de meias e lingerie e aos 21 anos casou com o atual marido, que exerce a profissão de chapeador de carros. Ficando ambos desempregados, voltou para o interior com o marido depois de alguns anos, onde cursou dois anos do curso de Pedagogia (sonhava fazer especialização em Psicologia Infantil) e engravidou de sua segunda filha. Após o nascimento da menina retornou à capital A. Trabalhou como crecheira, zeladora, cozinheira de pizzeria e atualmente trabalha fazendo faxinas. Há cinco anos atrás separou-se do marido porque ele a "guampeava" (reatando o casamento depois de 3 anos), ocasião em que mudou-se para a vila que mora hoje e iniciou o trabalho com faxinas - o momento de sua derrocada financeira, mas também o momento em que começou a ter contato com o trabalho

comunitário, chegando ao cargo de Presidente da Associação de Moradores, função que exerce há três anos. Através deste trabalho comunitário foi convidada por uma assessora comunitária da Prefeitura para fazer o curso de lideranças populares oferecido pela ONG. Foi através desse trabalho que tomou contato, segundo ela, com casos de violência conjugal.

DULCE

42 anos, casada há 25 anos com Leandro, 8 filhos, um neto de 3 anos. Filha única, mãe, já falecida, que trabalhou até o casamento de Dulce como lavadeira.

Liderança Popular, atendendo no CAMP. Casou grávida da primeira filha, aos 18 anos. Acompanhando o marido - formado por uma Escola Técnica renomada da capital A no curso Técnico em Montagem Industrial - já no início do casamento, mora com o marido, a filha e mãe em várias cidades brasileiras... Onde além de um bom salário, o marido tinha direito a casa e carro. Ao casar parou de trabalhar e estudar - por imposição do marido - assumindo a função de dona-de-casa, que conta realizar bem mas sempre com muita insatisfação, pois sentia-se muito frustrada, pois tinha vontade de voltar a estudar, ter uma profissão, "ser alguém". Depois de alguns anos, o marido pede demissão do emprego e retornam a capital A, vivendo um período de 5 anos com o dinheiro da rescisão contratual do marido. Findo o dinheiro, começa um período de derrocada financeira, que leva a que tenham que viver "sob uma lona com os móveis e os filhos em baixo". O marido começa a beber e com seus trabalhos temporários o sustento da casa começa a ficar prejudicado. Quando a mãe morre, decide que está na hora de dar uma virada. Inicia um período de conflitos conjugais, de aumento da família a cada ano com um novo filho, e de enfraquecimento do marido, que culmina com seu pedido de separação. Começa a trabalhar como faxineira ficando responsável pelo sustento da família. Seis meses depois da separação, mediante o compromisso do marido em parar de beber, retomam o laço. O casal faz o Encontro de Casais com Cristo (ECC) e o marido entra para os Alcoólicos Anônimos. Depois do ECC, ela e o marido começam a participar da comunidade no sentido de levar sua experiência para aqueles que estavam passando por situações similares na comunidade. Hoje eles são considerados um modelo de referência dentro da comunidade. Através desta atuação, é convidada para realizar o Curso de Líderes Populares. Hoje dá plantão no CAMP investigado e é suplente do Conselho Tutelar. Nesse meio tempo, faz um curso de corte e costura e hoje tem um pequeno atelier de costura e casa e promove cursos de corte e costura para as mulheres da comunidade, através do Pró-renda e do Senac-comunidade.

Conta que está dentro do movimento de violência doméstica, violência contra a mulher, violência contra a criança pela própria experiência que passou com o seu casamento. Deseja poder levar para outros casais sua experiência e ajudar na superação dos conflitos.

NEUZA

36 anos, casada, 3 filhos, natural do interior do Estado, profissão: doméstica. Estudou até a sexta-série e hoje faz supletivo para concluir o primeiro grau. Marido trabalhador da construção civil, pai caminhoneiro, mãe doméstica. 7 irmãos, todos vivendo no interior.

Liderança Popular atendendo no CAMP investigado. Proveniente de uma família muito pobre, ela e suas irmãs trabalhavam e moravam em casas de família em troca de roupa, comida, colégio. Mudou-se para a capital A por volta de 1976, grávida da primeira filha, residindo nas obras em que o marido trabalhava. Em 1989 mudou-se para vila em que reside atualmente, uma mudança radical na sua vida no que diz respeito ao sentimento de solidariedade em relação ao próximo, ao vizinho, às "pessoas que estão passando por dificuldade". Seu envolvimento com o trabalho comunitário começou pelo chamamento que uma vizinha lhe fez para angariar comida para uma família residente na vila em que reside que estava passando fome. A partir dessa experiência foi convidada para fundar, junto com outras mulheres envolvidas no trabalho de assistência às famílias mais carentes, o Clube de Mães, no qual trabalhou até 1992 como secretária. Seguindo este mesmo movimento, participou da organização da Comunidade Eclesial de Base da Igreja de sua vila. Em 1992 afastou-se do clube de mães para assumir a Presidência da Associação de Moradores, posição que ocupa até hoje. Através desse trabalho comunitário começou a ter contato com situações de violência doméstica. Seu auxílio era solicitado pelas mulheres e, segundo ela, não sabia de que forma poderia ajudar aquelas mulheres. Aproximou-se do Conselho Tutelar, fez os seminários oferecidos para poder ser Conselheira Tutelar. Não conseguiu eleger-se, mas entrou em contato com o Estatuto da Criança e do Adolescente, buscando nele os subsídios para poder oferecer auxílio às mulheres em situação de violência. Através dos contatos que estabeleceu no seu trabalho comunitário, ficou sabendo da realização da primeira turma do curso oferecido pela ONG investigada. Diz ter feito o curso três vezes e hoje trabalha no atendimento de mulheres do CAMP investigado. Conta que até ter se mudado para a vila em que mora atualmente não tinha vivido e nem presenciado cenas de violência doméstica.

CARVALHO

Advogado criminalista especializado em crimes passionais, 73 anos, casado, três filhos. Natural do interior do Estado, hoje mora a advogada na capital B.

Calcula ter defendido mais de 100 processos de crimes passionais levados à júri na capital B. Por este dado, seria o recordista de defesa em júri. Trabalhou 10 anos como advogado do Estado, na defesa de "de todos os réus pobres" da capital B. "Só aí, devo ter feito cerca de 400 a 500 júris" - neste caso, não relacionados a crimes passionais. Tem um escritório simples no centro da cidade. Fala torrencialmente, tem uma retórica pontuada de citações de ditados, frases de efeito e alguma literatura - estratégia associada à argumentação convincente. Ou cacoete de júri. Acredita no júri como a forma privilegiada de realizar a Justiça. E declara um sentimento de extrema compaixão pelos "criminosos" e "assassinos" a quem defende. Por isso, jamais se imaginou na posição de promotor. Como hobby, gosta de apostar em corridas de cavalo. Diz que, em casa, quem manda é sua esposa e no jôquei ele se realiza.

LEONARDO

45 anos, casado há vinte e cinco anos com Dulce, oito filhos, um neto de 3 anos. Natural do interior do Estado. Terceiro filho, de uma família de 10 irmãos. O pai, já falecido, trabalhava na construção civil e a mãe é dona-de-casa. Ambos analfabetos.

Trabalha hoje em uma empresa que realiza serviços na área de eletricidade. Sua trajetória profissional é marcada por forte ascensão e drástica queda. Em 1973, aos 22 anos forma-

se no curso técnico em montagem industrial em uma Escola Técnica muito conceituada da capital A. Já casado, com uma filha, é convidado para trabalhar em uma grande firma mineira, como técnico em montagem de caldeiras de explosão. É trabalho novo que lhe traz uma vida completamente nova. Ganha um bom salário, com direito a casa e carro. Muda-se com a família e a sogra para Minas. Lá inicia uma nova vida, de "muita mordomia" e "farra" que o dinheiro lhe proporciona, mas também de muito impacto emocional. Chefiava uma equipe em torno de 40 homens e presenciava inúmeros acidentes de trabalho fatais, aos quais tinha que prestar socorro, assistência, assistir a morte e avisar os familiares. A partir desta primeira experiência profissional, trabalha em Manaus e na Bahia. A vida começa a tomar um outro rumo quando resolve abandonar o emprego e voltar para a capital A. Chegando nesta cidade, vive em torno de 5 anos sem trabalhar, sustentando a família com o dinheiro que havia recebido da indenização. Acabado o dinheiro, começa a trabalhar primeiro com o pai como ajudante, depois como taxista comissionado e, por fim, fazendo bicos como pedreiro, pintor, carregador. Nesta época começa a beber e vê sua família aumentar a cada ano com um novo filho. Muda-se para um terreno na vila em que reside atualmente, construindo um barraco com tábuas usadas. Nessa época sua mulher, até então dona-de-casa, começa a trabalhar fazendo faxinas e assume o sustento da casa. Inicia um contexto de brigas e desentendimentos entre o casal. Separam-se judicialmente - por iniciativa dela - por seis meses. Ocasão em que, desejando retornar para a família, entra no AA (estamos no ano de 1995) para conseguir parar de beber e junto com a mulher participa do Encontro de Casais com Cristo. Hoje participa com a mulher de palestras e ações voltadas a levar sua experiência para outros casais que estão passando situações parecidas com as quais eles passaram.

Capítulo 1

REPRESENTAÇÕES DE HOMEM E DE MULHER

As Polaridades de Valor

Neste capítulo abordaremos as representações de homem e de mulher presentes na fala de nossos informantes: as advogadas feministas, as líderes populares e o advogado criminalista.

Iniciamos a dissertação com a apresentação destas representações de gênero pois consideramos que elas são centrais para a compreensão e explicação das conjugalidades conflitivas, orientando as práticas de mediação.

Analizamos essas imagens de homem e de mulher e percebemos que há uma polaridade expressiva na síntese que esses intermediadores produzem, e esta polaridade será de grande significado para nossa análise.

As Duas Coordenadoras da ONG

Nesta síntese das representações de nossos informantes (lembramos: como estavam organizadas no momento de nosso campo - não trabalhamos com *a verdade*), em primeira análise na interlocução com as duas coordenadoras da ONG em que pesquisamos (elas, então, possuíam mais de 15 anos de atividades feministas em instituições, prefeituras, grupos de estudos, e outras experiências profissionais, militantes, ou mesmo pessoais e familiares) acontece uma dicotomia no discurso de ambas que expressa uma realidade significativa¹.

Abordaremos aqui três níveis de experiências relatadas pelas duas coordenadoras da ONG que pesquisamos, em que as imagens de homem e de mulher acabam por demonstrar o que interpretamos como uma organização dual onde os termos se dispõem de maneira antagônica.

O primeiro material é uma passagem de uma entrevista com Mônica. No trecho anterior a esta fala transcrita aqui, ela me narrava a situação de um casal

¹ É importante ressaltarmos sempre - até para relativizarmos o poder de ordenação que a escrita acadêmica pode representar na construção de uma dissertação - que o diálogo com a pesquisadora, em si, força uma ordenação que, para transmitir uma idéia, acaba por ser muitas vezes simplificada (ver essa discussão na *Introdução* desta dissertação).

que vinha apresentando uma história continuada de eventos de violência, e a ONG estava tendo uma interlocução com a mulher.

EUT: Ela já tinha... já tinha havido essa surra?

MÔN: Já.

EUT: E ela já tinha ido pro interior com o pai a primeira vez?

MÔN: Já.

EUT: E retornou?

MÔN: Retornou.

EUT: E se reconciliou?

MÔN: Se reconciliou. Ele prometeu que não ia fazer mais. Seguiu pressionando, e comprou a arma. E o medo (interrupção: acaba o primeiro lado da fita)..... Primeiro que é um jogo mesmo relacional, onde a presença de situações de violência alterna o poder do homem pra mulher e tal. (...) depois de apanhar ou ser ofendida, a mulher passa a ser a vítima da relação, ela tem mais poder com isso nessa relação. E esse é um jogo que vai indo e que as mulheres não se dão conta que lá pelas tantas elas perdem o controle do jogo, né. A impressão que eu tenho é que chega um momento em que elas não sabem mais jogar, né. E aí é que são essas situações de recrudescimento. E aí o que que acontece, elas tem medo de parar o jogo, porque elas acham que no momento em que elas param elas vão ser mortas. E os caras realmente ameaçam: "Se tu contar, eu vou te matar"; "Se se separar de mim, eu vou te matar"; "Se tu for na polícia, eu vou te matar", e aí vão batendo, e aí tem um momento dessa história em que, de fato, passa a existir um submetimento pelo medo. E é muito difícil pras mulheres saírem dessa relação.

EUT: Tu falaste que elas perdem o controle, e eles perdem o controle também? É equânime essa...?

MÔN: Não, a impressão que eu tenho é que eles mantêm o controle até o final. Que aí é eles que passam a ter o controle. Que é quando a violência chegou a um tamanho em que a mulher não suporta, entende.

EUT: E o homem suporta?

MÔN: O homem leva ela até o fim, né. Tem mais homens que matam mulheres do que mulheres que matam homens. Muito mais.

EUT: É? Tem essa proporção assim?

MÔN: Ah, muito mais.

EUT: Agora...

MÔN: E tem coisas muito complicadas. Situações limites em que as caras recuam, que a gente pode avaliar que elas recuam por vários motivos, mas um deles é ter medo, né.

EUT: Tu acha que manter o controle e matar, por exemplo o homem, né, na tua hipótese é que ele tenha mais controle e que ele mate mais... Tu acha que estão bem relacionados estes dois dados? Ele mantém mais o controle e ele acaba matando.²

MÔN: A impressão que eu tenho é que ele tem menos medo da violência do que as mulheres, É puro chute tudo isso que eu tô te dizendo, é impressão mesmo, né. Não é nada que... A impressão que eu tenho é que talvez os homens convivam mais com a violência, não lhes seja tão custoso levar essas situações ao limite, que eles não

² Na entrevista de Ana, citada na próxima página 35 e também no tópico *A Indistinação entre Violência Conjugal, Psicopatia, Perversidade, Demência, Criminalidade e Outras* do capítulo *Representações de Violência na Fala dos Mediadores do Conflito*, ela diz: "Todos os agressores não necessariamente matam as mulheres. E o agressor que mata sua mulher não necessariamente espancava ela. Muito pelo contrário. Os agressores que matam as mulheres... quem mata as mulheres são agressores, via de regra, que matam depois de separados, matam por ciúme. A maioria dos homens que matam a mulher, matam por ciúme. Não eram mulheres que apanhavam na relação." (ANA)

tenham tanto medo disso, e que as mulheres participam dessa história enquanto isso também lhes traz benefícios, mas a partir de um determinado momento não traz mais benefícios, entende, mas elas não sabem sair, tem medo e tal. Por exemplo, é recorrente a situação...

EUT: Tu acha que eles saberiam sair?

MÔN: (Silêncio) Não sei se eles sabem sair, talvez eles não saibam sair... também. Não saibam dizer: “não, agora eu não quero mais”. Mas, tem uma fala feminina que é: “agora eu não quero mais”, e não tem essa fala masculina, entende. Os homens continuam querendo mais. (silêncio). Dificilmente os homens dizem: “estou numa situação de violência com minha mulher e não quero mais”

EUT: Elas falam pra quem? Falam pra vocês?

MÔN: É.

EUT: Porque tem um espaço de fala aqui pra isso.

MÔN: Claro.

EUT: E quando vem... eu achei muito impressionante isso, que os homens venham aqui e que os homens vão ao CAMP. Quando eles vêm o que que eles dizem? O que que... tem algum... que fala é a deles?

MÔN: (hesitante) Eles dizem que não é bem assim a história. Que a gente diz: “a sua mulher nos procurou e tal”. Eles negam, dizem que não houve a pressão, que elas são loucas, que elas tão inventando. Ou então eles dizem que não foi bem assim, mas de fato não dá mais, que eles querem realmente se separar.

EUT: E aí faz o acordo.

MÔN: E aí faz o acordo.

EUT: E esse tipo de afirmação que as mulheres fazem pra vocês, que querem parar a história, eles dizem isso. Eles fazem... eles se colocam assim?

MÔN: Não, porque eles... Não, alguns dizem que: “não, não foi bem assim, ela tá inventando, mas eu... eu acho que não dá mais mesmo” e tal “acho melhor se separar”, etc.

EUT: Agora, não coloca esses desejos(?)...?

MÔN: Tipo: “eu tô apanhando e não quero mais”? Não.

EUT: Tipo: “eu tô sofrendo também”, não?

MÔN: Não, pra nós não.

EUT: Tem alguma instância em que tu acha que eles colocam?

MÔN: Acho que não. Acho que não tem. Eu imagino que eles sofram também, mas eu não sei que tenha espaço pra colocar isso. Não sei se tem órgãos de escuta.

EUT: Essa possibilidade, essa idéia genérica sobre o sofrimento desses caras, como é que tu lida com isso no cotidiano e durante esses anos? Tu percebia imediatamente esse sofrimento, tu não lida com isso?

MÔN: Dos homens?

EUT: É.

MÔN: Eu fico com muita raiva, porque as mulheres ficam muito massacradas. Acho que precisamente tem um momento em que esse ciclo de violência se desequilibra contra as mulheres, né. Que talvez a gente precise pensar mais é porque isso acontece. Provavelmente é porque existe uma hierarquia de gênero na nossa sociedade e tal, mas tem um momento em que se desequilibra e que as mulheres passam a apanhar, a ser torturadas, a ser pressionadas a... os caras... por exemplo, tem um caso do CAMP que o cara queima a vagina dela com cigarro toda vez que ela não quer ter relações sexuais com ele, entende, e diz que vai matar ela, que vai matar ela. O cara é traficante de drogas, e ela tem um medo que se pela. E ela conseguiu ir até o CAMP, conseguiu dizer isso tudo pra gente, ela conseguiu se segurar até o dia da audiência, e daí no dia da audiência ela me perguntou: “bom, quando eu sair daqui, ele pode me matar depois? Vocês têm como...?” E daí na hora ela disse que não, que não era bem assim, que ela desistia. E o cara quer continuar com ela.

Porque que esse homem quer continuar com essa mulher? Ele quer continuar com ela, e quer continuar fazendo isso. E ela não... não sabe como sair, não sabe como sair, e nós nos damos conta que o Direito não tem instrumentos suficientes pra ajudar essas pessoas, entende. (MÔNICA)

A construção da imagem de homem nesta narrativa de Mônica lembra quase literalmente a construção que Falconnet e Lefaucheur (1977) citam, baseada no estudo de peças de publicidade, da operação da venda de produtos para homens através da associação de características estereotipadas do macho com as características do produto. Podemos visualizar com alguma facilidade nesta descrição de um homem que Mônica nos traz imagens de marcas de cigarro, colônias e carros esporte, onde este homem estereotipado detém o *controle máximo, a infalibilidade, a ousadia, o destemor, a insaciabilidade*.

Mônica indica lidar com uma imagem de homem muito homogênea, aproximada com os ideais construídos para um modelo *para* a construção de uma masculinidade hegemônica (ALMEIDA, 1995; CONNELL, 1995)³ no recorte de nossa pesquisa. Vejamos: os homens não perdem o controle, os homens não temem a violência, não lhes é tão custoso levar uma situação de violência ao limite, os homens em situação de violência não querem parar - “eles querem mais”... Depois de muita insistência nas minhas perguntas, Mônica admite: “eu imagino que eles sofram também”. Mas, *a priori*, não estava indicada essa possibilidade, que ela só oferece depois de uma boa ironia para com a minha pergunta sobre a possibilidade dos homens terem uma fala semelhante à fala que as mulheres levam a sua ONG (“agora, eu não quero mais”). Ela ironiza com a impossibilidade deles passarem pelo mesmo sofrimento de suas mulheres, e chegarem a expressar uma fala que dialogue com: “Eu tô apanhando e não quero mais”. Quando eu desloco o referencial de violência física que ela está usando e demonstro que pode continuar havendo sofrimento e dor apesar de não haver espancamento, então ela desmancha a ironia, e se abre um pouco para a complexidade: “eu imagino que eles sofram também”. Na época de nossa entrevista, a militância feminista e o trabalho de intervenção em violência contra a mulher desempenhado por Mônica somavam mais de 15 anos, o primeiro, e, pelo menos, quatro anos, o segundo. A hipótese de um sofrimento do homem nesse laço violento ainda permanecia isolada, como demonstrou o nosso diálogo.

³ Almeida traz a referência de João Pina-Cabral a Gramsci para definir o que está tomando como hegemonia na base de seu conceito: “uma forma de dominação em que o dominado participa na sua dominação, a hegemonia sendo como um foco que, ao iluminar uma certa zona, deixa as outras zonas no semi-escuro”. No uso proposto para a teoria em gênero, a hegemonia se tornaria a “capacidade de impor uma definição específica sobre outros tipos de masculinidade, o que significa que o modelo exaltado corresponde, na realidade, a muitos poucos homens”. (ALMEIDA, 1995).

O que nos parece dizer esta descrição, enfim, é que esta imagem sem matizes está situada a uma importante distância do homem real. Talvez, exatamente, porque esta imagem está no lugar da escuta ao discurso do homem real, que teria algo a dizer a respeito de sua experiência no conflito com a mulher. Ao não escutá-lo, produz-se uma imagem formada por fabulações, e por uma colagem de imagens do modelo *para* uma masculinidade hegemônica na sociedade abrangente. Podemos pensar que, enquanto se passou as três últimas décadas desconstruindo as naturalizações das qualidades de *ser mulher* - a docilidade, a fragilidade, a não-competitividade, a pacienciosidade, a capacidade intrínseca de cuidar de crianças, entre outras - os preconceitos a respeito da masculinidade, no discurso que analisamos, parece que não se modificaram. Os mitos colados à masculinidade que aparecem nas narrativas reproduzidas aqui permanecem aderidos às imagens de homens que essas informantes oferecem.

Trazemos, a seguir uma fala de Ana, que também relata uma ação unidirecional, poderosa, de um homem implacável contra uma mulher indefesa. Diferente do que Ana cita ao longo de nossa entrevista, dos achados aportados pela teoria sobre gênero e violência, compreendidos de uma forma relacional, aqui, em sua descrição, esta complexidade desaparece.

ANA - (...) O que que... como é que eu entendo essa coisa da violência? E eu converso isso com as mulheres. É como se fossem portas. Ele vai abrindo portas, a mulher vai dando espaço e ele vai abrindo... vai arrombando portas, até que ele arromba a última porta, que é a porta do corpo, talvez a porta da vida. O que eu tento descobrir com ela é qual é a primeira porta que ela pode fechar, tu entende. Qual é a porta que ela tem força e possibilidade de fechar. Isso... é nisso que eu te digo que o foco é em cima dela, não é o que que nós vamos fazer com ele. Por isso judicialmente se pode fazer um monte de coisas. Não adianta fazer nada com ele, se ela não souber fechar a primeira porta, pra depois fechar a segunda, pra depois fechar a terceira. Que que eu faço? Nós temos... o que que eu faço? Eu procuro achar o caminho de fortalecer essa mulher, qual é a primeira porta que pode ser fechada. Nem que seja ela dizer "não". Às vezes, a primeira porta é ela dizer "nos filhos, não" e fincar pé "nos filhos, não". Às vezes, é a primeira porta que ela fecha, tu entende. Porque quando tu vai... quando ele vai arrombando a mulher vai virando um nada, ela não tem... ela perde a coluna vertebral, entende. Ele vai arrombando, vai arrombando, vai arrombando. São portas que vão sendo arrombadas mesmo. Agora, se a mulher não tiver força pra fechar a primeira porta, uma pequena que seja, nem que seja dizer o primeiro "não", "não, isso não". Essa é a primeira porta, talvez, que ela possa fechar. Isso eu tenho que descobrir, qual é a primeira porta que ela pode fechar, que seja voltar pra casa e dizer: hoje tu vai chegar em casa e o que que tu pode fazer? "Ele vai me matar, ele vai me bater". Não, tá, tu vai ver... Então, o que que tu vai fazer: hoje tu vai fazer... servir janta às 7 e 15 e não na hora da tua novela. Tu vai servir a janta antes da novela e vai dizer que vai servir antes da novela. Tô te dando um exemplo metafórico, entendeu. Não é por aí, não é tão prático assim a coisa. Mas, a sensação é essa. Quando eu te digo que muda de foco, muda assim. Quer dizer, qual é a porta que ela consegue fechar, primeiro. Porque senão não adianta nem um processo judicial, porque ela vai arrombada, com o primeiro olhar feio dele, ela diz: "vou voltar". E a primeira vez que ele voltar, ele botar o

pé na porta, ela desmonta de novo, que ela não vai depor. Não adianta ter uma medida judicial. Ele sai de casa. A gente consegue uma medida judicial que tire ele de casa, ele sai. A primeira vez que for botar o pé na porta e xingar, ela vai ter tanto medo, ela vai tá tão estraçalhada que não vai adiantar. Ela vai ter que pedir ajuda das vizinhas... Ela precisa se fortalecer. Agora, isso passa por um processo.

EUT - (?) além dessa figura das portas, né. Tá focando(?) muito as pessoas com histórias particulares, peculiares de violência e não uma violência genérica, né?

ANA- Não. E eu acho que existe as violências, também. E esse é o segundo pulo que eu dei na minha abordagem.

EUT- O que eu ia te perguntar era isso: em relação a abertura dessas portas, do arrombamento dessas portas. Isso também não é negociado (?) ?

ANA- Em alguns momentos.

EUT- É possível ver isso?

ANA- O que que eu acho?

EUT- Por exemplo, tu diz "ele arromba uma porta e ele arromba outra porta e ele arromba mais uma porta", hã... ela arromba portas também?

ANA- Acho que não, porque ela tem menos condições de arrombar portas. O que ela negocia é poder na relação a cada vez que a sua porta é arrombada.

EUT- O que que tu chama de arrombar portas? Porque a última instância seria o corpo e a vida, digamos assim. Mas, tem portas anteriores que ela teria forças, não é uma força física é uma força... hã... e por que que tu acha que ela não teria... teria menos força pra arrombar portas do que ele?

ANA- Porque bate na moral da mulher. Porque tem uma coisa que é real, que é a coisa da hierarquia, que é a coisa do poder real, que a hierarquia dentro da relação, a hierarquia de poder dentro da relação. Esse que é o negócio. Quer dizer, a violência, ela começa num olhar feio. Os homens, algumas vezes, começam a dominar com um olhar e (?) e aí vai pra proibição de visitar a família, e aí não pode mais sair com a mãe. Essa é a primeira coisa que acontece, é afastar da família, e depois afastar dos amigos, e depois criar problema no trabalho, e depois ter hora pro almoço e pra janta, e depois controlar quanto tempo ela ficou no mercado, e depois se a comida tava boa, e aí vai pro empurrão, e aí vai pro bofetão, e aí vai pra relação sexual, e aí tem a gravidez, e tem o filho, e aí vai pra desconfiança, entende. Então... é recorrente nas mulheres é que os homens afastam elas da família. Talvez a primeira porta que elas tenham que fechar é essa, dizer: "não, eu vou visitar a minha mãe" e buscar a mãe, buscar a ajuda do pai e da mãe. Tu entende como é?

EUT- Isto é comum(?)

ANA- É comum, é recorrente. Afasta da mãe e dos amigos. Isso... num tipo de violência que eu já tô lidando hoje, muito recentemente eu tenho estudado... Isso já foi também uma outra volta que eu fiz na... que não trabalhar com a violência, mas trabalhar com as violências. E, portanto, tem alguns perfis de mulheres e alguns perfis de agressores, e tipos de violência.

EUT- Como assim, perfis...?

ANA- De mulheres agredidas. Mulheres que vivem em situação de violência. Tu não pode tomar... emparelhar: as mulheres vítimas de violência. Existem muitas violências, existem alguns perfis de mulheres que vivem em situação de violência e existem alguns perfis de agressores. Todos os agressores, não necessariamente matam as mulheres. E o agressor que mata sua mulher, não necessariamente espancava ela. Muito pelo contrário. Os agressores que matam as mulheres.... quem mata as mulheres são agressores, via de regra, que matam depois de separados, matam por ciúme. A maioria dos homens que

matam a mulher. matam por ciúme. Não eram mulheres que apanhavam na relação.⁴
(ANA)

Esta mesma ordenação pouco matizada e fortemente dicotômica operada com as imagens de homem e de mulher aparece em outra entrevista com Mônica quando abordamos sua biografia, sua trajetória familiar, o modo como ela se tornou feminista, advogada e atuante no âmbito da defesa dos direitos da mulher.

Agora o antagonismo se instala entre a virtude moral das mulheres da família *versus* a fraqueza moral dos homens da família. Neste diálogo, Mônica e eu rimos muito, nos emocionamos com nossas fortes referências comuns no amor de nossas avós, e ela se permite operar em um registro muito mais afetivo e menos crítico. O que enriquece nosso diálogo e amplia a qualidade da informação de que a pesquisa viria a dispor.

MÔN: Ah, eu não sei. Eu acredito que sim, não é? Eu acredito muito que as pessoas se movem por coisas da consciência e da inconsciência também. Eu não fui, assim, particularmente agredida, violentada, discriminada na minha família, não passei por experiências traumáticas dessa natureza que eu diga, "ah, aconteceu tal coisa...". Eu acho que eu venho de uma família com origem rural do interior do Estado, onde existia um forte machismo e onde existiam mulheres muito fortes também. Existia esse contraponto...

(...)

E a família da minha mãe, os meus avós são imigrantes portugueses, meu avô é um industrial - mas ele já é falecido - foi um industrial de muito sucesso, muito dinheiro e tal, e a minha avó se separou dele, nos anos 50, porque ele transava com toda a cidade. Ela encheu o saco. (ri)

EUT: (ri) A cidade de Rio Grande? Talvez seja meu ancestral então, tem um ramo da família lá...

MÔN: (ri também) É. O que foi um comportamento emblemático...

EUT (interrompendo): Isto em 1900 e?

MÔN: 50! Ou menos: ela tinha uns 50 anos, isso deve ter sido nos anos 40. Final dos anos 40.

EUT: Super ousada, não é?

MÔN: Muito ousada. E ela era uma mulher muito forte. Tão forte que meu avô se viu obrigado a sair da cidade e não ela. Meu avô se mudou pra Pelotas. E ela se impôs na sociedade riograndina e ele ficou desmoralizado.

EUT: Ela guardou o valor da situação familiar.

MÔN: Ela guardou o valor da situação familiar. Ela ficou com os filhos, ela dispensou pensão alimentícia....ela teve um conjunto de atitudes, ela se auto-sustentou até o fim da vida.

(...)

MÔN: Mas a minha avó paterna também era muito interessante - a mãe do meu pai. Ela casou.... É engraçada essa coisa, mas eu sempre escutei muito as histórias das mulheres na família, sempre fiquei sabendo de histórias que outras pessoas não ficavam sabendo.

⁴ Este trecho da entrevista, especificamente sobre os perfis de agredidas e de agressores, tem continuidade na reprodução que analisamos no tópico *A Indistinação entre Violência Conjugal, Psicopatia, Perversidade, Demência, Criminalidade e Outras* do capítulo *Representações de Violência na Fala dos Mediadores do Conflito*.

A mãe do meu pai foi profundamente apaixonada por um rapaz antes de se casar com meu avô. E se casou com meu avô numa desilusão assim, uma coisa de "não deu certo com o outro"...apareceu meu avô lá, ele era vendedor, vendia coisas....ele era libanês

(...)

EUT: Ã-hã. Tu estavas dizendo que a tua avó paterna era muito interessante.

MÔN: E ela era uma mulher muito interessante. Ela teve...eles eram 14 irmãos. Sete homens e sete mulheres ou oito homens e seis mulheres. Era uma penca de gente. Mais ou menos equilibrado. E eu conheci a maioria das mulheres, que eram mais moças, e alguns dos irmãos dela. Mas alguns já tinham morrido. Um morreu de acidente e tal. Era uma tradicional família gaúcha mesmo. Nascida no Pampa, educada na fazenda, trabalhando desde pequenos, meu bisavô tinha muito campo. Era uma família bem de vida. Não era riquíssima, mas enfim, tinha bastante campo. E as irmãs da minha avó, eu conheci muitas delas - várias delas - eram mulheres muito interessantes. Uma delas foi casada com o irmão do Borges de Medeiros. Então, ela viveu toda a história das revoluções, me contava essa história e tal. E a minha vó paterna ela era uma mulher um pouco amargurada. Ela acha que ela foi infeliz. Ela já morreu também. **Ela conta essa história: ela se casou com um homem por quem ela não era apaixonada, que foi um homem que humilhou ela muito, a vida toda - meu avô paterno - isso ela contou pra mim. Ele transava com as empregadas, essa coisa que é usual no campo, e ela agüentou isso, não se separou dele, mas ela tinha horror.** Ela teve cinco filhos homens, nenhuma filha mulher e, enfim, criou todos eles, e tal, e quando se reuniam - meu avô fazia uma grande festa de Ano Novo. Então juntavam os cinco filhos homens com suas esposas, com seus filhos, os irmãos da minha avó, as irmãs da minha avó, os filhos do... sabe? 200 pessoas. Então, tinha essa coisa masculina muito forte. Era muito homem, numericamente inclusive, e tinha essa coisa gauchesca. Eu comecei a brigar com eles com 13 anos de idade. (MÔNICA).

Aqui, é através da qualificação moral das mulheres e da desqualificação dos homens que a fala volta a se ordenar de um modo pouco matizado. A mensagem é simples: mulheres valorosas, fortes, densas *versus* homens traidores, imorais, lúbricos ou autoritários. Mudamos, portanto, de registro, fomos para a memória, para a afetividade, e a ordenação de imagens de homem e de mulher apareceu novamente do mesmo modo.

A observação de campo que relataremos a seguir constitui-se no terceiro nível de experiências que estamos trazendo para resgatar as representações de homem e mulher para as duas coordenadoras da ong. Os fatos relatados também fornecem elementos para analisar essa polaridade que aparece em um contexto vivido operando imagens de homem e de mulher - aqui embasando diretamente a intervenção social de ***⁵, que se localiza entre o grupo de advogadas da ONG em que pesquisamos.

*** no CAMP [Centro de Atendimento a Mulheres Populares], fazendo uma visita um pouco excepcional - normalmente, ela não participa do trabalho no

⁵ O pseudônimo da informante foi suprimido para reforçar o sigilo em torno de sua identidade. No lugar do nome usamos asteriscos.

local, outras advogadas da ONG o fazem. Pela manhã houve reunião com as Líderes Populares. Planejamento, trabalho com a participação de um ONG que trabalha com prevenção à AIDS, orientações sobre encaminhamentos. Todas reunidas em torno de uma mesa grande e comprida, tipo de churrasco, em uma sala de uma associação comunitária, cedida às segundas-feiras para as Líderes Populares. Faxineiras, serventes, ou ex-faxineiras e ex-serventes, e hoje costureiras autônomas ou donas-de-casa, trabalhadoras um pouco mais qualificadas. Das sete Líderes Populares na sala, quatro delas tinham agendas, onde anotavam os compromissos e reuniões que estavam sendo decididos. Me apresentei depois de uma introdução da ***. Me estranharam um pouco. Olhavam para mim, cada uma a seu tempo, durante a reunião. A reunião aconteceu em clima bastante sério e deliberativo. Poucos gracejos. A Líder Popular que fazia a ata, Aida, pediu várias vezes que eu identificasse o meu curso (ao qual estava vinculado o meu trabalho de pesquisa) e repetisse o meu nome.

Pela manhã, o trabalho girou em torno desta reunião, o atendimento ao público foi suspenso. À tarde, haveria novamente o atendimento semanal à demanda das mulheres do local.

No início da tarde, começaram a chegar as mulheres para o atendimento. Populares, da região, muitas vestidas com a roupa das lides domésticas. Várias mães com crianças.

Então, presencio a seguinte situação: a Líder Popular Dulce traz uma consulta para a advogada ***. Luciana, mãe jovem, negra, com história pessoal de abandono e pobreza, etc., tem dois ou três filhos, e mora em “acampamento” improvisado ali na Vila, próximo ao terreno da Dulce. Entendo que o local é como uma barraca em um terreno invadido. Sensibilizada, Dulce auxilia como pode. Comida, leite, agasalho. Dulce é uma liderança comunitária. E se demonstra bem imbuída deste papel.

Traz o caso desta moça para a *** para argumentar que a jovem mãe teve o filho menor (de meses de idade) retirado de sua guarda pelo Conselho Tutelar local, que alegou negligência no cuidado, falta de zelo para com a criança. Pelo que eu pude entender inclusive a criança apresentava brotoejas ou algum tipo de problema de pele. Ora, dizia Dulce, mas a moça não poderia cuidar mesmo muito bem porque sequer água ou fogão ela tem no “acampamento” em que se encontra.

Resposta da ***, indignada, e se disponibilizando imediatamente a defender a mãe: “Mas que barbaridade, ela pelo menos está dando comida, abrigo....se for levar para a Febem todo mundo que tá meio sujo, com alergia.... vai encher a Febem! Vai ter que levar todo mundo para lá”.

Ou seja, de acordo com esta cena, *** deduziu, *a priori*, que o “gancho” aplicado pelo Conselho Tutelar era injusto. E já foi se comprometendo a lutar contra ele. Por quê? Com que elementos? Parece-nos que isto possa revelar uma estrutura básica em que ela opera, de acordo com suas declarações: a mulher tem razão, a mulher é boa, *a priori*. O contendor de sua bondade ou de sua razão é

ruim ou equivocado. **a mulher é boa**, e quando acusada por uma instituição, é a instituição que é MÁ. Isto pode nos levar a pensar - em conjunto com os outros trechos de suas narrativas que analisamos na indistinção sobre violências e na não-escuta dos homens atendidos - que este par (mulher *versus* outrem), no seu pensamento, possa ter uma parte valorada de forma fixa e permanente. Poderíamos inferir que, nesta perspectiva, na análise de um conflito conjugal, não haveria nada a ser verificado porque o par se encaixa perfeitamente no pressuposto: **existe o homem mau** - flagrado por um ato de violência física -, **logo a mulher só pode ser boa**. Não há o que questionar, nem haveria porque ouvir o homem (que Ana reconhece que nunca ouviu, como veremos no tópico *A Indistinção entre Violência Conjugal, Psicopatia, Perversidade, Demência, Criminalidade e outras* do capítulo *Representações de Violência na Fala dos Mediadores do Conflito*). Pois, se mesmo na ausência do Homem Mau, se conclui que a mulher é boa, podendo no caso específico da intervenção observada (por hipótese, pois dispomos para pensar do mesmo número de informações que a *** recebeu da Dulce - eu soube em momento posterior que essa criança já estava há seis meses retirada da mãe), estar havendo até grave violência desta mãe para com esta criança, então a mulher será sempre boa. Logo, não há espaço aberto para ver a mulher como sujeito⁶, como ser complexo, contraditório, matizado, ao contrário do que o discurso bem articulado e bem informado está dizendo. Para admitir esta complexidade da mulher, seria necessário, no nosso entendimento, que se abrisse a possibilidade inclusive de ver a mulher como má, desleal, descuidada, violenta, equivocada - ocasionalmente, dependendo de suas ações. Mas isto não acontece na abordagem que presenciamos.

***, na cena observada em campo, não conhecia a jovem mãe, não sabia o que ela poderia ter feito contra a criança, e se poderia, por exemplo, estar em melhor situação econômica, proporcionando mais bem-estar para seus filhos, ao invés de oferecer-lhes a miséria. Aliás, mais um par revelado aqui. Nesta visão, pobre é bom - e coitado. E está na situação em que está (a pobreza) por injustiça alheia. *** tinha na Dulce uma informação de duvidosa isenção (vizinhas,

⁶ Estamos tomando este conceito no sentido que Figueira (1987: 14) o define: "De modo simplificado, o "sociologicamente invisível" é o imaginário, as emoções, a fantasia, o desejo, em uma palavra, o "sujeito". Este sujeito não se confunde com a categoria ideológica "indivíduo", nem é a noção antropológica de "pessoa": o sujeito é o agente socializado que sofre a ação de regras, transindividuais, mas que é dotado de uma subjetividade que, nos dramas da mudança social em famílias de classe média, ocupa o centro do palco. Este sujeito não é uma ficção, ou mera representação, ou simples efeito da ideologia do individualismo. O sujeito é um lugar real, com eficácia e características próprias, ao qual se articulam diferentes ideologias, individualistas ou não, que o afetam de modo problemático. O sujeito é um substrato efetivo que subjaz a diferentes noções de "pessoa", mas cujo funcionamento não se esgota na lógica de tais noções."

apoiadora). O Conselho Tutelar tomou essa medida baseado em fatos e avaliação de seus profissionais. Sem dúvida pode estar errado. Mas é mais provável que sem conhecer a mulher, e com dois ou três dados, quem estivesse se equivocando fosse ***. A operação conceitual subjacente da postura percebida ficaria formulada assim:

Mulher é boa	x	conselho tutelar (instituição) é ruim
Mulher é boa	x	pobreza é ruim
Mulher é boa	x	homem (o envolvido no conflito conjugal) é ruim

O mundo, por esse esquema, está organizado entre dois pólos - e eles têm um elemento do par fixo (a mulher é boa, positiva), logo, o outro só pode ser seu oposto.

Contudo, esta não é uma posição inequívoca das advogadas feministas. Encontramos em nosso material situações em que Ana e Mônica vão mostrar que podem entender a ambigüidade das mulheres no conflito e aceitá-la.

Uma delas diz respeito à compreensão necessária para atender uma mulher que vai e volta para o seu laço conjugal violento repetidas vezes (fenômeno verificado por Grossi (1988), referido também por Gregori (1992) e Soares et alii (1996) e que, levou as pessoas que trabalham no atendimento à mulher agredida a um impasse). Esta mulher agredida demanda uma sucessão de interlocuções e intervenções de serviços de apoio, assistência e mediação, retornando para o seu marido ao fim de algumas etapas de negociação e frustrando a expectativa inicial das pessoas que mediam sua situação, que seria de separar a mulher do seu *agressor*.

Uma outra maleabilidade nas posições polares de Ana e Mônica se refere ao reconhecimento de uma ação “ruim” de uma mulher. Essa “quebra” na lógica predominante que vimos até aqui, passa, no entanto, por uma suave acomodação estilística, como veremos. As duas informantes coordenadoras da ONG ficam ainda muito longe de reconhecer as mulheres como potencialmente “más”, ou equivocadas em suas atitudes. Mônica opera esse deslocamento ao descrever o caso de uma mulher que vive com um companheiro mais novo, que se distingue tanto pela violência como por um excepcional desempenho sexual. Ele a agride, não trabalha e, pela conclusão das advogadas ao escutar apenas a narrativa da mulher, possivelmente ele mantenha relações sexuais com a filha excepcional, de 15 anos, do primeiro casamento desta mulher, que fica sob a guarda dele durante o dia. Mônica deduz que é muito improvável que esta mulher não saiba que a filha esteja sendo agredida. E, então, Mônica conclui “este é um lado feio das

peças”. Ou seja: não é o lado mau da mulher, é da humanidade toda⁷. E mais uma vez - apenas para mantermos a coerência com o esforço do nosso trabalho - valeria ressaltar aqui que a violência desta mãe contra esta filha excepcional se dá pela não-ação, pela omissão, por uma edulcorável “ignorância”.⁸

EUT: Como é que tu assim (?) isso assim pra ti? Desculpa eu te perguntar isso. Eu não sei que resistência é preciso ter pra lidar com isso.

MÔN: É, eu acho que precisa ter uma certa resistência, não é todo mundo... principalmente porque são situações de muita frustração, entende. Se a gente conseguisse atender os casos e resolver a gente ia ficar feliz. Mas, não resolve, entende? E se resolve um, vem mais cinco que tu não resolve. E vem não sei o que. Por exemplo, a Chica tava contando que essa semana ela atendeu uma mulher que o cara bate, que bate na filha que é excepcional, tem 15 anos. Ela tem 45 anos, o cara tem 25, ela trabalha e sustenta o cara. Ele não trabalha, mora na casa dela e bate nela e na filha, e chama ela de puta, vagabunda, não sei o que. A Chica disse bom: “precisamos tirar esse homem de dentro de casa”, e ela não quer, porque ela transa bem com ele. Ela gosta de transar com ele, transa todas as noites. (risos) E aí, sabe, é uma coisa completamente complicada. Nós sabemos de antemão que o cara deve transar com a guria, entendeu? Porque ela sai pra trabalhar e o cara fica com a guria dentro de casa. É uma menina de 15 anos, deficiente mental. Então, é muito complicado, assim. Que que a gente faz nas situações dessa natureza? Primeiro porque a gente prescinde, a gente necessita... quer dizer, o que que a gente pode fornecer como serviço, é o máximo de informação possível; o máximo de solidariedade possível. Nós podemos estar abertas a ouvir aquela mulher quantas vezes ela quiser, coisas que os serviços públicos em geral não fazem, enchem o saco. Não quer, nunca mais volta, entendeu? A gente tem uma atuação não-prescritiva. A gente não diz: “não, tu só pode se separar”, ou “tu tem que fazer tal coisa”, o que acontece em geral com os serviços públicos, né. É isso que a gente tem pra oferecer de melhor.

(...)

MÔN: Claro, toda vida. Então, a gente fica um pouco a mercê dessa balança, assim, né. E isso... O que mais me angustia não é ouvir as histórias e saber que isso acontece. Ouvir as histórias e saber que isso acontece é barra pesadíssima, mas... é meio que conviver com o lado feio da humanidade mesmo, assim, sabe, o quanto as pessoas podem ser cruéis, mesquinhas, violentas... Essa mulher, por exemplo, é impossível que ela não se dê conta que o cara transa com a filha, entendeu. Ela sabe disso evidentemente. Ela é cúmplice dessa história, e tal. A gente não sabe que impacto isso tem na vida da menina, se a menina gosta ou não. Então, quer dizer... não é que a gente ache que as mulheres são uns anjos, entende. A gente sabe que tem uma complicação geral. E que é um lado feio das pessoas. Difícil mesmo. Agora, isso a gente até... em geral as pessoas que trabalham aqui tiram... têm o perfil necessário pra trabalhar, têm... a gente acaba se divertindo, porque ela acabou contando como é que eram as transas. E nós dissemos: “Mas Chica, tu nessa falta que tu tá, porque tu não tirou o cara da casa e levou pra tua, entendeu. Vamos fazer uma

⁷ Sustento esta interpretação que me parece relevante, mas cabe indicar que minha orientadora chamou a atenção aqui para o fato de que, possivelmente, eu não esteja valorizando a complexidade que está sendo expressa para além da fala (do texto). Para mim, pareceu importante ressaltar esta interdição na palavra da evidência “mulher-ruim” ou “mulher-má”.

⁸ Ver a discussão sobre esse tema no tópico *Violência: Ação Ativa e Ação Passiva* do capítulo *Representações de Violência na Fala dos Mediadores do Conflito*.

cautelar, e tal” (risos). Então, a gente lida com um certo bom humor, com uma certa distância e tal pra não pirar, né.

Mas, de qualquer forma cada caso desses gera uma angústia de como resolvê-lo, né. Como resolver, quais são os limites, que outra coisa que a gente podia fazer, e tal. Então, isso um pouco bate individualmente assim: que o fato de estar o tempo todo trabalhando numa tarefa que nunca se acaba, né. Que nunca acaba, que tu nunca consegue fechar, e tal, porque uma coisa leva a outra. Isso é complicado. E em relação aos serviços públicos... (MÔNICA)

Esta dicotomia homem mau *versus* mulher boa parece ressoar uma estratégia política de um momento inicial da luta feminista no Brasil, onde o objetivo fosse a sustentação de um discurso de construção - então, muito problemático - de reconhecimento dos direitos da mulher. A simplicidade da dicotomia que verificamos aqui lembra o discurso político militante, que precisa fragilizar/desprestigiar o contendor para estabelecer o próprio poder, sem muitos matizes. É importante compreender este uso político para perceber questões de fundo dessa dicotomia presente nas imagens de homem e de mulher que analisamos aqui. No entanto, sinalizamos que, embora deva ser avaliada essa influência da militância política, ela não encerra sozinha a construção desta fixidez. Voltaremos a esta questão sobre militância feminista e compreensão dos conflitos conjugais na discussão do tópico *A Indistinção entre Violência Conjugal, Psicopatia, Perversidade, Demência, Criminalidade e Outras* do capítulo *Representações de Violência na Fala dos Mediadores do Conflito*, subsidiando-nos com os achados de Soares et alii (1996) nas Delegacias Especiais da Mulher do Rio de Janeiro.

Mas agregamos aqui a advertência de Heilborn (1992):

Sistematizando algumas contribuições em torno de gênero, veja-se o trabalho de Rubin que, escrito em 1975, permanece instigante. Com preocupação de que toda a análise das causas da condição feminina está na base de qualquer afirmativa do que deve ser mudado para alcançar uma sociedade sem hierarquia de gênero, ela revisa a literatura canônica.. Um pequeno alerta deve ser acionado, pois que a relação entre o uso da teoria como instrumento analítico e como fonte inspiradora da prática política está longe de ser uma questão de fé, ou de resolução descomplicada, ainda que assim ela se apresente muitas vezes. Mas, de qualquer maneira, vale sublinhar essa posição de Gayle Rubin, porquanto ela é bastante difundida nesse meio e, a meu ver, promove grande confusão no debate (HEILBORN, 1992: 99).

A Liderança Popular

Trazemos em complemento ao discurso das duas coordenadoras da ONG - até para contrapor esta operação de imagens de homem e de mulher em uma

formação e um repertório completamente diferentes daqueles das informantes anteriores - um dado da narrativa de Dulce, líder popular casada com Leonardo, que, no capítulo *O Eixo Privado*, tem sua narrativa de história pessoal analisada detalhadamente. Mas esta passagem nos interessa aqui:

EUT- Ele te agredia (?) ?

DUL- Ele me agrediu uma vez. Eu avançava mais nele. eu... eu... eu até eu acho que se ele me agredisse mesmo e me batesse, eu... não teria retorno. sabe, não teria mesmo retorno. Uma vez ele me deu um tapa. Mas aquilo ali quando nós tava num bolor só, porque eu agredia, eu me avançava e ele me ofendia verbalmente. E quando ele me ofendia verbalmente, eu perdia...

EUT- (?)

DUL- ... eu saía, eu perdia totalmente... totalmente o controle. Sabe o que que é a adrelina subia, assim, que ninguém me segurava, sabe.

EUT- Tu chegava a bater mesmo, assim, de... bater com vontade?

DUL- Com vontade, o que tinha na mão... uma vez eu... ele segurou uma faca na mão... hã... que eu enfiei a faca ele segurou o fio da faca assim, na barriga, sabe. Aí quando eu vi que eu não ia enfiar a faca nele, eu torci a faca. Eu tirei todo o... a mão dele assim, sabe, no meio da mão. Outra vez, um... (com um leve riso na fala) um casal, o do lado(?) da nossa casa, a mulher matou o homem com machadada. De noite, esperou o marido dormir e degolou ele, né. Eu disse pra ele: "olha, tu facilita eu faço contigo isso". Ele olhou pra mim e disse: "tu não é mulher pra isso" e botou a cabeça num banquinho. E eu peguei o machado... ele tirou fora e eu atorei o banco.

EUT- Nossa.

DUL- Hoje... hoje as coisas se tornam assim mais... é... uma brincadeira, porque às vezes ele reparte o cabelo dele e vem as gurias (risos) (?) o machado, a história do machado, entende (risos). Nós superamos essas coisas assim de uma tal maneira... (DULCE)

Nossa questão com esta narrativa de Dulce, neste capítulo sobre imagens de homem e imagens de mulher, é questionar a suavidade com que foi ressignificado o ato de nossa informante ao longo dos anos no âmbito familiar e mesmo no público - uma vez que ela me conta a história rindo hoje, como riem todos dessa história em família, pela sua narrativa.

Dulce e toda a sua família podem rir dessa passagem, na nossa interpretação, porque quem empunhava o machado era uma mulher. Mesmo que o desfecho tivesse sido idêntico, se os atores estivessem trocados e Leonardo (seu marido) tivesse empunhado o machado naquele momento, acreditamos que dificilmente a família riria hoje desse ato quando Dulce repartisse o cabelo do lado. Por quê? Porque a mulher não é vista como potencialmente "perigosa", mesmo quando age de forma altamente violenta, pondo em risco a vida de outrem. Ao homem é colada uma periculosidade mítica, igualmente independente de suas características individuais e particulares. Esta periculosidade dificilmente seria descolada e tratada posteriormente como uma piada em família. Dulce, que empunhou um machado e partiu em dois pedaços o banquinho onde Leonardo

repousava a cabeça, poderia tê-lo matado mesmo. Mas não é perigosa. Não se considera assim, e não é considerada pela sua família e por seu marido. Para ela, aquilo foi um evento de um momento infeliz, quando “a adrenalina subiu”. E não uma amostra de sua natureza potencialmente destrutiva e violenta.

A suposição sobre a periculosidade do homem, mais ainda quando instalado por um ato no papel de agressor, também se interpõe diretamente evitando a escuta. Nossas informantes manifestam claramente o medo de ouvi-los. Medo do que esses homens “perigosos” possam fazer nas instâncias de mediação (Delegacia, ONG, Serviço de Informação à Mulher, etc).

EUT: Â... Vocês ficam sabendo isso mais pela mulher. Mas o homem vai bastante lá [ao CAMP], não vai?

CHI: Muito pouco.

EUT: Quando vocês chamam?

CHI: A gente nunca chama.

EUT: Ah, não chamam.

CHI: Nunca chama. Não tem chamado. A gente tinha até pensado em chamar, mas só que quando todas elas chegam lá, é caso de violência, né. Nunca foi assim: “ah, porque eu não gosto mais do meu marido, por isso que eu quero me separar”. Não, é porque o cara batia...

EUT: E quando é caso de violência vocês não abrem o diálogo com eles?

CHI: Não. Não. A gente toma medidas mesmo, porque daí... é a única... infelizmente, as pessoas que... que... tem essa coisa... que é violento, normalmente... pelo menos... claro, né, tem a regra que ele é covarde, que ele bate na mulher ou nos filhos dele, né. Mas, ele não tem outro... respeito pela outra mulher. Nós somos um bando de mulher. Chama lá, ele vai dizer um monte de desaforos prá nós, vai embora, vira as costas e... (CHICA)

O Advogado Recordista de Júris em Crimes Passionais

O advogado criminalista com o qual realizamos estas interlocuções que aqui nos subsidiam representa uma “vanguarda” - conforme o critério para a seleção de nossa pesquisa - porque a complexidade da violência conjugal entrou pela porta da frente de seu consultório, e ele precisou explicar sua realidade através de uma trabalhosa reflexão pessoal. Ele não tem nenhum preparo subsidiado pela produção acadêmica recente, nenhuma leitura teórica atual sobre abordagens de violência no contexto conjugal ou algum estudo sobre gênero. Mas, em sua entrevista à revista, através da qual o localizamos, ele demonstra dar conta da tarefa inescapável, na sua escolha profissional, de enfrentar essa complexidade. No entanto, é com os instrumentos colhidos através de seus pertencimentos - um homem trabalhador, com origem familiar nas camadas

médias, na faixa etária dos 70 anos, - que este advogado vai tentar explicar esses “enigmas” da complexidade.

As imagens de homem e mulher que aparecem na sua fala se relacionam diretamente com papéis de gênero tradicionais, vividos com estabilidade em uma realidade brasileira metropolitana de trinta ou quarenta anos atrás, associadas às mensagens que a honra feminina e a honra masculina mediterrânea⁹ idealizam no contexto em que podemos supor que este profissional teria forjado suas principais crenças. É claro que estamos nos referindo a um núcleo central de formação dessas crenças e conceitos - não pensamos que ele não tenha tido a capacidade de dialogar com novas e complexas crenças mais recentes.

CAR: (...) Agora, os casos que vão eclodir nas Delegacias da Mulher, eles tem uma aparência de brutalidade, porque a mulher é, no fundo, extremamente resignada. A resistência da mulher, eu sempre tenho dito, é uma das coisas mais louváveis que eu já vi na minha vida. A mulher tem muito mais coragem do que o homem. Ela resiste mais à adversidade, ela resiste mais à dor. O homem se desespera por pouco, o homem tem muito mais fraqueza interior sob este aspecto. O que eu defino da minha experiência. Então, quando uma mulher chega à Delegacia da Mulher, é porque ela já apanhou uma porção de vezes. Quer dizer, aquele momento em que ela chega à Delegacia da Mulher... em mais de 90% dos casos... eu não tenho estatística, não sou delegado da Delegacia de Mulher, não sou habitué de frequentar a Delegacia da Mulher, mas por tudo... por tudo quanto eu ouço, vejo, por tudo que eu leio, por tudo que... que... os meios de comunicação transmitem, a mulher tem um nível de resistência... ela só vai à Delegacia da Mulher quando ela tá saturada. O que acontece é que, em regra, ela não pode reagir de pronto, porque ela tem uma dependência econômica do marido. Geralmente vão às delegacias aquelas mulheres que têm autonomia, que tem capacidade de sobrevivência sem o marido, e que, às vezes, até sustenta o marido.

EUT- (?)

CAR- Ela apanha e ela sofre porque ela tem que dá alimento pro filho e quem traz o dinheiro é o marido. De maneira que existe uma dependência terrível de ordem material que faz com que ela não possa, né, dar vazão ao desígnio dela, que era imediatamente fazer uma reclamação, não vai. O que você tem que considerar, também, é que onde existe ameaça existe o medo. À vezes... hã... às vezes, aquele que diz que vai matar, não vai matar. Existe até um teste nos Estados Unidos, que foi feito (?) foi muito pouco coincidentes a respeito da conduta, que nem sabe (?) , você não pode antever a conduta de ninguém. De maneira que, às vezes, também as mulheres...

(...)

Aqui você vai nas camadas mais pobres, assim - eu não sei se está acontecendo isso no Rio Grande do Sul - é mais fácil encontrar emprego pra mulher. E elas estão sendo mais bem pagas que os homens, porque o homem quando trabalha geralmente é dois, três salários mínimos, aqui pra ter uma empregada custa cinco salários mínimos no mínimo. Então... é... hoje, uma diarista tá ganhando de 40 a 45 reais por dia, o homem não arranja esse ordenado de jeito nenhum. Então, as mulheres estão atingindo o domínio econômico dentro das classes menos categorizadas. Agora, eu tenho... eu confesso pra você que eu tenho um imenso medo, um imenso medo. Esse problema da posição da mulher no futuro, e a mulher dentro da estrutura doméstica... Isso você, que é estudiosa e tá se

⁹ Ver discussão no capítulo *Suporte Teórico* sobre machismo e marianismo, conforme STEVENS (1977), MELHUS (1990), PITT-RIVERS (1979) e PERISTIANY (1988)

dedicando ao mundo científico, precisa analisar bem, porque... eu não tenho nenhuma dúvida de que a matriz moral, dentro de uma casa, é dada pela mulher. Eu posso dizer a você que eu, na minha vida, eu amanheci no trabalho e dormi no trabalho, eu praticamente não vi meus filhos crescerem. Nenhum filho meu fuma, nenhum filho meu bebe, nenhum filho meu me deu trabalho... e eu tenho a graça divina de ter recebidos filhos e... se eu tivesse que fazer um toque de magia pra mudar eu até não quereria mudar, o que eu acho que seria uma ingratidão. E a educação na minha casa, quem deu aos meus filhos não fui eu, foi a minha mulher. Eles viveram foi em contato com ela. O que que eles aprenderam de mim? A ciência? O que que eles aprenderam de mim? Que eu os protejo? O que que eles aprenderam de mim? Que eu me apliquei, que eu estudei, que eu sou trabalhador, que eu sou honrado. Eles aprenderam como exemplo, mas aquele dia-a-dia, se que tivesse ficado em casa e minha mulher tivesse vindo trabalhar, eu acho que eu sapecava eles, que a mulher é mais tolerante do que o homem e talvez eles não tivessem a formação que tem. Então, o problema da mulher sair de casa para o trabalho, da mulher mãe, é uma coisa que é difícil. Quer dizer, a divisão da mulher entre a prestação do serviço e a colaboração doméstica no plano patrimonial e o problema dela ser a educadora também no plano doméstico (?) perigosa.

EUT- E o senhor acha que, numa perspectiva futura, o homem não poderia ter...

CAR- Eu não sei... eu tô vendo essa mocidade na (?) . eu tô vendo essa mocidade perdida eu fico dizendo: será que é porque? Porque eles não tem mãe? Será porque eles vivem na rua? Será porque a mãe tá no trabalho? Será porque a mãe não está vendo? Será que é porque a mãe não está lotando afetivamente na primeira infância, tem uma carência da mãe imensa? Será que na raiz do vício não está a dissociação da criança com a mãe? Eu não sei, às vezes eu fico pensando. Eu tenho muito medo, sinceramente eu tenho muito medo.

EUT- Esses papéis sociais que determinam certos comportamentos para cada sexo, para cada papel, hã... eu tenho notado uma coisa, o homem não pode falar sobre o sofrimento dele, né. Eu imagino que, a partir do momento que haja um crime, né, toda essa subjetividade, essa coisa que a mulher pode expor, pode falar, que tá sofrendo, se queixar, né, o homem tem mais dificuldade. Eu entrevistei alguns homens que tiveram em um contexto de sofrimento e eles não diziam: "ai, eu me desesperei. Ai, eu sofri. Ai, eu chorei"...

CAR- Mas ai, então, eu vou te dar um outro argumento. Eu vou te dar um argumento. Sabe que uma das coisas mais comoventes que eu assisti na minha, eu era aluno de Direito Civil do (?), que foi ser Reitor da Universidade. ele foi meu professor na (?) e deu aula pra mim de Direito Civil. Ele era um homem, assim, amigo, afável, simpático, humano, desprendido das coisas materiais. Então, ele veio dar uma aula de Direito Civil pra nós, sobre casamento, (?) aquela balela: "ah, o casamento é um contrato bilateral, em que existe a adesão da vontade dos lados" (?) celebrar as núpcias? "Olha, o casamento é o contrato irrevogável do Direito brasileiro..." - naquela época era, hoje já não é mais, porque hoje já tem o distrato através do divórcio - ele disse, assim: "agora vocês me dão licença, eu vou dizer (?) pra vocês o que que é o casamento. O casamento é outra coisa. O casamento é um sacramento". Ele disse assim: "olha, a nossa vida é difícil, é dura, é agreste, é pesada. Nós encontramos todos os dias, todas as horas, adversidades nas ruas, nós sofremos espezinhamento, humilhação maior ou menor, nós temos contrariedades. Agora, se o homem for bem casado e se ele tiver uma esposa que efetivamente ele ame. Se ele tiver uma companheira, ele vai ter a sua vida profundamente amenizada, porque ela é a única pessoa sobre a terra a quem você pode externar a sua fraqueza e a sua dor. E ela é a única pessoa sobre a terra que te dará o consolo. Você não pode contar pra filha, você não pode contar pro filho, você não pode contar pra mãe, você não pode contar pro pai, você não pode contar pro

estranho. A única pessoa a quem você pode contar é a esposa". Ele disse: "então, o maior mérito do casamento, a maior fonte da ventura, o que torna a vida tolerável é exatamente o casamento na proporção em que é um ponto em que você pode abrir a sua alma, que você sabe que do outro lado você tem a fidelidade e a compreensão". Eu acho isso lindo e acho isso extremamente valioso e verdadeiro. Você não acha? Pra você, eles não abrem a alma. Pra mim, advogado, eles abrem a alma um pouco mais, mas eles não abrem a alma. O homem não abre a alma na hora da confissão para o padre. O momento em que você é mais capaz de se despir, do que o narcisismo e da tua vontade de avidamente guardar o teu problema é na hora em que você for conversar com o teu marido, ou na hora em que você for recepcionar a conversa do seu marido. Então, o casamento, ele tem fontes de ligação e de atrelamento. Às vezes, ele perdura... ele... é violência sexual, é identidade(?) afetiva, o tempo vai passando, ele vai fluindo, acaba até perdendo o apetite sexual no casal, o amor permanece. Porque ele é muito mais do que tudo isso, ele é o universo, ele é a vida. O casamento é o destino do homem. O casamento... o único que você tem... o único momento que você tem a fruição do prazer autêntico, porque é o prazer legítimo. E eu não vejo ventura maior do que um bom casamento.(...)

EUT- Agora, digamos, também pode haver escolha dos pais de rejeitar determinado filho por algum motivo. Sabe, esse filho não se enquadra no nosso espírito, não é... E com essa rejeição... essa rejeição pode ser...

CAR- Agora, você imaginar uma rejeição propositada por parte do pai, não, não pode. Olha, pode ser que ele tenha uma mágoa profunda de um gesto, de um ato... aí eu não sei, mas... quando eu penso que o pai rejeita o filho.. até me dói o coração, que eu sou um devotado pai. Mas é possível que tenha um ressentimento, que tenha uma mágoa, que vá bani-lo do lado, que vai colocá-lo do lado, né. Tem até a... tem até um instituto no Direito Civil - que eu não sei bem como é que é isso, que eu não leio esses livros do Direito Civil - da ingratidão, gerando a revogação da doação, né. (CARVALHO)

Como aparece nas entrevistas das coordenadoras da ONG, da liderança popular e do advogado, podemos pensar que, mesmo nas reflexões de vanguarda, os conceitos que estão explicando as realidades e instrumentando as negociações de conflitos permanecem ainda muito submetidos a compreensões de gênero e exercício de papéis idealizados, naturalizados, "contaminados" por imagens produzidas pela e para a educação de homens e mulheres que se destinam ao exercício de papéis úteis, bem acomodados, e desejados pela sociedade abrangente para a sua própria reprodução e manutenção de estruturas de poder.

As informantes que coordenam a ONG investigada vão à produção teórica dialogar, buscar a elucidação da complexidade que a experiência cotidiana teima em lhes oferecer, mas voltam correndo a suas ferramentas de crenças estáveis e naturalizadas quando a emoção - a raiva, a dor, a compaixão - as deslocam de um raciocínio predominantemente lógico e/ou teórico.

O que resta dito pelas nossas informantes aqui é que o masculino e o feminino são coisas essenciais. As falas e as práticas observadas demonstram que, embora absorvam teoricamente as reflexões contemporâneas que vêem o gênero como uma construção social que se dá pela relação, a vivência cotidiana informa outra coisa. Se no conflito conjugal, as intermediadoras se recusam a

ouvir uma das partes (o masculino, e sempre a parte valorada negativamente no conflito) estão se organizando de forma fixa e militante - a favor do que “é” *ser mulher* em uma situação de conflito conjugal. Voltarei a esta análise nos capítulos *Suporte Teórico*, sobre gênero, e *A Insuficiência do Direito*, sobre um modelo de militância operando a compreensão do conflito.

Capítulo 2

REPRESENTAÇÕES DE VIOLÊNCIA

Neste capítulo abordaremos as representações de violência presente no discurso de nossos informantes e que informam sua prática de mediação no conflito conjugal violento.

Essas representações partem da idéia de que *violência* é essencialmente a violência física e, portanto, masculina. O gerador da violência é o homem, a mulher é apenas um veículo de transmissão dessa violência que é gerada no pólo masculino da relação.

Aliado a isto, percebe-se no discurso dos mediadores do conflito conjugal violento uma indistinção importante a respeito dos diferentes tipos de violência que ocorrem ao abrigo ou ao derredor do laço conjugal. Ao colocar sob a mesma rubrica "violência conjugal" categorias distintas de violência - crime, psicopatia, perversidade, demência - acabam por instalar o homem, e só o homem, no pólo violento do conflito.

Assim, definem-se lugares específicos e cristalizados para homens e mulheres no processo violento, relacionado a representações de gênero cristalizadas - mulher boa x homem mau (como vimos no capítulo *Representações de Homem e de Mulher: as polaridades de valor*). Um lugar não relativizado, portanto, que cega o olhar para uma potencial violência feminina e, como veremos ao longo da dissertação leva e justifica a que não se escute o homem na intermediação do conflito conjugal.

1. A Noção de *Carga e Descarga* do Ato de Violência

As noções de violência¹ compartilhadas predominantemente nas interlocuções com os mediadores de conflitos conjugais que ouvimos, e também nos discursos disseminados pela mídia a respeito da violência conjugal, tendem a identificar o significado de violência com a sua dimensão física e material. O apelo da materialidade da violência física - a cicatriz, o hematoma, o estupro, o corte, o sangue, o dano evidente - parece absolutamente superior a qualquer outra

¹ Ver discussão sobre o conceito de violência, e sua característica de *palavra-valise* no final do tópico *Violência: Ação Ativa e Ação Passiva* deste capítulo e no capítulo *Suporte Teórico*.

forma ou expressão de violência que possa se manifestar nas relações conjugais, independente de seus potenciais danificadores ou destruidores poderem ou não competir entre si (sendo comparativamente iguais, menores ou maiores).

Acreditamos que devido à sofisticação crescente dos discursos a respeito da violência - marcadamente pela reflexão acadêmica e pelas conquistas da militância feminista na defesa da mulher agredida - outras formas de violência também foram sendo listadas neste texto (como a ameaça e a agressão verbal), só que rapidamente elas foram organizadas em posição favorável à vítima já consagrada e fixada no debate na sua instância física - a mulher.

A mulher sofre um posicionamento prévio oferecido pelo pressuposto biológico: como ela é mais fraca fisicamente que o homem, genericamente, ela é naturalizada na posição de potencial vítima da violência física. Como a violência física é, na verdade, o medidor maior do significado genérico de "violência" compartilhado no meu universo de pesquisa, a operação se completa associando-se qualquer forma de violência (mesmo aquelas para as quais os homens não apresentariam nenhuma aptidão maior, natural) com o vetor predominante na ação física: uma ação de homens contra mulheres, ou de fortes contra fracos.

Concordando, no entanto, que a mulher também é violenta, até por reconhecimento de um senso comum embasado na experiência coletiva - verificado através da ação perceptível de mulheres de carne e osso no mundo de uma realidade compartilhável - nossos informantes (incluída aqui a voz da mídia) concluem com naturalidade que sua expressão violenta (da mulher) também se realizará.

Bom, mas acontece que já estava conceituado que violência se expressa em forma de uma ação física (porque, afinal, isto é que é "violência"). Para realizar esse raciocínio mantendo um fio lógico, precisa-se de um objeto compatível com a força física das mulheres - menor que a dos homens, genericamente. Para exprimir essa violência de que a mulher seria também autora, mas absorvendo a imagem mais forte da violência física que permanece contaminando o conceito, acaba-se triangulando para uma terceira figura capaz de resolver o impasse conceitual (impasse que pergunta: como a mulher pode realizar "violência" sendo ela mais fraca?). A resposta é: através do filho. A mulher não seria capaz de enfrentar fisicamente o homem e levar a melhor, ferindo-o mais do que sendo ferida. Então, se conclui que a mulher bateria nas crianças **para "descarregar" a violência que sofreu do cônjuge.**

De todo o modo, sua atitude é vista como **consequência da agressão do marido.** Ela não bate nas crianças porque seja uma pessoa injusta, violenta, autoritária, agressiva, provalécida por sua força física superior. Aqui, ela bate

PORQUE apanhou. Continua vítima, portanto. Eu não resisto à comparação: como num engavetamento no trânsito, a culpa ainda é do homem porque ele bateu primeiro e provocou a sucessão de agressões, das quais os demais foram *agentes involuntários*, se batendo por inércia (aliás, ação passiva: deixar de frear).

Vamos assinalar aqui, para o aproveitamento que se torne possível, essa noção de **carga e descarga** de violência, que lembraria uma noção de energia elétrica, emprestada das Ciências Físicas, trazida pelos nossos informantes. Importante atentar para a ordem do dado: isto não está sendo dito pela narrativa dos “violentos”, dos espancadores. E nem na narrativa recuperada através de nossos informantes daquelas pessoas que têm as atitudes violentas. Está sendo dito como justificativa, como explicação das pessoas que intermediam esses conflitos e dão a sua interpretação sobre a violência dos outros.

Em Girard (1990), encontra-se diálogo com “mecanismos fisiológicos” da violência, de ordem biológica, que se associam a esta noção de carga trazida aqui e com suas “propriedades”, como veremos.

Uma vez despertado, o desejo da violência produz certas mudanças corporais que preparam os homens para a luta. Esta disposição violenta possui uma certa duração. Ela não deve ser considerada como um simples reflexo, cujos efeitos desapareceriam assim que o estímulo deixasse de agir. Storr observa que é mais difícil apaziguar o desejo de violência que desencadeá-lo, principalmente nas condições normais de vida em sociedade. (...) A violência não saciada procura e sempre acaba por encontrar uma vítima alternativa. A criatura que excitava sua fúria é repentinamente substituída por outra, que não possui característica alguma que atraia sobre si a ira do violento, a não ser o fato de ser vulnerável e estar passando a seu alcance. (...) Convém perguntar se o sacrifício ritual não se baseia em uma mesma substituição de mesmo tipo, embora em sentido inverso. (GIRARD, 1990: 15)

De acordo com as interpretações dos intermediadores de violência que eu entrevistei, o ato violento geraria uma “carga” que precisa ser “descarregada”. E que não parece que se “descarregue” sozinha. É preciso repassá-la. O entendimento tácito é de que ninguém ficaria com a “carga” para si se tivesse oportunidade de repassá-la, inclusive aqui com uma duvidosa operação de “justiça” (dentro da mesma lógica que reclama da “injustiça” do homem bater na mulher), pois poderia haver a aplicação de conceitos como *covardia* ou *injustiça* para a manobra da mãe espancada (carregada) ao “descarregar” nos filhos, que não estavam associados à primeira carga (do marido contra a mulher).

A idéia que estamos aproximando de Girard (1990), a partir das informações trazidas por nossos informantes, é de que a violência tem propriedades intrínsecas cujo movimento e ação precisa ser administrado, em

uma “economia”, pois o descontrole de sua circulação pode levar a uma ruptura radical da ordem.

Só é possível ludibriar a violência fornecendo-lhe uma válvula de escape, algo para devorar (GIRARD, 1990: 16).

Esta noção de substituição de objetos da violência pode ser verificada também pelo feminismo marxista, evolucionista, que acusava o homem de, ao ser oprimido pelo seu patrão capitalista, “descarregar” a violência sofrida na sua mulher, em casa, no âmbito privado. Mas aqui não havia sumiço de noções: era considerado covardia ou injustiça que o homem repassasse esta carga de agressão do patrão para a sua mulher.

Escutemos uma informante, líder popular:

EUT: Agora, essa... a tua experiência também no Conselho Tutelar, hã... dava pra ver alguma situação das mulheres serem violentas com os filhos?

NEU: Ah, sim, dava, em muitos casos. Bah, a mãe deixar a criança presa dentro de casa, amarrada dentro de casa, lá a gente presenciou bastante este tipo de caso. Mulheres que sofrem violência e fazem violência com os seus filhos. A gente tinha muito isso.

EUT: Por sofrer violência, passava pros filhos?

NEU: É, porque não tem em quem descarregar, quem é que tá mais próximo? Não é o gato, não é o cachorro, é os filhos, entende. (NEUZA)

Na voz de outra liderança popular:

DUL- É... esse... olha, eu conheço muito pouco os homens, principalmente assim na nossa... na nossa... hã... no nosso nível social, que ele tem menos cultura, tá, na vila assim, onde aqueles homens foram criados assim: eles pra trabalhar e sustentar a casa e a mulher pra servi-los, né. É difícil tu encontrar um homem que realmente diga assim... valorize a mulher pelo que ela é, sabe, dê inteira liberdade pra ela se expressar, conversar, sair em público, falar, participar. E lá elas participam de uma reunião com a permissão, ou então dizendo que é uma outra coisa. Então... elas são muito tolhidas, e eles tem muito poder... aquele centro de poder... e outra, e ele sabe que no momento que a mulher começar a participar de reuniões, ele vai começar a perder o poder sobre ela. E ele tem isso de poder.

EUT- Tem medo disso.

DUL- Ele tem medo de perder o poder sobre a sua... sobre a mulher. Porque muitas vezes para o homem que é criado sob o machismo, sob toda aquela coisa, a única coisa que realmente ele tem poder é a mulher. Porque ele trabalha de empregado lá no... e tal, e o patrão...

EUT- (?)

DUL- É, (?) na cabeça dele, ele passa trabalho, ele recebe aquele salário minguado. Ele já tá devendo no armazém, no supermercado, a metade ou mais que a metade, não vai dar pra fazer nada, e tudo. Então, ele não domina nada. Realmente, o homem é um ser dominador que não domina nada. São poucos os homens que realmente dominam a sua vida financeira, porque se tu for ver... ele tá sempre envolto em dívidas e a responsabilidade da dívida é com ele. E ele que tem que assumir e ele é que tem que comprar. Porque? Porque ele é o provedor. E quando

ele não consegue, quando ele perde esse controle de provedor e... e mantenedor, essa coisa toda, quem é que ele pode mandar? Com quem ele pode gritar? (?) é a mulher. (DULCE)

É uma noção bastante naturalizada, nos parece. Nossos informantes, quando se referem à “descarga” da mãe sobre os filhos não se exigem o trabalho de explicá-la, tratando-a como natural: é uma explicação pacífica. Tampouco, no caso do depoimento que trazemos aqui de uma intermediadora de conflitos do Rio de Janeiro a uma jornalista na revista *Veja*, essa interlocutora crítica (a jornalista) levantou estranhamento ao que estava sendo dito - ao contrário, qualificou a operação de “síndrome da violência adquirida em casa”.

A Casa Abrigo do Rio de Janeiro é uma das mais bem estruturadas. Tem psicóloga, agente de saúde, educadoras sociais, professoras para as crianças de até 6 anos e segurança. É provável que nenhuma das 71 mulheres e 133 crianças que ali aportaram entre janeiro e abril deste ano tenha recebido tanta atenção em toda a sua vida. Ainda assim, o rompimento da mulher agredida com seu mundo é duríssimo, e nem todas agüentam. Algumas trazem em si a síndrome da violência adquirida em casa. “Não tendo em que descarregar, elas agridem os próprios filhos, deixando a mamadeira azedar, não trocando as fraldas, não dando o peito para mamar”, observa a psicóloga Lourdes Lira, que dirige o abrigo com duas coordenadoras também psicólogas, Denise Brasil e Eliane Motta. (*VEJA* 1.553, ano 31, nº 26, 1º de julho de 1998, pág.84)

Em particular neste depoimento a *VEJA*, é curioso que a psicóloga não lista que a mãe também espanca o filho. Embora localize no filho, como as outras informantes, um prejudicado de porte físico passível de sofrer violência pela força física, ela lista agressões de “ação passiva”: a mãe **deixa de atender, deixa de trocar a fralda e nega o peito [deixa de alimentar]**. Esta questão será melhor discutida no tópico *Violência: Ação Passiva e Ação Ativa* deste capítulo, onde perceberemos o nexo psíquico relativo ao abandono e à morte aqui inscritos pela negação de coisas fundamentais à manutenção da vida.

A explicação desse circuito triangulado de violência não gera movimento de crítica a essas mães por parte de nossos informantes ou da reportagem. Há, inclusive uma sutil sugestão, de uma das advogadas coordenadoras da ONG da capital A, de que essa carga possa ser guardada no tempo até que se viabilize a sua descarga, pois, se o filho que apanhou em criança um dia baterá na esposa, podemos pensar que ele levará alguns anos para “descarregar” a violência recebida. Assim, parece que entre as propriedades físicas desta energia gerada pela violência, não se encontra a sua capacidade para se dissipar sem ser repassada, como Girard (1990) diz. E ela pode ser armazenada no tempo.

ANA- Tu tava perguntando qual é a curva, né, o que que de diferente tem...? O que que eu acho? Eu acho que inicialmente, quando eu era mais jovem, quando eu comecei a trabalhar com violência, eu entendia as mulheres como vítimas... vítimas pura e simples: tinha um agressor e tinha uma vítima, uma coitada que era uma vítima. Logo em seguida, eu comecei a trabalhar e a entender que isso era um processo na vida das mulheres e que era um processo que não se iniciava com aquela agressão. Era um processo longo, um caminho longo. Eu acho que isso tem que entender na vida das mulheres, elas têm uma história, e essa história vem permeada de violência. Essa foi a primeira mudança que eu tive na abordagem, quando... quando eu atendia uma mulher na... quando eu fazia triagem no albergue municipal, elas tinham que contar o que que tinha acontecido. Ai elas perguntavam: "ah, eu não sei por onde é que eu começo?". Todas diziam: "eu não sei por onde é que eu começo?". Eu dizia: começa do princípio. E o princípio para algumas era quando elas tinham 2 anos de idade. Elas vinham contando... elas vinham contando do pai que batia, da mãe que apanhava, ta,ta,ta. Que ela foi abusada com doze anos, que depois não sei o que. Que o pai era alcoolista, daí ela casou com um marido alcoolista, como é que ele se comportava, como é que ela se comportava... Então, a partir daí, eu comecei a entender que cada mulher dessas tem uma história e que a resolução do conflito, ela é individual, não existe uma resolução pra todas, que tu tem que entender aquela pessoa como um indivíduo e fundamentalmente como um sujeito, e não como um objeto de violência. Ela é um sujeito que tem uma história construída, e sob essa história ela também atua no mundo. Hã... partindo do pressuposto de que essa mulher tem uma história, de que ela é sujeito, ela não é uma vítima pura e simples. Ela é sujeito também numa relação, numa relação que desemboca numa relação violenta. Não que ela busque isso, não que ela queira isso. Mas, essa mulher, se não for atendida sua vida como um processo e não se trabalhar no que ela... no que tá inscrito nela como uma relação conjugal, ela sai dessa relação e ela arruma outra que vai desembocar na mesma coisa, ela vai apanhar de novo. E ela tem que se dar conta disso. E isso pra mim, pro atendimento de situações de violência, ele é um atendimento individual. Muito embora tu possa ter grupos, tu possa ter... mas, cada caso, cada mulher dessas é uma mulher, ela tem rosto, ela tem uma história, e tem que ser entendida como tal. O problema da instituição é que ela passa a entender como "as mulheres vítimas de violência", "as vítimas" e "os agressores". Isso não existe. Cada mulher é uma mulher, é uma história e um rosto próprio, que tem que ser tratada como tal. Ela tem que sentar na frente de alguém que entenda ela como um sujeito. E que não entenda também... **A mulher que vive em situação de violência, ela também provoca violência, ela também bate nos filhos. O filho dela provavelmente bate na mulher. Então, se tu tiver o discurso de que a violência é crime, tu tá metendo nesse bolo o marido dela, o filho dela e, provavelmente, ela junto. Então, essa abordagem que o movimento feminista fez por muito tempo, é uma abordagem que absolutamente não ajuda as mulheres. Porque quando tu diz: "violência é crime", tu tá chamando o marido dela de criminoso, mas tu tá chamando o filho que provavelmente bate na mulher, e tu tá chamando ela que também bate no filho. (ANA)**

Ao redundar violência como agressão física e, portanto, definir violência como fatalmente dirigida a um objeto mais fraco fisicamente - capaz de sofrer o efeito da intenção da violência - está feita, possivelmente, a maior parte do deslocamento da possibilidade de reconhecimento de que homens possam receber alguma violência por parte das mulheres no contexto conjugal. É reconhecido aqui que podem receber violência de suas mães, e que, mais tarde, estas crianças vão *descarregar* este sofrimento nas suas esposas e companheiras. Ficamos,

portanto, no tempo presente, só com a visibilidade da ação violenta dos homens no laço conjugal. E, ao contrário do que o discurso *antropologicamente correto*² está afirmando, não se reconhece ação de violência por parte das mulheres, sujeitos dessa relação em conflito - elas seguem como passivas na situação violenta: vítimas.

E vítimas de uma violência que organiza homogeneamente em um mesmo *corpus* indistinto os tipos mais perversos de violência sob o título de violência doméstica (ver o tópico *A Indistinação entre Violência Conjugal, Psicopatia, Perversidade, Demência, Criminalidade e Outras* neste capítulo), como fica evidente nesta passagem da reportagem publicada na revista *Veja*:

Quem não vive uma situação de violência em casa tem dificuldade em entender sua lógica, a desproporção abissal entre a miudeza da causa e a devastação do efeito. **Em situações de relacionamento-limite, basta uma camisa mal passada, o sumiço de um objeto, a recusa de um contato físico, o atraso na volta das compras, para desencadear o pior.** E o pior, quando se fala em violência doméstica, é simplesmente inimaginável: uma senhora de meia-idade talhada com facão e o ânus incendiado por uma garrafa de álcool. (VEJA 1.553, ano 31, n° 26, 1° de julho de 1998, pág. 84)

2. Violência: Ação Ativa e Ação Passiva

“Senhora, pára de falar um pouquinho, senão não entendo nada” pede a policial Ana Regina Soares, 42 anos, que dá plantão de 24 horas a cada três dias, enquanto tenta transformar o relato fluvial de uma vítima numa ocorrência policial em cinco vias. “Você fica sentada aqui dia e noite, escutando situações dramáticas que não pode resolver com um 38. Só pode colocar no papel. Quando entra uma nova vítima por essa porta, mudam apenas o nome e o endereço. A gente já sabe o enredo do samba: agressão, estupro ou ameaça porque o arroz queimou.” (VEJA 1.553, ano 31, n° 26, 1° de julho de 1998, pág. 85.)

Sobre esse arroz queimado é preciso apurarmos mais o ouvido do que o olfato. A qualidade do alimento preparado pela mulher como parte da cena violenta que desemboca na agressão física do homem contra sua companheira aparece em mais de uma situação sintetizada por nossas informantes nas suas tentativas de caracterizar uma “tipicidade” das cenas de conjugalidades com eventos de violência - onde o motivo alimentação aparece como um dos mais “fúteis” na crítica dos intermediadores.

Da pesquisa realizada por Pacheco (1995), recuperamos a enumeração que esta autora fez dos motivos “fúteis” que levam à agressão dos homens às

² Ver na *Introdução*, tópico *O Trabalho de Campo*, o uso peculiar das ferramentas teóricas e do espaço da entrevista que essa informante faz.

mulheres, ao analisar boletins de ocorrência na 6ª Delegacia de Polícia (Delegacia da Mulher) de Florianópolis. Aqui vamos estender um pouco mais a enumeração que Pacheco faz desses motivos, porque é o que nos interessa neste ponto, e lá, analisaremos a transcrição da esfera do público para o privado desse texto extraído de um contexto onde era um dado vital - capaz de sustentar uma agressão - e que vai parar em outra sintaxe onde se torna "fútil".

Conforme já visto, o agressor encontra-se na figura familiar que na maioria dos casos está centrada no ambiente doméstico, reafirmado pelo fato da comunicação ser feita geralmente pela própria vítima, que neste ambiente privado sofre a violência nas relações de gênero. O mais interessante que ocorreu durante este processo de levantamento dos dados colhidos sobre lesão corporal foi analisar as justificativas oferecidas pelas vítimas de agressão na busca de compreender e responder qual a razão para submeter-se ao sofrimento de tal violência. Nos diversos tipos de delitos encontrados, foi possível destacar alguns que revelam a lógica proposta por este trabalho sobre a opressão da mulher. Constituem verdadeiros "absurdos" contra qualquer ser humano. Estes motivos foram destacados dos próprios BO's utilizando as palavras que a própria vítima utilizava no relato do fato. Os motivos, ainda que variados no seu objeto emergem todos para um lugar comum: a futilidade. (...) Grande parte dos motivos de agressão por motivo fútil tinham como sujeito ativo o marido ou o companheiro. Dentre os motivos levantados alguns podem ser destacados:

- * Agressor acha que Vítima tem que apanhar;
- * Vítima não tinha pagado a conta da luz;
- * Agressor e Vítima discutiram sobre a fumaça do fogão à lenha;
- * Vítima não deu cigarro a ele;
- * Vítima não estava em casa na hora do almoço;
- * Vítima não tinha feito o almoço;
- * Faltavam duas laranjas quando agressor chegou em casa. (...)

(PACHECO, 1995:87)

A enumeração de Pacheco chega a 16 itens, quatro deles se relacionam com alimento (fogão, almoço, laranja). Isto se tornaria mais expressivo - não vamos entrar no mérito peculiar do método utilizado para esta pesquisa - enquanto expressão capaz de falar por uma realidade supostamente muito maior.

Ana, advogada da ONG investigada, também passa pelo "motivo" alimento para caracterizar a cena típica, recorrente, de violência como ela a sintetizou em sua experiência de atendimento (formal e informal) a mulheres agredidas ao longo de 15 anos.

ANA - (...) O que que... como é que eu entendo essa coisa da violência? E eu converso isso com as mulheres. É como se fossem portas. Ele vai abrindo portas, a mulher vai dando espaço e ele vai abrindo... vai arrombando portas, até que ela arromba a última porta, que é a porta do corpo, talvez a porta da vida. O que eu tento descobrir com ela é qual é a primeira porta que ela pode fechar, tu entende. Qual é a porta que ela tem força e possibilidade de fechar. Isso... é nisso que eu te digo que o foco é em cima dela, não é o que que nós vamos fazer com ele. Por isso judicialmente se pode fazer um monte de coisas. Não adianta fazer nada com ele, se ela não souber fechar

a primeira porta, pra depois fechar a segunda, pra depois fechar a terceira. Que que eu faço? Nós temos... o que que eu faço? Eu procuro achar o caminho de fortalecer essa mulher, qual é a primeira porta que pode ser fechada. Nem que seja ela dizer "não". Às vezes, a primeira porta é ela dizer "nos filhos, não" e fincar pé "nos filhos, não". Às vezes, é a primeira porta que ela fecha, tu entende. **Porque quando tu vai... quando ele vai arrombando a mulher vai virando um nada, ela não tem... ela perde a coluna vertebral, entende. Ele vai arrombando, vai arrombando, vai arrombando. São portas que vão sendo arrombadas mesmo. Agora, se a mulher não tiver força pra fechar a primeira porta, uma pequena que seja, nem que seja dizer o primeiro "não", "não, isso não". Essa é a primeira porta, talvez, que ela possa fechar. Isso eu tenho que descobrir, qual é a primeira porta que ela pode fechar, que seja voltar pra casa e dizer: hoje tu vai chegar em casa e o que que tu pode fazer? "Ele vai me matar, ele vai me bater". Não, tá, tu vai ver... Então, o que que tu vai fazer: hoje tu vai fazer... servir janta às 7 e 15 e não na hora da tua novela. Tu vai servir a janta antes da novela e vai dizer que vai servir antes da novela. Tô te dando um exemplo metafórico, entendeu. Não é por aí, não é tão prático assim a coisa. Mas, a sensação é essa. Quando eu te digo que muda de foco, muda assim. Quer dizer, qual é a porta que ela consegue fechar, primeiro. Porque senão não adianta nem um processo judicial, porque ela vai arrombada, com o primeiro olhar feio dele, ela diz: "vou voltar". E a primeira vez que ele voltar, ele botar o pé na porta, ela desmonta de novo, que ela não vai depor. Não adianta ter uma medida judicial. Ele sai de casa. A gente consegue uma medida judicial que tire ele de casa, ele sai. A primeira vez que for botar o pé na porta e xingar, ela vai ter tanto medo, ela vai tá tão estraçalhada que não vai adiantar. Ela vai ter que pedir ajuda das vizinhas... Ela precisa se fortalecer. Agora, isso passa por um processo.**

EUT - (?) além dessa figura das portas, né. Tá focando(?) muito as pessoas com histórias particulares, peculiares de violência e não uma violência genérica, né?

ANA- Não. E eu acho que existe as violências, também. E esse é o segundo pulo que eu dei na minha abordagem.

EUT- O que eu ia te perguntar era isso: em relação a abertura dessas portas, do arrombamento dessas portas. Isso também não é negociado (?) ?

ANA- Em alguns momentos.

EUT- É possível ver isso?

ANA- O que que eu acho?

EUT- Por exemplo, tu diz "ele arromba uma porta e ele arromba outra porta e ele arromba mais uma porta", hã... ela arromba portas também?

ANA- Acho que não, porque ela tem menos condições de arrombar portas. O que ela negocia é poder na relação a cada vez que a sua porta é arrombada.

EUT- O que que tu chama de arrombar portas? Porque a última instância seria o corpo e a vida, digamos assim. Mas, tem portas anteriores que ela teria forças, não é uma força física é uma força... hã... e por que que tu acha que ela não teria... teria menos força pra arrombar portas do que ele?

ANA- Porque bate na moral da mulher. Porque tem uma coisa que é real, que é a coisa da hierarquia, que é a coisa do poder real, que a hierarquia dentro da relação, a hierarquia de poder dentro da relação. Esse que é o negócio. Quer dizer, a violência, ela começa num olhar feio. Os homens, algumas vezes, começam a dominar com um olhar e (?) e aí vai pra proibição de visitar a família, e aí não pode mais sair com a mãe. Essa é a primeira coisa que acontece, é afastar da família, e depois afastar dos amigos, e depois criar problema no trabalho, e depois ter hora pro almoço e pra janta, e depois controlar quanto tempo ela ficou no mercado, e depois se a comida tava boa, e aí vai pro empurrão, e aí vai pro bofetão, e aí vai pra relação sexual, e aí tem a gravidez, e tem o filho, e aí vai pra desconfiança, entende. Então... é recorrente nas mulheres é que os homens afastam elas da família. Talvez a

primeira porta que elas tenham que fechar é essa, dizer: "não, eu vou visitar a minha mãe" e buscar a mãe, buscar a ajuda do pai e da mãe. Tu entende como é?

Essa repetição de problemas relacionados à alimentação redundando em violência física do homem contra a mulher no contexto da conjugalidade conflitiva quer nos parecer que esteja expressando mais de um significado. E significados importantes, distantes da "futilidade" que se lhes atribui.

O ato de alimentar é uma tarefa associada, na maior parte das sociedades, à mulher, distinguida biologicamente com a tarefa primeira da alimentação da criança através do aleitamento materno. Sem dúvida, aparece aqui o controle do homem sobre o desempenho do papel feminino, uma avaliação que também podemos pensar que ocorra mutuamente sobre os exercícios de papel acordados em um contrato (assim como a mulher avaliará seu companheiro também).

Mas sugiro que possamos continuar analisando este dado para percebê-lo em outros aspectos.

Alimento/higiene/proteção são os recursos de sobrevivência da criança. O significado primeiro de alimento se liga, assim, originalmente, ao zelo/afeto e à sobrevivência psíquica e física. A qualidade desse alimento e desse ato de alimentar se associa, tanto no psiquismo como na realidade factual, à possibilidade de vida ou de morte do indivíduo. A qualidade do amor e da dedicação realizadas pela mãe para com a criança vão definir a qualidade de sua sobrevivência.

Esta associação aparece na base de todo o repertório da Psicologia, e sua síntese fica assim operada, em uma sintaxe orgânica/biológica:

MÃE - ALIMENTO - AMOR - VIDA

Construída assim, esta associação realizaria o desenvolvimento são do indivíduo, viabilizando, em alguns anos, a independência da criança em relação a sua mãe e possibilitando sua progressiva autonomia. Na espécie humana, o tempo necessário para a independização da criança é um dos mais longos dentre as espécies animais, variando, é claro, de acordo com os riscos oferecidos pelo ambiente físico em que se encontre, facilidade de acesso aos alimentos, redes sociais em que se insira o indivíduo, particularidades de interação com outras pessoas/parentes de cada cultura e outros itens. A potência da criança morrer pelo descuido (inação) daqueles que devem alimentá-la, higienizá-la e protegê-la tem uma duração no tempo muito maior do que aquela circunscrita apenas ao período de aleitamento do bebê, caracterizado, na literatura, como o vínculo mais estreito da relação entre mãe e filho. Durante ainda toda a infância do indivíduo são

predominantemente as mulheres, na maioria das culturas, que se encarregam dos cuidados com as crianças.

A criança do sexo masculino seguirá no domínio feminino da cultura até o momento de se integrar a uma etapa de socialização orientada pelos homens adultos, momento situado majoritariamente no princípio da puberdade. Até este momento, que é situado diferentemente em cada sociedade, mas que podemos supor que se localize posteriormente aos 10 ou 11 anos de idade, aproximadamente, o menino ficou aos cuidados da mãe e de outras mulheres.

De acordo com Aragão (1983), referindo-se a uma pesquisa de J.K. Campbell sobre sociedades da região mediterrânea, em particular, nesta passagem sobre as populações da Espanha e do Sul da Itália:

A partir da puberdade e até após terem servido o Exército, os filhos fingem ignorar as interpelações verbais por parte da mãe e das irmãs - o que faz sugerir uma tentativa de desvinculação do jovem em relação ao universo doméstico e feminino. Em outras palavras, estaríamos aqui em face de uma realização parcial dos ritos iniciáticos masculinos, observados de forma quase universal em sociedades ditas primitivas, o que não é o caso dos Sarakatsani. (ARAGÃO, 1983: 119)

A submissão à mãe é uma memória muito mais recente de dependência/submissão a um adulto (mulher) do que a memória normalmente associada a esta relação quando referenciada no bebê aleitado pela mãe. Esta mãe adulta é mais forte fisicamente do que este menino, e ela detém, em última instância, a tarefa fundamental de lhe garantir os bens essenciais à vida (o alimento e seu preparo, abrigo, higiene, integração) - cuja falta ou desprovisionamento poderão causar a doença e/ou a morte da criança.

A potência da negação ou de falha do sistema de provimento vital - olhando para este dado exclusivamente em sua sintaxe biológica - contém um perigo grave para a vida psico-física: este perigo chega até a morte. Mantendo a mesma lógica que nos oferecem os estudos sobre o vínculo materno-filial no período de lactação, mas olhando para o seu reverso, encontraríamos a seguinte enumeração, com os mesmos signos:

MÃE - DESNUTRIÇÃO - DESAMOR - MORTE

Ao contrário da agressão física caracteristicamente perpetrada pelos homens, executada - como regularidade - através de uma ação física ativa, (típica de uma competição/concorrência entre predadores que se enfrentam) a potência destrutiva da mulher no exercício da maternidade contra os indivíduos que lhe estão sob o controle e que, inclusive, lhe são subordinados em força física pode

ser dada pela inação ou pela passividade. Se deixar de alimentar, deixar de banhar, deixar de cuidar das crianças ao atravessar uma rua (nas cidades) ou ao entrar nas proximidades da mata (em uma sociedade indígena próxima a matas) a mulher/mãe pode estar definindo a morte de seu filho, pela inércia, pela não-ação, pela exposição indevida de um indivíduo ainda incapaz a um perigo que ele não tem condições ou maturidade de avaliar, e para o qual não saberia formular uma estratégia de defesa eficaz.

A potência do descuido da mulher no papel de cuidadora/alimentadora contém cifrada, nesse período de dependência, uma ameaça de morte. Objetivamente, entre adultos, a referência à ameaça pode ficar longe da morte de fato. Como um olho roxo, ou talvez uma surra sem requintes de crueldade também ficariam apenas referenciadas na potência do mais forte matar o mais fraco. Essas agressões do descuido/inação dialogando com as agressões da ação física ativa de bater ou dar uma surra cifrariam potências simbólicas semelhantes, na nossa sugestão. A rejeição, o desamor, a desconfirmação à vida com o acionamento da referência de suas capacidades e tipicidades de matar estão igualmente acomodadas sob as duas atitudes.

Pesquisa realizada em Porto Alegre (RS) entre 1991 e 1997 em uma vila popular formada através da invasão de áreas desocupadas na zona norte da cidade, local hoje denominado Jardim Passo das Pedras II, demonstrou a relação direta da desnutrição grave de 40 crianças com a falta de carinho/afeto/relacionamento dessas crianças com suas mães. A pesquisa foi coordenada pelo pediatra Salvador Célia e realizada a partir de demanda da presidente da Associação Comunitária local, Maria Marlene Reis Abel, que coordena a creche da Associação. Em um ano de trabalho ensinando as mães a “passar a mão na cabeça da criança enquanto alimenta”, “ter mais paciência no trato com as crianças”, “colocar a criança virada de frente para a mãe”, sob o seu olhar, enquanto estavam sendo alimentadas, e outras estratégias, as ações do Centro de Avaliação de Nutrição desta creche conseguiram reverter 100% da desnutrição dos 40 casos - nutrição que estava menos relacionada à falta de alimento do que à falta de afeto.³

A morte subjetiva a que a mãe/cuidadora pode induzir uma criança, ao se relacionar com esta criança com forte rejeição amorosa, também contém uma potência de dano aniquiladora.

³ Pesquisas européias de décadas passadas, das quais infelizmente não conseguimos recuperar a referência, indicavam que, em dois grupos de crianças recém-nascidas, ministrando-se alimento, higiene e condições ambientais idênticas, mas a um grupo acrescentando afeto/carinho e ao outro não, demonstraram que o grupo sem afeto regredia em seu crescimento e tendia ao adoecimento, indicando que a manutenção daquela situação de desafeto poderia levar o bebê a quadros autistas e até ao óbito.

Rememoremos aqui para nossa argumentação que o texto do discurso no mundo público é organizado predominantemente de acordo com o discurso masculino, com o ponto de vista masculino.

O discurso legal caracteriza-se como um discurso hierárquico e dominante, baseado numa estrutura de exclusão e discriminação de várias minorias sociais, como os pobres, os negros, os homossexuais, as mulheres, etc. A especificidade da linguagem jurídica, e as restrições educacionais quanto a quem pode militar na área (advogados, promotores, juizes, etc), são apenas algumas das estratégias utilizadas pelo sistema jurídico para manter o discurso legal inacessível à maioria das pessoas, e desta forma protegê-lo de análises e críticas. (...) Os juizes, por exemplo, detêm um poder especial devido ao seu status social e ao seu acesso privilegiado ao discurso legal (são eles que produzem a forma final dos textos legais). Portanto, é a visão de mundo do juiz que prevalece nas sentenças, em detrimento de outras posições alternativas. Além das relações de poder, os textos legais também expressam relações de gênero. A lei e a cultura masculina estão intimamente ligadas: o sistema jurídico é quase que inteiramente dominado por homens (só recentemente as mulheres passaram a fazer parte de instituições jurídicas) e, de forma geral, ele expressa uma visão masculina do mundo. (FIGUEIREDO, 1997: 39).

Ou, de acordo com a medievalista Lemaire:

A colocação central destes trabalhos [sobre a transição da oralidade para a escrita em várias cultura, chegando-se a uma teoria geral] é a crítica do scriptocentrismo na cultura ocidental, ou seja, a existência de um conceito de escrita unitário e monolítico e seu uso nas discussões acadêmicas. (...)

Esta cultura não se enraizava na realidade cotidiana, mas numa tradição escrita, morta e predominantemente masculina e foi imposta por uma elite - em coalizão com o cristianismo - como cultura superior e mais civilizada. Nas sociedades européias, isto determinou uma defasagem entre a tradição e o saber oral local - que pertencia a *todos* os membros da comunidade, mulheres e homens - e uma elite masculina que se utilizou do latim e da tecnologia da escrita para impor suas visões de mundo e criar centros elitistas da cultura escrita (LEMAIRE, 1994: 62).

O homem que vai à Delegacia de Polícia ser acusado exclusivamente por sua potência de morte - quando, pela nossa análise, poderia estar dialogando com outra potência de morte: a de sua mulher - nas estratégias de todas as culturas foi pertencer às esferas de poder e controle das mulheres assim que se tornou adolescente (e mais forte fisicamente do que elas), e ajudou a fazer sumir o texto do atemorizante poder que esta mulher possuía (contra o indivíduo e contra o coletivo) - para melhor dominá-la. Agora, sem o texto que ajudou a fazer sumir, só tem a explicitude do discurso masculino sobre seu próprio poder que reconhece/autoriza apenas a violência/poder de outro homem predador/competidor, que seria capaz de matá-lo.

Dito de outro modo: ao se compartilhar no âmbito público, predominantemente, o discurso masculino, pode-se estar assumindo coletivamente como existente apenas aquilo de que o homem pode falar. Aquilo

que está interdito no discurso masculino, como a queixa e sua vitimização, ou o próprio temor do poder de suas mulheres, seria considerado como inexistente.

Queimar o arroz fazer uma comida ruim deixar que comam as laranjas que deveriam alimentar o marido operar mal o fogão onde se prepara o alimento podem ser mensagens de uma rejeição importante, de uma negativa de amar e respeitar aquela vida, ou ainda de uma desvalorização fundamental do outro - todas referenciadas em uma memória mais ou menos recente da potência de ser morto pelo abandono/descuido/desconhecimento. É importante recuperarmos na particularidade dos contextos que se venham a examinar com esta perspectiva, os achados de VÍCTORA (1991) que analisamos no tópico *Jogos de Guerra na Conjugalidade* do capítulo *O Eixo Privado*.

Em sua pesquisa em uma vila popular na cidade de Porto Alegre, VÍCTORA percebe que a maternidade é uma experiência essencial diretamente vinculada à constituição da identidade feminina adulta. Ora, esta significação é partilhada também pelos homens daquele grupo, e talvez aí se reforce a potencialidade que estamos acusando de haver uma sobreposição subjetiva da capacidade de matar da mãe com a capacidade de matar da mulher.

Na definição da mulher por sua maternidade, o homem adulto se relaciona com sua mãe-mulher. A figura da mãe - e possivelmente de seus poderes - permanece presente como uma continuidade.

A mulher aparece assim como um laço essencial na existência da unidade familiar. Essa situação aparece de uma forma mais forte ainda no *status* diferenciado assumido pelos viúvos e pelas viúvas. O homem viúvo não consegue sobreviver só. Ele precisa de uma mulher - filha, nora, sobrinha - que tome para si os seus cuidados, sobretudo para realizar determinadas atividades, como cozinhar e lavar roupas, que não são assumidas pelos homens em quase nenhuma circunstância. Ele torna-se dependente dos serviços e cuidados de uma mulher. (MALUF, 1993: 45)

Grossi percebeu, em várias pesquisas, que há uma expressiva ocorrência de violência física durante os períodos de gravidez.

Com hipóteses como o abalo à virilidade masculina através da gravidez da mulher (“pela impotência de gênero ou pela dúvida em relação à paternidade”) e verificações como a do relatório Americas Watch, de que os órgãos preferenciais para agressão à mulher são o ventre, os seios e a vagina, os dados recolhidos dessas pesquisas por Grossi (1994), apontam para o caminho designado por Aragão:

Todos estes dados apontam no sentido do trabalho de Luis Tarlei de Aragão (1983) a respeito da posição estrutural da categoria mãe na sociedade brasileira, onde predominam códigos de conduta das sociedades mediterrâneas. Segundo o autor, a ambiguidade masculina em relação à sexualidade feminina estaria ligada à dificuldade de relacionar-se

com a figura materna percebida como “sagrada”. Sabendo que a maternidade é um dos campos simbólicos dos mais complexos nas representações sociais da mulher, a agressão à mulher no período de gravidez, considerado socialmente “sagrado”, certamente nos deixa muitas indagações as quais esperamos que novas pesquisas venham responder. (GROSSI, 1994: XV)

Aragão (1993), no sugestivo tópico *Como se Fosse a Própria Mãe*, associa a forte relação simbólica esposa-mãe às informações do modelo da honra feminina no contexto mediterrâneo, dado pelo *marianismo*.⁴

Esta referência ao modelo divino no casamento brasileiro está mais presente do que se poderia imaginar, particularmente junto aos homens. A imagem da devoção e do sacrifício da mãe surge com regular frequência. A esse respeito, poderíamos ainda dizer que, da quase totalidade de sujeitos de classe média e de sexo masculino que entrevistei longamente no Rio e em Belém do Pará, a respeito do processo de escolha da cônjuge, poucos deixavam de estabelecer uma relação simbólica entre sua esposa e a própria mãe. (ARAGÃO, 1983, p. 125)

O caso de Leonardo e Dulce, abordado no tópico *Jogos de Guerra na Conjugalidade* do capítulo *O Eixo Privado*, é exemplar. O único momento em que Leonardo chora em seu depoimento a mim, mesmo negando o tempo inteiro que tivesse sofrido durante sua “derrocada” dramática na pirâmide social, é quando ele fala de um Natal que passou na *sarjeta*, bebendo. Neste momento, conforme percebemos, Leonardo acusa Dulce pelo abandono. E, pelo fato de não ter avisado à mãe de Leonardo ou a suas irmãs (ele também tem irmãos, parentes e amigos homens) que ele estaria sozinho no Natal. Também o próprio Leonardo poderia ter ido para a casa da mãe. Mas fica indefeso. Acaba numa calçada. E hoje é por isto que ele chora. Pelo abandono. Não pela perda de prestígio, dinheiro, conforto, *status*, poder....ele chora pelo abandono. Toda a vez que Leonardo sugere alguma acusação a Dulce, sempre de forma transversal porque ele não pode acusá-la no público, (veja o capítulo *O Eixo Privado*), é por alguma coisa que ela **não fez**, perante o abismo em que a vida dele se atirou. Ela não deu a mão, não alertou, não o tirou da calçada, não avisou a mãe dele.....Como dizer de Dulce que ela foi violenta ou agressiva com Leonardo? **Ela não fez nada...**

Queimar o arroz, dentro dessa sugestão, pode estar associado a uma ameaça de morte, dependendo do contexto objetivo e subjetivo onde este ato se organize. Suponho que muito poucas pessoas pensariam que uma comida casualmente queimada, esporadicamente, vá significar sozinha o motivo para uma agressão séria, que motive uma queixa na Delegacia de Polícia (a menos naqueles

⁴ O modelo divino no casamento brasileiro, define o autor, se relaciona à relação da mãe no grupo familiar como foco material e simbólico da solidariedade (quem cuida, se sacrifica pelo outro) associada ao amor de Deus e à “paciente devoção da mãe de Cristo”. Ver o tópico *Honra Feminina* no capítulo *Suporte Teórico*.

casos em que, como analisamos no tópico *A Indistinção entre Violência Conjugal, Psicopatia, Perversidade, Demência, Criminalidade e Outras* deste capítulo, as ações de psicopatia, de doença mental e de outros quadros estejam sendo chamados de abuso de poder masculino na conjugalidade).

Esta negação de valor/de reconhecimento através da ação passiva, ou da não-ação pode ser escutada no reverso silencioso dos textos das denúncias objetivas. Não significando que toda ação possua este texto ou que o modo ideal de ouvi-lo seja o que apresentamos a seguir. Mas nos dispendo ao exercício de ler uma ação dessa natureza no texto da descrição de uma escalada típica de agressão masculina na entrevista de minha informante advogada da ONG pesquisada, encontraríamos algumas possibilidades interessantes. Voltemos ao texto da entrevista de Ana:

ANA- Porque bate na moral da mulher. Porque tem uma coisa que é real, que é a coisa da hierarquia, que é a coisa do poder real, que a hierarquia dentro da relação, a hierarquia de poder dentro da relação. Esse que é o negócio. Quer dizer, a violência, ela começa num olhar feio. Os homens, algumas vezes, começam a dominar com um olhar e (?) e aí vai pra proibição de visitar a família, e aí não pode mais sair com a mãe. Essa é a primeira coisa que acontece, é afastar da família, e depois afastar dos amigos, e depois criar problema no trabalho, e depois ter hora pro almoço e pra janta, e depois controlar quanto tempo ela ficou no mercado, e depois se a comida tava boa, e aí vai pro empurrão, e aí vai pro bofetão, e aí vai pra relação sexual, e aí tem a gravidez, e tem o filho, e aí vai pra desconfiança, entende. Então... é recorrente nas mulheres é que os homens afastam elas da família. Talvez a primeira porta que elas tenham que fechar é essa, dizer: "não, eu vou visitar a minha mãe" e buscar a mãe, buscar a ajuda do pai e da mãe. Tu entende como é? (ANA)

"A violência começa com um olhar feio". No sentido em que Ana está usando aqui, parece um olhar ameaçador. Os gestos anteriores à violência elencados aqui parecem ser gestos ameaçadores da violência física ou que a tem subjacente. Um olhar feio, um cerceamento da liberdade de ir e vir (a visita à mãe), empurrão, bofetão. Parece que há um "medidor" físico sob esses dados. No entanto, se retirássemos o medidor de agressão física e o substituíssemos pelo medidor da negação, do abandono, da inviabilização subjetiva? Um olhar de desprezo (ou a ausência de um olhar), uma comida propositalmente mal feita, descuidada, um abandono da centralidade daquele lar para retransmitir a referência de afeto e poder ao lar materno, desconhecendo a importância do vínculo conjugal, longas ausências de casa, falta de reconhecimento de uma interlocução autorizada a quem prestar satisfações coerentes, a insinuação da insatisfação sexual, a negativa ao sexo, o jogo com a profunda dor do abandono (através da insinuação da traição)... muitas são as atitudes de uma tipicidade de ações que se poderiam classificar como não-físicas, ou *passivas*, que podem ser

lidas no reverso da descrição da escalada de violência doméstica que Ana constrói. Só que, sob essas imagens não está o poder de aniquilação pela violência física. Mas resta o poder de aniquilação simbólica, de aniquilação subjetiva. Capaz de provocar a morte. Mas não diretamente, ao menos não nesse mesmo momento como evidente causa e consequência, a morte física. Mas a morte pelo aborto da significação daquele sujeito no mundo. Morte por abandono.

Estamos sugerindo que é possível acionar uma “tecla SAP”⁵ para ler outro código enquanto o *fato objetivo* se expressa. Não estamos, obviamente, dizendo que, neste caso esta é a única ou a melhor leitura, até porque apenas sugerimos a importância deste equipamento, que deverá ser experimentado em pesquisa específica.

Só para não deixar passar este dado sob a luz da discussão que levantamos aqui eu queria trazer para este nexos o fato que aparece na entrevista de minhas informantes da ONG pesquisada, no capítulo *Representações de Homem e de Mulher: as polaridades de valor*.

O silêncio da mãe, atendida pela ONG investigada, que sabe que sua filha excepcional (de 15 anos) deve ser estuprada quando deixada aos cuidados do atual companheiro desta mãe - um homem que costuma ser agressivo - poderia ser considerado uma *ação passiva* de extremada violência. Ao saber/desconfiar que a filha é estuprada e ainda assim, manter o laço e a “oferta” de zelo da filha continuamente para o companheiro - de quem esta mãe evita se separar porque distintivamente ele é um ótimo amante - poderia-se chamar esta mulher de violenta? Nossas informantes não se referem à palavra “violência” para falar sobre a ação desta mulher.

Esta discussão é importante. Pelas peculiaridades, localizadas no tempo e no espaço das representações viáveis para os conceitos sobre violência, possivelmente o laço conjugal heterossexual no contexto pesquisado não ofereça visibilidade da especificidade da ação violenta que está sendo produzida pela mulher. Ao se desconhecer a especificidade de uma ação mais sutil, mais “corrosiva”, no sentido que Maffesoli (1987:118) confere em outra discussão (entre o âmbito do político e do transpolítico, mas que pode ser trazido para o público e o privado), deixa-se de elencar toda uma atuação que, em outros contextos, valorados de forma diferentes (como no contexto entre mães e filhos), continuaria sumida e incontrolada, produzindo danos potencialmente graves e comodamente impunes.

⁵ Equipamento de geração recente nos aparelhos de televisão através do qual é possível selecionar bandas diferentes de áudio da programação recebida - assim, é possível ouvir um filme estrangeiro, no Brasil, com som dublado em português ou com o som original.

Trazemos aqui, adicionalmente, a fala do advogado criminalista que define, através de sua experiência empírica, a sua percepção, bastante matizada, a respeito da violência das mulheres.

EUT- (...). Como o senhor consegue caracterizar num processo de defesa de uma pessoa que matou um cônjuge ou fez um dano físico grave, que ela também sofreu uma violência em contrapartida a essa violência que ela explodiu fisicamente?

CAR- Entendi. Em última análise, você me pergunta qual é a gênese do processo de um cônjuge que mata o outro. Porque você tá pressupondo uma reciprocidade de violência, e uma violência gerando a violência maior, que é a prática do homicídio. Então, o que você precisa distinguir, em primeiro lugar, é que há duas maneiras de (?) de praticar a violência. Existe a violência a prática da violência física e existe a prática da violência moral. E, simultaneamente com isso, com a prática da violência física e com a prática da violência moral, existe também... quer me parecer que fica aí num terreno gris(?), eu não poderia chamar bem de violência moral. Há um outro núcleo de provocações que não chegam a ser atentatórios do pudor e que por isso, talvez, a gente não pudesse chamar de violência moral. A violência física (?) é praticada pelo homem. O homem tem um temperamento (?). E... é da estrutura, da formação, é da história, que o homem sempre agride a mulher e como ele faz através da força física. Ele não tem uma destreza mental, ele não tem a capacidade intelectual, ele não tem a versatilidade para fazer aquela agressão, que seria uma forma de espicaçar a mulher. Ao contrário, a agressão da mulher quase nunca é física. Não é física e eu acho que também por uma programação histórica, porque a mulher vem assim desde todos os tempos. Ela não tem a sua memória comportamental. Mas a mulher agride muito o homem. E a mulher agride muito o homem no âmbito doméstico, dentro da família. Sem que isso tenha sido levando em conta pela literatura, pela ciência. Porque nós somos muito ignorantes em matéria da interrelação entre a mulher e o homem e a respeito do que seja o amor. Ninguém sabe nem ao menos o que seja o amor. Há um livro de (?), chamado *La Psicología de la Femenidad*, e que ele analisa a estrutura, o temperamento, o modelo espiritual da mulher. E ele demonstra que a mulher tem uma capacidade infinita de dissuadir, de enganar, de engodar e, sobretudo, tem uma capacidade muito rara também de vilipendiar o homem através de agressões orais. Quando uma mulher resolve infernizar a vida do homem, o caipira da minha terra diz que nem matando, porque se matar ainda tem remorso. Então, os métodos mais comuns da mulher agredir são: pedir mais dinheiro do que o marido pode dar. Então, o marido, não podendo dar tanto dinheiro quanto ele queria receber e ter, já é pra ele uma menos valia. Significa que ele tem que reconhecer a impotência dele pra solver os problemas dela. É muito comum a mulher insinuar que tem um outro namorado, quando às vezes até não tem, pra causar o ciúme no marido e deixá-lo, também, por essa razão, muito preocupado. Acontece muito de que, na interrelação pessoal e sobretudo na prática do ato sexual, a mulher pode, neste momento, desprezar o homem, lhe dando pouco valor. Não se integrando afetivamente no momento em que existe a conjugação afetiva, em que duas criaturas se tornam uma só, na expressão do (?). De forma que a mulher tem um elenco de recursos interiores que... que podem e (?) dentro de um gesto simbólico. Ela, às vezes, que tradicionalmente (?) tinha uma forma de muita probidade(?) na forma de vestir, ela começa a se enfeitar. Então, o homem se sente... (CARVALHO)

Além do exercício de ouvir os interditos de uma violência não viabilizada pelo discurso masculino que predomina no âmbito público, gostaria de observar outra leitura anotada para a afirmação dos meus informantes e da mídia de que

violência é compreendida como o ato físico de agressão. A localização da dimensão física da violência pode ser lida como uma afirmação de que o enfrentamento *físico*, a capacidade de aniquilação de um indivíduo pelo outro, está importantemente subjacente às relações vividas na nossa cultura contemporaneamente, ainda que pretendamos que a nossa sofisticação civilizatória tenha feito esse dado de nossa condição desaparecer da cena principal da vida humana *civilizada*.⁶

Rifiotis (1995) recupera essa tentativa de sumir com a percepção da violência através de um movimento de idealização, ocorrendo, no caso específico, na produção teórica (quando o *nosso* olhar mira a cultura de um *outro*), onde se referencia nos achados de Clastres.

De fato, as constantes e recorrentes observações etnográficas que mostram a importância da violência nas sociedades tradicionais não foram suficientes para que fosse superada a condição envolvente do fantasma da violência. Nos estudos etnológicos, a violência foi banida: a imagem criada é a de sociedades onde a violência está controlada, codificada, ritualizada, quando não abolida (Clastres, 1980: 171). Porém esta imagem coincide mais exatamente com as sociedades que estão sob o signo da chamada *paz branca*. Parece que projetamos sobre estas sociedades “pacificadas” um imaginário que procuraria negar a nossa própria violência: evidencia-se uma certa abnegação da violência; ou seja, em geral, a antropologia recusa-lhe qualquer positividade que não venha do seu estrito controle. (RIFIOTIS, 1995: 6-7)

3. A Indistinção entre Violência Conjugal, Psicopatia, Perversidade, Demência, Criminalidade e Outras

Repito aqui este trecho da entrevista da Mônica, já citado no tópico *As Duas Coordenadoras da Ong* do capítulo *Representações de Homem e de Mulher: as polaridades de valor*, para pensarmos melhor este material ao analisar uma outra ordem de representações, onde aparece uma importante indistinção relativamente a diferentes violências.

EUT: Essa possibilidade, essa idéia genérica sobre o sofrimento desses caras, como é que tu lida com isso no cotidiano e durante esses anos? Tu percebia imediatamente esse sofrimento, tu não lida com isso?

MÔN: Dos homens?

EUT: É.

MÔN: Eu fico com muita raiva, porque as mulheres ficam muito massacradas. Acho que precisamente tem um momento em que esse ciclo de violência se desequilibra contra

⁶ Penso que este tema encontre necessariamente uma interface com a biologia, e com a etologia evolucionista, que deva ser procurada especificamente, demarcando, mais uma vez a característica aduaneira do estudo da violência - as disciplinas a fiscalizam, mas não podem evitar que ela passe a fronteira.

as mulheres. né. Que talvez a gente precise pensar mais é porque isso acontece. Provavelmente é porque existe uma hierarquia de gênero na nossa sociedade e tal, mas tem um momento em que se desequilibra e que as mulheres passam a apanhar, a ser torturadas, a ser pressionadas a... os caras... por exemplo, tem um caso do CAMP que o cara queima a vagina dela com cigarro toda vez que ela não quer ter relações sexuais com ele, entende, e diz que vai matar ela, que vai matar ela. O cara é traficante de drogas, e ela tem um medo que se péla. E ela conseguiu ir até o CAMP, conseguiu dizer isso tudo pra gente, ela conseguiu se segurar até o dia da audiência, e daí no dia da audiência ela me perguntou: “bom, quando eu sair daqui, ele pode me matar depois? Vocês têm como...?” E daí na hora ela disse que não, que não era bem assim, que ela desistia. E o cara quer continuar com ela. Porque que esse homem quer continuar com essa mulher? Ele quer continuar com ela, e quer continuar fazendo isso. E ela não... não sabe como sair, não sabe como sair, e nós nos damos conta que o Direito não tem instrumentos suficientes pra ajudar essas pessoas, entende? (MÔNICA)

Esta fala de Mônica demonstra uma indistinção importante a respeito dos diferentes níveis e ordenações possíveis para os mais variados conflitos que ocorrem ao abrigo ou ao derredor de um laço chamado conjugalidade. Poderíamos aqui fazer uma pergunta extrema, que desse conta de acusar o paradoxo que está sendo produzido: em uma sociedade ocidental metropolitana, o filho que mata a mãe, retira o coração do corpo, corta em tirinhas e o cozinha, é um caso exemplar de conflito entre gerações? É provável que não.

A linha lógica demonstrada acima na narrativa de Mônica segue uma estrada tortuosa que parte da demarcação de “violência conjugal”. Ela fala de uma compreensão de jogo, de violência como relacional. Define que acredita que as mulheres perdem o controle da violência e os homens não, (eles continuam querendo mais violência), eu a questiono sobre a consistência dessa imagem (homens no controle, homens querendo mais, homens que não se saciam, que gostam de violência e que... não sofrem), ela perde um pouco a inteireza de sua posição - mas, finalmente, para recuperar sua lógica, ela justifica sua revolta através de uma imagem forte (sempre o recurso da imagem terrível do fato físico) de vitimização das mulheres no contexto de violência conjugal. Ela traz o caso dramático de um traficante (que poderíamos com alguma facilidade definir como um criminoso, possivelmente drogadito), que queima a vagina da companheira quando ela não quer manter relações sexuais com ele. Mas Mônica não o identifica prioritariamente como um criminoso, um drogado, um delirante, possivelmente um psicopata, ou o que quer que suas atitudes e pertencimentos possam falar dele. Ela o organiza, na argumentação, como um cônjuge violento, que agride sua mulher. E justifica com esse caso o fato de ter raiva dos homens que agredem suas mulheres. Deste modo, podemos perceber que muitas categorias distintas de violência, estão abrigadas sob uma grande generalidade.

Um dos motivos que podemos pensar para isto é que, a voz do agressor não sendo ouvida, podemos falar dele indistintamente, de acordo com nossas necessidades retóricas e sentimentais (muitas vezes acionada pelo forte impacto do sofrimento das mulheres atendidas): como um psicopata, um marido, um criminoso, um homem que perdeu o controle durante uma discussão e deu um tapa no rosto da mulher, o cidadão que abusou do filho de três anos, um maniaco-estuprador que atacou dúzias de mulheres.... Enfim: quem é este homem agressor? E do que ele é capaz?

A não-escuta aos homens que agredem suas mulheres no contexto da conjugalidade conflitiva transforma-os em um coletivo homogêneo onde o todo é uniformemente contaminado pela periculosidade mais bárbara de alguns atos das partes que lhe compõe. O traficante que queima a vagina da companheira é considerado como a parte evidente deste todo homogêneo composto de homens que agredem suas esposas no contexto da conjugalidade. Ou seja: o homem que deu uma bofetada na sua esposa encerrando uma discussão verbal fica diretamente aparentado com o outro membro desse grupo homogeneizado que, traficante, habitualmente tortura sua companheira com um cigarro quando ela não quer manter relações sexuais com ele.

É exatamente a ausência de escuta desses homens que pode permitir uma tão impressionante indistinção.

Há muitas coisas que estão sendo chamadas de “violência contra a mulher”, ou entrando sob um mesmo e indistinto abrigo de “conjugalidade violenta”. Mesmo que possamos pensar que houve nesse agrupamento, inicialmente, uma intenção política, uma estratégia da luta política feminista, podemos verificar hoje na busca das próprias interlocutoras do conflito conjugal com biografia na luta feminista, que elas estão atrás de uma compreensão mais clara dessa desordem provocada pelo agrupamento indistinto. Ele possivelmente acabe atrapalhando tudo o que não signifique ganho judicial ou institucional em torno do conflito, ou seja: sua compreensão, sua análise, o trabalho de intervenção e de prevenção. Este é o mesmo problema que referíamos no capítulo *Representações de Homem e de Mulher: as polaridades de valor*, onde a instalação da mulher, a priori, em uma posição fixa no pólo positivo de qualquer conflito ou antagonismo (contra o homem/companheiro, contra uma instituição ou até contra uma condição econômica de vida - a pobreza) acabava comprometendo as possibilidades de análise e encaminhamento dos fatos reais que chegavam ao atendimento.

Soares et alii (1996), no artigo *Violência Contra a Mulher: as DEAMs e os pactos domésticos*, resultado de uma pesquisa, realizada em parceria com Bárbara

Musumeci Soares e Leandro Piquet Carneiro, em quatro Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher do Estado do Rio de Janeiro durante o ano de 1992, enfrenta esta questão nos tópicos *Os riscos de naturalização de um conceito político* e *A construção social da "Violência contra a Mulher"*:

As conquistas do feminismo têm ampliado o estoque de imagens e valores com que figuramos os conflitos entre os sexos (ou os "gêneros", seria mais correto dizer). Espancar, ofender e violentar a mulher deixaram de ser "direitos legais" do homem, ainda que, para nossa vergonha, permaneça viva e recente a memória de casos judiciais célebres, nos quais vingaram as teses peremptas da "legítima defesa da honra". A "violência contra a mulher" deixou de ser categoria do direito penal ou mera descrição de episódios da vida diária e se converteu em signo político, erigido no processo de resistência feminista. Sua realidade latente passou a atravessar classes sociais, grupos religiosos, étnicos, culturais e etários. Hoje, somos mais sensíveis às deformações morais (e políticas) que advêm das diversas modalidades de afirmação do arrogante poder masculino. Mas também este avanço, cuja manifestação institucional, por excelência, talvez sejam as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher, como quase tudo o que é bom na vida, tem seu preço. O preço é a cristalização de mais uma caricatura, sob a qual se esconde enorme variedade de relações humanas, muito mais ricas e complexas do que desejaria nossa vã idealização do feminino; idealização que acaba sendo, paradoxalmente, um modelo unívoco e fechado, uma espécie de cárcere público, em que se aprisionam as múltiplas possibilidades de reinvenção do feminino, do masculino e de suas interações.

(...)

Não se pretende sugerir que as Delegacias Especiais de Atendimento à Mulher exportam para sua clientela potencial a realidade da violência para cujo enfrentamento foram criadas, fazendo com que a profecia da agressão à mulher se autocumpra. O que parece ocorrer é um diálogo entre um conjunto complexo, multifacetado e polissêmico de fatos/interpretações, episódios/significações, choques/versões e um repertório estreito de categorias que espreme a pluralidade da experiência no filtro redutor de qualificações simplistas, dicotômicas e empobrecedoras, as quais jogam um jogo dramático de cartas marcadas: a mulher é sempre e apenas a vítima, inevitavelmente definida como a ofendida que precisa de proteção; o agressor, do ponto de vista da estrutura de acolhida das DEAMs - que se projeta, por antecipação, refratando as realidades possíveis -, só pode ser um homem, como veremos (nem há espaço no boletim de ocorrência para a inversão da expectativa), e um homem-algoz, retirado de sua circunstância. (SOARES et alii, 1996: 66-7).

Ana, coordenadora da ONG que pesquisamos, manifesta a preocupação de distinguir diferentes violências e diferentes motivações da violência exercida pelo homem contra a mulher no trecho de sua entrevista que reproduzimos a seguir. No momento demarcado pela pesquisa de campo deste trabalho, ela está próxima de ver mais aprofundadamente o problema da indiferenciação. É uma reflexão e uma tentativa recentes, ela nos diz.⁷

⁷ Ver na *Introdução*, tópico *O Trabalho de Campo*, as considerações sobre os depoimentos desta informante, que muitas vezes nos parecem exprimir o que ela considera *politicamente correto* afirmar para a pesquisadora.

Ana percebeu que as agressões, elas mesmas, têm considerável diferença entre si. Mas ainda tenta acomodá-las através da homogeneidade subjetiva do sofrimento que provocam, “no coração de cada pessoa”. Pessoa significa mulher, aqui.

ANA- (...) Eu acho que foi uma experiência muito forte e muito interessante, porque tem uma coisa que é real, que eu sinto mesmo aqui e sinto em outros lugares. As pessoas que eu atendo criam vínculo comigo. E eu acho que isso é um traquejo que eu tive no albergue municipal. É importante as pessoas criarem vínculo, terem confiança. Eu creio que lá no albergue municipal atendi os piores casos, os piores (?). E eu me sinto muito bem, porque eu realmente... eu acho que eu ajudo as pessoas, eu acho que elas ficam melhores depois que eu atendo. Tanto que pessoas que eu atendi lá, que eram casos meus na Casa, até hoje me procuram. Até hoje me procuram. Cinco anos depois elas ligam pra dizer: "olha, eu tô bem. Eu (?) " não sei o que, "olha, eu tô em tal lugar", "olha, eu tô precisando de ajuda". Porque eu acho que tem uma coisa que é uma relação humana mesmo. E eu acho que a grande dificuldade é tu conseguir manter um distanciamento e não te burocratizar. É conseguir um bom distanciamento, de maneira que tu não te envolva completamente, senão tu não resolve o problema dela, tu vai sofrer com ela, porque tu tem que conseguir enxergar de fora, mas tu tem que te sensibilizar. Tu não pode perder a sensibilidade, porque tu imagina o que que é tu ficar ouvindo casos de mulheres em situação de violência todos os dias, todos os dias, todos os dias. Quer dizer, daqui a pouco a mulher tomar um tapa no olho não é nada perto de uma que chega toda queimada com um filho de 3 anos abusado pelo pai, como eu vi. Então, esse saque tu tem que ter, que cada... cada situação de violência é uma, e a dor que aquela mulher sente é própria dela, e não é maior nem menor do que aquela que foi... que aquela mulher que tomou um soco no olho, ela não sofre nem mais nem menos do que a que teve o filho de cinco anos abusado. É diferente, é outra pessoa, é outra dor e é tão intensa quanto. E é difícil fazer essa medida, porque o problema das instituições é isso, é que são casos e casos e casos tão graves que daqui a pouco uma tomou um tapa, tu já diz: "tá, tomou um tapa". Só que a intensidade disso no coração dessa pessoa, na vida dela, é tão grande quanto da outra. A dor física é diferente, mas a intensidade da agressão pode ser a mesma. Eu acho que a grande questão pra quem trabalha com isso, faz esse tipo de atendimento é conseguir se distanciar pra conseguir enxergar com lucidez o que que tá acontecendo, mas não perder a sensibilidade. Esses lugares tendem a se institucionalizar, virar FEBEM, porque os técnicos passam a banalizar esse tipo de atendimento. (ANA)

De qualquer forma, na fala de Ana há dados muito importantes: o reconhecimento de que, até então, os homens só foram ouvidos para fechar acordos judiciais. Em 15 anos de militância e quatro anos de intervenção em questões de violência conjugal, apenas agora Ana está tentando enfrentar a indiferenciação dos perfis de agressores. E ela se dá conta de que suas ferramentas, principalmente recolhidas no campo do Direito, estão inadequadas para operar as ricas necessidades de sua obra.

A ordenação dos argumentos de Ana demonstra uma ambigüidade recorrente entre os posicionamentos a que a teoria de gênero e a pesquisa sobre violência estão levando e aquilo que lhe determina a sua realidade de vivências,

militância e sentimentos. Ela não esqueceu que, na sua lógica anterior (quando forjou sua identidade de militante feminista), esse homem é um agressor/mau e essa mulher é uma vítima/boa. E, pode-se perceber, aqui em sua fala, que ela não quer estudar e analisar perfis e violências distintas para descobrir como acontece o conflito conjugal, a dinâmica da violência, o que esta dinâmica pode falar sobre a relação ou sobre a necessidade da violência para um casal, ou enfim... o que quer que apareça na fala dessas pessoas. Inclusive quais os danos que o homem tenha nesta relação, que sofrimento ele pode ter, e que feridas sua mulher lhe provoca, por hipótese. Ela quer estudar o homem para prevenir a violência contra a mulher. Contra a mulher com quem ele está hoje ou contra a próxima mulher dele - que também vai apanhar, segundo Ana deduz.

Ainda continua funcionando aqui, portanto, a interdição à complexidade desse homem e a dessa mulher. Parece que Ana gostaria de controlar o agressor, com o estabelecimento de perfis. Sua aproximação do homem não inclui complexidade e parece antes uma tentativa utilitária: vamos ao homem ver como lhe pedir que ele não bata mais na mulher. Mais uma vez aqui está inviabilizada a escuta do discurso do homem. Desta vez, não irão recebê-lo apenas para discutir a partilha dos bens. Vão também tentar classificá-lo em periculosidade e prevenir sua ação perigosa. O dia de escutá-lo, simplesmente, como um sujeito participante de um conflito, ainda não chegou. O exercício de tipificação, como aqui se desenha, ainda é uma indisposição para ouvir.

Esta forma de estruturar uma tipificação para enquadrar agressores e agredidas lembra uma estratégia anterior da militância feminista (GREGORI, 1992), só que realizada com um menor número de termos para uma mesma equação, mas tudo nos indica que ela repete a opção - e a tentação - de tentar entender a violência através de uma (ou mais) fórmula.

Outra tendência presente em boa parte dos pronunciamentos, pesquisas e escritos feministas é descrever as relações de violência construindo uma relação típica (Oliveira *et alii*, 1994); um casamento tipicamente violento, exemplo extraído de pesquisa, que toma como base os dados majoritários do perfil dos agentes e de suas relações. Nele não é feita distinção entre relações cujos agentes são de extratos sociais, etnias e idades diferentes, e não se considera a variável ter ou não ter filhos, ter filhos já criados ou não. Os personagens são compostos da seguinte maneira: a mulher é dona-de-casa, faz o serviço doméstico e tem filhos pequenos; o marido é trabalhador. O extrato social da família não está claramente configurado. (GREGORI, 1992: 128)

Ana está admitindo ampliar o número de termos para a equação, mas, tudo nos indica que ela repete a opção - e a tentação - de tentar entender a violência através de uma (ou mais) fórmula.

Mas, convenhamos, há no esforço desta advogada feminista, de todo modo, um esforço e um avanço importantes para pensar a complexificação da abordagem da questão.

ANA- É comum, é recorrente. Afasta da mãe e dos amigos. Isso... num tipo de violência que eu já tô lidando hoje, muito recentemente eu tenho estudado... Isso já foi também uma outra volta que eu fiz na... que não trabalhar com a violência, mas trabalhar com as violências. E, portanto, tem alguns perfis de mulheres e alguns perfis de agressores, e tipos de violência.

EUT- Como assim, perfis...?

ANA- De mulheres agredidas. Mulheres que vivem em situação de violência. Tu não pode tomar... emparelhar: as mulheres vítimas de violência. Existem muitas violências, existem alguns perfis de mulheres que vivem em situação de violência e existem alguns perfis de agressores. Todos os agressores, não necessariamente matam as mulheres. E o agressor que mata sua mulher, não necessariamente espancava ela. Muito pelo contrário. Os agressores que matam as mulheres... quem mata as mulheres são agressores, via de regra, que matam depois de separados, matam por ciúme. A maioria dos homens que matam a mulher, matam por ciúme. Não eram mulheres que apanhavam na relação.

EUT- E não tem nada a ver uma coisa com outra?

ANA- Ã-hã. Então tu vai ver que essa mulher tem um perfil, e esse homem tem um perfil e essa violência tem um perfil próprio.

EUT- (?) esses perfis, tu taria tentando fazer, digamos, uma separação em grupos...?

ANA- Ã-hã. Eu tô estudando isso agora.

EUT- É? E... e grupos tentando delimitar determinados comportamentos com certo limite de... de perfis...?

ANA-Ã-hã. É estou tentando (?)

EUT- Com quantos grupos?

ANA- Eu trabalho com cinco mais ou menos.

EUT- Cinco perfis?

ANA- Mais ou menos. Mas, isso é tudo muito recente. Eu estudava há pouco tempo isso. E eu tô usando o CAMP, agora... fui pra dentro do CAMP, porque eu vou usar o CAMP como laboratório. Porque eu acho que pra prevenir violência não se tem que trabalhar com mulher, nós temos que trabalhar com homem. Porque quando a gente trabalha com violência na emergência, a gente trabalha com punição e a punição se dá sobre o que? Sobre o homem. Agora, quando a gente fala em prevenção a gente fala em trabalhar com a mulher, é a mulher que tem que se prevenir. Não é verdade. Essa mulher que tem esse perfil, ela tá ligada a um determinado tipo de agressor, que tem um perfil. Se não prevenir com o homem, não adianta. Essa mulher para de apanhar e deixa o homem, mas esse homem vai bater noutra. Eu acho que o foco do trabalho... por isso... ninguém conseguiu descobrir um trabalho de prevenção de violência com... violência doméstica até hoje. Olha, eu já li quase tudo que tem por aí. Todo mundo diz que tem que prevenir, ninguém sabe como. Mas, o problema é que as pessoas passaram uma tábua rasa dizendo: tem a violência, tem a vítima, tem o agressor. Isso não é verdade. Tem alguns perfis de mulheres, tem perfis de agressão, tem as agressões, as violências, que correspondem a perfis de agressores, que correspondem a perfis de mulheres em situação de violência. Nem são as vítimas, são as mulheres em situação de violência. Então, a partir do momento que a gente conseguir detectar que homem é esse, que agressor é esse, quem são esses agressores... Bom, aí a gente pode começar a pensar em trabalhar em prevenção. Agora, antes, nós vamos ter que descobrir isso: que homens são esses, que perfil de agressor. Que que esse... que que esse perfil, como é que se constrói esse (?), o que que esse homem tem a ver com essa mulher, essa aqui.

EUT- Eu acho até que a gente podia conversar mais...

ANA- Quer dizer, isso foi uma volta... tu tava perguntando qual foi a curva, a minha curva e essa.

EUT- Sobre... sobre esse.. em relação a ouvir os homens. Nesse percurso até aqui, nessa trajetória tua, como é que foi o diálogo com os homens agressores? Como é que...?

ANA- Não foi. Quase nenhum. Minha relação com os homens agressores se deu muito quando eu tava no albergue municipal, e geralmente os casos que chegavam ao albergue eram muito graves.

EUT- O que que tu chama de muito grave? Me dá uma idéia?

ANA- Vou te dar uma idéia.

EUT- Uma coisa, assim, power pra ti.

ANA- Power. Uma mulher que tinha um filho de três anos e uma filha de dois, ela era seviciada pelo marido. O menino de três anos também e a menina de dois anos também. Isso pra mim é um caso grave. E o menino, o filho dela, quando ele chegou no albergue, ele não desgrudava dela e ele não falava. Ele só sabia dizer "não" e "papá", "não, não, não, não". E eu fui fazendo um trabalho com esse menino e a minha glória foi quando ele pegou na minha mão e resolveu sair até a frente do albergue. Ele nunca desgrudava dela, e ele não falava nada, ele só dizia "não". E ninguém conseguia chegar perto dele. Esse pra mim é um caso grave. Tinham outros que não eram tanto. Mas, tiveram muitos casos graves. Tinha... de meninas com doença mental, que tinha sido abusada pelo pai, que andava pela rua e tinha sido estuprada *n* vezes. Então, eram casos limites. Os que eu atendia. Eu te disse que os piores vinham parar na minha mão. Hã... eu atendi mulheres que tinham braço que parecia assim... um salamito. Sabe salamito? Só carne. Eu atendi uma mulher, outra que me liga às vezes, que ela... ele forçava ela a fazer sexo anal, ele estuprava ela, ele batia nela. Ela tentou se matar com os dois filhos, duas filhas. Quando ela chegou lá, ela tinha tentado se matar pela última vez. Um padre viu e recolheu.

EUT- Nossa. Se matar e matar as crianças.

ANA- Juntos. Ia se matar todo mundo.

EUT- Nossa!

ANA- Então, são casos realmente graves. Então... bom, eu lidei com marginais, com traficantes. Então, não é um perfil muito simples de homens, né. Então, eu fui... eu era a pessoa que ia nas casas. Eu pegava a Kombi, eu ia, eu botava o pé na porta, eu catava as coisas da mulher.

EUT- Vocês chamavam as pessoas... os homens pra conversar?

ANA- Não, não, não.

EUT- Não tinha?

ANA- Não, não se tinha esse trabalho no albergue municipal. A gente ia na casa...

EUT- E na ONG, em 92 e 3, né?

ANA- Aqui, a gente chama pra fazer acordo judicial. Mas, nós não temos um trabalho, que eu acho que é um grande problema, que eu vou tentar implantar rapidamente, assim. Vou tentar pensar, assim, num serviço de como que tu vai abordar esse homem. Porque eles vem aqui é pra fazer o acordo judicial. A gente chama pra fazer o acordo judicial. A gente, via de regra...

EUT- E ele não fala, não traz a sua narrativa sobre.... ?

ANA- Muito pouca. É porque se discute em cima do processo dado já. Negociar...

EUT- Já é essa a questão?

ANA- Já tá dada a questão, ela já tá se separando. Quem fica com que, pá, pá, pá, e evidentemente que o fato dele agredir ela pesa contra ele. A gente usa muito isso. Os caras penam aqui, suam aqui dentro. Então, a gente vai tensionando pra que a mulher saia com algumas condições. E todo o negócio aqui é... E evidente que se o cara é uma pessoa de classe média tu tem mais condições, porque tem coisas a perder. Quer dizer, tu ligar pro trabalho do cara e tu informar que ele bate na mulher e tal, acaba com a vida

dele. Se ele é uma pessoa de classe baixa, ele não tem muito a perder. Então, o diálogo já é outro, já é outra questão, né. Já é mais difícil, porque esse teme ser preso.

EUT- Ha!

ANA- O de classe média sabe que não vai preso, mas ele tem medo do escândalo, tu entende. Então... mas, o trabalho com homem aqui, ele se dá em cima do processo. Eu não trabalho muito com eles, eu trabalho, via de regra com as mulheres.

EUT- No caso do CAMP também... hã... os homens chegam a ser chamados lá?

ANA- Sim. Pro acordo judicial.

EUT- O acordo tem... em cima de uma separação?

ANA- ã-hã. Em cima já da separação judicial. Só se chama o cara pra tratar da separação. *(Ana consulta o relógio)*

EUT- E como é que tu... eu não sei como é que é a tua possibilidade...?

ANA- Três horas. Daqui a pouquinho eu tenho que ir.

EUT- A gente podia marcar uma segunda conversa, pra conversar um pouquinho sobre essas novas perspectivas que tão surgindo.

ANA- Tem coisas novas sim, eu tenho pesquisado isso. E eu acho que pela primeira vez eu acho que eu tô me colocando no caminho certo, e eu acho que eu tô indo por um caminho novo.

EUT- Eu tenho certeza que não (risos)

ANA- Hã?

EUT- (risos) Não é a primeira vez que tu tá indo pelo caminho certo.

ANA -Não, mas eu tô...

EUT- É uma perspectiva construtivista aqui (risos)

ANA- Eu tô... dessa vez eu tenho certeza que ninguém pensou. E eu acho que a grande questão é tu começar... uma vez eu...o barato... Esse velhinho que tava aí, eu fui numa palestra que ele trabalhou com o conceito da transdisciplinaridade e eu nunca consegui entender direito o que que era isso, e agora, em cima da questão da violência, ele disse, pra mim ele disse: "olha, só se resolve a questão da violência com as pessoas trabalharem de uma forma transdisciplinar". E eu fiquei pensando o que que era isso, né. Qual era a diferença da transdisciplinaridade pra multidisciplinaridade, né. Todo o enfoque em cima da violência, ele é multidisciplinar, porque o discurso se monta sobre uma determinada... o discurso central tá amparado numa determinada categoria (?), uma disciplina, que se apropria... E, geralmente, é uma disciplina penal, do Direito. Uma disciplina do Direito, do que é direito e do que não é direito. (ANA)

Voltaremos ao assunto do Direito como ferramenta básica e insuficiente no capítulo *A Insuficiência do Direito*. Acho que, também nesta seqüência de nossa entrevista, Ana me ofereceu a mesma resposta que Mônica já havia me oferecido. À minha reiterada pergunta sobre a escuta ou não do discurso dos homens, Ana antepõe que ela trabalhava com os casos mais graves. É a mesma operação que Mônica fez ao citar o caso do traficante que queimava a vagina da mulher para justificar porque ela não pensava no sofrimento do homem em uma relação conflitiva/violenta. Não usei a citação desta fala da Ana naquela discussão porque na pergunta seguinte, eu a induzo a listar "os casos power". Atuou aí minha aflição e minha curiosidade mórbida. E perdi a informação completa, que seria dada pela escolha livre, não induzida, dos casos a serem elencados por Ana. Mas a promessa que ela havia feito de me dizer o que seriam casos graves continha a mesma potência de indiferenciação que a Mônica

ofereceu na resposta dela. Ou seja: “Não penso no lado deles porque eles são terríveis”. Eles quem? Os traficantes? Os estupradores de crianças? Os maníacos? Os psicopatas? Os drogaditos? Ou os homens que participam de conjugalidades violentas?

Para fechar este capítulo acho que vale contar com a contribuição da Liderança Popular Neuza. Parece exemplar.

EUT: Alguma vez tu já falaste, nesses casos que vocês atendem lá, ou mesmo com os vizinhos, já falaste com um marido que tivesse batido na mulher?

NEU: Já. Já falei e ele... esse mesmo senhor ali. Ele disse que eu tinha mandado prender a mulher dele. Muito pelo contrário, eu chamei o Conselho... eu disse pra ela ir na delegacia dar parte, porque tinha lesões, né, e ir no Conselho Tutelar, pro Conselho Tutelar tirar ela com as crianças de casa, na mesma hora, porque corriam risco de vida, né. Ele atirava pedra aqui em cima da casa, dizendo que eu tinha prendido a mulher dele. Aí um dia eu fui lá e disse pra ele: não, seu José, eu não mandei prender a sua mulher. Ela pediu socorro e nós, então, encaminhamos pro Conselho Tutelar, porque o senhor não pode tá batendo na sua esposa diante das suas crianças, entende. Aí ele disse: “é, porque eu não mandei, porque a senhora mandou prender a minha mulher, porque a senhora quer me separar da minha mulher. Não absolutamente, seu José, o senhor não pode bater em ninguém. O senhor não vê que o senhor é esposo não é pai dela, e muito pelo contrário, hoje os pais não podem bater mais nos seus filhos. Ele tinha até queimado o pequenininho com água quente, o pequenininho tava todo queimado, entende.

EUT: E ele disse alguma coisa, porque que fez, não se justificou, nada?

NEU: Não, não.

EUT: Só brigava contigo.

NEU: É. Ele me atirava pedra aqui em cima [do telhado da casa dela] e o dia que eu fui conversar com ele... mas depois que eu falei com ele, ele parou. Ele parou, acho que... eu não sei se ele entendeu. Eu disse: não, não é direito isso. Ela é uma moça nova, bonita, como é que vai ser judiada dessa maneira, eu disse pra ele, bem assim. E ele me ouviu, ficou quieto, não falou nada, né, só disse isso. E depois parou de atirar pedra, me respeitou... passava por mim e me cumprimentava.

EUT: E a mulher voltou?

NEU: Não. Ela foi e voltou não sei quantas vezes, Euthalia. Ela voltou várias vezes pra casa, mas...

EUT: E o que que acontecia com ela?

NEU: (...) mas a situação, assim, ela... Ele ficava bom um tempo, outro tempo ele começava de novo e até porque ele usava droga, fumo, não sei o que que ele usava... cola, eu acho, né. E tava dando pras crianças e ele batia até na mãe dele pra dar dinheiro pra ele comprar droga... cola, eu acho que era cola que ele usava. Então, ela dizia mesmo, quando ele tava bom, são, ele era uma rica de uma pessoa, mas quando ele tava assim chapado, não dava pra agüentar. E é mesmo, os vizinhos corriam com ele. Agora acabaram matando ele. Mataram ele dentro de casa. (?) se estouraram com o cara, de certo.

EUT: Coisa de traficante, ou coisa assim?

NEU: Mas, eu não sei, eu achei que foi até uma coisa assim... hã... como é que eu vou te dizer... até foi prevahecimento, porque... uma pessoa assim é doente, a gente sabe que é doente, né. E ele não incomodava as outras pessoas.

EUT: Ele trabalhava, ou não?

NEU: Sim. Ele trabalhava. não fixo. né. mas volta e meia ele trabalhava. se via ele trabalhando. né. Mas... a gente não sabe o que que aconteceu. e a mãe dele também não estava aí, né, que ela não parava aí, que ele judiava até dela. né. (NEUZA)

Há uma expressão popular muito usada na minha região de origem que qualifica uma pessoa perturbada mentalmente de um modo que coincide bastante com a descrição que a informante nos traz do comportamento deste homem. A expressão é: louco de atirar pedra (é verdade que, na origem da expressão, o vetor do movimento da pedra talvez fosse outro, mas isto não vem ao caso). Ou seja: o “homem” agressor que Neuza me indica como resposta à pergunta que lhe faço - se ela já ouviu um agressor alguma vez - , é uma pessoa “doente mental”, como ela mesmo o qualifica. Não, não deixa de ser homem. Mas dificilmente, com o quadro que podemos deduzir de seu comportamento inclusive delirante (diz que Neuza prendeu a mulher dele....) é um homem que exerça seu papel de marido com lucidez, responsabilidade, equilíbrio e capacidade de negociação de interesses e limites.

Não me caberia aqui entrar descuidadamente no campo de conhecimento sobre saúde mental no contexto popular aproximado do recorte ⁸ em que estamos trabalhando. Mas acho necessário indicar aqui este dado que se apresentou na pesquisa e que pode subsidiar etapas posteriores - de que transtornos mentais das mais variadas ordens estão sendo chamados de “problemas na conjugalidade” (e apropriados pela militância feminista como “violência contra a mulher”) - com uma realidade de desassistência e desprovimento de comunidades carentes de serviços médicos e psicológicos. Talvez, suspeito, verifique-se que a falta de diagnóstico e tratamento desses quadros acabe também produzindo uma acomodação desses distúrbios não-tratados - desde os leves até aos mais graves - no seio da conjugalidade, onerada com isso com uma potencial periculosidade que não se relacionaria prioritariamente com a saúde dos laços e contratos afetivos conjugais.

Enfrentemos esta particularidade do trabalho acadêmico de atender à necessidade de levantar muralhas de proteção a cada trecho de desenvolvimento da escrita: acho que preciso dizer aqui, cansativamente, que não penso que a carência de recursos de atendimento de saúde à população encerre todo o problema. Indico que isto se relacione com uma das inúmeras partes desta questão. Outra delas é que, mesmo havendo suficientes recursos, como pode-se pensar que encontrem as conjugalidades conflitivas de camadas médias com acesso a atendimento de saúde de boa qualidade, ainda assim se onere a conjugalidade com os excessos da doença psíquica.

⁸ Uso a expressão *recorte* significando o universo de pesquisa com que trabalho.

Mais do que se admirar com a capacidade de um psicopata, de um criminoso, de um drogadito, ou de um traficante/criminoso para ferir suas mulheres (até porque ferirão também seus filhos, seus vizinhos, o dono da venda, os animais de estimação e o guarda da esquina), a pergunta que ressoa aqui se refere a outra face deste mesmo questionamento: por que as mulheres se põem tão freqüentemente na posição passiva de conviver com abusos e riscos à própria integridade e vida, considerando agressões patológicas como parte do “sofrimento” constituinte de ser mulher? Até onde pode ou deve ir este sofrimento? Ele tem um limite? Quem dá este limite?

É fundamental reconhecer e exercitar a abordagem multidisciplinar para analisar os eventos do campo da violência. Desconhecer a contribuição da Psicologia para este diálogo seria um equívoco, mas aqui não é nossa tarefa. Podemos apenas sinalizar esta tarefa:

As mães das entrevistadas, na sua maioria confinadas ao mundo privado - estratégia que, confirmando a teoria, dificulta a inserção no mundo público, a participação política e a consciência de cidadania (Georges Duby e Michelle Perrot, 1991) - perpetuam a própria desigualdade ao reproduzir o modelo de desvalorização do feminino, tornando-se reprimidas e repressoras a um só tempo (Wilza Vieira Villela, 1992; Carlos Del Pino, 1985). As mães, sem a menor crítica, abastecem a sociedade com novas mulheres impregnadas de velhos preconceitos. (VIEIRA, 1997: 76)

Até onde este companheiro agressor não está escalado como ator - e não como autor (aproveitando aqui apenas a instrumentação semântica da noção autor/ator de Hobbes, 1983) - na cena da identidade feminina, para dialogar com a dor e com a raiva de ser construída em desvalor, em desrespeito, em desinvestimento, relacionalmente, pela cultura que investe seu maior valor em um outro desonestamente empodeirado na concorrência dos sujeitos? A marca/o dano/a dor que este companheiro produz não seriam a minuciosa reconstituição de uma ordenação perversa da cultura que dure enquanto a mulher ache que deva, até a “purgação” de seu próprio mal(desvalor)? Ao contrário de bater por motivações de seu poder e de seu desejo de abuso, este homem agressor não poderia estar batendo em convênio, para dar significado à identidade de sua mulher, até quando ela o autorize? Esta suficiência não se localizaria no momento em que ela pudesse se revoltar contra a ordem da cultura - porque ela conseguiu que a ordem se exacerbasse em uma evidente e “injusta” desordem - e, portanto, passasse a ser passível de ruptura e de “desconvênio”?

Não vou cair na tentação de tentar responder essas perguntas suscitadas pelo meu trabalho, mas não posso deixar de anotá-las. Acho mesmo que o fato deste trabalho poder levantá-las consiste em uma contribuição. Chego a mais uma fronteira da minha tarefa de onde apenas novas pesquisas poderiam - ou

deveriam - prosseguir. A este respeito, penso em mandar tatuar sobre minha pele a seguinte passagem de Clastres (1982) quando critica Lévi-Strauss⁹:

Acreditando que o ser social primitivo é ser-para-a-troca. Lévi-Strauss é levado a dizer que a sociedade primitiva é sociedade-contra-a-guerra: a guerra é a troca mal-sucedida. Seu discurso é muito coerente, mas falso. A contradição não é interna a este discurso, é o discurso que é contrário à realidade sociológica, etnograficamente legível, da sociedade primitiva. (CLASTRES, 1982: 185)

O que eu gostaria de anotar com isso é que análises que aparentem muita pertinência e coerência são muito boas, mas para falar da realidade de um determinado universo é preciso lê-lo - e não ser “coerente”. Portanto, paro minha especulação por aqui.

Só gostaria mais uma vez de dialogar com uma voz da mídia, sem ter a menor pretensão de ser conclusiva sobre a sugestão que trago exatamente pelos motivos que acabo de expor. Penso que dadas as perguntas especulatórias que fizemos caberia a sua situação em uma imagem para torná-las mais claras.

A autobiografia da cantora americana Tina Turner no filme TINA suscita esta reflexão. Mais uma vez ao longo deste trabalho se mostra importante o diálogo com o que chamamos “a voz” da mídia. O filme mostra o músico Ike, companheiro de Tina, batendo, espancando, abusando, sistematicamente de sua mulher Tina.

Apliquemos nossa pergunta anterior a este caso: será que Ike não era autorizado a bater pela própria Tina para “purgar” seu crime? O crime de ser uma mulher negra prestigiada, valorizada e enriquecida, quando as ordens para a sua identidade eram opostas a esta construção de valor? O que nos leva a perceber isto é que no momento em que Tina disse “não quero mais”, não houve bíceps (e Ike era grande....) capaz de dar conta de sua constituição como sujeito de valor. Em determinada cena, Ike invade o camarim de Tina, antes de um show, armado de revólver, e se diz disposto a matá-la, se ela continuar separada dele. Tina olha para ele e para o revólver, vira as costas com calma e, enquanto se maquia, diz: se quiseres, mata. Eu tenho que me preparar para o show. Toda a potência agressiva de Ike se desfaz. Ele vai embora sem fazer nada, sem dizer nada, esvaziado dos significados e autorizações antes investidos nele: está estupefato. Tina havia retirado sua assinatura do contrato privado que eles mantinham, e onde a construção do valor de ser negra, rica e prestigiada, devia passar por uma bom período de “paga”. Ela resgatou sua conta. E passou a acusar Ike por tê-la

⁹ Eu vinguei, posteriormente, Lévi-Strauss ao destruir o artigo *O Arco e o Cesto*, de Clastres, no trabalho *A Escritura em Gênero: duas análises e uma proposta* (XAVIER, 1996), elaborado para a disciplina de Relações de Gênero deste Mestrado. - mas acho que Lévi-Strauss não ficou sabendo disso.

maltratado. Se alguém solicita a outrem que o torture, este outro não deixa de ser um torturador. Mas o torturado não é uma vítima inocente. Ele é no mínimo co-autor de seu próprio sofrimento (sendo autor aquele que autoriza a ação do ator, que apenas atua, em noção emprestada de Hobbes (1983)).

O grande desrespeito a um sujeito mulher potencialmente qualificado e valoroso, mas ferido do desprestígio/desvalor que lhe é reservado, do dever de assumir o menor valor em favor de um outro (um homem) sem méritos distintivos que não o convênio de poder que o sustém, é o próprio desrespeito. Para colocar isto no público, no exterior, em outro lugar, além da própria subjetividade, onde seria extremamente dolorido, o recurso pode ser uma cena - uma performance - que represente para o público, exacerbadamente (assim como deve ser feito o teatro de rua), a imagem da agressão anterior, que não é reconhecida. Então, o sofrimento fará sentido, será reconhecido como injusto, como equivocado e poderá situar a mulher em um lugar prestigiado no âmbito público (ainda que provisoriamente), como um sujeito de valor, injustiçado.

Esta interpretação se linca com a sugestão que fiz em um *paper* produzido para a formação do Mestrado (*veja esta proposta no Capítulo Suporte Teórico*), onde localizo a dimensão performática desta queixa, construída parcialmente por Gregori (1992) e desloco o foco do conteúdo textual da queixa para a sua função realizadora de significado e lugar para o sujeito feminino através da performance¹⁰.

¹⁰ Performance entendida aqui como o ato narrativo-especial que cumpre a função de organizar e dar sentido à experiência. Ver BAUMAN (1984). HUNTSMAN (1983). MALUF (1993). FONSECA (1995).

Capítulo 3

O EIXO PRIVADO

1. O Sofrimento (inviável) no Discurso do Homem

Um homem que perdeu status, conforto, prestígio, estabilidade, saúde, propriedades, perguntado sobre se passou por sofrimento responde: *Eu não sei o que é sofrer*. O fato ressoa imediatamente às informações da teoria da honra mediterrânea e dos estudos de gênero sobre masculinidade, onde, na maioria dos recortes, aparece a impossibilidade de um homem construir um discurso explícito honrado sobre o seu sofrimento pessoal¹.

Trazemos aqui a história de Leonardo - casado com Dulce (uma das Líderes Populares) há 25 anos - para refletirmos sobre a (im)possibilidade da expressão do sofrimento masculino.

Sua história apresenta uma trajetória profissional marcada por uma forte ascensão e uma drástica queda. Depois de passar por anos de prestígio e fartura através do reconhecimento da excelência de seu trabalho técnico, Leonardo se demite do emprego, começa a beber, deixa que se extraviem todas as economias da família, vende os bens que tinha, procura empregos sem qualificação e finalmente a família acaba sustentada pelas faxinas de Dulce, morando em um terreno de invasão em uma vila irregular, com uma lona de acampamento como residência.

O sofrimento pessoal de Leonardo é difícil de se viabilizar na sua narrativa, ainda que publicamente seja reconhecido, assumido e trabalhado o fato deste casal - Leonardo e Dulce - ter passado por grandes perdas e ter conseguido "superar" tudo *unido* e com a família organizada.

Aqui Leonardo conta algumas passagens da sua derrocada econômica e social, e pode-se observar a negativa reiterada de admitir para a pesquisadora momentos de fraqueza, insegurança ou sofrimento, de modo explícito.

LEO- Era só whisky, só whisky. E a Dulce me acompanhando também, os parente dela... de segunda a segunda nós vivia dentro de boate aqui na capital A, só eu que pagava. Fiquemo na casa dessa senhora que tá aqui, a tia dela, no Morro da Cruz. Era pra ficar uns dias: "vamos comprar uma casa, vamos comprar uma casa". Aluguemo uma por

¹ Ver discussão, no capítulo *Suporte Teórico*, sobre machismo e marianismo, conforme STEVENS (1977), MELHUS (1990), PITT-RIVERS (1979) e PERISTIANY (1988).

enquanto. depois nós ia comprar. e eu aceitando, tu me compreende. e o dinheiro indo. Fiquemo 5 anos. eu acho. nessa vidinha.

EUT- Tudo isso?

LEO- Com o dinheiro meu.

EUT- Nossa Senhora. E nesse... dava pra um padrão legal ainda?

LEO- Pra te ver a fortuna que eu ganhei. né. E aí acabou...

EUT- Em nenhum momento tu pensou em voltar pra lá?

LEO- Pra onde?

EUT- Lá pra empresa. como a Doutora Rosane [advogada da firma] tinha proposto?

LEO- Eu tenho certeza que se hoje ela sabe que eu tô nessa situação... também. É só pegar um avião daqui, ou um ônibus daqui, chegar lá em São Paulo, ela me agarra com as duas mão. (?) cabeça, **eu não tô autoconfiante ainda. Tô e não tô.** Aí, até nós viemos acabar aqui no Campo da Tuca, sem dinheiro.

EUT- E o que que aconteceu durante essa época, assim até... por exemplo, quando tu viu que o dinheiro tava indo embora. não pensou: "bom, agora daqui eu não posso passar", o que que tu fez?

LEO- Aí eu comecei a trabalhar com o meu pai, como eu te disse, de ajudante. O volante ele não entregava. Aí arrumei uma casa no Campo da Tuca. o meu pai me deu umas madeira velha de obra. fiz o barraco, tava bom.

EUT- Mas, o teu sentimento em relação a isso Leonardo? Porque tu tava numa realidade muito diferente, de repente...?

LEO- Você entendeu mal, eu tava gostando. Isso aí eu também não consigo, eu não vejo... Aí o que preencheu talvez um pouco disto, eu fui ser taxista. Eu peguei táxi pra trabalhar (rindo). (?) de táxi....

EUT- Que é uma coisa que dá uma certa renda.

LEO- Não, empregado ganhava comissão. mas eu gostava porque era da noite. Vivia no meio da orgia, da noite. Eu me contentava só ver... hã... eu me contentava em ver que eu era aquela personalidade ao contrário do que eu fui. Eu pegava táxi pra ir embora pra casa. Dava gorjeta pro taxista porque eu gostava. E eu agora estava sendo o que levava aqueles que tinham poder aquisitivo igual ao que eu tive, sabe.

EUT- Que tavam na tua condição?

LEO- Então, aquela... aquela...

EUT- Mas, tu não tava sofrendo com isso? Tu não ficava deprimido com isso?

LEO- (rindo) Não, em momento nenhum, em momento nenhum, sabe, (rindo) eu achei que... como é que eu vou dizer pra ti, eu acho que o meu ego... o... ou também, eu não posso te afirmar assim... Eu sou muito devoto do São Jorge, eu gosto muito do espiritualismo, só não me deixo ser obcecado, isso aí não. sabe. E eu sou daqueles... assim... acho que cada um tem uma missão. Que a minha missão eu sei. eu já sabia da minha missão. Eu já tinha sido avisado disso, que eu ia ultrapassar mares, barreiras e barreiras, o resto dependeria de mim, de eu continuar. (LEONARDO)

Na sequência imediata do seu depoimento, ele continua a me relatar a mudança de vida radical, uma série de perdas, dele e da família, volto a perguntar sobre seu sentimento, insisto em seu possível sofrimento com aquilo:

EUT- Quando é que começou a te dar essa sensação que as coisas tavam ruins, que tu começou a sofrer, que até então tu não via isso com sofrimento. Tava levando pra frente?

LEO- É.

(uma pequena interrupção)

EUT- Então, Leonardo, eu tava te perguntando em que momento tu começaste a... assim, ter sofrimento com aquela situação?

LEO- Euthalia, vou te ser sincero, eu não sei distinguir, não sabia distinguir o que que era sofrimento. Eu acho que eu tive tantas coisas boas, tá, que aquilo ali pra mim não pesava, sabe. Eu não conseguia... eu não queria acreditar que tava acontecendo aquilo comigo, e tava acontecendo... eu não queria. Não era eu aquilo ali, não era eu, sabe. Não era eu aquele ali. Ai acabei vindo aqui pra Vila, perdendo as minhas coisas tudo. Morando de favor com quatro tábuas. morando com a mulher e quatro filhos embaixo.

EUT- Quatro filhos?

LEO- É. Eu fumando... fumava Carlton, Balantine... Balantine. não. o Belm... o Pall Mall. Eu tava fumando cigarro enroladinho, com o resto daquele fumo que se compra enroladinho. Não tinha mais fogão. não tinha botijão de gás.

EUT- Tinham roubado isso?

LEO- Eu vendi, eu troquei por cachaça.

EUT- Tu bebia direto?

LEO- Direto.

EUT- E aí não conscientizava que tava sofrendo?

LEO- Não, eu me conscientizava que ao meio-dia eu tinha que ter alguma coisa pra eles comerem. As três horas da tarde tinha que ter o café, e a janta tinha que ter o café. Nesse intervalo eu não me preocupava com eles. Eu me preocupava em eu arrumar pra cachaça e a situação que eles tavam tava boa. Eu não queria deixar eles passar fome.

EUT- Mas, tu não achava que tinha uma diferença tão grande, que eles poderiam tá sofrendo também? Ou que a Dulce tava sofrendo? Tu não pensava sobre isso? O que que tu...?

LEO- Eu não achava saída. Eu não achava saída.

EUT- E como não tinha saída, não tinha nada pra fazer também?

LEO- Sim, eu me acovardar, me matar e matar eles, nunca me ocorreu, porque eu não tenho... sabe. Eu pensava que eu ia brilhar, ia dar... ia... ia ter um efeito, que aquilo ali não ia continuar. E os meus não tavam sabendo da situação. Minha mãe e meu pai não tavam sabendo da situação.

EUT- Tu achava que ia dar uma virada?

LEO- Ia dar uma virada, sabe. Ia dar uma virada. Eu já passei por tanto, colega morrendo, socorrendo colega, vendo colega meu ser aberto pra ver se morreu, sabe. Como a perícia federal não (?), abriram o cara de novo pra ver se o cara não tava levando morfina dentro do cadáver. Que era de Manaus pra Porto Alegre, né, o cara era hemofílico, caiu uma (?) lá e ele veio a falecer. Um gaúcho, de Gravataí. Depois que o cara já tava todo feito autopsia, eu acompanhei fazendo a autopsia, arrancando, botando formol junto ali tudo, assinado e tudo. Depois tudo... pra fazer o translado e "não. Tem que abrir o caixão". O caixão lacrado, soldado. Abrir e abrir o cara de novo, sabe. E... passei por tudo isso aí. Vi uma pessoa gemer, chorar a noite toda e eu dando... eu aplicando Algafan com morfina pra aliviar as dor, sabe. (LEONARDO)

O contraponto que ele faz de uma situação econômica péssima em casa e a derrocada de status da família como insignificantes perto das demais tragédias, sugere duas funções: a primeira é se safar do julgamento do outro (e eu, pesquisadora, sou uma *outra*) pela sua responsabilidade neste processo mostrando que *há coisas muito piores*. Coisas que um homem, aí sim, um homem chamaria de trágicas. A mim me lembraria uma referência à guerra: a uma desordem muito grave e ameaçadora da vida, pena e glória de um front exclusivo

de homens, e que sequer poderiam ser entendidas pelas mulheres - o que deslocaria a mim, mulher, bem como a sua esposa, mulher, e demais mulheres, da possibilidade de compreendê-lo. Além do mais, como em uma guerra, ele passou por tudo isto sozinho. Com a mulher e as crianças em casa, *bem e supridas*. As demais perdas - de status, de estabilidade social e psicológica - seriam tragédias menores. Tragédias de um ponto de vista de mulheres e de crianças. Então, ele correria para um local abrigado, exclusivo da masculinidade, para se proteger da possível crítica (a minha, que em suas suposições, poderia estar aliançada com a crítica da mulher dele, uma vez que eu sou uma pesquisadora que vem através de um primeiro contato com a ONG, onde trabalha a mulher dele).

A segunda leitura que me parece haver nesse contraponto que ele faz, é uma leitura literal e cujo significado não foi considerado na biografia do Leonardo - nem na narrativa dele mesmo, reestruturada através dos filtros culposos dos mediadores de seus vícios (Alcoólatras Anônimos, Encontros de Casais com Cristo, nos quais podemos supor que haja um reconhecimento da “fraqueza” e do “vício” dos alcoólatras - Gregori (1992); Grossi (1994)) e nem na narrativa de sua mulher - no âmbito dessa pesquisa. Esta leitura literal apontaria para a dureza de uma guerra real que ele enfrentou - e enfrentou sozinho, com uma esposa alheia, afastada dos problemas do âmbito público da vida do marido (ver tópico *Jogos de Guerra na Conjugalidade* deste capítulo). Leonardo me conta que viu colegas morrerem, sob o patrocínio de estatais ou de monopólios privados aliados com os governos militares que, no momento de ditadura militar, na década de 70, faziam as grandes obras de infra-estrutura (como siderúrgicas, hidrelétricas), e de forma alguma permitiriam o questionamento ou denúncia daquela situação atroz. Isto pode ter sido insuportável para Leonardo e fator importante na composição da grande desordem emocional que se seguiu. Ele era um líder, que selecionava *seus homens*, *seus peões* e que chegou a juntá-los mortos em proporções trágicas. Isto era o insuportável - do ponto de vista dele. Não do ponto de vista dos filhos ou da mulher dele que, como Leonardo ressalta, tendo comida, *estavam numa boa*. E alheios àquela guerra.

EUT- Que é o que tu gostava?

LEO- Gosto de todos. Todos eu gosto. Gosto mesmo. Mas eu tava cansado daquela firma e aquele monte de gente morrendo e ninguém tomava uma decisão, sabe. Hã... inclusive...

EUT- Isso aí te causava sofrimento, de tu ficar sofrendo e não saber o que fazer, ficando uma situação meio difícil assim contigo, com a tua consciência?

LEO- Não. Era muito confiante pra ...

EUT- Qual era o teu sentimento em relação a essa situação lá?

LEO- Gostaria de estar no momento pra evitar aquilo ali, sabe. Eu queria estar em todas as partes pra evitar esses tipos de desgraças. Principalmente um colega que foi morto lá...

Primeiro foi esse, o falecido Antenor, um peão matou ele com três tiros dentro do barraco.

EUT- Discutiram, alguma história?

LEO- O Anselmo deu pra ele... como eu fazia, também, deu **gancho (?)** e ele chegou e disse: "tu via te arrepender", quando venceu os três dias, o mineirinho não veio trabalhar de manhã e apareceu de tarde. Ai pediu pro falecido Anselmo autorização pra ir no almoxarifado. Era um crachá que a gente se dava. Como o almoxarifado era muito longe, né, pra não se perder o controle do pessoal, a gente se dava a identificação, né: "ó, onde é que tá esse Fulano?", "esse Fulano tá lá", então a gente controlava. 20 minutos no máximo ele vai ficar no almoxarifado, tá de volta na (?). Então, se não tivesse, a gente ia atrás. O falecido Anselmo se virou pra dar a autorização... quando o falecido Anselmo pegou assim e deu pra ele assim, ele deu dois, três tiros no falecido Antenor, deu com bala 22.

EUT- Matou na hora?

LEO- Matou na hora. Eu só escutei... eu fui... na corrida, que o barraco meu dava uma distância de 30 metros, né, eu escutei aquele impacto diferente, eu, como é que eu vou dizer pra você, eu tenho... eu consegui, dentro desse trabalho meu, boa audição... eu hoje, até as vistas tô sentindo, porque muito perto, eu vou ter usar meio óculos. Eu tenho boa audição, eu consigo distinguir, eu sintonizo, por exemplo, uma fábrica eu consigo gravar...

EUT- Um monte de barulho.

LEO- Um monte de barulho, assim, eu defino, um motor, quando ele tá trabalhando bem, eu consigo definir. Pode ter 50 motor, eu consigo definir qual é a batida que tá errada. Então, esse foi um estampido diferente daquele que eu já sincronizei no meu subconsciente. E eu faço aqui em casa, o pessoal sai sábado, domingo, pra ir numa festinha, no Som, eu deixo a televisão ligada, e sintonizo o som da rua - o ronco de carro, conversa e o meu pátio - com o som da televisão.

EUT- Ah, tá distinguindo (?).

LEO- Tá distinguindo, não é, aí eu consigo. Se ultrapassar aquela barreira de som, eu pá... aí eu me vou... eu fico antenado pra outro som. Ai eu desligo a televisão e fico antenado no som da rua. E esse som, nossa, eu saí correndo...

EUT- Ouviu uma diferença.

LEO- É, quando eu saí correndo que foi... ele tinha atirado no Antenor. Ele pegou uma cano de máquina assim, acho que pesa 200 quilos e rebentou tudo aquilo tudo pra baixo. Ai eu chamei a ambulância, dentro da ambulância, ele chegou...

EUT- Quem fez isso, o Anselmo?

LEO- Não, o Anselmo esse, com o sofrimento, aquela bala dentro do peito - pegou acima do coração, a bala 22 dá hemorragia, né, ela trabalha dentro do organismo. Aquela raiva toda, ele pra sair do... primeiro ele se fechou dentro do barraco, aí se arrombou a porta, ele saiu (?) o que tinha pela frente ele virava, da dor. Ai a gente conseguiu imobilizar ele, e aí a caminho do hospital ele disse quem tinha baleado ele. Cheguei no hospital, ele morreu.

EUT- Tu que levaste?

LEO- Eu acompanhei. A.... até então. É.... a gente passa por isso. E agora quando...

EUT- Isso um pouco antes de tu sair, de tu tentar ter outro trabalho?

LEO- Foi.

EUT- E tu te aborreceu assim com o estar lá, te entristeceu?

LEO- É... entristeceu daquela maneira, mas sempre eu tentando superar aquilo ali. Ai a preocupação seria: como dar a noticia pra esposa dele e os filhos, que todos dias esperavam nós lá. Nós era cinco, chegava numa Kombi. Tinha uma pracinha... morava tudo perto... então, a esposa dele e as crianças esperando a gente, né. A gente chega com a Kombi, a condução, desce Fulano meio jururu e : "cadê o meu pai?", e cadê o Fulano".

EUT- E quem deu a notícia, foste tu?

LEO- Nós ficava (?), a gente que né. Ter que mentir em primeira mão: "se acidentou", "e como é que ele tá?", rodear pra depois contar a verdade. Aí depois aconteceu essa do... aí eu tô trabalhando na minha área e me cai um cara lá de cima, lá, tava chapado. Não era da minha turma. Tava chapado. Se fazia muita hora-extra lá, e eles deixava, se quisesse, trabalhar 24 horas por dia tu trabalhava. E não funcionava. O regime militar na época, né, ele queria era produção. O funcionário melhor tinha que dar produção. Era produção que eles queriam. Ali naquela firma foi o recorde de morte, o recorde de tempo de serviço, aí caiu um cara ali nos meus pés, sem eu poder fazer nada. Os miolos... caiu num trilho, a cabeça (?) e os miolos saltaram nas minhas calças.

EUT- Troço pesado também né?

LEO- Pesado, pesado. Aí, depois, nesse mesmo período... nesse mesmo período, eu tinha dado um gancho também, um cara tentou me matar me jogando numa pilha de aço. Tô abaixado num eixo... sabe aquelas plataformas grandonas, não tinha assim colocado o assoalho, então se botava uns pranchão. E eu tô terminando de concluir uma ajuste aqui e aquela cunha desceu, desviou numa... só escutei... senti que ia cair lá de cima. Lá em cima tinha... tinha uns vão igual. Senti que bateu a coisa e veio pra baixo (?) aí só deu tempo de eu fazer isso aqui. A cunha enterrou na minha frente. A cunha pesava uns quarenta quilos, uma cunha... É, mas continuei lá, não me interessou quem foi, nem nada, aí só que eu disse pra turma: "ó, vamos cuidar mais aí", disseram "não, pode deixar". Todo serviço que eu ia fazer, tinha 4, 5 nas minhas costas. Eles gostavam de mim. Os melhores salários quem arrancava pra eles era eu. Se eles tinha problema em casa, com a família, né, queria visitar a família noutro lugar, eu batia o cartão deles, abonava pra eles, sabe. Eles tavam precisando um dinheirinho a mais pra mandar pra família, eu puxava no cartão mais 10 horas-extras a 100%, sabe como é que é. Sempre achava uma maneira de elevar o salário deles. Então eu fiz a (?).

EUT- Pra agradecer.

LEO- Ã-hã. E exigia deles. Eles pra eles terem, como(?) "não pra vocês terem, vocês tem que darem condições. O negócio é o seguinte ó: me deram aquela empreitada ali. Me deram pra entregar em 10 dias, vamos entregar em 5". Aí eles "mas...", "não, deixa comigo. Vou levar esses cinco dias, eu reduzo pra dois dias e meio pra nós ganhar em cima deles 100%. Vamos trabalhar cinco dias".

EUT- Conseguia motivar todo mundo.

LEO - Exato, e assim foi indo.

EUT- Agora, Leonardo, todo esse cenário que tu tá contando é uma coisa muito violenta também de suportar no dia-a-dia, né?

LEO- É.

EUT- Pelo visto, tinha gente morrendo, tinha risco, tu não conseguia agir pra impedir isso, tinha ameaça de vida e tu guri, vinte e poucos anos, tinha um peso imenso...

LEO- E uma família ainda. E uma família ainda. E uma família.

EUT- Tu te dava conta que tu tava sob uma pressão tão estúpida assim?

LEO- Não. Não. Não pelo seguinte, (rindo) eu queria mais é que desse as 18 horas pra chegar em casa, tomar meu banho, trocar uma roupa e dizer pra Dulce "eu vou a tal lugar" e cair na gandaia, na farra, encher a cara.

EUT- E aí, também, os problemas saíam da cabeça.

LEO- Aí dançava, eu gosto de dançar, sabe. Dançar... não gostava de violência. Não gostava, não gostava mesmo.

(Barulho de batidas ao fundo. Leonardo pede licença e interrompe a gravação)

EUT- Eu tava te perguntando se tu não te dava conta de quanto isso era pesado, né, de suportar e...

LEO- Não (?) até que eu gostasse, gostasse...

EUT- Agora, não podia gostar de ver um amigo levar três tiros, ou um funcionário cair lá de cima...

LEO- Não. Não, mas eu tava...

EUT- ... e tu sofreu ameaça de vida.

LEO- Mas eu tava com a mão amarrada também, né. E a quem eu ia reclamar. Como hoje você vê isso. Como você vê hoje, também. Se fala em democracia, tu tá vendo as coisas erradas acontecer e...

EUT- E não tem pra quem...

LEO- E... e... e tu... até tu até torna assim (**voz de menina ao fundo e Leonardo fala: tua mãe sabe lá, Kely**) até tu te torna, às vezes, cúmplice de tal fato que tu fica amarrado. Essa é a verdade. Tu não tem mais confiança a quem tu vai reclamar, a quem tu vai falar... eu já passei por uma experiência dessas e eu sei. Não vou me submeter de novo, pra mim foi triste a reação. Tu tá vendo que a coisa não é pra ser daquele jeito, pode ser melhor, mas não tem... a omissão é muito grande.

EUT- Não tem com quem falar.

LEO- Não tem. Então...

EUT- Essa (?), por exemplo, a coisa do álcool, da farra, tu achava toda essa coisa pesada também, né. Tu chegava a comentar em casa, né, com a Dulce, tu tinha esse espaço de chegar em casa, né, e te queixar, dizer, sabe: "que coisa mais estúpida o que tá acontecendo"...

LEO- Não.

EUT- Quer dizer, te confessava com ela sobre isso?

LEO- Só dizia o que acontecia, uma coisa normal.

EUT- Só... caiu um cara lá de cima, morreu, se espatifou.

LEO- É. O... o meu prazer era dizer pra ela... o meu prazer era dizer pra ela... - ela se preocupava, às vezes se preocupa comigo até hoje - que eu tô bem: "bah, consegui uma promoção". A cada três meses eu ganhava uma promoção. "Bah, tive aumento de salário".

EUT- Essa parte do sofrimento, de risco, de medo, tu não falava?

LEO- Não. Achava que... eu nunca gostei de preocupar terceiros.

EUT- E com quem que tu falava isso? Não falava com ninguém?

LEO- Com ninguém. (LEONARDO)

Observemos que o prazer de Leonardo, com Dulce, era trazer a informação de que ganharia mais dinheiro. A fala da pessoa no papel do provedor, o homem honrado e pai de família - não a fala do indivíduo que estava vivendo uma verdadeira loucura em sua vida profissional².

A armadilha dos papéis pode estar em que, protegida e alheia, excluída dos prazeres no âmbito público, a mulher, Dulce, também estava alheia no momento em que ele precisou de apoio. Excluída de uma vida participativa, ativa e inteligente, em interlocução com a dele, no momento em que ele precisou de sua participação, ação e inteligência, ela faltou. Mais ainda: não só ela faltou, como esta era a sua grande oportunidade para se viabilizar. Na guerra dos papéis, era o momento dela deixar de ter uma vida individualmente empobrecida para

² Ver discussão sobre modelo tradicional e modelo moderno em FIGUEIRA (1987), DUMONT (1993), MAUSS (1974) e a discussão sobre a honra do provedor na teoria da honra mediterrânea referenciada no capítulo *Suporte Teórico*.

tentar viver as suas ricas capacidades e potencialidades - inclusive também de uma marcada liderança que viria a se configurar depois da bancarrota de sua estabilidade matrimonial (ver o tópico seguinte deste mesmo capítulo *Jogos de Guerra na Conjugalidade*).

O que também pode se ouvir aqui desta situação de vida de Leonardo é que, do guerreiro, do homem honrado e provedor, se lê e se avalia o cumprimento com seus deveres. Se tem sofrimento, se este sofrimento é insuportável ou enlouquecedor, isto não interessa. Não se pergunta sobre o sofrimento dele. Não se pergunta se sua derrocada psicológica e social tem uma motivação “honrada”.

A lei do texto coletivo orientado pela visão masculina continua a imperar: a subjetividade, os sentimentos, o sofrimento não são falas para um homem, quando muito, como Buffon (1992) informa, estão sendo viabilizadas em alguns grupos de camadas médias psicologizadas.

A mulher não pergunta, ele não pergunta, e, se as suas duas narrativas extensamente revistas e reordenadas no contexto de mediação dos A.A., da ONG em que dulce trabalha e dos Encontros de Casais em Cristo, não dão espaço para que o sofrimento dele no trabalho apareça no discurso hoje sedimentado da história dos dois, é porque nestas instâncias também não houve lugar para esse reconhecimento. **Ou seja: homem não sofre - erra.**

E não há espaço de escuta para este homem, como demonstramos nos capítulos *Representações de Homem e de Mulher*, *O Rei está Nu* e no tópico *A Indistinção entre Violência Conjugal, Psicopatia, Perversidade, Demência, Criminalidade e Outras* do capítulo *Representações de Violência na Fala dos Mediadores do Conflito*. A única tentativa de psicologização do problema que aparece na interlocução da presente pesquisa vem em cima da necessidade de explicar a “fragilidade” dele para o vício, a “fraqueza” que o fez cair, o despreparo para “vencer” tão moço e deixar o poder lhe subir à cabeça³.

A honra de Leonardo não admite que ele confesse que a falta de apoio da esposa co-produziu sua “derrocada”. Para mim, pesquisadora, ele não confessa isto. Tange, mas dissimula a acusação. O culpado, o ativo, o poderoso - mesmo para errar gravemente - é ele. Ela é coadjuvante. Ele assume a culpa integralmente porque essa mesma culpa ainda lhe confere status e poder. Até porque ele conseguiu prestígio ao dominar o vício da bebida e parou de beber álcool. Ele conseguiu reverter parte de sua perda no público. Mas no particular (o que só aparece no depoimento dela), ele a acusava de ter “deixado” ele se “ferrar”.

³ A este respeito, ver GREGORI (1992) e GROSSI (1994).

Ele fica ambíguo na narrativa pública. Sugere mas não explicita uma acusação a Dulce. E podemos supor também que essa ambigüidade se instale igualmente no espaço privado e no espaço íntimo, porque o “lugar” que ele ocupa é o de alcoólatra. Recuperado, mas alcoólatra. E esse lugar não é autorizado a apresentar queixas legítimas. Possivelmente essa negociação de lugar fragilize a própria revolta que ele tenha intimamente, porque ele vacila nitidamente na acusação à mulher. Leonardo percebe que ela tem alguma culpa em não o ter apoiado, em não ter dado uma “mão amiga”. Mas diz que não aceitaria ajuda naquele momento, porque era muito autoritário, e se restaura em sua honra dizendo que *caiu e levantou sozinho*. Por “méritos próprios”.

Vejam os dois depoimentos

LEO- Tinha certo receio, né, desse nosso envolvimento com a família porque já tinha isso aí. Mas, graças a Deus, ele morreu e viu que nem um filho... não saíram como ele queria, mas que ninguém fez vergonha pra ele. Como até hoje ninguém fez vergonha... a não ser eu que me meti no alcoolismo, mas também não foi aquele ponto, não chegou ao (?). Nessa época ele não existia mais, quando eu caí mesmo. Quando eu caí mesmo, foi de uma tal maneira, assim, que... eu não tive... eu não tive um braço pra... eu não tive um braço, uma mão amiga, tá, que me escutasse, que me orientasse: “olha, tá ruim, não vai por aí”. Talvez aparecesse alguém me dando esse tipo de conselho... mas... da certa maneira que eu recebia aquilo ali, que eu nunca gostei de receber ordem, nunca gostei de receber ordem. Porque dentro do que eu sou hoje, pelo que eu passei, mandar é fácil, administrar é que é o difícil. Então, eu às vezes via a pessoa malecha (?) ... hoje, não, hoje o que eu passei, quando veio me pedir socorro aqui em casa, a gente já faz um rodeio devagar, pela beirada, pra chegar no ponto objetivo. Não ir direto na ferida. Eu creio que...

EUT- Tipo, assim, chegar uma pessoa e dizer: “pô, tu tá bebendo demais”. Não vai fazer isso?

LEO- Não, não.

EUT- Quem tu acha que tu teria... que tu teria, assim, mais receptividade se te falassem sobre isso na época? Com jeito, assim, mas chegasse a te dar um toque.

LEO- Acho que não teria.

EUT- Não?

LEO- Porque eu sou daquela, o seguinte... hoje até tô mais, menos... menos ou mais maleável. Porque que sofri tanto... porque o que eu sou, o que eu fui não interessa, o que eu sou hoje eu consegui(?) foi méritos meu. Assim como eu me atirei eu deveria eu mesmo levantá. ... (?) na cabeça como eu fiz, tá, e embora ... (?). Agora agradeço muito isso aí foi a minha mulher, sabe. A Dulce teve uma fibra, assim, impressionante. Também ela tem um pouco de culpa nisso aí.

EUT- No que?

LEO- Em eu ter me atirado, sabe. Porque ela deixou a coisa acontecer também. Ela tava aceitando. E hoje a nossa filosofia dentro... porque que eu ajudo ela nesse trabalho, quem empurrou ela pra esse tipo de trabalho praticamente foi o trabalho que ela passou. E hoje eu dou o maior apoio pra ela, porque não é dissolvendo...

EUT- (?)

LEO- Isso. Não é dissolvendo uma família, tá, que vai se reconstruir. Tem que se tentar (?), não fazer curativo definitivo ou cirurgia. São curativos, periodicamente vai se tratando aquela ferida. (LEONARDO)

Podemos perceber que Leonardo acusa aqui a potência de uma ação passiva na construção de grandes perdas objetivas e subjetivas (ver tópico *Violência: Ação Passiva e Ação Ativa* do capítulo *Representações de Violência*). Dificilmente, ele poderá enxergar e denunciar com clareza esta situação. Mas ele percebe que “Ela deixou acontecer. Ela tava aceitando”, e isto foi co-responsável pela “derrocada” da família. **Ela não fez nada.**

Na narrativa da Dulce, ela dá sua versão sobre a própria culpabilidade, já associando a acusação feita por Leonardo com o quadro de alcoolismo dele. Ou seja: ela não podia ter culpa nenhuma. Ele é o culpado e é delirante, como todos os alcoólatras são. Apesar de não podermos desprezar em nenhum momento o sofrimento e o abuso que os delírios e as paranóias dos alcoólatras são capazes de produzir para suas esposas e filhos, a desautorização de qualquer co-responsabilidade da mulher no quadro de decadência do marido e da família é muito sintomática.

DUL - Que me deixava assim... quando eu fui morar aqui na Vila, que eu fui morar... que eu perdi casa, que daí eu perdi tudo o que eu tinha, que eu tive que morar no terreno da Prefeitura, sabe, que eu construí a minha casa... só o meu telhado, em temporal, eu perdi três vezes (rindo). Eu perdi tudo.

EUT- Nossa, um sufoco atrás do outro.

DUL- É um sufoco. É por isso que eu digo assim: é muito fácil tu cobrar de uma mulher porque que ela não sai daquilo ali. Agora se tu vivenciar um dia atrás do outro, de violência, de briga e de necessidade....

EUT- Não consegue parar(?)

DUL- Não consegue parar pra pensar em sair, porque cada vez que eu pensava assim: "tá, tô com as faxinas preenchidas e tudo", acontecia alguma coisa. E cada vez que acontecia alguma coisa, mais o meu marido entrava naquele marasmo e eu era a culpada. Não existia mesmo nenhuma outra culpada, né, a mãe dele não era culpada, o pai dele não era culpado.

EUT- Ele dizia isso pra ti?

DUL- Hã?

EUT- Que tu era culpada?

DUL- Ele dizia: "tu é a culpada, se eu tô nessa merda é porque tu me levou a isso. Garanto que outra mulher não tinha deixado eu chegar a isso". Também ele tinha suas razões, né.

EUT- Ele dizia isso?

DUL- Dizia.

EUT- Ele dizia o que que tu teria feito pra ser a culpada?

DUL- (rindo) o que que eu vou te dizer...

EUT- Ele dizia? Ele te acusava do que?

DUL- Ele me acusava de eu ser a culpada da situação. Naquela época ele me acusava. Aí, se nós brigava ele chamava a Brigada, porque ele era amigo dos brigadianos. Quando eu consegui tirar ele de dentro de casa... é aquele tipo mesmo assim... que toda a relação de alcoolismo existe, é o mesmo tipo de ofensa, eu não vejo diferença. Hoje quando eu vejo... eu achava que era só comigo que acontecia. Agora, quando eu vejo a reação de outras mulheres que vivem em situação de

violência, de alcoolismo, é a mesma coisa. Deve haver alguma razão pra isso, eu não sei, mas é a mesma coisa. (DULCE)

Ou seja: ela não tem culpa, exatamente como nos dizem Gregori (1992), Grossi (1988 e 1994) e Melhus (1990). Ela chega a achar graça da hipótese de ele ter alguma razão em acusá-la. E o classifica como mais um alcoólatra - com comportamento estereotipado de alcoólatra, capaz de produzir o inferno para ela assim como, igualmente, todos os alcoólatras produziram o inferno para todas as mulheres.

O único momento da entrevista em que Leonardo chora - apesar de todo o sofrimento imaginável para ele, para seus filhos pequenos e adolescentes, e para sua esposa (que chega a parir o último filho no trânsito, sozinha), neste período longo de perdas sociais, físicas, psíquicas e econômicas - é quando ele fala de um Natal que passou na sarjeta, sozinho, bebendo. Então, ele chora.

O que há de diferente neste enredo que pode lhe facultar o choro? Aqui, ele pode sofrer com honra. Ele não está produzindo dano a outrem. Nos outros sofrimentos todos, ele pode ser potencialmente acusado de ter culpa. Neste Natal, o sofrimento dele é individual e possivelmente, de forma mais clara, pode ser visto como injusto: um homem (ou qualquer ente) passar o Natal sozinho numa calçada bebendo é sinônimo de impiedade, de injustiça. Até os Metralhas comemoram o Natal (DISNEY, 1972). Mas, mesmo assim, por via das dúvidas, ele ainda ressalva que as crianças estavam bem, dentro de casa naquele mesmo Natal. Só então ele pode chorar. Finalmente. Choro junto.

EUT- E ela deu queixa de novo?

LEO- Não me lembro. Acho que não. Acho que ela levou medo. E ela tava com medo. Ela tava esperando uma reação minha. Mas o meu anjo é muito bom, o dela também, e não reagi, por causa das criança. Isso vai adiantar o que? Eu matar... eu não tenho sangue pra isso, né. Ah, eu sou o certo, eu sou o errado. Aí eu passei o Natal na rua, na beira da calçada. Companhia, uma garrafa de cachaça.

EUT- E o teu sofrimento, nesse momento, tu já tinha clareza dele?

LEO- Não.

EUT- Que que tu pensasse nessa noite assim fora, de Natal?

LEO- Eles tavam legal.

EUT- Pensando nos filhos?

LEO- Eles tavam legal, o que que eu queria? **(voz embargada - choro. Uma breve pausa na fala)**

EUT- Mas, tu tava mal?

LEO- É, eu não queria aceitar. Muita revolta.

EUT- Tu achava que a Dulce podia ter...?

LEO- Ter feito coisa melhor. **(fungando)**

EUT- Podia ter te protegido um pouco?

LEO- É... ter procurado, né, minha mãe, minhas irmãs e ter dito: "ó, o Leonardo tá assim, assim, né". Elas não iam se negar.

EUT- Naquele momento, tu diz, de te botar pra dentro de casa, de te cuidar um pouco.

LEO- Isso. Isso. Sem ter acontecido isso aí. Elas não iam se negar. Elas não iam se negar de chegar e... "não, para aí. Ele é nosso irmão, né. Vamos ver o que tá acontecendo, né". (LEONARDO)

Posteriormente, não deixou de me chamar a atenção o que eu nomearia provisoriamente como uma "infantilização" pela qual Leonardo passa nessa narrativa. Ele deixa de ser o poderoso para se tornar um.... menino. Vejamos: quem podia "salvá-lo", na sua narrativa? Apenas mulheres: Dulce, a mãe de Leonardo ou as suas irmãs. Ele não fala de irmãos homens, amigos homens, um tio, algum homem que o possa proteger. Tampouco ele se coloca na postura ativa/adulta de quem disporia da alternativa de procurar solução para o próprio problema: ele poderia procurar a casa da mãe e explicar o que estava acontecendo, pedir ajuda. Ou poderia procurar as irmãs e irmãos para passar um Natal em família, acompanhado. Se elas podiam ouvir o apelo de Dulce por Leonardo, será que não poderiam ouvir um apelo do próprio Leonardo por si?

O outro dado do que estou chamando aqui, *grosso modo*, de infantilização é que, aquilo que lhe provoca o choro em uma entrevista pontuada de tristezas de muitos tipos, é um dado extremamente egoísta. Fiquei me perguntando como ordenar esse único choro com uma hipotética generosidade de homem adulto, maduro e solidário, capaz de lamentar profundamente as perdas sofridas por uma esposa, a angústia de filhos que perceberam o empobrecimento da família, ou o sofrimento daqueles filhos já nascidos na pobreza, dispondo apenas do estritamente necessário para comer e, sabe-se lá, passando por quais percalços em uma vizinhança marginalizada, com uma ordem própria bastante diferente daquela a que os pais, de classe média baixa, estavam acostumados a operar.

Embora este questionamento seja em parte respondido pela hipótese de que a honra de provedor estaria em jogo, na nossa entrevista, este argumento cobre apenas parte da resposta. Não nos sentimos à vontade para tomá-lo como inteiramente eficaz na compreensão da questão.

2. Jogos de Guerra na Conjugalidade⁴

Dulce, casada com Leonardo, hoje é uma mulher articulada, líder comunitária, dá palestras, é conselheira tutelar de sua região, engajada em

⁴ Preferi a metáfora de "Jogos de Guerra". expressão mais atual, inclusive, através da mídia, porque a noção de guerra guarda uma associação com a idéia de aniquilamento, de destruição. Por seu lado, a noção de jogo recupera mais a dimensão positivada do fenômeno da violência, onde se considera que também esteja ocorrendo uma criação e uma viabilização de novos sentidos através da violência (ver capítulo *Suporte Teórico*).

campanhas políticas e sociais, implementa cursos de costura em sua própria casa para as mulheres carentes de sua vila, e chegou a ser capa de um caderno de um grande jornal nacional, em uma grande foto de abertura, que a mostrava em primeiro plano, dando uma palestra, durante atividade do curso das Líderes Populares da ONG investigada. Este recorte de jornal me foi mostrado por Dulce - que até recentemente fazia faxinas para sustentar a família - e por Leonardo, orgulhosos, na edícula dos fundos da casa da família na vila onde residem hoje, após a gravação da entrevista com Leonardo (onde permanecemos a maior parte do tempo a sós). É uma casa feita pessoalmente por Leonardo, aos poucos, e quando há dinheiro para comprar material.

Localizo aqui, com ela, um momento importante de sua biografia. Como vimos na introdução deste capítulo, a família de Dulce e Leonardo passou por uma queda dramática de posição social a partir - conforme eles atribuem - da crise do papel de provedor do marido dela, Leonardo.

EUT- Antes do... de ter essa crise conjugal, tu não trabalhava fora?

DUL- Não. Eu trabalhava em solteira, depois eu assumi o meu papel de dona-de-casa.

EUT- Ah.

DUL- (rindo) Eu tinha um marido e era dona-de-casa.

EUT- E, depois... e qual era a posição que tu... tu gostava de ficar mais envolvida com a casa, de não trabalhar fora?

DUL- Não, eu nunca gostei.

EUT- É?

DUL- Não. Eu sempre, assim, eu achei que... que existia algo além. Não que eu não gostasse, não que eu fosse relaxada, não que eu não gostasse dos meus filhos, não que eu não gostasse de ter minha casa bem arrumada, entendeu. Era... me escravizar naquilo: lavar fralda, fazer comida, lavar louça, limpar a casa. Eu sempre achei que aquilo não dava objetivo pra mim, que aquilo não ia me levar... não... sabe, tava sempre me faltando alguma coisa. Eu tinha vontade, assim, de ser alguém. Porque eu sempre tive sonhos, sabe. Eu sempre quis estudar. Eu tinha vontade, assim, de ser alguém, de me posicionar, de ter uma profissão, sabe. Que era um sonho, assim, que parecia que... depois de um certo tempo ele foi se tornando quase que inatingível. Eu tinha impressão que eu ia morrer (rindo) velha dentro de casa, lavando casa, lavando roupa e... e... cuidando do marido e fazendo comida, aquelas intermináveis paneladas de comida e... terminava e pias de louça pra lavar. Eu tinha um desespero.

EUT- Isso antes mesmo de ter qualquer crise?

DUL- Isso mesmo antes de ter qualquer crise. Eu sempre pensava que... eu gostava de fazer, gostava. Faço o meu trabalho de casa, assim, com a maior naturalidade, com prazer, quando eu tenho alguma outra coisa na rua que eu faça. Que eu vou chegar em casa e aquilo é um complemento pra minha casa ficar boa e aconchegante.

EUT- Â-hã. Curtir?

DUL- Curtir. Mas, agora, quando eu tô assim... que eu tive certa.... sem trabalhar fora e sem ter uma atividade fora, e que a minha única obrigação era cuidar da casa, eu me sentia a pessoa mais frustrada do mundo. De chegar na beira de um tanque e chorar lavando roupa. Sabe o que é chorar, de dor no braço, de dor nas costas, de..

de... desespero, de não ter uma outra saída, de não ter o meu futuro além daquele tanque de roupa.

EUT- Quando tu tava, assim, nessa primeira fase com o teu marido, com as coisas legais, equilibradas, tu colocava isso pra ele, tu dizia pra ele que tu tinha esse sofrimento?

DUL- Eu sempre tinha vontade. Eu sempre tinha vontade, mas eu sempre tinha esperança... as coisas foram levando porque a gente viajava de um lugar pro outro. Então, eu não conseguia me fixar. Mas eu sempre vivia na esperança que eu ia voltar a estudar, que eu tirar um curso, sabe. Que eu ia terminar aquele meu segundo grau, que eu... (DULCE)

Observe-se que ela ressalva a honra do papel dela no modelo tradicional de família, de boa dona-de-casa, mãe e esposa extremosa⁵, mas declara que não se sentia feliz, adaptada ou satisfeita naquele papel. Isto, mesmo durante o período estável do marido, de prosperidade, de progresso econômico e profissional, onde ele mantinha as obrigações de seu papel de provedor. Importante ver que o marido Leonardo e a mãe de Dulce reforçavam, para ela, os estreitos limites do papel social a que ela tinha que se ater.

Leonardo lembra que ele proibiu Dulce de estudar. Dulce conta que a mãe a instruíu a calar seus desgostos ou discordâncias para com as atitudes de Leonardo, lembrando que ele era um bom provedor e “o que ela poderia desejar mais”? Ou seja: pela prescrição dos papéis conjugais tradicionais, aquela realidade de que ela desfrutava seria suficiente. No entanto, as aspirações de Dulce não se encerram em um modelo hierárquico, tradicional. Ela tem aspirações individuais, idealiza uma carreira própria no âmbito público e projetos de realização pessoal. Em dado momento da entrevista, ela diz que “sempre leu muito”, deixando perceber que os modelos trazidos pela mídia - de comportamento e projetos para a mulher “moderna” na sociedade - motivavam uma comparação e uma reavaliação do papel vivido por ela dentro do casamento⁶.

A vivência desse casal contém uma potência exemplar de análise da concorrência entre as mensagens de modelos de família diferentes (o tradicional e o moderno) que dialogam através da família de origem, da comunidade, da mídia, da escola e que tanto podem coexistir negociando permanentemente, como podem levar a um impasse. E, na nossa leitura (conforme discussão no capítulo *Suporte Teórico*), oportunizarem a violência como forma de construir novas identidades e subjetividades (RIFIOTIS, 1996).

⁵ Sobre diferentes modelos de família, ver FIGUEIRA (1987).

⁶ Ver discussão sobre permutas entre os projetos hierárquico e individualista de família no capítulo *Suporte Teórico* e a noção de projeto em Velho (1981), referida na *Introdução* desta dissertação.

Verificamos como Aída, Liderança Popular do CAMP - colega de Dulce - , também narra a referência a uma estabilidade anterior do poder e dos papéis (aqui em particular do poder e da autoridade do pai dela) e de modelos de educação, em sua formação. E demonstra angústia com uma dinâmica de vários modelos em interação hoje, no momento em que ela cria as suas filhas, em uma realidade muito mais fragmentada, que torna a autoridade mais questionada, fragilizada, diferente do que era na sua infância. Ela diz que é preciso uma autoridade estável para permitir que haja estabilidade no poder, na convivência. O contexto de Leonardo e Dulce é de questionamento, de fricção entre um modelo estável anterior, tradicional, mas já insatisfatório para viabilizar projetos individuais de seus participantes, em particular dos projetos no âmbito público que Dulce quer experimentar.

AÍD: A minha família era legal. Ah, eu ia pro colégio, eu vinha do colégio eu traba... eu brincava. Tinha hora pra tudo. Com o pai... eu te falei, ele era um cara super passivo, ele não era brigão, ele não era briguento. ele não gritava, não batia. **Mas ele tinha normas dentro da minha casa que ele colocava e que todos obedeciam. Era uma forma de vida, a gente não se sentia mal por obedecer. A gente sabia que o meu pai era a autoridade máxima dentro de casa, naquela época. E... e todos... e eu cresci assim, num padrão de família normal... hã... todos iguais. Que na rua onde eu morava era esse o padrão da família, entendeu. As minha amigas, também.**

EUT: Não tinha diferença?

AÍD: Não, não existia diferença pra... o que eu sinto hoje, assim ó, por exemplo: eu educo a minha filha de uma forma, o meu vizinho educa de outra o filho dele, e o outro da outra ponta educa de outra forma... eu acho que também por isso as famílias tão mais (?) porque tu não consegue ter um domínio, ter um limite dentro da tua casa. Porque eu acho que as coisas tem que ter... tem que ter um limite, tem que ter alguém que seja a autoridade maior responsável pelas coisas, né.

EUT: E que tenha esse poder reconhecido?

AÍD: Isso.

EUT: Tu acha que tá muito questionada essas coisas?

AÍD: Eu acho. Eu acho que tá muito desordenado. (AÍDA)

Leonardo e Dulce, em particular têm uma procedência familiar de camadas populares, mas, desde a origem, há uma determinada marca de distinção e de “projeto de vida” diferenciados: Leonardo tem traços negros, mas refere o “sistema” (a educação dada) do pai, “que é russo com alemão”, e “queria tudo pelo certo” como dominante na educação. O *branqueamento* da carga familiar pode estar indicando aí o desejo de ascensão social, de aburguesamento. Este pai não deixava os meninos brincarem na vila popular (São José), onde moravam. Determinava que brincassem entre irmãos. E a trajetória profissional do Leonardo mostra a realização de um projeto vencedor, distintivo, com honrarias, com excelente remuneração, reconhecimento profissional, liderança, prestígio, etc.

Leonardo também evidencia uma subjetividade complexificada e enriquecida pelo próprio conflito de modelos, cumprindo tarefas de um modelo, mas ao mesmo tempo aberto para as propostas de outras formas de vida.

Vejam, na narrativa dele, a delimitação do papel da futura esposa, ao casarem. A ele, dentro do modelo daquele “contrato” de papéis, é dado o direito de proibir que ela continue a estudar. Ela aceita esta determinação pacificamente.

LEO- Eu creio que eu acho que ela ficou um pouco confusa, que ela também não teve pai. Ela foi criada com sacrifício, tá entendendo, de lavadeira, dependendo de favores de parentes, roupas de parentes, sabe. **Muito estudiosa, muito inteligente ela. Inclusive tem época que ela faz... ela me culpa de eu ter tirado ela do... hã...dos estudos.**

EUT- Por que?

LEO- Não sei, eu acho que eu me apaixonei, eu proibi ela, ela aceitou. **Eu não deixei mais ela estudar, sabe.** Mas eu procuro hoje... cada passo que ela dá, cada serviço que ela vem fazendo, eu com briga ou resignando como eu sou, sabe, eu entendo ela. Só que eu digo pra ela se cuidar dos limites. Eu tento... eu tento demonstrar pra ela... ela ser aquilo que eu não fui. (LEONARDO)

Aqui, também os limites oferecidos pela mãe dela quanto ao questionamento ou insatisfação para com seu papel de esposa.

EUT- Tu acha que antes disso, né, antes do ato de tu botar tua raiva pra fora, tu tinha... tu era uma pessoa com força de negociação com ele, por exemplo, no conflito?

DUL- Não. Eu não era. Primeiro assim, que eu fui criada... eu sou filha única e fui criada só eu e minha mãe. Então nós tivemos toda aquela convivência calma, tranquila, aquele marasmo total de vida. Eu tive minhas oportunidades de estudar, né, de conviver com amigos, tinha liberdade, sabe. Mas era uma coisa assim sem comprometimento nenhum, sabe. Eu não aprendi a lutar pela vida. Eu não tinha aquela busca pela disputa, da luta pelo poder, porque eu não precisava dessas coisas e não aprendi a fazer isso. **Então, quando eu casei já com aquilo que minha mãe passava, passou com o pai e tudo, aquela coisa toda, ela adorava o meu marido. Por que? Porque ele tirou ela do trabalho, ele proporcionou uma boa vida pra nós, uma coisa que nós nunca tínhamos tido, né. Ele... hã... ele era bom pra mim, não deixava faltar nada, tudo.. muito carinhoso. Então, a minha mãe me tolhia, ela nunca deixava eu contrariar ele. Ela dizia: "tu tem tudo, tu não precisa brigar com ele. Não briga, tu tem tudo. Quantas mulheres queriam tá no teu lugar e ter o que tu tem?". Então, por vários anos, eu aceitava tudo, eu não discutia com ele, nem nada. Só que aquelas coisas foram ficando dentro de mim, sabe. Foram ficando dentro de mim... e... sou muito de ler. Eu li muito. E eu li e eu começava a comparar, sabe, as coisas e... e isso aí... depois... depois que a gente já tava no fundo do poço, eu comecei a questionar. Comecei a me questionar muito, muito, sobre o que que eu tava passando, sobre o que que passava, se era isso que era a vida, se era aquilo que eu queria, se não era aquilo que eu queria. Só que aí eu explodi, uma explosão de violência. Eu passei do marasmo total pra... pra violência. Eu acho que talvez um psiquiatra, né, saiba explicar o que que é essas coisas que aconteceram. Então, toda... toda essa minha experiência pessoal é que eu levo pro trabalho que eu faço.**

EUT- Eu queria... saber de ti se ele tinha... por exemplo: tu passaste de uma falta de expressão pra uma expressão total de raiva, tudo.

DUL- Tudo, total.

EUT- Quando ele... tu pudeste fazer isso quando ele se enfraqueceu, quando ele ficou...?

DUL- Quando ele ficou fraco. Ele não podia sustentar a casa, quem foi sustentar fui eu. Então eu acho que todo aquele autoritarismo que ele tinha eu transferi pra mim. Então, eu mandava. Eu era lúcida, eu mandava, eu que trabalhava, eu que sustentava. Então, quem tinha a autoridade era isso. Pra um homem que veio de uma família onde o pai era totalmente autoritário... é uma família assim... Só um exemplo, as irmãs dele nunca ficaram sozinhas na sala com os noivos, nem na véspera do casamento, sabe. (DULCE)

A oportunidade de Dulce mudar e ganhar poder foi aberta pelo enfraquecimento dele, ocorrido após a morte da mãe dela⁷. A aliança que a mantinha imobilizada se desfez: o marido prestigiado perdeu seu prestígio. E a mãe, aliada do genro que a sustentava com dignidade, salvando-a da vida de trabalho solitário e pesado (era lavadeira de roupas), morreu. Para um se libertar, o outro precisa enfraquecer ou falir. Este entendimento leva à uma compreensão da relação como um enfrentamento. Ou, para alguns autores, para a metáfora da guerra. Pennachioni (1986) localiza essa guerra no plano das camadas médias européias, intensamente psicologizadas - e esgrimindo com este repertório "psicológico"- , no livro, de nome sugestivo, *De La Guerre Conjugale*. Outra contribuição para essa visão do conflito conjugal como guerra, que aqui só podemos pontuar rapidamente, por uma questão de pertinência, é a compreensão da sintaxe do quadro de dependência alcoólica - o que pode ser utilizado, com a devida particularização, também para amplas parcelas das camadas de baixa renda brasileira.

É já uma visão clássica do debate sobre o alcoolismo a do empoderamento⁸ da esposa do alcoólatra (ou alcoolista), muitas vezes auxiliando a continuidade do vício do marido, e o infelicitando na luta contra o álcool, porque a posição de mulher de alcoólatra é privilegiada em poder (ela é "lúcida", ele é drogado, logo, ela é quem detém crescente autoridade no contexto familiar e social) e prestígio (a esposa é uma *vítima* que ainda assim honra seus papéis, enquanto ele é o *culpado* que desonra os seus).

Aliás, não falta esse ingrediente da cena do casal que estamos analisando:

LEO- Aceitou. As crianças eram muito agarradas em mim, né. Tava meio sem jeito, meio desairoso, sabe. Meio sem jeito. Ai eu tô trabalhando numa obra aqui em cima, mas já tô limpo(?) da bebida, sabe. Comecei a largar, vi não dava mais. E eu já tava preocupado, com medo que tava faltando as coisas aqui em casa e eu não tinha dinheiro. Me

⁷ VIEIRA (1997: 76), citada no capítulo *O Rei está Nu: A afirmativa da negação*, fala deste papel da mãe na repressão da mulher.

⁸ Empoderamento é um neologismo trazido recentemente da língua inglesa se referindo ao aumento/crescimento do poder de um sujeito em determinado contexto. Está sendo usado especialmente pelas teóricas feministas militantes norte-americanas.

arrumaram uma empreitada. dum concreto lá em cima numa obra. Cinco pila. Se eu levasse almoço. não tinha almoço pras crianças. Eu disse: "não. deixa que eu me viro aqui". Concreto direto. Ai pelas 4 horas eu ia subindo a estrada assim, ai diziam pra mim **(interrompe brevemente a gravação)**

LEO- ... aí chegou na obra e me trouxe um pão aberto no meio - um pão de um quarto de quilo - com molho e quisado. né, uma garrafa de café assim. né. Disse: "não". "negro, não te preocupa, tá. Já tem todas as coisas lá em casa. Eu comprei tudo", "mas como, Dulce?", "depois eu te conto. lá em casa". e fui ficando por ali. Ela tinha feito um jogo de Tele Sena, tinha ganhado(?) faxina. né. E tinha feito o terno. **Aí eu cheguei aqui em casa tava aquela mesa - uma mesa menor que aquela ali, né - com todas as compras em cima, pra mostrar pra mim, né. Com todas as compras em cima: arroz, feijão, açúcar, café e um litro de conhaque pra mim. (fala fazendo um silêncio após)** (LEONARDO)

A compreensão do conflito como guerra, é sintetizada mesmo por Dulce, quando conclui o diálogo anterior sobre o enfraquecimento do marido e sua própria "autorização":

EUT- E a reação dele?

DUL- **A reação dele foi total: mais ele bebia e mais ele brigava. Mais ele bebia e mais ele brigava. E eu mais ...(?) era um jogo assim de poder e de braço forte. O mais forte vence.**

EUT- Tu tava tendo a oportunidade de te colocar, que até então tu não tinha tido.

DUL- Exatamente. (DULCE)

Sobre o alcoolismo como o contraponto da virtude feminina, ver os aportes de Gregori (1992) e Grossi (1994) no capítulo *Suporte Teórico*.

Esse empoderamento da mulher construído no diálogo com o vício ou a falência moral do marido é apontado também pela entrevista do advogado criminalista:

CAR- ... muitas vezes sem nem conseguir responder. Você sabe que... e eu fui fazer uma palestra na Faculdade de Direito sobre transplante de órgãos. Então, a coisa tá indo um pouquinho... um entusiasmo... eu falei: "agora, em vez de ser um palestrante, vou ser um interlocutor de vocês. Uma sala imensa com moços e moças. eu falei: "quem é que é mais generoso, é a mulher e é o homem?". Já pegou uma menina e gritou: "o senhor não vê que é só o homem que mata. Doutor, que a mulher não mata, porque mulher é mais generosa" (risos). Tá bom! (?) professores de medicina legal pra mim, pensando que eu ia me apertar, porque um advogado ia falar sobre transplante de órgão e tal, pra me apertar. Então, um me falou (?) "eu fui médico de um leprosário e eu vi muitas mulheres irem dormir com o marido e eu nunca vi um marido ir dormir com a mulher". Eu disse: "agora, eu vou contar uma outra história pro senhor. Eu sou advogado criminal e eu vi muitas mulheres que viviam mal com o marido e, quando o marido era preso, se matar de trabalhar pra tirar o marido da cadeia e nunca vi um marido se matar pra tirar a mulher da cadeia. Agora, isso não quer dizer que ela é melhor. Isso quer dizer o seguinte: a mulher, como ela nunca existiu na paisagem social, quando ela tem um momento de existir e de ser, na expressão Sartriana, ela renuncia a tudo, porque aí ela assume a liderança, ela tem o comando, ela é, ela existe. Então, isso

não significa pra mim gesto de generosidade. Isso significa o nascer do seu espírito, que foi uma ambição permanente na vida da mulher". (CARVALHO)

Importante também perceber as acomodações que se produzem nas relações, a partir de desarranjos no contrato inicial, conflitos (violência) e novos acordos, sucessivamente, demonstrando que os papéis não são estáticos e podem ser negociados com amplas margens, cambiando atribuições tradicionais coladas a papéis de gênero, e montando novos acordos (contratos), onde houver suporte emocional - até onde o tecido afetivo não se rompa - para este trabalho. Chamo a atenção para o fato de que, este momento que Dulce refere na entrevista se localiza após o colapso provedor de Leonardo.

EUT- Isso antes de vocês voltarem?

DUL- Antes de nós voltarmos. Quando eu vi que ele não tava bebendo mais, chamei os meus filhos e disse - meus filhos eram muito apegados com ele. São muito apegados com ele.

EUT- Ah, é?

DUL- Muito. Ah, ele é pai e mãe, sabe, aquele pai que eu não faço falta nenhuma pra atender eles, pra mudar, pra fazer comida, pra tudo.

EUT- É mesmo? (risos)

DUL- É. Até hoje, quem faz comida... a janta, ele faz a janta e deixa o almoço pra nós pronto, né. Então, os filhos sentiam muita falta dele, né. Tinham aquele desespero, que eu tinha que levar eles todos os fins-de-semana pra ver ele. No fim eu tava separada e não tava, porque todos os fins-de-semana eu tinha que juntar toda a criançada e ir lá pra minha sogra pra ir almoçar lá pra eles passarem o domingo com o pai, né. (DULCE)

2.1. A Fecundidade como Arma de Guerra

Uma questão bastante delicada que aparece na entrevista da Dulce, e que não podemos deixar de ressaltar, é a sucessão de partos que ela tem - chegam a cinco! - exatamente no momento de infortúnio, de conflito, de péssima moradia, de escassez de recursos, enfim, exatamente quando a situação está mais complicada para ela e para Leonardo, então no ápice do colapso de seu papel de provedor.

Nos propomos a pensar, neste contexto, sobre a gravidez como uma estratégia para produzir efeitos desejados pela mulher, principalmente - mas também pelo homem, em determinadas operações -, e em particular, nesta análise, no contexto conflitivo das relações, alianças e compromissos.

É estratégia contumaz de mulheres jovens e solteiras, em variadas camadas de nossa sociedade, buscar a gravidez como forma de obrigar o futuro pai a um compromisso matrimonial.

Da mesma forma que Bourdieu, entendo que as formas que as práticas e representações femininas assumem, no contexto estudado, são as formas de expressão socialmente reconhecidas como legítimas, para aquela posição e situação social, são aquelas que fazem sentido e dão sentido ao próprio contexto.

No universo pesquisado, ou seja, na Vila Divina Providência, as fases da vida da mulher, desde a socialização das meninas até a idade adulta, são balizadas pela percepção de uma condição biológica - a reprodução - que se traduz em uma condição social extremamente importante que é a maternidade - aqui entendida também como a gestação de filhos. Como Douglas (1973) observa, o corpo é um meio de expressão da interação entre estes dois tipos de experiência corporal, a social e a física. Assim, se por um lado, é verdade que a gestação-maternidade materializa-se em função do aparato reprodutor localizado no corpo da mulher, por outro lado, é também verdade que a experiência da reprodução e o próprio corpo com suas funções está condicionado aos significados culturalmente aprendidos e transmitidos. Várias etnografias demonstram a diversidade de significados que a gestação e a maternidade adquirem em diferentes culturas. (VÍCTORA, 1991: 148)

A sugestão de que Dulce estivesse, através de sua fertilidade, dando sentido a sua experiência e ao seu contexto - e, naquele momento, sua “guerra conjugal” era um dado predominante de sua realidade - parecem encontrar viabilidade nestas observações de VÍCTORA, pesquisadas em uma vila popular situada na cidade de Porto Alegre, em contexto similar ao vivido por Dulce. O fato da vida da mulher, neste contexto, ser “balizada pela percepção de uma condição biológica - a reprodução” também pode ser aproximado à realidade de nosso caso onde Dulce estaria, na nossa leitura, construindo um drástico transporte do mundo privado que habitava enquanto mulher casada de uma relação estável sustentada com honra por seu marido para uma identidade afirmativa e eficaz no universo público, que, antes da falência da capacidade provedora de Leonardo, lhe era quase inteiramente interdito.

O fato da maternidade consistir em uma experiência essencial para as mulheres da Vila está vinculada à própria constituição da sua identidade feminina adulta, não significa que qualquer mulher, em qualquer situação, deseje tornar-se mãe. (...) É minha hipótese que, no que diz respeito à decisão de ter ou não filhos, estão em jogo outros fatores, especialmente relativos à posição do homem, pai da criança que ela espera, ou pelo menos, é uma decisão vinculada também às expectativas que a mulher tem em relação a este homem. A respeito desta discussão, Woortmann argumenta que o tamanho das famílias depende do que a mulher pensa a respeito da questão, tendo o homem muito pouco a decidir sobre isto. (VÍCTORA, 1991: 133-4)

O uso intencionado do operador “gravidez” não seria estranho a Dulce. Dulce casou grávida. No seu contexto cultural, a gravidez se tornaria o

instrumento utilizado para forçar a assunção da relação conjugal de forma cabal e “emergencial”, autorizando com isso até o desprezo aos rituais associados idealmente ao casamento. E também forçando a escolha do futuro marido quanto à opção deliberada de comprometer-se ou não.

Do mesmo modo, no contexto popular, para justificar o casamento “desprovido” dos suprimentos materiais - moradia independente, enxoval, móveis, eletrodomésticos - que deveriam ser providenciados pelo “provedor”, ou dados como “dote” pela família da noiva, em outros contextos, os homens também encontrariam justificativa “honrada” (a urgência seria salvar a “honra” da moça) para casar sem realizar esse provimento inicial que, com os salários dos trabalhos exercidos nas classes populares, de fato tornaria impossível - ou ao menos dramaticamente adiado - um compromisso estruturado de forma idealizada). Poderíamos aproximar essa interpretação daquela localizada no trabalho de Maluf (1993) sobre a *fuga* das mulheres das famílias tradicionais de Ilhéus de baixa renda na Ilha de Santa Catarina, que se evadem da casa de seus pais para sabidamente passarem a noite com o futuro companheiro, com o objetivo de forçar o início de uma vida marital com seus namorados de origem pobre, evitando com isso a obrigação econômica inviável para as respectivas famílias de bancar festa de casamento, enxoval, casa própria, e todos os “ideais” econômicos implícitos ao ritual idealizado do casamento.

A gravidez como definidora de uma relação, na nossa hipótese, seria uma variante dessa solução.

Em um contexto bastante assemelhado com a realidade de Dulce, só que na cidade de Porto Alegre, Leal e Lewgoy (1995) identificaram estratégias semelhantes.

Estes dados também vão indicar o seu oposto, que o grupo de mulheres mais jovens, sem aliança ou unidade doméstica constituída, sem uma situação trabalho e emprego mais estável, ou seja “sem condições”, são também as que menos recorrem a métodos contraceptivos preventivos. Podemos tomar esta evidência de que o *risco de gravidez* (*risco* sendo também uma noção êmica) ou o estado biológico da gravidez, são elementos fundamentais como estratégias matrimoniais, constitutivas de diferentes identidades, alianças e redes sociais.” (LEAL E LEWGOY, 1995: 74)

Leal e Fachel (1995), no relatório de análise de dados estatísticos da mesma pesquisa da qual resultou o artigo de Leal e Lewgoy citado acima, encontraram os seguintes índices para comprovar sua hipótese:

Uma de nossas hipóteses iniciais era de que a gravidez na adolescência não era percebida como um “problema” na perspectiva do grupo estudado, como o é do ponto de vista estritamente médico, mas se tratava de uma estratégia da mulher adolescente para constituir uma aliança. Ocorrendo a gravidez, há uma negociação em termos de quem

potencialmente (e socialmente) a assumirá. São sempre papéis sociais que estão em jogo. A partir das histórias de vida, apareceu uma informação espontânea (esta questão não foi diretamente formulada) que 25% das uniões ocorreram em função da gravidez; outros 14% indicaram que "fugiram de casa", o que também deve ser percebido como uma modalidade da primeira opção, isto é, como estratégia matrimonial onde se legitima a união ao tornar-se público que o casal mantém relações sexuais. Esta alternativa dispensa rituais e custos envolvidos nisto, mas nosso objetivo aqui é indicar que este dado tem que ser pensado em termos de programas médicos de "planejamento familiar". A estratégia constituidora da aliança claramente tem correlação com o tipo de organização familiar. (LEAL E FACHEL, 1995:16)

Exatamente quando a mãe de Dulce está morrendo - um dos marcos temporais e emocionais referidos por ela em relação a sua transformação no relacionamento com Leonardo -, ela tem a primeira das cinco gestações indesejadas.

Nesse momento, a situação econômica já está bastante decadente, Leonardo já está fortemente abalado em seu prestígio (já bebe muito, não tem mais dinheiro), e um filho a mais representa necessariamente perigo. Por quê? Perigo para a "honra" de um provedor que está cambaleante em seu prestígio, mal conseguindo sustentar a família. Por algum motivo muito pouco estranho, quando eu pergunto a Leonardo se o seu contexto problemático de trabalho e sua liderança profissional, em dado momento, eram muito pesados (difíceis) para ele, Leonardo responde com uma incrível ênfase, tão transbordante que chega a esvaziar o conteúdo restrito a sua vivência profissional demarcado na minha pergunta:

EUT- Agora, Leonardo, todo esse cenário que tu tá contando é uma coisa muito violenta também de suportar no dia-a-dia, né?

LEO- É.

EUT- Pelo visto, tinha gente morrendo, tinha risco, tu não conseguia agir pra impedir isso, tinha ameaça de vida e tu guri, vinte e poucos anos, tinha um peso imenso...

LEO- E uma família ainda. E uma família ainda. E uma família. (LEONARDO)

Essa "família" parece um pouco assustadora no seu discurso, não? A ênfase que o leva a repetir três vezes a mesma exata frase em uma resposta não aparece em outros momentos de seu longo depoimento. Não é um estilo, é uma forte intenção. Pode ser compreendida como um desejo de expressar o grande peso do papel de provedor para um homem de camadas médias, em um cenário político e econômico de péssimo prognóstico para trabalhadores no Brasil, e carregando uma pressão psíquica bastante pesada. E se essa família assustadora dobrasse de tamanho em pouco tempo, nesse contexto econômico mais do que assustador? Podemos imaginar que seria bem pior. Que Leonardo sofreria mais ainda. Foi exatamente o que aconteceu.

Se tivemos até aqui a coragem de associar metáforas de guerra para a crise de relacionamento matrimonial colada ao enfrentamento de poder e de autorização dos cônjuges pela viabilidade de seus papéis prestigiados no plano social/público, podemos questionar a casualidade desses filhos “por acidente” ou “por descuido”. Eles produzem um efeito. E podemos pensar que esse efeito pode ser manipulado, como avaliamos que poderia ter sido, consciente e inconscientemente, manipulado no momento de definir o casamento.

O efeito desses filhos para um homem que tentava se manter em um difícil equilíbrio, honrando os compromissos de provedor, de pai de família, ainda que em dificuldades, em evidente desequilíbrio pessoal, é devastador. Se Leonardo mal conseguia sustentar três filhos, a esposa, a sogra e a si mesmo, mais um filho por ano (ou ano e meio), durante sete anos, tornaria realmente a sua missão impossível. Incapaz de sustentar a família, ferido em sua honra de chefe de família, desequilibrado moral e psiquicamente, Leonardo fatalmente perderia a guerra a que Dulce se referia.

Leonardo não possuía nenhuma defesa cultural em relação ao acionamento intencionado (consciente ou inconsciente) de um mecanismo fundamental da honra masculina. Na teoria da Honra Mediterrânea aplicada por Fonseca (1988) para compreender contextos em camadas populares em uma vila de Porto Alegre, encontra-se a compreensão de que a capacidade de fertilizar a mulher e sustentá-la é uma centralidade da honra de um homem casado.

Duas de nossas informantes oriundas de contextos tradicionais rurais do interior do Rio Grande do Sul, referem em suas histórias pessoais o comportamento intencionado dos pais em relação à fertilidade de suas mães. Pelo menos uma delas deixa explicitado o desconforto da mãe para com uma conjugalidade onde ela permaneceu todo o seu período fértil de vida grávida.

AÍD: Com a filha, hã... a enteada, no caso. Isso não é violência física, não cheg... ainda não chegou. Mas... se a mulher não tomar uma atitude vai chegar, né. Eu acho que o homem... que qualquer tipo de violência (?) não termina (?). Até na hora que o outro não... não vai aceitar e... que aquilo que ele tá fazendo, que não é bater, vai perder a graça pra ele e ele vai partir pra violência física. Eu acho que (?) , eu não... não sei. Apesar de que também eu acho que violência contra mulher é também o que eu passei com o jeito severo do meu pai lá em casa, né.

EUT: Ah, sim.

AÍD: Eu acho que também é um certo tipo de violência. Eu tinha... as minhas amigas eram controladas.

EUT: Por ele?

AÍD: Pelo meu pai. E... eu tinha horários, que hoje a minha filha pode ficar na rua até a meia-noite, eu nunca saí pra rua depois das 7 da tarde, sem ser acompanhada dos meus pais ou dos meus irmãos mais velhos.

EUT: (?)

AÍD: Isso. Não era sou eu, a minha família cresceu, a gente cresceu assim, né.

EUT: Tu sentia isso como uma violência na época?

AÍD: Eu sentia.

EUT: Uma educação violenta?

AÍD: Aí, uma outra coisa que eu senti como violência, e até me inseminaram na assembléia que a gente teve, que teve sobre... contra a violência doméstica, um dia inteiro na Assembléia. Foi... dia ... não me lembro que dia dezembro que foi... hã... eu coloquei que eu também fui, que também os meus direitos como mulher foram violados e os da minha mãe também foram violados quando ela não pôde trabalhar e teve só que parir. Porque a minha mãe teve tantos filhos porque ela não tomava nenhum meio anticoncepcional, ela não podia porque o meu pai não deixava. E... até o chá que a minha mãe tomava, o meu pai... era ele que preparava pra ela, ela nunca ninguém pôde preparar um chá pra minha mãe porque ele tinha medo que alguém preparasse... porque a minha mãe... o estado normal da minha mãe era grávida. Ela engravidava... a gente mexia sempre com ela, depois de velho, quando ela ia contar alguma coisa pra gente de... do tempo de antes, quando... "ah, uma vez a gente tava...", "nessa época, a senhora tava esperando quem?" **Porque sempre tava, sempre tinha alguém que ela tava esperando. "Quem que a senhora tava esperando, nessa época?". Que a gente sabia que a minha mãe em cada 9 meses ela tava grávida.**

EUT: Isso pra ela era... ela colocava que não era o que ela queria?

AÍD: Bom, nesse dia... do aborto, que eu te falei, que ela disse pra mim que ela não... que eu me cuidasse pra não vim mais filho, que não precisava tanto, que os meus irmão já tinham tido, cada um tinha quatro, e o outro...os mais velhos, e o outro, seis, três ela criou. E, então, pra nós mulheres ela diz, sempre diz, que ela gostaria que a gente não tivesse mais que dois, pra não ficar como ela: criando filho, cansando de criar filho e... não... isso que... assim mesmo ela vivia, porque meu pai... ela... meu pai carregava ela pra tudo, tá. Ele não cuidava dos filhos, os filhos ele carregava uma vez só, ele não gostava de sair com todos os filhos junto, mas a minha mãe ele nunca deixava ela pra sair sozinho. Tinha show ele ia, os cantores, show, no cinema, e tal, ele sempre levava ela. Mas, ela achava que igual... eu acho assim, ó, ela não soube talvez se expressar, né, mas ela sempre pedia que a gente não tivesse tantos filhos como ela, porque não... pra não passar tanto trabalho, né. **Eu lembro quando eu tava com as dores pra ter a minha menina menor, ela chorava desesperada na minha volta. E ela dizia pra mim: "Filha, essa dor (?), a mãe conhece essa dor. Então, a mãe vai te pedir, pelo amor de Deus, não engravida mais. A mãe não consegue mais ver você sentir dor por causa de um filho".** Porque... ela sempre acompanha as nora, que as nora iam ter nenê, ela tava junto, sempre assim. Mas, a minha mãe viveu em função daquelas criaturas, né, dos filhos dela. E quando os mais velhos casaram e tiveram as mulher, e todos casaram com as mulher novinhas, então ela tava sempre junto com as noras, indo pro hospital, levando pra ter nenê, cuidando na hora do parto e depois que teve o nenê, fazendo curativo... hã... (?) Quando eu tive a Cristina, que eu tava pra ter a Cristina, esperando pra ir pro hospital, em casa, né, esperando até a hora da Cristina nascer, porque ia ser parto normal e eu não queria ficar muito tempo no hospital, ela... e eu tive que ir antes pro hospital, porque ela... ela e o Roberto não conseguiam... conseguiram deixar a Cátia transtornada, porque eles choravam desesperados na minha volta. Que da Cátia eu não tive... que da Cátia eu tive... (AÍDA)

A outra informante de nossa pesquisa, Neuza, não fala diretamente do desconforto ou da discordância da mãe para com as sucessivas gestações. Mas mostra que, aquela situação, gerava carência, necessidade de seu trabalho pesado para sustentar os filhos - tarefa que não conseguia cumprir -, e até a separação

dos filhos, empregados muito cedo em casas de família para garantir seu próprio sustento através do trabalho infantil.

EUT: E tu já tinha te deparado com essa realidade, assim, mais próxima de ti, alguma situação que tu vivesse isso, em casa...?

NEU: Não, não, não, absolutamente. Porque meu pai era visita na minha casa, né. Meu pai só vinha lá uma vez por outra... normalmente quando a minha mãe já tinha ganhado um, que tava um ano e pouco, ele vinha lá visitava, ela ficava grávida de novo, ele ia embora (risos), sabe. Que ele era caminhoneiro, sabe. Então, a gente nunca teve assim aquela... figura paterna, né. E... nós nos criamos, assim, cada um numa casa de família, em casa de família, assim, família de classe média, né, média alta, média. Então, a gente não chegava a ver... porque, na época, isso era muito escondido também, acho eu que tinha, que deveria ter, né, mas a gente não via isso. Não via violência doméstica...

EUT: Como assim, ficava em casa de família, tu diz trabalhando...?

NEU: É, sim, morava. A gente... na época eu me criei...

EUT: Guria?

NEU: É guria, eu cuidava das crianças da... da... patroa, em troca de roupa, comida, colégio, sabe. A gente não tinha salário, nem nada. Então, eu nem sei se era empregado isso, né. Mas, na época era assim, entende, em troca de comida, de roupa... assim que a gente ficava. Porque a mãe, sozinha, trabalhava dia e noite, mas ela não tinha nem condições de nos dar o que comer, né.

EUT: Não dava conta?

NEU: Não dava conta, eram uns quantos. Toda vez que meu pai ia lá, a minha mãe ficava grávida.

EUT: Quantos irmãos?

NEU: Oito. Minha mãe pariu dez, né. Só criou oito. Então, foi uma infância muito difícil e a gente não via, assim, essa violência doméstica, não tinha. Engraçado, porque lá em Uruguaiana também... onde nós morava, nós morava num beco e a gente não via isso, ou não nos chamavam atenção pra que a gente visse. Sei lá, né. (NEUZA)

Devemos observar alguns pontos aqui na narrativa, a seguir, de Dulce sobre a sua fertilidade. Pelo menos dois médicos dizem a Dulce que seu descontrole de fertilidade vem do “descuido”, e não de supostos problemas de saúde decorrentes dos tratamentos anteriores para engravidar - argumento que ela tenta organizar posteriormente. É claro que é necessário relativizar as informações médicas recontadas por Dulce, de acordo com a condição sócio-econômica e cultural da nossa informante naquele momento da interlocução com médicos. Apesar das honrosas exceções, temos informações suficientes para imaginar o nível de atendimento médico e a qualidade da interlocução que os profissionais médicos têm com suas pacientes nos serviços públicos metropolitanos para populações de baixa renda no Brasil. Mas dois médicos em momentos diferentes (em duas gravidez diferentes desta sequência de cinco) insistem que o problema era a falta de controle de Dulce sobre sua própria fecundidade. Dulce tem um discurso confuso sobre o motivo de seu descontrole de fecundidade que resultou em cinco gestações “indesejadas”. Em sua narrativa

aparece mais de uma vez o reconhecimento de que, pela desordenação da vida, pela preocupação com a doença da mãe, por outros motivos, ela pode mesmo ter esquecido de tomar a pílula anticoncepcional.

O trabalho que Dulce demonstra para explicar essas cinco gestações, leva-nos a pensar que, subjacente a essa confusão, atue, entre outros, o conceito de que a mulher é responsável exclusiva por sua gravidez.

Um intrincado diálogo entre seus conflitantes pertencimentos (ao projeto tradicional e ao projeto individualista) acabam por dar quase uma câimbra mental em Dulce, quando ela tenta nos explicar suas sucessivas gestações operando os dois códigos ao mesmo tempo.

Possivelmente a idéia de responsabilização exclusiva da mulher pelo engravidamento seja uma das bases mais conscientes do estranho arranjo que Dulce faz para explicar seus cinco filhos "por descuido", misturando supostos problemas hormonais, com o reconhecimento do próprio descuido, com incompreensão pelo fato de ter poucas relações com o marido e ainda assim engravidar, somados à culpabilização do marido por se recusar a usar camisinha.... enfim, uma trabalhosa ginástica lógica.

Víctora (1991) em sua pesquisa em uma vila popular de Porto Alegre verificou esta noção de responsabilidade fundamental da mulher pela anticoncepção:

Em todos os os casos observados, foi explicitado pelas mulheres que a anticoncepção é uma responsabilidade feminina. A decisão de ter ou não filhos sobre influência de fatores diversos, (...), como por exemplo, a fase da vida em que a mulher se encontra, a posição do homem, pai da criança, e as expectativas que a mulher tem em relação a este possível ou virtual companheiro. Mas a contracepção, a gestação e a criação dos filhos são domínios fundamentalmente femininos. (VÍCTORA, 1991: 156-7)

Voltando a Dulce:

EUT- E essa sequência de filhos, foi... hã.. foi consenso assim?

DUL- Não, não. Foi tudo assim: eu tive a primeira porque... eu tive a primeira por descuido, porque eu engravidei antes de casar, né. Eu conheci ele com 15 anos. Foi bem dizer o meu primeiro namorado, a gente casou eu tava com 18 anos. Eu tava grávida, nessa época, da minha mais velha. Aí, eu tomei comprimido durante um certo tempo, aí a gente resolveu deixar, que a gente não queria criar sozinha, né, criar a menina sozinha, eu resolvi engravidar novamente. Eu ganhei outra menina. Depois de um certo tempo ele chegou: "vem cá, vamos tentar um guri", porque ele gostava muito dum guri, "dai a gente encerra, né". Aí tentamos, eu ganhei um guri. Só que... entre esse período é assim: entre a primeira e a segunda, eu perdi um nenê com sete meses de gravidez, que eu tava com sete mês de gravidez. Hã... foi um erro médico e o nenê morreu. sabe. Então, quando... eu não engravidava mais, eu não segurava a gravidêz, né. Aí eu fiz um tratamento pra engravidar da segunda. **Elas tem 4 anos de diferença uma da outra, quase cinco anos de diferença uma da outra. Eu fiz tratamento pra engravidar da segunda. Quando**

nós pensamos em ganhar o terceiro, eu fiz outro... eu fiz novamente o tratamento pra engravidar. Aí, depois, eu passei a tomar comprimido, só que... não sei se foi na época que a minha mãe morreu, essa época toda, ou se fui eu que descuidei, alguma coisa, eu engravidei novamente. Achei que era descuido, que foi naquela época que ela tava super doente e tudo, que ela morreu e tudo, né, aí eu engravidei novamente.

EUT- Do quarto?

DUL- Aí do quarto. Eu digo: "agora, eu vou tomar comprimido direitinho". Eu tava amamentando, não menstruava, eu comecei a sentir movimento. Bom, um ano de diferença um pro outro.

EUT- Nossa.

DUL- A Pâmela fez um ano oito de junho de dia de 16 de agosto eu ganhei o outro. Eu fui no médico e o médico me disse: "não, vamos mudar então, vamos tomar um comprimido mais forte. Mas foi tu que descuidou". Passei a tomar outro tipo de comprimido. Eu amamentava, né. Todos os meus filhos eu amamento. Quando o outro... quando o Paulo fez um ano em agosto em janeiro eu ganhei a outra. Aí eu digo: "não, alguma coisa tá errada". A doutora disse: "não, não tá". Tentei usar o diafragma, mas como eu tenho problema de cistite, né, eu não podia usar. Camisinha o meu marido não usava nem por nada desse mundo, né. Tentei colocar o DIU e... tive hemorragia. Na tirada do DIU... e tudo, comecei a tomar o comprimido novamente, engravidei de novo.

EUT- Esse é o oitavo?

DUL- Sétimo.

EUT- Sétimo?

DUL- O sétimo. Aí... daí eu já tava (?) . Além de tudo... como as coisas se acumulam, né? Era um filho atrás do outro, eu não sabia se era eu que era errada, se eu que não tomava o comprimido, que que era, ele não usava a camisinha, aquela coisa toda. A... eu comecei a fazer alguns exames, né - isso depois do sétimo - eu comecei a fazer alguns exames pra ver o que que é que tava acontecendo comigo. Nesse período aí eu tava tomando comprimido, eu tenho consciência absoluta que eu estava tomando comprimido, e eu engravidei novamente. Aí eu enlouqueci, porque eu tava começando o meu trabalho de faxina, tava fazendo o trabalho... tava trabalhando de faxina, eu sabia que mais uma gravidez ia ocasionar a falta das coisas dentro de casa, né. Hã... eu fico assim, porque é tão raro ter relação sexual com ele, que nesse período eu devo ter tido duas ou três vezes relações sexuais com ele... dava aqueles períodos que ele parava dois, três meses de beber, sabe, e jurava que ia mudar. Só que eu sabia que ele era uma pessoa boa no íntimo, né. Hã... eu não entendo como é que é que eu engravidei (fala em tom de riso).

EUT- (?) muita sorte.

DUL- É, sorte. Bom, eu tentei tudo, eu tomei sério as injeções. A minha placenta, ela demoliu. Eu a partir do terceiro mês de gravidez eu fui pra cima da cama, porque cada vez que eu levantava eu tinha uma hemorragia. Eu baixei o hospital, eu tive dentro do Presidente Vargas assim ó paradinha, porque tava ameaçando de perder de uma hora pra outra. E a partir do momento que eu tava dentro do hospital os médicos queriam segurar. Eu não queria, mas os médicos queriam segurar, né. Aí eu ganhei o nenê de sete meses.

DUL- ... eu cheguei a 47 quilos e eu olhava pra ela dentro da incubadora com sete meses ela só tinha coxa, sabe. Ela é gorda. Até hoje ela é gordinha. Tu olhava assim aquelas coxas, assim, coisa mais linda, né.

EUT- Tá com que idade ela?

DUL- Ela tá com 10 anos. Nessa gravidez, que eu tive que fazer cesárea, aí eu fiz ligamento. Aí, no resultado dos meus exames, eu fiz muito tratamento pra... pra engravidar e os meus hormônios, eles...

EUT- Responderam.

DUL- Responderam.

EUT- Nossa. (DULCE)

Mais adiante, Dulce fala, no exercício de seu papel público, na “responsabilidade” para com a “vida futura” (filhos), que ela aconselha às adolescentes, no trabalho comunitário. Para haver uma idéia de responsabilidade, deve-se supor que haja uma noção anterior de escolha. E é esta escolha que pode ser acionada contra o discurso de Dulce sobre suas cinco gravidez “por descuido”. É esse paradoxo de sua explicação que pode trair o reconhecimento do uso intencional da gravidez para produzir efeitos desejados pela mulher, especialmente na adolescência: seja a produção de um casamento, seja o rompimento de uma ordem opressiva com os pais da família de origem, seja a demarcação de um amadurecimento feminino negado, enfim, dados com os quais, podemos supor, Dulce tem contato em sua realidade comunitária, e dos quais, inclusive, lança mão, no exercício de sua liderança social, para aconselhar jovens mulheres de sua comunidade a terem mais “responsabilidade”.

DUL- É isso também que a gente tá trabalhando muito agora, que eu acho que se nós quisermos ter uma sociedade menos violenta daqui a uns dez anos, nós vamos ter que começar a trabalhar agora, e trabalhar com a criança e com o adolescente. De fazer entender o que que é um relacionamento a dois, o que que implica e as responsabilidades. Porque na época da libido total da adolescência não se pensa. Tu vai... tu não tem... olha, a não ser uma adolescente muito esclarecida, muito cabeça feita, que ela pare e pense assim: "bom, aonde vai me levar esse relacionamento, essa relação? Aonde vai me levar? Aonde eu quero ir?". Que não é "onde ele vai me levar?", "aonde eu quero ir com esse relacionamento?", né, é diferente. Elas não param. Ela quer... ela quer sentir aquelas sensações, ela tá apaixonada e... e ela não tem previsão. Acho que até isso é culpa da nossa educação deficiente, que não prepara o jovem pra vida, principalmente profissionalmente, porque... o adolescente que tá na escola hoje, ele tá lá pra aprender um montão de coisas que ele não sabe pra que que vai servir na vida dele.

EUT- É, coisas da realidade mesmo...

DUL- Exatamente. Mas que ele tem... ele tem que aprender assim que ele tem que começar a pensar na responsabilidade que ele tem com ele mesmo como indivíduo. Que um dia ele vai ter que ser o seu próprio provedor. Que ele vai ter que se sustentar, e se sustentar dignamente. E que isso só se consegue através de uma profissão e de um estudo. Qual é a escola que ensina isso? Não tem.

EUT- Ensina a ser empregado e submisso.

DUL- Exatamente. Qual é a escola que trabalha com o adolescente a relação, mas a relação e responsabilidade. Tu tá namorando tu sabe que se tu transar sem camisinha tu vai ganhar um filho, e que um filho implica nessas e nessas responsabilidades. O que que é? Filho é da mulher que carrega nove meses dentro da barriga. Nós temos uma quantidade enorme de criança que os caras não querem reconhecer. "Ah, elas dormiram comigo, o que que elas querem mais?". Entende? É a falta de responsabilidade com... com a vida futura. Nós não temos previsão de futuro.(DULCE)

Uma questão: Dulce teve muitos prejuízos pela sua trajetória. Perdeu os dentes, morou em um terreno cedido pela Prefeitura “com uma lona por cima”, trabalhou pesado no serviço de faxineira, passou necessidades com os filhos, depois de ter tido uma vivência confortável de classe média. Supondo que nosso raciocínio bélico, autorizado pela narrativa de Dulce (“vence o mais forte”) esteja certo, Dulce leva o enfrentamento até as últimas conseqüências, mesmo com severos prejuízos, que, pela materialidade (novamente ela), estaríamos tentados a acusar facilmente como “os maiores prejuízos”. Poderíamos até dizer que Dulce é a típica vítima, ainda que ela não tenha sofrido violência física. Suas perdas, suas privações, seus sofrimentos, a colocariam nesse lugar de vítima. Mas Dulce parece, na verdade, muito menos uma vítima e muito mais um sujeito⁹ de sua própria história triste. E um sujeito disposto a ir muito longe.

O que ela poderia estar defendendo que estaria acima destes valores materiais, do conforto, da saúde física, da mesa provida de alimentos e de uma cama quente - quiçá ainda com cortinas rendadas e guardanapos de crochê? A julgar pelo resultado que ela alcançou (e os dentes ela estava recomeçando a tratar, segundo nos informou), Dulce defendia a viabilidade psíquica de uma existência até então interdita para ela, no seu papel de mulher casada. A viabilidade de ter uma vida pública prestigiada, a descoberta de suas vocações e potências, o exercício de uma liderança comunitária, a realização de um projeto individual no plano público: uma ação de sujeito autorizado e reconhecido no mundo.

O que ela vencía em sua guerra era um pacto, que, na complexidade crescente da sociedade, tem grande parte de sua sustentação baseado na anulação, na mortificação psíquica de um de seus pactantes. Um pacto que transforma a relação conjugal em uma relação de poder danosa do ponto de vista de uma igualdade projetada como utopia, onde a remissão a uma lógica patriarcal estrita é praticamente insustentável. E só pode ser considerada ideal se ninguém se revoltar. O que seria um mau sinal.

⁹ Estamos tomando este conceito no sentido que FIGUEIRA (1987) o define: “De modo simplificado, o “sociologicamente invisível” é o imaginário, as emoções, a fantasia, o desejo, em uma palavra, o “sujeito”. Este sujeito não se confunde com a categoria ideológica “indivíduo”, nem é a noção antropológica de “pessoa”: o sujeito é o agente socializado que sofre a ação de regras, transindividuais, mas que é dotado de uma subjetividade que, nos dramas da mudança social em famílias de classe média, ocupa o centro do palco. Este sujeito não é uma ficção, ou mera representação, ou simples efeito da ideologia do individualismo. O sujeito é um lugar real, com eficácia e características próprias, ao qual se articulam diferentes ideologias, individualistas ou não, que o afetam de modo problemático. O sujeito é um substrato efetivo que subjaz a diferentes noções de “pessoa”, mas cujo funcionamento não se esgota na lógica de tais noções.” (FIGUEIRA, 1987: 14)

No caso de Dulce, ela disse: tudo bem, mas se alguém vai morrer, não sou eu. Ela é uma guerreira. É ela quem bate no marido. É ela que empunhou a machadinha para partir a cabeça dele ao meio. E ela viabilizou seu projeto..

Esta competição (a guerra) entre modelos e papéis também pode ser localizada em outro argumento que a localiza no contexto afetivo. Aqui ela se refere à falta de representação para o feminino no público em culturas ocidentais e metropolitanas, raciocínio que desenvolvi no *paper* de conclusão dos seminários História da Antropologia e Globalização Cultural deste mestrado (XAVIER 1995a).

"Essas abordagens [de Dumont (1983), Guidens (1992) e Huyssen (1991)] me levam a aprofundar a concepção do meu trabalho como, na verdade, um encontro com a incongruência grave de duas individualidades diversas - feminina e masculina - em pleno embate histórico, e violento, para a concepção de uma nova noção formulada e afirmada socialmente de individualidade: a individualidade feminina - até agora fora de questão, fora das representações sociais nas instituições, leis e normas, estas predominantemente "masculinas", onde o masculino é afirmado como expressão total do coletivo. Por aí, talvez a forma feminina de violência seja a forma de afirmar uma individualidade não viabilizada, não reconhecida no texto masculino, e portanto dona de uma fala que se expressa perversamente sem texto, através de um jogo de sombras, camuflado mas afirmativo, danoso e violento, mas embrionário de uma mudança onde possa vir a se reconhecer como individualidade, massivamente. No meu texto inicial, ainda, eu refiro, baseada em Marilena Chauí, a estratégia de refúgio das mulheres em um lugar de "não-sujeito" perante a contenda da dinâmica conjugal. Ao contrário do que eu poderia estar supondo esta talvez não seja uma negativa de assumir a difícil integridade afirmativa do indivíduo mas a ausência de uma integridade possível para a individualidade feminina, (...) ainda não viabilizada no universo de poder masculino" (XAVIER: 1995a:).

A pretensão de nossa pesquisa não pode nos levar tão longe. Mas temos ao mesmo tempo o dever de deixar aqui anotados os sinais que recebemos, o que esse campo nos sussurrou, quando não pôde falar, e que, na nossa insuficiência, poderá melhor falar a outrem.

Por essas operações de Dulce no mecanismo da honra de Leonardo - desautorizando-o quando passou a ser a provedora econômica, alcançando para Leonardo o conhaque que o manteria drogado e dependente, e, pela sucessão de filhos, na nossa interpretação, inviabilizando seu papel fundamental de provedor (para citar apenas três dados de grande porte que pudemos objetivar) - devemos ouvi-la comparando essas operações (alguém diria delas "violentas"?) com a experiência do advogado Carvalho, com seu recorde regional de defesas em júris de assassinos passionais.

EUT- Tá. Como o senhor consegue caracterizar num processo de defesa de uma pessoa que matou um cônjuge ou fez um dano físico grave, que ela também sofreu uma violência em contrapartida a essa violência que ela explodiu fisicamente?

CAR- Entendi. Em última análise, você me pergunta qual é a gênese do processo de um cônjuge que mata o outro. Porque você tá pressupondo uma reciprocidade de violência, e uma violência gerando a violência maior, que é a prática do homicídio. Então, o que você precisa distinguir, em primeiro lugar, é que há duas maneiras de (?) de praticar a violência. Existe a violência a prática da violência física e existe a prática da violência moral. E, simultaneamente com isso, com a prática da violência física e com a prática da violência moral, existe também... quer me parecer que fica aí num terreno gris(?), eu não poderia chamar bem de violência moral. Há um outro núcleo de provocações que não chegam a ser atentatórios do pudor e que por isso, talvez, a gente não pudesse chamar de violência moral. A violência física (?) é praticada pelo homem. O homem tem um temperamento (?). E... é da estrutura, da formação, é da história, que o homem sempre agride a mulher e como ele faz através da força física. Ele não tem uma destreza mental, ele não tem a capacidade intelectual, ele não tem a versatilidade para fazer aquela agressão, que seria uma forma de espicaçar a mulher. Ao contrário, a agressão da mulher quase nunca é física. Não é física e eu acho que também por uma programação histórica, porque a mulher vem assim desde todos os tempos. Ela não tem a sua memória comportamental. Mas a mulher agride muito o homem. E a mulher agride muito o homem no âmbito doméstico, dentro da família. Sem que isso tenha sido levando em conta pela literatura, pela ciência. Porque nós somos muito (?) em matéria da interrelação entre a mulher e o homem e a respeito do que seja o amor. Ninguém sabe nem ao menos o que seja o amor. Há um livro de (?) , chamado *La Psicología de la Femenilidad*, e que ele analisa a estrutura, o temperamento, o modelo espiritual da mulher. E ele demonstra que a mulher tem uma capacidade infinita de dissuadir, de enganar, de engodar e, sobretudo, tem uma capacidade muito rara também de vilipendiar o homem através de agressões orais. Quando uma mulher resolve infernizar a vida do homem, o caipira da minha terra diz que nem matando, porque se matar ainda tem remorso. Então, os métodos mais comuns da mulher agredir são: pedir mais dinheiro do que o marido pode dar. Então, o marido, não podendo dar tanto dinheiro quanto ele queria receber e ter, já é pra ele uma menos valia. Significa que ele tem que reconhecer a impotência dele pra solver os problemas dela. É muito comum a mulher insinuar que tem um outro namorado, quando às vezes até não tem, pra causar o ciúme no marido e deixá-lo, também, por essa razão, muito preocupado. Acontece muito de que, na interrelação pessoal e sobretudo na prática do ato sexual, a mulher pode, neste momento, desprezar o homem, lhe dando pouco valor. Não se integrando afetivamente no momento em que existe a conjugação afetiva, em que duas criaturas se tornam uma só, na expressão do (?). De forma que a mulher tem um elenco de recursos interiores que... que podem e (?) dentro de um gesto simbólico. Ela, às vezes, que tradicionalmente (?) tinha uma forma de muita **probidade**(?) na forma de vestir, ela começa a se enfeitar. Então, o homem se sente... (CARVALHO)

Antes de escrever o próximo parágrafo, gostaria de fazer uma auto-advertência. Vou me utilizar, para esse fim, de um filme de Bernardo Bertolucci - o Pequeno Buda. O filme começa com uma fábula reencarnacionista, que reconto aqui, rapidamente, como *eu* a registrei. O mestre conta aos pequenos monges: "Um sacerdote, uma vez, estava sacrificando um bode em um ritual religioso e, na hora de morrer, o bode pôs-se a rir. O sacerdote surpreso, questionou o bode: 'mas, por que você está rindo, se eu vou matá-lo?' O bode respondeu: 'É que esta é minha última encarnação como bode, e eu estou feliz por isso'. Satisfeito, o

sacerdote pôs-se a executar novamente o animal. Foi então que voltou a se surpreender: o bode chorava. ‘Mas por que agora você chora?’, perguntou o sacerdote. E o bode disse: ‘Eu estou chorando por você. Antes de nascer 30 vezes como bode, eu era um sacerdote, e executava bodes em meus rituais’.

O que eu quero dizer com esta lembrança é: Deus me livre de encarnar outras 30 vezes em contextos de violência passional por ter escrito essas mal traçadas linhas - e ainda contar com elas contra o meu sofrimento. E *latu sensu*: Deus me livre de contribuir para legitimar a impunidade ou o retrocesso de uma discussão política levada pelo movimento feminista e que criou condições de vida innumeravelmente melhores para tantas mulheres no mundo inteiro.

No entanto, considero um dever escutar a sugestão que a experiência destas três pessoas - autorizadas ainda em seus depoimentos também pelos inúmeros casos que coletaram e mediarão nos seus esforços de intervenção em conflitos conjugais violentos de terceiros -, para pensarmos o que é que se poderia chamar de **Honra** e de crime contra a **Honra** se transpuséssemos do âmbito privado em que a colhemos para o âmbito público de mediação de conflitos, essa privilegiada cena de guerra conjugal que recuperamos aqui. Instrumento que, legalmente, deu pano para tantas mangas equivocadas na Justiça, com absolvição de homens que mataram suas mulheres em seu nome, talvez “honra” seja o único nome possível no âmbito legal para dar eficácia às figuras excessivamente intelectuais (e de pouca força para o uso objetivo e teatral demandado em uma circunstância de júri popular, por exemplo) da “integridade psíquica”, da “integridade moral”, ou qualquer outra complicada expressão que signifique abuso de mecanismos psíquicos cuja desintegração provoque dor insuportável e ameace não o corpo mas o **sujeito** de morte. Porque, se, como vimos, Leonardo não pode nomear seu sofrimento, tenderá a traduzir sua dor com um nome aceitável para o seu gênero no âmbito público. Este nome pode ser honra.

Foge da minha reflexão nessa pesquisa a opinião sobre o fato de uma dor psíquica “insuportável”, uma tentativa de assassinato do sujeito psíquico, legitimar ou não a defesa através de uma resposta física ou até da morte.

Eu posso sugerir que a dor psíquica insuportável pode igualmente levar à morte por suicídio, por “desistência”, e acredito que essa morte ocorra epidemicamente entre os homens de diversos pertencimentos em nossa sociedade - particularmente através do alcoolismo e de suas *benesses* em descontrole, como a cirrose, o câncer, a briga de bar, o atropelamento.

Creio que, no âmbito que estamos investigando, e instigados pelas narrativas de nossos informantes, fica a contribuição aqui do reconhecimento da

necessidade de abrir um conceito genérico - hoje negativamente valorado - para perceber que significados inexpressos, e neste caso, culturalmente inexprimíveis, estão sendo acomodados dentro de sua “valise”. O fato de Leonardo não poder chamar sua dor de sofrimento não quer dizer que ele não sofra. Ao nos felicitar-mos inteiramente com as conquistas que chamaremos genericamente de feministas no âmbito legal para o desmonte da chacina que historicamente se cometeu impunemente com o argumento de “legítima defesa da honra”, não podemos deixar de olhar para dentro desse grande vaso, e despejar o que ele contém em outro recipiente - transparente - para só então poder espatifá-lo contra a parede. Do contrário, podemos estar reificando uma estratégia que contém, em alguns casos (NÃO GENERALIZÁVEIS), grave violência, amparada, no entanto, pelo fato desta se mostrar menos explícita e menos óbvia do que as violências físicas e sanguinolentas.

Capítulo 4

A INSUFICIÊNCIA DO DIREITO

Uma noção de “insuficiência”¹ do Direito como ele se organiza hoje, predominantemente, para dar conta da compreensão e negociação do conflito que envolve violência no âmbito da conjugalidade é referida por todos os nossos informantes que dialogam diretamente com a Justiça. Eles dialogam como advogados de uma das partes do conflito ou como pesquisadores, observadores ou formadores de opinião em matérias judiciais (subsidiando juizes de informações sobre novos conceitos).

A sintaxe do Direito frequentemente contamina, desde a origem, a interlocução com os indivíduos participantes dos conflitos. É assim que Soares et alii (1996) já percebe, no instrumento da primeira abordagem à mulher que chega à Delegacia da Mulher para registrar uma ocorrência, o oferecimento pré-nominado de um lugar para sua fala: ela é denominada “a vítima” no boletim de atendimento. Nos dados seguintes, também é solicitado o nome do “agressor” e outras partículas dessa sintaxe que ajuda, deste modo, a produzir o sentido da experiência daquela mulher que se dirigiu à Delegacia.

O ordenamento da experiência na Delegacia de Mulheres produzindo o sentido da experiência aparece, de outro modo, na narrativa do advogado recordista de defesas de crimes passionais em júri em sua região:

EUT- O senhor nota se, por exemplo, na Delegacia da Mulher, se os clientes que chegam aqui e já cometeram um ato violento físico, eles comentam se, em episódios anteriores da relação, onde foi até a fronteira da violência física e tenha chegado por acaso até a Delegacia da Mulher o conflito, eles foram ouvidos? Eles referem se foram chamados, ouvidos nas suas razões, se puderam explicar razões?

CAR- Eles não podem ser... eles não podem explicar, porque não perguntam. E porque se perguntar as Delegacias não entenderiam. Isto é matéria pra uma intelectual como você entender. No nível de Delegacia não existe uma investigação de profundidade. Eles querem uma descritiva objetiva do fato, uma narrativa do fato e o mundo exterior é neutro. Eles não dão a carga valorativa daquelas condutas e daquela interação. Isso seria (?) efetivamente o ideal. Até o ideal dentro do campo da psicologia, para efeitos de ordem criminal, seria (?) rachar a cabeça de uma pessoa e saber porque que uma coisa foi feita, porque nasceu aquele comportamento, como nasceu, qual foi o fato deflagrador. Porque a periculosidade reside na motivação do delito. Então, o Direito Penal é sobretudo um Direito endógeno(?), que investiga o problema da

¹ Ver, neste mesmo capítulo, o aporte que Calera (1997) traz a respeito da noção de insuficiência do Direito.

conduta e a razão do comportamento, porque o dado exterior é um dado que vai ser valorado segundo o princípio que o inspirou e que o deflagrou. (CARVALHO)

A multidisciplinaridade está sendo percebida pelas nossas informantes da ONG pesquisada² como a necessária operação para que a complexidade da violência conjugal seja abarcada na intermediação do conflito com mais eficácia.

Dialogando uma abordagem possível deste conflito através da Antropologia com a abordagem do Direito pudemos perceber que elas poderiam se traduzir melhor na figura de dois “eixos” sintáticos distintos. Do seguinte modo.

O Direito produziria um encadeamento lógico cuja linearidade estaria aqui dada por um eixo horizontal de valores e conseqüências. Dialogariam entre si os seguintes elementos desta sintaxe (cuja precária enumeração elencada por nós não pretendemos que expresse toda a complexidade da técnica do Direito, mas apenas um nexos e um vetor):

Agressão	Fatos que motivaram a agressão	Configuração de um dano	Modo de restauração do bem
(o fato)	(justificativas, atenuantes)	(lesão a um bem)	(pena, punição)

A sintaxe da abordagem do Direito segue uma leitura linear, do primeiro ao quarto termo buscando verificar a produção ou não de uma lesão a um Direito e restaurar um bem anterior, existente ou ideal. Assim, há perguntas específicas que se pode fazer à agressão (ao fato) para buscar avaliar se este fato é equivalente a suas justificativas e atenuantes - genericamente, eficazes se objetivas -, se é maior do que elas, menor, se configurou um dano ou não ao bem (ao corpo, à saúde, à liberdade), se deve ser punido ou produzir uma indenização ao lesado e coisas desta ordem.

Se tomássemos uma sucessão de “casos” de um determinado universo de pesquisa para estudar a violência no âmbito da conjugalidade com eventos de violência física do homem contra a mulher, teríamos uma figura desse tipo:

² Observei que, especificamente na fala da Ana, ela trouxe a noção de “transdisciplinaridade” no mesmo momento em que a ONG que ela coordena estava trazendo para o Brasil um jurista italiano, teórico do Direito, para subsidiar o debate teórico que esta ONG incansavelmente constrói.

Agressão (o fato)	*	Fatos que motivaram a agressão (justificativas, atenuantes)	Configuração de um dano (lesão a um bem)	Modo de restauração do bem (pena, punição)
Agressão (o fato)	=?	Fatos que motivaram a agressão (justificativas, atenuantes)	Configuração de um dano (lesão a um bem)	Modo derestauração do bem (pena, punição)
Agressão (o fato)	<?	Fatos que motivaram a agressão (justificativas, atenuantes)	Configuração de um dano (lesão a um bem)	Modo derestauração do bem (pena, punição)
Agressão (o fato)	>?	Fatos que motivaram a agressão (justificativas, atenuantes)	Configuração de um dano (lesão a um bem)	Modo derestauração do bem (pena, punição)

* Equivalência entre agressão realizada e suas justificativas em termos de igualdade, superioridade e inferioridade

O eixo de sintaxe investigado pelo Direito seria o eixo horizontal, com o vetor orientado da esquerda para a direita.

Sugiro que talvez pudéssemos olhar para esse quadro, com o ferramental da Antropologia, escolhendo um eixo vertical para a leitura.

E então perguntaríamos à sucessão de dados da primeira coluna, no nosso interesse peculiar, do quadro: o que significam estas agressões, no seu contexto? O que elas estão expressando no relacionamento semântico que possuem com seu próprio contexto, independente de sua potência destrutiva do bem, e da punição que venham a merecer (ou não)?

Sem ferir o eixo de investigação do Direito ou competir com ele estaríamos fazendo uma outra pergunta que se separa da lógica do Direito, sem se submeter a ela nem por ela ser submetido, e que pode contribuir com outros dados, com outros significados, para a necessária complexidade desta análise.

Este olhar sobre a sintaxe vertical desse sistema dificilmente consegue ser proposto em encontros públicos com o pensamento organizado através do eixo horizontal sem que precise justificar-se, rapidamente, perante a forte desconfiança da abordagem horizontal - como se o estivessemos desarticulando, desautorizando ou fugindo à suposta "questão principal". Mas como se vê na figura, o que acontece é que a lógica é outra. E pensamos que, sim, poderá contribuir onde o impasse da sintaxe do outro eixo se instala no encontro com a densidade da realidade.

Na lógica vertical talvez possamos ouvir a voz do homem no conflito conjugal. Porque na lógica horizontal dessa sintaxe essa possibilidade dificilmente sobrevive ao relacionamento de avaliação imediata com os demais termos da sintaxe. E a valoração rápida que leva a qualificar os motivos da agressão do homem como fúteis/torpes, sem ouvi-los em seu nexos próprio

(vertical), está aí para nos mostrar que esta sintaxe horizontal precisa de diálogo com outros olhares.

A Autocrítica do Direito: diálogo entre o Direito Processual e o Direito Alternativo³

O eixo vertical proposto no nosso sistema encontra eco dentro do pensamento do Direito em uma tendência recente denominada Direito Alternativo⁴. De acordo com Carvalho (1995):

Em outro local (Direito Alternativo na Jurisprudência, Ed. Acadêmica, 1993, p.8), procurei deixar claro que se está frente a um movimento e não a uma teoria (ao menos por agora) que procure dar conta do fenômeno jurídico. Ele (o movimento) se caracteriza pela busca (desesperada e urgente) de um instrumental prático-teórico destinado a profissionais que ambicionam colocar seu saber/atuação na perspectiva de uma sociedade radicalmente democrática. Uma atividade jurídica comprometida com a utópica vida digna para todos, com abertura de espaços democráticos visando a emancipação popular, tornando o direito em instrumento de defesa/libertação contra qualquer tipo de dominação. (CARVALHO, 1995: 10)

O artigo de Carvalho representa uma tendência de pensamento que, a seu modo e com seus pertencimentos, está se aproximando de uma intermediação de conflitos mais aliada com a polissemia da experiência vivida, como anseiam nossos intermediadores de conflitos conjugais.

Creio que cabe nos estendermos um pouco na rica informação de Carvalho (1995) sobre esta tendência do Direito - que pode dialogar com a Antropologia de um modo bastante fecundo -, para perceber como esta proposta chega, de um modo ousado e belo, a propor uma “justiça do amor”.

“Incessantemente permeia o discurso alternativo a expressão radicalidade democrática. A preocupação com a democracia substancial é o norte do movimento. É o pano de fundo: o início e fim da atuação. Direito e democracia, aliás, na visão de Luigi Ferrajoli (*El Derecho como Sistema de Garantías*, in *Revista Juces para la Democracia*, Madrid, n

³ Tomei aqui a decisão de me aprofundar um pouco na discussão própria do Direito até por motivos didáticos. Não retomaremos este tema no capítulo que orienta teoricamente esta dissertação, logo a possibilidade de subsidiar um pouco mais extensamente os conceitos que estão embasando esta discussão específica encontram neste espaço sua possível pertinência. Devido também à nossa cultura acadêmica do xerox, que leva uma referência a se distanciar do nexos primeiramente organizado, vou empacotar tudo junto, (como Bill Gates fez com o Windows 98 e o Explorer), para obrigá-los a comprar os meus produtos, como eu os fabriquei. Ainda assim, posso intuir que não vou ficar milionária como ele.

⁴ Trata-se de uma tendência que possui cerca de seis anos de existência e que encontra-se representada no trabalho de Amilton Bueno Carvalho, juiz criminal em Porto Alegre, professor de Direito Alternativo na Escola de Magistratura Gaúcha.

16-17. 2-3/1192, p. 69) estão umbilicalmente vinculados. tanto que, para ele salvar o futuro do direito é salvar o futuro da democracia.

Via processo, pois, o direito se faz presente na realização da democracia substancial. Eis seu objetivo maior, seu compromisso, sua dignidade!

Pois bem.

Quer-me parecer que na democracia se busca a autonomia do indivíduo; que ele possa vivenciar a si mesmo e a realidade de forma não-passiva: que tenha domínio de sua vida e seja responsável pela história. Possa, enfim, solucionar as desavenças e desajustes que o alcancem em sua caminhada.

O indivíduo autônomo, pois, resolve, democraticamente, seus litígios, posto que apto ao diálogo, ou seja, disposto a ouvir/conversar ("...el diálogo....se debe presuponer la intención de llegar a un acuerdo libre y sincero sobre la cuestión debatida"- Modesto Saavedra, "Poder Judicial, Interpretación Jurídica y Criterios de Legitimidad", in: *Anuario de Derecho Público y Estudios Políticos*, nº 1, Granada, 1988, p.49). Quando mais forte a democracia e mais autônomo o indivíduo, o respeito aos "valores ético-políticos - igualdad, dignidad de las personas, derechos fundamentales"(Ferrajoli, loc. cit) estão presentes na vida diária. (CARVALHO, 1995:13)

A particularização desta proposta para os desarranjos do âmbito do Direito de Família nos parece particularmente interessante devido à pertinência ao estudo que estamos procedendo. Aqui também nos interessa a crítica aos técnicos da Justiça e da necessidade destes relativizarem seu próprio poder (visão de mundo) para poder se aproximar de outras formas de compreensão e significação que estão recrutadas pelo conflito na cena processual. Em outra passagem, complementar a que reproduzimos a seguir, é interessante verificar inclusive a crítica - auto-crítica, portanto, ao ritual do processo ("O espetáculo deve reduzir a pompa que o caracteriza, para se transformar num local onde o diálogo possa fluir", p.17) como contribuição adicional a uma maior democratização da Justiça.

O processo (fruto do litígio) surge no momento do caos da democracia dialogal, ou seja, quando as partes não logram solucionar seus atritos através do *conversar* (possibilidade de expor o sentimento) e do *ouvir* (condição de quem não se tem como o dono da verdade e está disposto a aceitar o diverso: ou ser tolerante ao permitir que o outro tenha o direito a professar a própria verdade, como quer Nicolás Maria Lopez Calera (*Derecho e Tolerância*, Revista *Juces para la Debocracia*, op.cit). Neste momento de conturbação da democracia/autonomia é que as partes buscam que o judiciário imponha a vontade do Estado, via processo.

Um exemplo de direito de família parece esclarecedor. Evidente que um casal que está disposto a ouvir e a conversar, apesar do sofrimento que encerra toda separação, vem a juízo e rompe o vínculo do casamento com toda a dignidade (...). Todavia, com a perda da capacidade do ouvir/conversar terminam por não mais conseguir viver juntos e nem separados, e mantém o vínculo neurótico através do processo de separação. Daí porque as ações de separação e suas resultantes (alimentos, guarda de filhos, etc) se eternizam: o processo passa ser instrumento não da democracia, mas da neurose das partes.

Como, então, fazer com que o processo sirva à democracia (local da autonomia = igual a diálogo)?

Num primeiro momento, há que invadir o imaginário do advogado para que abandone a atividade burocrática de aceitar incondicionalmente a "verdade" da parte e jogá-lo num tipo legal, com mecanismo subsunção, sem a menor criatividade. E aí advogar tal

interesse via petição inicial ou contestação. Outrossim, deve abandonar o paternalismo que eventualmente o caracteriza como se o problema não fosse mais da parte e sim dele profissional. E a partir daí, utilizando o seu lugar privilegiado de fala, buscar resgatar a possibilidade dialogal entre as partes para, *com elas*, atuar para que reassumam a capacidade autônoma de solução do litígio. Ou seja, advogado como *Parcial Ético* comprometido com as partes no sentido de democratização do próprio saber jurídico.

Outrossim, o imaginário do Juiz e do Promotor devem ser invadidos, com o também abandono da atividade burocrático-paternalista, para que, como *imparciais Éticos*, possam ouvir a angústia das partes e utilizando seu também privilegiado lugar de fala, buscar, agora, já em juízo, a possibilidade do diálogo se fazer presente. **É juiz e promotor descendo do seu doentio pedestal e vir até as partes para, com elas numa espécie de justiça do amor, lutar com todas as forças para que os litigantes superem, por si mesmos, seus atritos.**⁵ (CARVALHO, 1995:13-4 - grifos nossos)

Esta primeira e intensa abordagem proposta para aproximar os litigantes de uma solução negociada, sugerida por Carvalho pode, ainda assim, encontrar a falência quando o diálogo não puder ser recuperado. Mesmo então, sob o uso da “força decisional da vontade do Estado”, o processo poderá incorporar os conceitos do Direito Alternativo.

A vontade do Estado, o uso da força decisional, só deve ser reservado, pois, para situações limites, ou seja, quando o nível de intolerância dos litigantes (ou de um deles) for insuperável. Neste momento doloroso, ante o caos da democracia, é que deve surgir o ato decisório (o qual, por sua vez, apesar de imposto, deve refletir as conquistas democráticas, ou seja, “un instrumento al servicio de la libertad frente a los intolerantes” (López Calera, loc.cit. p.6), é que, como ele mesmo (Calera) diz, “en una sociedad de seres humanos algún tipo de reglas coativas de hace necesario”, (p.8). (CARVALHO, 1995: 15)

E finalmente, na proposição de como deve ser operado o processo para atingir os fins a que se propõe o Direito Alternativo, Carvalho pede uma possibilidade de escuta que busque, como no quadro que propusemos, outros eixos de compreensão do conflito, além do eixo orientado pela relação causal entre o ato e a sua consequência (o eixo horizontal do nosso sistema). Ao se referir à possibilidade das partes de um processo judicial chegarem a explicitar seus “encantos e desencantos”, o autor dialoga com a proposta de leitura do eixo

⁵ Sobre o “pedestal” em que se encontram instalados juizes e promotores. Ilgenfritz da Silva (1985) fez uma das primeiras análises acadêmicas deste tema a partir de uma ótica feminista, na década de 80. Em sua tese defendida na área do Direito a autora analisa, simultaneamente, o discurso jurídico sobre o estupro a partir de processos e o discurso dos próprios juizes sobre a violência contra a mulher. A conclusão da autora é de que “(...) há um discurso da lei, da norma, da doutrina, da jurisprudência e, também, um discurso paralelo do juiz, como ser social, com funções definidas de agenciador da aplicação de tais regras. São regras que ele cria, graças à ambiguidade contida nas definições legais, ricas em espaços e lacunas, produzindo um discurso eivado de preconceitos e fetichismos, que a lei, a doutrina e a jurisprudência lhe fornecem e ao qual ele acrescenta o que a cultura lhe transmitiu sobre a mulher”. Para além da lei, está a discriminação perpetrada pelo Juiz, que exercita os seus (pre)conceitos como se esses fossem o melhor balizador para o comportamento da sociedade em geral, e para a conduta da mulher, em particular. (ILGENFRITZ DA SILVA, 1985)

vertical no nosso gráfico, onde se oferece a possibilidade de escutar os múltiplos significados que operaram este ato/fato e o construíram.

Num segundo momento, o processo, em si mesmo, para atingir a autonomia/democracia deve ser o local reservado da fala e da escuta.

O instrumento específico processual necessariamente deve propiciar que as partes possam, da maneira mais abrangente possível, explicitar seus encantos/desencantos. É da fala ampla que se possibilita o diálogo (bem como a atuação do operador jurídico não restrita apenas à consequência, mas à causa do litígio; é que este, muita e muita vez, é apenas a ponta de outro que lhe é a origem mediata). (CARVALHO, 1995: 15)

A Juridificação da Vida Privada

É importante recuperarmos brevemente aqui nesta discussão que os eventos da conjugalidade conflitiva no ocidente pertenciam até recentemente ao âmbito da vida privada, e apenas nas últimas décadas é que rapidamente seguiram o fluxo daquilo que Calera (1997)⁶ chama de “juridificação da vida social e individual” ou do que, segundo Calera, Habermas denominou como “colonização jurídica”. A partir desse movimento da cena social ocidental é que se está demandando uma nova produção do Direito e de sua Teoria para dar conta deste movimento. As “insuficiências” do Direito que aparecem no discurso dos nossos informantes têm, portanto uma causa dinâmica e estão produzindo movimento capaz de incitar a criação de novas práticas e teorias.

(...) en primer lugar, me parece que el amplio proceso de juridificación de la vida social e individual, que se esta produciendo en las últimas décadas, obliga a volver de nuevo sobre el sentido que tiene y que debe tener el derecho. Tanto derecho para tantas cosas exige con mayor fuerza repensar sobre sus funciones y en última instancia sobre su justicia. En segundo lugar, las “formas” del derecho son múltiples y especialmente diversas en este contexto de final de siglo. Ello es consecuencia de esa juridificación creciente. Esa expansión y ese aumento en formas de actuación compromete sin duda lo que puede entenderse por “justicia”. (CALERA, 1997: 39-40)

Calera chama a atenção para os efeitos positivos e negativos desta dinâmica. E nos interessa em especial a compreensão de que o conflito conjugal conseguindo abrir o diálogo com a interlocução da esfera pública terá evitado muitas injustiças graves.

La amplia juridificación de la vida social ha permitido que el derecho controle y regule relaciones sociales que, dejadas a la pura libertad de las partes, pueden llevar y han

⁶ Professor da Universidade de Granada. Espanha.

llevado a injusticias muy graves. La existencia de un Estado Social de Derecho o de un Estado intervencionista o la existencia de un derecho social que afecta al mundo económico y intereses privados muy generalizados (relaciones laborales, salud y educación) han sido un factor positivo de esa “marea legislativa”, si bien Habermas ha reconocido que esa invasión jurídica ha producido una “colonización interna” (*innere Kolonisierung*) que ha afectado al mundo de la vida (*Lebenswelt*) donde la libertad y los sentimientos deberían estar exentos de toda regulación coactiva. (CALERA, 1997: 40)

O sentimento expresso por nossos informantes que decodifiquei como “insuficiência” aparece, também, exatamente assim nesta análise de Calera:

En medio de un mundo invadido por esa “marea legislativa” existe al mismo tiempo un *generalizado descreimiento en el derecho*, esto es, una convicción generalizada sobre las insuficiencias de este instrumentalismo legal radical. Hay mucho derecho en el mundo, pero hay muy poca justicia.

(...)

Ese descreimiento en el derecho se manifiesta, en primer lugar, en este fenómeno social que yo llamaría el *desencantamiento del derecho*, esto es, el descubrimiento de que el derecho no es lo que dice que es, una realidad normativa y moral al servicio de la justicia. Que pueda ser y que lo sea en muchos casos, más aun dentro de un Estado social y democrático de Derecho, no se discute, pero se piensa también que los sistemas jurídicos globalmente considerados y sobre todo sus leyes más importantes no afectan a las estructuras básicas de un sistema económico, que es intrínsecamente injusto. (CALERA, 1997: 42-3)

Embora se referindo especificamente aqui ao contexto das relações econômicas, pensamos que o raciocínio deste teórico seja transferível a outras relações de poder, como nos chamará também a atenção o artigo de Figueiredo (1997)⁷:

Além das relações de poder, os textos legais também expressam relações de gênero. A lei e a cultura masculina estão intimamente ligadas: o sistema jurídico é quase que inteiramente dominado por homens (só recentemente as mulheres passaram a fazer parte de instituições jurídicas) e, de forma geral, ele expressa uma visão masculina do mundo. (FIGUEIREDO, 1997: 39)

A pretensa “*cientificidade e assepsia valorativa*” do Direito, como nos chama a atenção López Rega, desconhece seus próprios pertencimentos e deixa de responder por isto a pergunta fundamental de “a que serve e a que deveria servir do ponto de vista da justiça, um sistema jurídico”.

Hay en la concepción aristotélica de la justicia algunos elementos que han reavivado el debate contemporáneo. Frente a la razón pretendidamente abstracta y universal del Iluminismo, la reacción comunitarista reclama el retorno del vínculo social a partir de la

⁷ Débora Figueiredo produziu sua reflexão para o encontro *Fazendo Gênero* na UFSC, ocasião em que era doutoranda em Inglês e Literatura pela UFSC. No capítulo *Representações de Violência* abordamos outros aspectos de seu trabalho que aqui nos interessa na pontuação dessa discussão específica.

recuperación de la dimensión societaria de la personalidad humana, concebida nunca más ya como individuo, sino como sujeto, como ser reflexivamente inserto en sociedad cuya autoconsciencia le identifica en la definición de un proyecto comunitario de justicia. Esta visión recaba igualmente una desconstrucción del sujeto en términos de liberación de las formas abstractas de pensamiento que determinan las superestructuras en que la dignidad humana queda aprisionada. La ética aristotélica es así el punto de partida para el retomo a una justicia contextualizada, del hombre socialmente inserto que se implica en la determinación de los valores de una sociedad y una cultura determinadas, mediante la interacción de las esferas, ahora ya no escindidas, de lo bueno y de lo justo. Se pretende así armonizar los espacios vitales desde una concepción integral del hombre, como sujeto (individuo y ciudadano que define su ser y su identidad desde su auto comprensión como ser social). Los valores quedan así anclados en los mundos vitales en los que la subjetividad se desenvuelve y se recupera la continuidad entre los espacios de lo público y lo privado, entre el ámbito interno en el que el Iluminismo pretendió recluir a la ética y el ámbito de las relaciones sociales en el que la idea de justicia se definía estáticamente a partir del reconocimiento de derechos formalmente reconocidos por la ley.

(...)

El pensamiento comunitarista intentará recuperar estos elementos, sin duda interesantes y necesarios, del pensamiento aristotélico. La justicia no como principio abstracto, descubierto por una razón suprahistórica y concretada en unos principios universales e inmutables de actuación, sino como una actividad contextualizada y social. Es una labor que implica a los individuos en el seno de la comunidad y que hace de los valores algo particular y propio, impregnado de identidades y elementos culturales. La justicia queda así, al alcance del individuo y de la comunidad: ya no es algo que la supera y que la trasciende, un estadio superior al hombre que no admite diálogo con una praxis social concreta. (CAMPUZANO, 1997: 51-3).

Penso que seja importante para nós ao mesmo tempo que recuperamos a trajetória dos conceitos que subjazem à nossa discussão, chegarmos até um ponto fundamental da crítica à posição *comunitarista* como a define Campuzano. Porque ela volta a se encontrar, agora frente a frente, com a Antropologia. Um pouco mais de fôlego nos ajudarão a percorrer essa preciosa recuperação teórica trazida pelo Direito.

Esta justicia del Iluminismo, dirán los comunitaristas, escapaba y sometía: solo cabía acatarla. Se inaugura así un justicia más mundana y, también particularizada, que se define en el contexto de cada civilización, de cada pueblo, de cada cultura. Pero esta inserción social de los valores mediante la creación de un espacio común de identidad en el que ética y política se dan la mano, encierra también importantes peligros. Los comunitaristas, en su crítica a la razón abstracta del Iluminismo, acaban por someter el discurso sobre la justicia a una estrategia maniqueísta de culturalismo y particularización que, auspiciada por la invocación del valor de la identidad comunitaria y apoyada sobre el concepto de tradición, termina por hacer de la justicia un recipiente vacío susceptible de ser llenado al gusto de quien la invoca. En esta contextualización cultural y comunitaria hay un riesgo que el comunitarismo no logra salvar: si no hay principios universales, si no hay reglas que puedan ir más allá de culturas y épocas, ¿qué es lo que nos queda? (CAMPUZANO, 1997: 53)

Campuzano traz a discussão até os chamados “riscos do relativismo” - da particularização levando a uma dispersão daquilo que poderiam ou deveriam ser valores ideais para um humano universal, em alguma medida, a ameaça de uma perda dissolvedora de um denominador comum de humanidade. A solução do impasse é escolhida por ele pela retomada radical da ética aristotélica. Acho que vale a pena usarmos o aporte trazido pelo autor para logo em seguida, nos valendo das reflexões de Geertz (1988), dialogarmos esse medo do relativismo diretamente com a nossa disciplina.

La ética aristotélica es una ética mediada por la interacción social y la definición compartida de los valores a través del vínculo comunitario, pero es también una ética de equilibrios que nace desde la exigencia moral del individuo que aspira a ser virtuoso. Y la virtud, con ser social, tiene también una dimensión personal que no puede ser enajenada. Por eso, el hombre justo es justo en cualquier tiempo y lugar, porque la virtud mediada en la historia concreta del ser aquí y ahora exige una medida - siempre frágil - de equilibrio que le confiere a la decisión concreta pretensión universal. De ahí la importancia de la *phrónesis* pues la justicia es el término medio⁸ y la culminación de todas las demás virtudes⁹. La ética aristotélica, con ser contextualizada y esencialmente societaria, no rehuye la dimensión universalista del actuar humano. Es, eso sí, una ética de la fragilidad, que se mueve entre lo que es y lo que debe ser desde el equilibrio que exige el modelo de virtud como término medio. Esa consideración de lo justo aquí y ahora no entra en colisión con la pretensión universalista, antes bien, la justicia, para ser tal, tiene que estar particularizada porque es expresión de lo que en cada circunstancia concreta el hombre puede hacer, pero también esa misma justicia por ser la culminación de todas las demás virtudes comprende la perfección moral del sujeto¹⁰. Es así como la decisión concreta del hombre virtuoso deviene no sólo válida en su concreta circunstancia histórica, sino también irreprochable ante la humanidad. (CAMPUZANO, 1997: 54)

O medo de uma dissolução da unidade do *humano*, da perda de todas as referências que restaria na potência máxima do relativismo, é, para Geertz (1988), um fantasma criado pelo próprio anti-relativismo. E na vida real, aproximando o conceito da experiência, este medo se tornaria ineficaz, uma fabulação teórica. A seu estilo, Geertz ironiza este trauma.

⁸ " 'Ora: a excelência moral relaciona-se com as ações e as emoções, nas quais o excesso é uma forma de erro, tanto quanto a falta, enquanto o meio termo é louvado como um acerto... A excelência moral é algo como a equidistância, pois... seu alvo é o meio-termo.' (Aristóteles, *Ética a Nicômacos*, Brasília: Universidade de Brasília, 1985, Livro II, 1106b, p.42)". (CAMPUZANO, 1997: 54 - nota 5)

⁹ " '... a justiça é a forma perfeita de excelência moral porque ela é a prática efetiva de excelência moral perfeita. Ela é perfeita porque as pessoas que possuem o sentimento de justiça podem praticá-la não somente em relação a si mesmas como também em relação ao próximo. (...) Neste sentido, então, a justiça não é uma parte da excelência moral, mas a excelência moral inteira, nem seu contrário, a injustiça, é uma parte da deficiência moral, mas a deficiência moral inteira.' (Aristóteles, op. cit. supra, livro V, 1130 a.p.93)". (CAMPUZANO, 1997: 54 - nota 6).

¹⁰ "Disse Aristóteles: 'As ações, portanto, são chamadas justas e moderadas quando são como as que o homem justo e moderado praticaria, mas o agente não é justo e moderado apenas por praticá-las, e sim porque também as pratica como as praticariam homens justos e moderados.' (Aristóteles, op.cit. supra, livro II, 1105 b, p.39)". (CAMPUZANO, 1997: 54 - nota 7)

Como já sugeri, o provincianismo de um modo geral, é, para mim, a preocupação mais genuína com relação ao que ocorre no mundo. (...) Parece-me altamente fantasiosa a imagem de uma multidão de leitores de antropologia circulando por aí num estado de espírito tão cosmopolita a ponto de não ter opiniões sobre o que seja ou não verdadeiro, ou bom, ou belo. Pode haver por aí alguns niilistas autênticos, ao longo da Rodeo Drive ou em torno da Times Square, mas duvido que muitos deles tenham ficado assim em virtude de um excesso de sensibilidade às exigências de outras culturas; e pelo menos a maioria das pessoas que encontro, que leio a respeito, e até eu mesmo, estamos todos profundamente comprometidos com uma coisa ou outra, geralmente paroquial. "É o olho da infância que tem medo do retrato do diabo", o anti-relativismo forjou em grande medida a ansiedade de que ele vive. (GEERTZ, 1988: 7)

Geertz sintetiza a posição relativista como a capacidade de estar aberto - não ao ponto da dissolução ou da falta de critérios, que seria a fábula anti-relativista - mas ao ponto de poder permanentemente absorver a transformação para apresentar uma nova constituição, em cada disciplina, sem cair na tentação de tornar os conceitos estáticos para poder melhor se segurar neles. Dito de outra forma: é preciso perder o medo da vertigem e experimentá-la. Mas isto não significa atirar-se pela escarpa do inumano abaixo.

Observar dragões, não domesticá-los ou abominá-los, nem afogá-los em tonéis de teoria, é tudo o que a antropologia tem sido. Pelo menos, é assim que a entendo, sem ser niilista nem subjetivista, e tendo, como vocês podem ver, algumas opiniões fortes sobre o que é real e o que não o é, o que é recomendável e o que não o é, o que é razoável e o que não o é. Temos procurado, com algum sucesso, manter o mundo em desequilíbrio; puxando tapetes, virando mesas, soltando fogos. Tranquilizar tem sido a tarefa dos outros; a nossa tem sido a de inquietar. Australopitecos, *Trickster*, Cliques, Megalitos - apregoamos o anômalo, traficamos o estranho. Mercadores da perplexidade. Sem dúvida, às vezes fomos longe demais nessa direção e transformamos idiossincrasias em enigmas, enigmas em mistérios, e mistérios em impostura. Mas essa afeição pelo que não se encaixa e pelo que não cabe, a realidade fora do lugar, ligou-nos ao tema principal da história cultural dos "Tempos Modernos". Pois essa história tem consistido, na verdade, em um campo de pensamento após o outro ter de descobrir como continuar, sem as certezas iniciais. O fato bruto, o direito natural, a verdade necessária, a beleza transcendente, a autoridade imanente, a revelação singular e até mesmo o eu-aqui-enfrentando-o-mundo-lá-fora sofreram um ataque tão pesado a ponto de parecerem hoje em dia simplicidades perdidas de um passado menos exigente. Mas a ciência, o direito, a filosofia, a arte, a teoria política, a religião e as insistências teimosas do senso comum, apesar de tudo, deram um jeito de continuar. Não foi necessário reviver as simplicidades.

Penso que o que faz a ciência mover-se é exatamente a determinação de não ficar agarrado àquilo que um dia funcionou bastante bem para trazer-nos até onde estamos, mas que agora já não funciona tão bem e nos coloca em impasses recorrentes.

(...)

A Antropologia teve, em nossos dias, um papel de vanguarda no deixar para trás os velhos triunfos que se transformaram em complacências e os avanços pioneiros de outrora que vieram a se transformar em bloqueios no presente. Fomos os primeiros a insistir sobre uma série de coisas: que o mundo não está dividido entre o religioso e o supersticioso; que existem esculturas em florestas e pinturas em desertos; que é possível a ordem política sem o poder centralizado, e a justiça normatizada sem regras

codificadas: que as normas da razão não foram fixadas na Grécia nem a evolução da moralidade consumada na Inglaterra. (GEERTZ, 1998: 17-8)

A objeção que Geertz sustenta ao anti-relativismo vem

(...) do fato de que ele [o anti-relativismo] imagina que a única maneira de derrotá-los é o colocar a moralidade além da cultura e o conhecimento além de ambas. Isso de falar que as coisas devem e precisam ser de um determinado modo é algo que já não é mais possível. Se queríamos verdades domésticas, deveríamos ter ficado em casa. (idem: 18)

Parece que acaba de caducar esta última consideração também. Não mora mais em casa a velha verdade doméstica. Ela está na rua, lutando pela sua nova significação.

Estratégias Utilizadas por Nossos Informantes, Intermediadores de Conflitos, para Dar Conta das Limitações Atuais do Ferramental do Direito Processual

• O Júri

O advogado Carvalho, recordista de defesas em júris populares instalados para o julgamento de casos passionais em sua região, mostra que, para enfrentar as limitações da disciplina do Direito, na abordagem dos casos de violência conjugal, a sua estratégia é exatamente confiar na abertura dessa cena jurídica para pessoas que não pertencem ao universo técnico do Direito, e portanto são não-conveniadas previamente com a lógica e com as estratégias da sintaxe predominante do Direito. Podemos supor que a abertura oferecida pelo júri popular seja exatamente a possibilidade de uma avaliação particularizada, localizada, que acione uma noção atualizada de Justiça naquele contexto, naquele momento histórico, naquela determinada cultura, que, dessa forma, poderia “negociar” uma melhor compreensão da realidade vivida do que esta encontraria com a noção compartilhada apenas por juízes, promotores e advogados - mais comprometidos com a sintaxe da disciplina.

Na definição de Rifiotis (1996), o júri se encarregaria de mediar o dilema ético entre a moralidade pública e a moralidade privada para construir a “verdade jurídica”.

A questão está também colocada para os promotores públicos e magistrados, e, particularmente, para os crimes que irão para o tribunal do júri. S. Adorno procura mostrar, a partir da análise de processos penais de crimes dolosos contra a vida

(ADORNO, 1994) que no julgamento a diferença entre condenação ou absolvição pode estar no tribunal do juri. De fato, o modo como se dá a construção da verdade jurídica e como os jurados resolverão o dilema entre a moralidade privada e a pública é decisivo para a condenação ou não do réu. (RIFIOTIS, 1996: 10)

De acordo com a experiência empírica de nosso informante:

EUT- E a relação potencialmente criminoso, também não tem condições de...

CAR- De antevisão, não tem. Ah, não tem. De antevisão, não.

EUT- Esse casal que vive afavelmente, ou esse casal que vive brigando...

CAR- Você não sabe onde é que vai, onde vai surgir crise.

EUT- Não tem uma predominância...

CAR- Não.

EUT- ... por exemplo, nos casos que o senhor já atendeu, de que...

CAR- Não. (?) . Às vezes até... às vezes até... e eu fico imaginando, concebendo aqui comigo mesmo de que, nos casais que (?) absoluta, uma agressão, um vilipêndio, um adultério, vai gerar o ato mais violento do que naquele que vinha... tendo atritos no curso da vida. Porque, se eles vivem dentro desta unidade absoluta, você tem que imaginar uma grande intensidade de amor. E quando existe uma grande intensidade de amor e existe a ruptura unilateral, existe a revolta e existe a rebelião. Não é possível que aquele que seja sujeito passivo do rompimento, ele vá se conformar e vá se consolar. Isso é uma frustração que... que vem (?) imprevisível, no espírito dele e é uma coisa terrivelmente atroz, que vai atazanar o espírito dele.

EUT- O senhor acha que ele não consegue ter domínio sobre isso em determinada...

CAR- Ah, não consegue, não consegue. Há pessoas... a gente conversa com eles, sabe. É muito difícil, é muito difícil de você saber como é que é esse processo interior. Porque, se por ventura, o criminoso, o homicida passional soubesse porque que ele matou, eu poderia contar pra você. Eu já cansei de perguntar a eles, de discutir, de colocar o problema. Então, você vai encontrar, por parte do homicida passional, uma série de explicações. E, evidentemente, essa série de explicações, eu acho que elas são quase todas fantasiosas e ele mesmo não sabe o motivo da conduta dele. O que acontece é que o homem quer reduzir tudo à lógica. Tem um livro do (?), que eu acabei de ler, que ele fala que o racionalismo cartesiano foi a desgraça do mundo... (?) era o ateísmo, ele chegando no Iluminismo e uma série de filosofias, ele foi a desgraça do mundo. Não é redutível a esse racionalismo que as pessoas querem colocar num plano geométrico.

EUT- Agora, o senhor lida com uma instituição bastante, assim, cartesiana que seria a... a justiça, a lei... como é que o senhor explica...

CAR- Pelo amor de Deus, não brinca comigo. Eu não lido, não, eu não lido com relação cartesiana. Se eu lidasse...

EUT- Não, a forma da instituição foi talhada assim.

CAR- Não, isso aí é uma ilusão do espectador, se eu tivesse que lidar com o racional, eu pegava a minha mala e ia embora, porque seria desumano. Eu lido com coisas (?) muito mais relevantes do que a lógica. A lógica...

EUT- Como pode explicar para o juri que essa atitude, por exemplo, né, de aniquilação do outro, do homicídio, pode se justificar...

CAR- Você sabe, você sabe o que que é a eloquência. Você precisa de eloquência e da demagogia. A demagogia é um processo de proselitismo, baseado em cima da mentira. A eloquência é um processo de transmissão da verdade por via da ênfase em que o homem fala o que ele pensa, aquilo que ele raciociona, aquilo que ele entende que se coaduna com a ciência, com a vida, com a experiência, com a interação dos homens no mundo comunitário. É alguma coisa que está além disso.

Até se conta que o grande gênio do Cristianismo, que foi Santo Tomás de Aquino, teve na hora de morrer, teve... até a gente odiou(?) as suas súmulas, onde se encontra a base filosófico do Cristianismo, e que ele preferia ouvir os hinos religiosos, porque ele achava que os hinos que (?) e que tinham uma dimensão estética, tinham mais valor do que a obra lógica. Então, a minha atividade de advogado criminal, ela tem uma parcela de lógica, mas ela sobretudo é criativa, imaginativa, fabulatória e não demagógica. Ela é autêntica, ela é legítima, ela é enfática, ela repousa (?) em cima de princípios vívidos, de experiência, que o jurado tem. Porque o jurado, ele... ele... não quer saber se a facada pegou mais à esquerda ou mais à direita, ele não quer saber se a provocação foi com o nome A ou com o nome B. Ele quer um painel, ele quer um quadro. Um julgamento é a integração, é a subsumição de um quadro comportamental, com antecedentes, com o momento do crime, com fatos posteriores, que vai ser absorvido pelo jurado e que vai dar o seu voto, o seu voto legítimo, no plano da consciência, a respeito daquilo. É por isso que é uma grande vantagem ter um jurado como julgador, porque ele não precisa, como um juiz de direito, ficar justificando no plano lógico o seu voto. Por isso ele decide melhor. (CARVALHO)

Carvalho traz a experiência americana de valorização do júri popular para defender, na sua percepção, uma superioridade desta forma de produção de Justiça, devido à abertura disciplinar que fatalmente ocorre quando sujeitos não-conveniados com a técnica desta disciplina trazem sua percepção para o julgamento - permitindo um diálogo mais complexo com a realidade vivida - através da diversidade de experiências e percepções dos jurados.

EUT- O senhor falou que o jurista vai ver o ato em si, né?

CAR- É. Isso não sou eu que falo, tem...

EUT- Agora, aquele ato que não se caracteriza, como é que pro jurista, pro discurso da justiça se pode caracterizar?

CAR- Eu acho difícil, depende do juiz...

EUT- Aquela humilhação, aquela...

CAR- Eles vão refletir isso na gradação da pena. Mas há um livro escrito pelo jovem professor da Universidade de Harvard, e que eu acho um monumento, porque a... a conduta humana é epílogo, é um desfecho. Isso eu... o (?) tem sempre um ditado popular que esclarece: "é uma gota de água, até o momento do transbordamento do copo", não é. Há uma saturação da água dentro do copo e há uma gota que vai sair. Então, quando você examina... no meu entendimento, evidentemente, pode ser que isso esteja errado. Até é possível que eu seja errado, porque eu tenho uma visão unilateral. Eu sou um obsessivo defensor da liberdade do homem, desde pequeno, desde que eu comecei a respirar, e eu não posso ver o oprimido que eu choro junto com ele. Eu choro por ele e choro junto com ele, que é função do advogado criminal. Então, o... o jurado, ele analisa muito o passado, o que aconteceu, como é que foi crescendo, até chegar o instante culminante da prática do fato. Agora, o... esse jovem professor da Universidade... parece que era (?) o nome dele... da universidade... se não me engano (?) o livro até... o prefácio do livro é de um gaúcho muito talentoso, muito, muito talentoso, o (?). Ele... não, não é... não é nesse livro, não. Esse aí é a história dos homens da caverna. Mas, ele diz o seguinte, que o juiz, ele vai arrancando os antecedentes, ele vai limpando, tá compreendendo, ele vai escoimando(?) o processo de tudo aquilo que o circunda, e quer saber se no momento exato do tiro, do golpe, da faca, se, naquele momento, ele estava em legítima defesa. E pode... o jurado tem

outra visão. Até tem aqui o caso de uma moça que matou o marido dormindo e que o jurado... o juri defendeu a legítima defesa. E se eu fosse julgador, eu afirmava a legítima defesa. Tinha que matar dormindo, se ele acordasse, ela não dava conta de matar. Como é que ela iria matar, ela morria. Agora, ela apanhou tanto, mas tanto, mas sofreu tanto, tanto e vocês não venham me falar que o sofrimento não tem limite. O sofrimento tem limite. Quer dizer, um homem, tá entendendo, chega (?) que ele se suicida. Há um limite pra dor...

EUT - E pra dor psicológica. Dr. Carvalho?

CAR- Pra dor psicológica também.

EUT- Só que não dá pra caracterizar isso como limite e muito menos como o... o transbordamento.

CAR- O teto de cada um é o teto de cada um.

EUT- Mas, o juiz não vai querer saber se ele foi humilhado durante cinco anos...

CAR- Mas o jurado compreende e é por isso que eu defendo o juri, a competência é do juri. E é por isso que o julgamento da comunidade é ótimo. É por isso que os americanos amam tanto o julgamento da comunidade que eles julgam os processo cíveis pela comunidade. É por isso que uma das razões invocadas para os Estados Unidos proclamarem a sua independência... e isso tá no livro do, talvez, maior jurista americano, do (?), *Da Corte Suprema dos Estados Unidos...* A América dizia o seguinte: "o Rei da Inglaterra (?) faz o julgamento coletivo, e nós queremos o julgamento coletivo. Nós queremos o julgamento da comunidade". Tu já imaginou se pusesse esses bandidos da república sendo julgados pela comunidade, que limpeza que ia ser feita nesse Brasil. Seria viver num país puro e respirar oxigênio. (CARVALHO)

A comparação com o sistema americano que Carvalho nos traz também permite verificar a operação ativa que os advogados americanos fazem a partir do reconhecimento das posições objetivas e subjetivas que serão acionadas no diálogo da parte que defendem com os juizes e os jurados que vão dar intermediar este conflito.

CAR- (...) Mas os... os americanos... eu tenho um filho que é juiz do tribunal de alçada criminal, que fez pós-graduação nos Estados Unidos, e ele me escreveu uma carta e falou: "meu pai". "o que que há?". "se você vivesse aqui nos Estados Unidos, você ia ver como é difícil a sua profissão aí no Brasil, porque um médio escritório nos Estados Unidos tem peritos, tem investigadores. Então, ocorreu um crime o cliente entra aqui, tá compreendendo, (?). Então, saem os investigadores e vão ver quem era a vítima, vão ver, tá compreendendo, como foi feito... praticado o crime. vão ver a idoneidade das testemunhas, vão verificar na vida pretérita qual é a prova que eu posso fazer que me convém. Então, eles fazem uma investigação geral... vão ver até quem é o delegado, como é que o delegado vai tratar as partes, se é que o delegado é vulnerável a (?). Quem é o juiz, se o juiz é punitivo. Se for juri, quem é o juri, quem é que tem parente que já foi condenado, tá compreendendo, quem é religioso, quem não é religioso". Então, o advogado americano... porque eles são ricos, eles... os escritório de médio porte, eles têm um centro de informação muito grande. Então, a nossa grande dificuldade é que nós temos que escrever o direito como técnica, como tese, como ciência e nós temos que viver aí arrancando de saca-rolha, tá compreendendo, do réu porque que ele praticou o fato, qual é a testemunha que ele pode dar, ele dá uma, você conversa, não é boa. Então, é um trabalho missão, quer dizer. Há homens capazes de meditar no plano abstrato, e há homens capazes de fazer. Geralmente os homens capazes de fazer são os grandes líderes do comércio. Dizem que quando o presidente Kennedy foi eleito presidente da república

nos Estados Unidos ele foi à catedral das ciências humanas, que é Harvard, e levou todos os intelectuais pro gabinete dele. Mas quando teve que nomear os dois grandes ministros do Estado, ele nomeou MacNamara que era o presidente da Ford e outro que eu não me lembro. Ele nomeou homens do comércio porque seriam homens capazes de ativar o (?), porque o intelectual nunca é um homem de ação. Então, a grande dificuldade do advogado criminal no Brasil é que ele tem que ser simultaneamente um homem capaz de pensar no plano abstrato e capaz de fazer, porque isso que você tá me cobrando é uma elaboração mental no plano abstrato de interpretação do Direito. É a criação de uma prova pra poder em cima dessa prova elaborar mentalmente e fazer a adequação do direito...

EUT- Uma prova a partir de uma situação abstrata.

CAR- É. Mas aí é que está, a ciência da advocacia, a ciência... a advocacia é ciência e é arte. Neste momento, tá compreendendo, ela é muito mais arte do que ciência. Quer dizer, o advogado tem que ser um homem que tenha sensibilidade pra ter a percepção, pra saber a prova que ele precisa, pra saber a prova que o réu pode ofertar, pra saber a prova que pode dar ao juiz. (CARVALHO)

Mas os limites da benesse da multiplicidade de experiências possibilitadas pelo júri dialogam com a manipulação moralista e emocional que é possível fazer nesse diálogo - até na escolha prévia do que seja o cidadão “adequado” para participar do júri -, reificando valores conservadores e condicionando as teses jurídicas junto com preconceitos, ataque às minorias, escolhas religiosas, e outras estratégias.

EUT- (...) Bom, o detalhamento assim - eu queria aprofundar um pouquinho da nossa conversa de ontem - seria em relação a parte objetiva da defesa possível em relação à... eu acho que eu já expressei bastante para o senhor a minha preocupação qual seria, no sentido lógico racional, conseguir dar um discurso, dar um texto objetivo pra uma violência que é muito subjetiva.

CAR- Mas ninguém pode, é infactível. Você quer que eu diga pra você como pode se defender no plano lógico, se... quando não é possível se defender no plano lógico. Hã... os defensores do júri no Brasil, que tiveram sucesso, que tiveram resultado e que chegaram a uma **altitude(?)** de, realmente, advogados criminais, você não encontra neles nenhuma lógica, porque se você for lógico o seu cliente vai pra cadeia. Se você quiser colocar o problema dentro de uma dimensão quadrada e racional, que é a lógica. Se você quiser viver nessa dimensão, tá compreendendo, do raciocínio lógico, dedutivo, aristotélico, você vai morrer. Então, não há defesa de alguém que tenha qualificação intelectual num júri que seja lógico. Claro que ela é emocional. É claro que eu vou explicar pro júri que a mulher que é adúltera, ela traiu o marido, ela traiu o filho, ela traiu a estrutura social, ela traiu o bom costume da pátria, ela traiu a lição da igreja, ela fez todas as traições. (CARVALHO)

Grossi (1994) em extensa revisão sobre a violência contra a mulher no Brasil, aponta no trabalho de Correa (1983) que, muito mais que o crime, estão em jogo as representações sociais para os modelos ideais de homem e de mulher.

O trabalho pioneiro de Correa (1983), defendido como tese de Antropologia na década de 70, compara os processos de homicídios conjugais de homens e mulheres sob dois

ângulos: o discurso dos atores jurídicos (delegado, advogado, promotor, juizes e jurados) e o das vítimas e acusados. A autora analisa detalhadamente todas as falas envolvidas nos processos, mostrando como existe uma lógica anterior aos fatos, que é a forma como a Justiça (na voz de seus representantes) constrói um modelo ideal de homem e de mulher, modelo que corresponde ao “bom pai de família” provedor e a “boa esposa” fiel dona de casa. Muito mais que o crime, está em jogo a forma como os assassinos e as vítimas são acusados ou defendidos pela Justiça. (GROSSI, 1994: VIII)

• A Subsunção

Subsunção é uma noção do Direito Alternativo que se relaciona ao uso de uma lei relativa a um determinado objeto cujo entendimento se transfere por semelhança para outro objeto ainda não contemplado pela legislação. Mônica informa utilizar noções de Direitos Humanos para promover o direito da mulher que defende, nos contextos de agressões conjugais.

EUT: Mônica, uma coisa que me chamou a atenção essa característica da... nesse caso, de acionar a noção de direitos humanos, em vez de uma noção de, de... não sei, de crime, talvez, assim, e aí é um caminho... é uma curva pra tentar demarcar o direito perdido, né. E isso é comum? É uma alternativa que tem que ser muito...

MÔN: Não, é uma alternativa mesmo...

EUT: Porque nessa coisa íntima, pessoal, a caracterização de crime...

MÔN: Não, o que a gente percebe é que as leis existentes, os instrumentos jurídicos existentes, eles são muito pouco adequados para os problemas que as mulheres enfrentam, e toda essa questão que se levanta de que o Direito tem também um perfil de gênero, isso é muito verdadeiro, porque as leis foram feitas por um sujeito, que não é esse sujeito feminino, pobre, negro, entende? Isso realmente faz diferença, porque os problemas a que mulheres e pobres estão submetidos não tem como ser resolvidos pelo Direito. O Direito não é um instrumento adequado, ele é um discurso às vezes distante, oco, ineficiente. E isso... às vezes ele não tem lei pra atender aquela questão, né.

EUT: Me dá um exemplo de uma situação...

MÔN: Por exemplo, uma situação de violência doméstica. A situação de violência doméstica ela é... não tem nenhuma lei que diga que ela é um crime assim. O que... como é que tem... tem uma lei que diz que se tu bate em alguém isso é lesão corporal, né. Mas, a violência doméstica não é bater em alguém. Violência doméstica é humilhar alguém, ofender, constranger, violar correspondência, trancar em casa, bater, ameaçar de morte, violentar sexualmente. Então tem... pois é, violência conjugal implica num conjunto de situações que envolve 8, 9 crimes diferentes, entende. E em geral tu não tem como encontrar...

EUT: E eles não são caracterizados assim?

MÔN: Não, eles são entre pessoas. São coisas entre pessoas. Então a situação particular de violência conjugal, que é uma violência que acontece dentro de uma determinada relação, ela não é tipificada no Direito.

EUT: Não é?

MÔN: Não.

EUT: Então, quando tu quer dizer... quando tu tem esse caso, com esse tipo de atuação, né, de um cônjuge sobre o outro, como é que tu caracteriza isso num processo, numa queixa?

MÔN: Tu escolhe um ou dois crimes. Lesão corporal, se tem lesão.

EUT: E se não tem?

MÔN: Ameaça, se não tem. Tem muita situação de limite de violência que é ameaça.

EUT: E se, por exemplo, se é mais sutil, se é da... humilhação, da pressão psicológica?

MÔN: Ofensa, difamação. Mas, isso é difícil, é isso que eu tô dizendo, porque a situação da violência na conjugalidade ela não é tipificada pelo direito. Porque o direito não lidou com estas situações da vida, né. Então, a gente tem que tá inventando, tem que tá dando a volta, tem que tá... E essa... quer dizer, essa abordagem das discriminações contra as mulheres como violação dos direitos humanos, é uma abordagem que a gente tem tentado fazer o tempo todo, né. E também quando a gente entra com processos de violência, a gente tenta, mesmo que a gente escolha o crime de lesões corporais e ameaça. por exemplo, a gente tenta demonstrar que houve um conjunto... um concurso de questões que levaram a isso, quais são os dados estatísticos sobre esse assunto, não sei que, não sei o que. As nossas petições são o máximo possível um dossiê sobre o tema, com informações inclusive para os juizes que não têm... Eles não tiveram isso na faculdade, eles não tiveram isso em lugar nenhum...

EUT: Em casa (rindo).

MÔN: Agora, então... também isso nos leva a uma coisa interessante, que é uma coisa de impotência, assim. Quanto mais a gente faz atendimento, e esse ano a gente fez muito atendimento por causa do CAMP, E aqui também, mais a gente fica precisamente com essa impressão de que é uma trincheira difícil do direito assim. Que tem que mudar as leis, que tem que mudar a cabeça das pessoas, que tem que não sei o que. E quando tu vai pro caso a caso individual, tu vai acumulando frustrações: casos mal resolvidos, situações que a gente não resolve do jeito que a gente gostaria e nem do que as mulheres gostariam, limites... Por exemplo, tem um limite concreto de proteção à vida, entende, se os caras quiserem matar as mulheres, mata, não tem como evitar que isso aconteça, não tem como protegê-las radicalmente, né. Então, isso vai complicando muito. Hoje a gente tá muito preocupada em montar bons padrões de atendimento, manter esse diálogo com o judiciário, fazer as petições, armar esse rolo, mas também muito preocupada em pensar ações preventivas.(MÔNICA)

A habilidade de lidar com o ferramental¹¹ do Direito está ligada a uma capacitação e à possibilidade de mobilização de recursos para o investimento na produção de provas, de alternativas, de interpretações viáveis e bem embasadas na jurisprudência. Este trabalho acaba, pela demanda de um investimento longo e inteligente, embasado em pesquisa e experiência intensas, por se tornar caro - economicamente proibitivo para a maior parte da população. Não ter condições de bancar este investimento pode significar, para a grande maioria dos demandantes de Justiça, a inviabilização de seus anseios, como nos diz Mônica. Carvalho também nos explicita esta questão que emerge de sua prática.

¹¹ *Ferramental*, para mim, está expressando a conjunção entre as noções teóricas e a técnica da disciplina.

EUT- Mas, não é... eu quero analisar... eu não quero excluir outros impulsos, que não os claros e doces impulsos da alma, né. Mas, o que eu quero analisar é o seguinte: eu acho que tem uma injustiça fundamental que é realizada na análise de... hã... na análise lógica, na análise objetiva. Porque ao ser óbvia uma agressão - não um homicídio, uma agressão do homem contra a mulher, na conjugalidade - o que se examina e o que tá sob luzes é a agressão. Existe um fato objetivo, mas na contrapartida dessa agressão, na construção dessa violência que foi feita, eu suponho, mutuamente, houve mil alfinetadas cotidianas. Essas alfinetadas não são... não são... hã...verazes pra Justiça na argumentação...

CAR- Elas são, elas são.

EUT- ... a menos que tenha uma infidelidade, uma...

CAR- Não, não, não. Ai há um equívoco teu rotundo e flagrante. O fato objetivo para o juiz, ele é absolutamente neutro. O juiz, o que ele quer saber é o que causou aquele fato. A prova que faz o advogado é exatamente explicar porque aquele fato foi praticado. Quer dizer, a ideologia, o desenvolvimento psicológico, a gênese interior, o fato endógeno que determinou aquela conduta. O Direito... há um velho **adágio (?)** do Direito que diz assim: "você me dá um bom motivo que eu te dou um bom resultado". A busca permanente do advogado criminal, no relacionamento com **a parte(?)**, é descobrir o móvel da conduta. O que você poderá me dizer em contrapartida é o seguinte: é que a grande massa de réus é pobre, que sendo pobre, ela não tem a possibilidade de ter a disponibilidade de um advogado, de ter a disponibilidade de recursos pra fazer essa prova dos antecedentes que determinaram a conduta, que não é possível estabelecer a interação que foi o fator gerador da conduta. Eu fui durante 10 anos advogado de todos os pobres da capital B. Eles não tinham nem a possibilidade de me apontar uma testemunha de defesa, porque eles não tinham defesa pra... porque eles não tinham visita na cadeia pra ir conversar com uma testemunha. Era sobretudo nordestinos e nortistas, pessoas vindas de outros estados que chegavam aqui órfãos. Eu os chamava até de órfãos do destino. Eles não tinham a possibilidade de me ofertar um veículo de provas. Quer dizer, isso que você quer, e que é o justo, que evidentemente é claramente, tá compreendendo, o que deve fazer a justiça, é buscar a valoração comportamental através dos motivos determinantes da conduta. Então, tem que se averiguar o que fez o réu e porque o réu foi... buscar a contrapartida de provocação que ele encontrou do outro lado. E você vai verificar que isso é verdade. Tanto que, no âmbito do Direito hoje, da criminologia que se desenvolve, e se desenvolve com uma celeridade muito grande, é o estudo da vitimologia. Quer dizer, o que que a vítima fez para colaborar para aquele resultado. Porque tem alguns casos que é de uma clareza meridiana que a vítima quis o resultado. Se ela não quis no plano consciente ela quis no plano inconsciente. Ela quis apanhar, ela quis morrer, ela... ela provocou uma situação de tal forma, tá compreendendo, pra exasperar o cônjuge, tá compreendendo, o parceiro, o companheiro, a outra pessoa. Que na realidade o que ela queria era morrer. Hoje, a vitimologia tem um desenvolvimento muito grande. Você pega a lei 9.099, é toda ela de proteção à vítima. Hoje se volta muito, porque... a crítica que sempre se fez ao direito penal, é que se pune o réu mas não se protege a vítima, nem a família da vítima. Então, hoje há um movimento, todo um movimento no sentido de que seja protegida a vítima.

EUT- 9.099?

CAR- A lei 9.099, uma lei voltada para a proteção da vítima. É uma lei destinada aos crimes de pouco potencial ofensivo, né. A lesão corporal leve, por exemplo, hoje, se não houver representação do particular ofendido, o promotor não pode processar.

EUT- Mas, essa lei, ela faculta o que?

CAR- O ressarcimento dos danos causados à vítima, como forma de extinguir a **punibilidade(?)**.

EUT- Ah, tá.

CAR- E eu até fiz uma crítica... hã... crítica que, evidentemente, infundada. Eu brinquei com um juiz de direito que fazia uma palestra a respeito desta... desta lei, que era uma lei destina a proteger a vítima. E eu falei... eu falei: 'bom, mas o ressarcimento é uma forma de extinguir a punibilidade(?)', de forma que esta lei é muito burguesa, é destina aos ricos'.

EUT- A quem pode pagar.

CAR- A quem pode pagar. Evidente que... é muito difícil uma lei que não tenha, assim, caracteres, tá compreendendo, burgueses. Isso também é um grande problema do Direito. O privilégio do rico é uma coisa que (?) sempre do Direito, por várias razões. Você... o (?)... o juiz da corte suprema dos Estados Unidos, negro, falava que a pena de morte só é aplicada nos Estados Unidos pra negro e pobre, tá compreendendo, sobretudo pros negros. Porque uma defesa de um caso em que exista a pena de morte custa uma fortuna, tá compreendendo. É preciso (?), é preciso pesquisa, é preciso perito pra levantar o local, é preciso averiguar, é preciso propor testemunha, é preciso, tá compreendendo, todo um elenco de pessoas que servem um advogado pra poder trazer a ele elementos pra poder fazer a defesa. Isso custa fortunas. Então, o pobre é um órfão do destino, realmente, como eu chamo. (CARVALHO)

Recuperamos também na voz da mídia este dado sobre a possibilidade de utilizar os recursos da justiça para nossa reflexão. O impressionante filme de Tim Robbins, *Os Últimos Passos de um Homem*¹², mostra como o criminoso Matthew Poncelet é condenado à morte por não ter recursos econômicos para se defender. Ele é co-autor do crime de estupro seguido de morte de um casal de namorados. Fica claro no enredo que o cúmplice de Poncelet, poupado da morte, teria uma atuação superior na coordenação da cena do crime. Mas é Poncelet quem morrerá. Colo aqui também uma outra noção que este filme agrega: o criminoso é escutado sobre seu ato pela religiosa Helen Prejean. Helen não pára na barbárie do ato e na sua valoração - percebe que o homem com quem dialoga privilegiadamente em seus últimos meses de vida até a execução - foi um criminoso cruel. Mas o escuta. Busca ouvi-lo e, importante, **permite a ele que fale**, sobre os seus motivos, "seus encantos e desencantos" (como nos expressou neste capítulo o juiz Carvalho (1995)), suas fragilidades, sua estupidez, o despropósito de sua vida pronta para ser lançada em qualquer direção, a pena que este assassino (em particular) sente de suas vítimas, do sofrimento dos pais deles a quem chega a pedir perdão antes de morrer... Helen Prejean escuta verticalmente este homem. E o ajuda a produzir um rico sentido para sua vida, para o valor de sua vida prestes a ser perdida, e, agora, para a sua morte - e suas futuras possibilidades. O filme, sobre uma história verídica, é uma estupenda sugestão do que seja a posição subjetiva necessária para produzir um espaço de

¹² Este filme foi lançado em 1995 nos Estados Unidos e deu o Oscar de melhor atriz a Susan Sarandon. Aliás, a escolha do roteiro foi dela e também a sugestão para que o marido Tim Robins o filmasse.

escuta e de fala com o indivíduo que comete o ato criminoso (aqui, recortado em uma situação extrema).

Essa posição de não construir um julgamento causal, de não ler apenas horizontalmente (recuperando nossa sugestão de ordenação de diferentes sintaxes) o fato violento, é um exercício que está se contruindo, como demonstramos. Na nossa cultura “*juridificada*”, retomando o conceito de Calera (1997), de “juridificação da vida social e individual” ou do que, segundo Calera, Habermas denominou como “colonização jurídica”, a lógica jurídica invade constantemente, de modo consciente ou inconsciente, nossa avaliação dos conflitos.

Suponho que isto se encontre colocado no impasse que as intermediadoras de conflito da ONG em que pesquisamos (particularmente as advogadas) percebem em sua atividade, nunca esquecendo que a própria percepção de um impasse já demonstra um trabalho formidável de análise e, portanto, uma habilidade/capacidade, ao invés de seu oposto.

A lógica processual do Direito, como ela é ressignificada em vários níveis na vida cotidiana (e também no nível técnico do próprio Direito) se remete a uma contenda, e uma contenda onde “a verdade” ou “o bem” ou “a Justiça” vão se instalar em uma posição e retirar-se completamente da outra. Para se operar a migração do bem para uma das partes, uma boa coisa é destruir a outra parte até onde se possa. Esta visão contamina o discurso da mídia, do atendimento, da intermediação, e do senso comum¹³. Esta tática é fecunda. Mas no conflito conjugal, exatamente no encontro entre o público e o privado, essas táticas patinam. Como destruir o bem que se organiza junto ao marido que bateu na mulher que procura o serviço de atendimento, se ela o ama e quer continuar vivendo com ele, desde que consigam negociar um lugar e um significado razoáveis para a agressão e suas produções?

Aí, o uso de uma estratégia política e jurídica que funciona em um grande número de situações concretas da vida pública, passa a impedir a compreensão e o diálogo que conduziriam à negociação. A ONG investigada não consegue ver exatamente onde está tropeçando, mas está buscando interlocução com todas as disciplinas, se capacitando, contratando assessorias e consultorias teóricas para analisar o seu trabalho. É um fôlego de ação, um ímpeto ético impressionante, cabe ressaltar.

No entanto, para colocar todo o bem, dentro dessa lógica, na posição das mulheres, a ONG acaba, na instância jurídica, por montar uma intervenção que

¹³ Produz uma polarização totalmente presente na prática político eleitoral, por exemplo. Luís Inácio Lula da Silva, candidato à presidência da República, destruirá o que puder da imagem e da constituição do candidato diretamente concorrente ao cargo, o atual presidente Fernando Henrique Cardoso.

isola a mulher em uma das posições estanques, que podem ser usadas por ambos os lados, mas que retiram a sua complexidade de sujeito: uma hora ela é santa-mártir, em outro momento ela é uma *puta*. É a mesma operação que Carvalho faz para defender ou atacar a mulher. Vale tudo.

Ora, para o trabalho de intervenção, de educação, de prevenção da violência junto a vilas populares ou campanhas institucionais, é totalmente ineficaz utilizar o mesmo modelo: não se encontrará o que dizer nem com quem falar se sairmos atrás de bandidos e mocinhas, porque essas posições não são reais.

Ana manifesta explicitamente essa angústia, e se demonstra tateando o caminho da resposta:

EUT- Cinco perfis?

ANA- Mais ou menos. Mas, isso é tudo muito recente. Eu estudava a pouco tempo isso, e eu tô usando o CAMP, agora... fui pra dentro do CAMP, porque eu vou usar o CAMP como laboratório. Porque eu acho que pra prevenir violência não se tem que trabalhar com mulher, nós temos que trabalhar com homem. Porque quando a gente trabalha com violência na emergência, a gente trabalha com punição e a punição se dá sobre o que? Sobre o homem. Agora, quando a gente fala em prevenção a gente fala em trabalhar com a mulher, é a mulher que tem que se prevenir. Não é verdade. Essa mulher que tem esse perfil, ela tá ligada a um determinado tipo de agressor, que tem um perfil. Se não prevenir com o homem, não adianta. Essa mulher para de apanhar e deixa o homem, mas esse homem vai bater noutra. **Eu acho que o foco do trabalho... por isso... ninguém conseguiu descobrir um trabalho de prevenção de violência com... violência doméstica até hoje. Olha, eu já li quase tudo que tem por aí. Todo mundo diz que tem que prevenir, ninguém sabe como. (ANA)**

Qual o discurso a usar? Como solucionar esta pluralidade de visões? O caminho para a solução (provisória!) desta equação é sem dúvida um caminho de arte e de humanidade.

Capítulo 5

O REI ESTÁ NU

A Afirmativa da Negação

*(onde se lê o silêncio em torno da voz do homem como uma eloqüente
posição de não-escuta)*

Grossi (1988) e Gregori (1992), em especial, cumpriram a difícil tarefa de, oriundas do movimento feminista, reunirem suficiente competência e ousadia para reavaliar os lugares estáveis de análise e compreensão - cristalizados pelo uso político - a respeito do lugar da mulher no laço conjugal violento. Abriram, com isto, uma nova geração de estudos sobre gênero e violência comprometida com a análise teórica e pagaram, por isto, uma tarifa alta em seus pertencimentos afetivos e políticos. O marco que representam é a confortável base, no andar em que me encontro agora apreciando a vista, do edifício teórico que ocupo, ainda que precariamente.

Mas um dado indelével na trajetória de Grossi e Gregori, relacionado ao seu pertencimento e militância nos movimentos feministas, eu não compartilho em minha biografia¹. Penso que, quando Gregori (1992) contabiliza os danos sofridos por homens e mulheres, este pertencimento emerge.

Cada um dos parceiros, a seu modo, tem como horizonte da cena dizer algo que faça o outro se calar. Esse é o único sentido para o qual a cena verbal avança. O acordo final é impossível. Barthes afirma que a cena tem fim nessas três circunstâncias: o cansaço dos parceiros (e deve ser mútuo), a chegada de alguém ou a substituição da troca de réplicas pela agressão. Seria o caso de indagar se a agressão não funciona como parte do jogo que a cena introduz. O emprego do xingamento desempenha um papel importante: incita o início de um outro jogo e o desfecho do primeiro.

Caso de Júlia: ela xinga "vai para a puta que te pariu". Não é um xingamento qualquer. Para ela: "Xingar a mãe é a coisa mais séria (...) toda vez que eu xingo a mãe, o show se

¹ Ruth Cardoso, orientadora de Maria Filomena Gregori em sua tese de mestrado, a identifica como oriunda da militância feminista no prefácio do livro *Cenas e Queixas*. Miriam Grossi, como minha orientadora, me chama a atenção para o fato de que diferentes "feminismos" e militâncias precisariam ser matizados aqui, inclusive em uma perspectiva temporal, na biografia das pesquisadoras.

arma...". Ela busca a "última palavra", pois estimulando a agressão física, sai do lugar que ocupava na cena e introduz uma outra cena em que ocupará outro lugar. E vice-versa para o marido. No segundo momento, ela vai apanhar e o marido vai bater. Neste, ela sairá como vítima e o marido como agressor. De uma maneira muito estranha, ela dá a "última palavra" para sair de uma cena em que é parceira e iniciar outra em que será vítima. Um perverso jogo de feminilidade e masculinidade, ou melhor, de imagens que desenham papéis de mulher e de homem em relações conjugais. (p. 179).

O leitor pode estar se perguntando: será que, no limite, os parceiros não se lançam nessas situações violentas porque gostam? Será que vítimas também não são os maridos na medida em que, ao que tudo indica, as mulheres esperam deles, em determinadas circunstâncias, os gestos e manifestações de agressividade? Todas essas e outras indagações poder ser feitas. Contudo, é o corpo da mulher que sofre maiores danos. É nela que o medo se instala (GREGORI 1992: 184 - grifo nosso).

Importante ressaltar aqui (em grifo) o que nos aparece como uma instância militante residual na argumentação desta autora, no restante de seu trabalho nitidamente alinhada com a vanguarda da pesquisa neste campo. A contabilidade sobre a violência física imediata sofrida pelas mulheres nesse recorte, característica dos serviços de assistência e dos argumentos da discussão política, esquece que uma variável desta equação talvez devesse ser resolvida em mais de um tempo - no médio e longo prazos -, onde possivelmente encontrássemos severas marcas e danos no corpo masculino onde o sofrimento insuportável tenha a potência de produzir degenerações graves através do alcoolismo, cirrose, câncer, suicídio, esquizofrenia e outros. Não estamos falando aqui de uma equivalência rasa, irresponsável. Mas lembrando a necessidade do diálogo entre esses dados, já que está sendo priorizada a instância do sofrimento físico - que, no nosso entendimento, não é a melhor ou a mais potente para o vasto campo do sofrimento.

Acredito que a inexistência de uma militância feminista na minha biografia tenha me deixado livre para, com o filtro áspero da minha experiência de vida, olhar a vista deste andar teórico que Gregori e Grossi, entre outras, construíram, e trazer uma nova contribuição. Pude perceber daqui uma ausência nessa paisagem que, nos trabalhos anteriores, não é avisada, senão como ressalva. E penso que ela é fundamental.

Esta ausência é a da voz do homem. Eu ouvi este silêncio *positivamente*².

² Usamos o conceito no sentido de uma potência afirmativa de instauração ou de construção de sentidos.

Tornei o silêncio o meu objeto. E acho que essa operação guarda a potencialidade de uma contribuição efetiva para os estudos de gênero e violência. O andar teórico de Grossi e Gregori dizia que tanto gênero e como violência são construídos relacionalmente, mutuamente, e que assim não haveria um lugar cativo para um algoz e para uma vítima. Ao contrário, era possível demonstrar que as mulheres sabiam como acionar a violência para produzir efeitos do interesse estrutural da relação.

Mas, nesta análise, um dos termos da relação estava com seu discurso inviabilizado. Ao contrário de ouvir o silêncio como uma ausência ou como um vazio de possibilidades de fala, eu busquei compreender o que este silêncio estava significando em si, do que ele está pleno e porque ele é produzido.

Neste trabalho estou desencrustrando de dentro desse silêncio alguns significados e algumas intenções, percebidos através dos discursos dos intermediadores da violência, mas ainda há muitos significados e intenções englobados aí e eles devem ser abertos.

Está sendo possível demonstrar aqui que há uma mobilização sofisticada de códigos culturais operando este silêncio e que também há um sofrimento muitas vezes dilacerante guardado dentro dele. Longe de ser um *nada*, este silêncio está transbordando de ser.

É no intervalo dos muitos atos que observei e das muitas palavras que ouvi nas horas de fita que gravei, onde muitas vezes nada foi dito ou feito - e exatamente por isto -, que se instalou a contribuição que estamos trazendo aqui.

"Se o etnólogo", como escreve Lévi-Strauss (1958), "interessa-se sobretudo por aquilo que não é escrito" (e também, acrescentaremos, por aquilo que não é formalizado e institucionalizado), "não é tanto porque os povos que estuda são incapazes de escrever, mas porque aquilo que o interesse é diferente de tudo o que os homens pensam habitualmente em fixar no papel". (LAPLANTINE, 1988: 154)

O homem é antecedido, no diálogo dessas instâncias de mediação do

tal como referenciado em Clastres (1980) e Rifiotis (1996). Fazemos uma discussão detalhada sobre este assunto nos capítulos *Suporte Teórico e Representações de Violência na Fala dos Mediadores do Conflito*.

conflito, por seu ato contextualizado na narrativa de sua mulher. E, a partir daí, ele chega a produzir falas nessas instâncias (e deve nos chamar a atenção a afirmação de Mônica de que eles *sempre* comparecem a uma convocação, mesmo que ela não represente nenhuma obrigatoriedade. Isto pode nos levar a supor um grande desejo de ser escutado e de dar a sua versão sobre os fatos, associada ao desejo de restabelecer “a verdade” no âmbito da conjugalidade conflitiva). Mas habitualmente a fala que o homem produz já se põe em diálogo com seu próprio ato violento, que possui a força cabal de representá-lo.

Como considera Gregori (1992):

Essa projeção do lado horrível da família é feita mediante o estilo e a montagem do texto. **O que revela uma enorme sabedoria do autor: o não-dito só pode se expressar literariamente - domínio em que o literário se transforma em imagem e, assim, torna possível a apreensão.**

Qual o sentido da afirmação de que existe um “lado” inefável neste gênero de violência? E em que medida tentar pensar sobre esse “lado” permite avançar nossos estudos?

Bataille afirma que a violência é silenciosa. Melhor dizer que a linguagem comum recusa-se a exprimir as motivações que levam os indivíduos a agirem de forma violenta. A violência, quando produzida, estimula uma proliferação de falas. Mas são falas sobre o erro ou sobre a falta de alternativas: a confissão, a queixa, a denúncia ou as justificativas de conquista ou manutenção da ordem. (GREGORI, 1992:196-7)

Concordo que as falas posteriores ao ato violento ficam em seu entorno, dialogando com o próprio ato. Mas discordo de Gregori quando diz que o não-dito só pode se expressar literariamente. A Antropologia, através de seu olhar, pode resgatar o sentido de um silêncio, de um não-dito - e mais do que isto, acredito que deva fazê-lo, como essência mesmo de sua tarefa etnográfica e analítica.

Esta ausência de uma escuta para a fala do homem também demonstra a potência da contaminação “jurídica” na intermediação do conflito. A escuta do homem se dirige ao objetivo de justificar seu ato. É a busca de uma equalização, da restauração de uma igualdade ideal, da reparação do dano provocado pelo ato deste homem que está por trás da escuta que chega a se produzir, e nunca a escuta pura e simples do discurso de um dos sujeitos dessa relação conflituada. A fala do homem, quando se produz, vem pré-desautorizada pelo seu ato.

Para pensar a violência conjugal, não podemos trazer simplesmente o

instrumental equalizador do Direito - que tem repertório próprio e traz em sua própria gênese signos claros de pertencimento e de uma peculiar cosmovisão - e admitir permanentemente como opção preferencial a importante estratégia inicial da militância feminista de utilizá-lo como a ferramenta prioritária³. Este tema é tratado extensivamente no capítulo *A Insuficiência do Direito*.

Através da multidisciplinaridade, a contribuição da Antropologia à compreensão deste conflito pode ser deixar de dialogar com justificativas para passar a dialogar com significados. Significado interditado dramaticamente quando as falas do homem são compreendidas como justificativas dentro de outro sistema de significados diferente daquele onde foram produzidos (*Público versus Privado*) - e se transformam em “motivos” fúteis e torpes.

Apenas a título de ilustração sobre este tema (que deverá merecer pesquisa específica e aprofundada), associemos esta análise com os achados do trabalho acadêmico de Pacheco (1995), que reuniu dados colhidos nos boletins de ocorrência da 6ª Delegacia de Polícia (Delegacia da Mulher) em Florianópolis, em pesquisa de iniciação científica no curso de Direito (UFSC), financiada pelo CNPq.

Conforme já visto, o agressor encontra-se na figura familiar que na maioria dos casos está centrada no ambiente doméstico, reafirmado pelo fato da comunicação ser feita geralmente pela própria vítima, que neste ambiente privado sofre a violência nas relações de gênero. O mais interessante que ocorreu durante este processo de levantamento dos dados colhidos sobre lesão corporal foi analisar as justificativas oferecidas pelas vítimas de agressão na busca de compreender e responder qual a razão para submeter-se ao sofrimento de tal violência. Nos diversos tipos de delitos encontrados, foi possível destacar alguns que revelam a lógica proposta por este trabalho sobre a opressão da mulher. Constituem verdadeiros “absurdos” contra qualquer ser humano. Estes motivos foram destacados dos próprios BO's utilizando as palavras que a própria vítima utilizava no relato do fato. Os motivos, ainda que variados no seu objeto emergem todos para um lugar comum: a futilidade. (...) Grande parte dos motivos de agressão por motivo fútil tinham como sujeito ativo o marido ou o companheiro. Dentre os motivos levantados alguns podem ser destacados:

³ Às vezes, durante esse diálogo crítico que estou realizando, nas minhas referências a escolhas ou posturas da militância feminista me vem a impressão de que o estilo da escrita e da oratória acadêmica teriam a potência de esconder a minha admiração e mesmo o meu profundo agradecimento pelo trabalho dessas pessoas, que, se fizeram escolhas que hoje podem ser criticadas - e que bom que possam - foi exatamente porque agiram, porque criaram formas no mundo, porque inventaram novos textos, porque dialogaram com a realidade e a tornaram muito melhor. Acho que uma nota de rodapé não é um bom lugar para expressar isto, mas é o que temos, no momento. E o espaço de uma dissertação é mesmo um lugar muito estreito para o ser.

- * Agressor acha que Vitima tem que apanhar:
- * Vitima não tinha pagado a conta da luz:
- * Agressor e Vitima discutiram sobre a fumaça do fogão à lenha:
- * Vitima não deu cigarro a ele:
- * Faltavam duas laranjas quando agressor chegou em casa: (...)

(PACHECO, 1995:87)

Vistas sob o repertório do Direito e da contratualidade pública estas justificativas não podem expressar significado coerente. Exatamente por isso é que Pacheco, apesar do esforço notável da pesquisa, não encontra outra explicação que não a remissão à banalidade e à futilidade da agressão para entender as declarações dadas pelas mulheres vítimas de lesão corporal em suas queixas registradas nos boletins de ocorrência da Delegacia da Mulher.

Ao se qualificar esses motivos de fúteis, deixou-se-os de ouvir para, prioritariamente, julgá-los e avaliá-los. Mas se escutadas em sua potencial veracidade - ao invés de *a priori* serem comparadas com o ato de violência com o qual dialogam e precisam “justificar” (a agressão à mulher) - as motivações “fúteis” podem se revestir de uma potência densa e cabal de significação. Além do conteúdo que analisamos no capítulo 2 desta dissertação – onde nos referíamos a graves potências de agressão e morte que poderiam estar guardadas sob uma ação aparentemente desintencionada (queimar o arroz, por exemplo) – há outras formas de questionarmos a suposta “futilidade” dessas justificativas. Por exemplo, se examinarmos a hipótese dessas justificativas dialogarem com o texto sofisticadíssimo de um contrato privado (do âmbito da conjugalidade), objetivo e subjetivo, explícito e implícito em suas regras, mas extremamente regrado - como poderia ser pensado o contrato da conjugalidade - onde as ações de que os homens acusam suas mulheres, como a falta de duas laranjas, pudessem adquirir significação de uma contravenção grave – para este casal.

A questão de éticas múltiplas operando no campo do conflito conjugal pode ser buscada em uma conexão entre o trabalho de Fonseca (1988) e Da Matta (1991). O encontro desses dois trabalhos pode facultar um entendimento sobre o jogo do poder mais sutil, exercido pela mulher. Fonseca localiza o que denomina como o ataque à “imagem pública” do homem. Produzido sobre uma pesquisa

realizada na Vila do Cachorro Sentado, em Porto Alegre, este texto de Fonseca traz um tópico intitulado *A Reputação: a fofoca como contrapeso à força física*.

Atacar os atributos de um e de outros é atentar contra o que há de mais íntimo no indivíduo: a imagem de si (28). É como se as palavras que atingem a imagem pública de uma pessoa tivessem a força mágica de feri-la fisicamente (29). Esta perspectiva faz sobressair o poder das mulheres porque, ainda que os homens tenham uma capacidade superior de violência, as mulheres são as principais manipuladoras da reputação, não no sentido passivo tal como o encontramos em algumas sociedades mediterrâneas onde o comportamento sexual das mulheres é o pivô da honra familiar, mas antes de maneira ativa, através da fofoca, domínio feminino por excelência (...). (...) Ao homem cabe impor sua vontade pela força física; a mulher, impor-se através da manipulação da opinião pública (p 38-39).

(...) para proteger-se, a fofoqueira joga com a ambigüidade inerente à fofoca. Faz-se, de preferência, apenas alegações insinuantes, deixando ao público o cuidado de interpretar. (...) No fundo, não existe medida fixa para julgar o grau ofensivo da fofoca. O impacto de uma palavra, de uma injúria, varia conforme o contexto. Aquilo que em dado momento é um termo de afeição, pode ser utilizado mais tarde como o pior dos insultos (maconheiro, por exemplo). (...) Esse tipo de crítica pode ser repetida cem vezes sem provocar reação, mas um dia, devido a uma mudança de contexto (quando, por exemplo, o objeto da acusação não come há uma semana ou tem um parente que acaba de ser preso) desata a violência e a ruptura social. (...) Mesmo na área do sobrenatural, a violência é considerada como resposta justa à fofoca. Quando a fofoca não foi punida, Deus encarrega-se da vingança (...)
(FONSECA, 1988:40-41).

Aqui me interessa, imediatamente, a localização que Fonseca fez da capacidade violenta da mulher de desconstruir através da manipulação da imagem do outro e da opinião pública. Desconstruir até a ruptura. Para anotar aqui um entendimento de potência desta ruptura, sem cair na tentação de torná-la um dado *menor*, vale recuperar Fleig (1993):

Lacan aborda esta questão da produção da agressão, procurando situar aquilo que faz com que a agressividade se desencadeie. Ele vai mostrar muito claramente que isto está ligado à quebra da imagem narcísica, a imagem que cada um faz e que apreende no outro, a imagem da perfeição; e quando esta imagem sofre uma ruptura, uma ferida, a resposta mais comum é exatamente da violência. (FLEIG, 1993:61-2)

Há duas éticas interagindo entre o espaço público e o privado, de acordo com Da Matta (1991). Uma, a ética da casa - privativa da família e de suas montagens e interesses particulares; outra, a ética da rua - o Estado, a Lei, a Ordem. Na ética da casa, sempre analisando a particularidade brasileira, Da Matta localiza a presença de um supercidadão. E, na da rua, um subcidadão.

Assim, sabemos que em casa podemos fazer coisas que são condenadas na rua, como exigir atenção para nossa presença e opinião, querer um lugar determinado e permanente na hierarquia da família e requerer um espaço a que temos direito inalienável e perpétuo. Em casa somos todos, conforme tenha dito, "supercidadãos". Mas, e na rua? Bem, aqui passamos sempre por indivíduos anônimos e desgarrados, somos quase sempre maltratados pelas chamadas "autoridades" e não temos nem paz, nem voz. Somos rigorosamente "subcidadãos", e não será exagerado observar que, por causa disso, nosso comportamento na rua e nas coisas públicas que ela necessariamente encerra é igualmente negativo. (DA MATTA, 1991: 22)

Não podemos descartar, neste contexto, a hipótese da mulher exercer uma manipulação violenta da fronteira entre o público e o privado, protegendo-se assim das consequências de possíveis rupturas de acordos éticos do contrato exclusivo do casal. O que está acordado na ética privada - mesmo se nela cabe a violência física como elemento constituinte (de prazer, de hierarquia, de ordem) ou como ameaça para contenção e punição - dificilmente será reconhecido na ética pública. Então, toda a sutileza de acordos e contratos privados, feitos sobre trocas interessantes para ambas as partes, na hipótese de quebra de contrato por parte da mulher, é aniquilada pela manobra de correr para o outro lado da fronteira, no território da ética pública, e buscar seu abrigo moralista. Ali, a ética privada que pode ter levado e previsto na sua particularidade inclusive o uso da violência, fica aniquilada. Essa pode ser também a estratégia de um não-sujeito para deixar de assumir suas "não-escolhas" e seus "não-atos".

A segunda é sobre a capacidade e o interesse femininos em demolir um supercidadão - no privado - e jogá-lo na condição de subcidadão, no público. Manipular o "tamanho" desse cidadão e transformá-lo em um subcidadão aproveitando-se das garantias oferecidas pela ética pública.

A "simplicidade" de uma leitura elaborada prioritariamente com o ferramental do campo do Direito, cruzada com intenções políticas, e aplicada sobre este conflito conjugal que transita na fronteira entre o público e o privado, está sendo superada em muito pelo próprio uso que as mulheres agredidas estão fazendo dos serviços de atendimento - e que gerou um impasse para os próprios intermediadores desses conflitos, como demonstrou Grossi (1988).

Gregori (1992), Grossi (1988) e Soares et alii (1996) demonstraram que a questão da repetição ao longo dos anos das agressões sofridas pelas mulheres, e

de seus sucessivos retornos às instâncias de mediação, vitimadas pelo mesmo agressor com quem permanecem aliadas em conjugualidades duradouras, mostram que este é um jogo de poder muito mais sofisticado e inteligente do que a explicitude dos ferimentos brutais que podemos ver nas fotografias das reportagens - e aos quais predominantemente é dada a potência de expressar a predominante “realidade” desse conflito.

Em outras palavras, a “folha de atendimento” exerce dupla função: produz, pelo registro fático e a invenção de um código operativo, a realidade institucionalizada e contabilmente tangível da “violência contra a mulher”, estendendo a linguagem e a rede institucional do domínio público sobre o espaço privado, que outrora fora o da intimidade, politizando-a; além disso e simultaneamente, registra a queixa da mulher que procura a DEAM como vítima-da-agressão-do-homem, confirmando a expectativa da queixosa em definir-se como vítima-da-agressão-do-homem, confirmando a expectativa da queixosa em definir-se como vítima-no-contexto-de-uma-relação e colaborando, na grande maioria dos casos, para a reprodução de uma identidade feminina que parece ser cúmplice do jogo intersubjetivo de que resultou a própria agressão. Tendo sido agredida repetidas vezes, o recurso à Delegacia, nem sempre a um registro e raramente a um inquérito, pode ser entendido, em uma primeira aproximação, como uma estratégia de pressão, defesa ou negociação, na guerra conjugal; uma mediação talvez mais eficaz do que as intrafamiliares ou aquelas tentadas na comunidade e na vizinhança. O que equivale a dizer que, deste ponto de vista, inverte-se o processo: é a lógica do universo das relações privadas que invade o espaço público e estrutura a versão oficial sobre os sentidos da vida coletiva.

Não é a mulher-cidadã que emerge ou, pelo mesmo, não parece ser este o caso predominante: não se trata de resistir a discriminações e reivindicar o respeito a direitos constitucionais. A vítima típica a que remete a “folha de atendimento” padrão convive com uma história continuada de agressões e quer evitar que a busca de apoio externo provoque, pela instauração de um processo judicial, o rompimento da relação em que se têm dado os episódios de violência. Parece desejar encontrar um instrumento útil às renegociações do pacto social doméstico. (SOARES et alii, 1993: 68)

Para gritar que o “Rei está Nu”, como na fábula infantil - ao perceber que estamos girando em torno de um conflito e constantemente nos impedindo de olhar para o estranho silêncio de um dos participantes deste conflito (os homens, neste contexto) -, eu dizia que não era possível ser militante feminista. E que este não-pertencimento me facultava a denúncia sobre este “tecido invisível”.

Mas há outros facilitadores para a realização desta fala de análise: um deles é ser mulher. Por que? Penso que haja uma equação bastante perversa sobre o interdito à fala masculina. Perversa porque, por onde se tente rompê-la, ela remete a outra interdição.

Estamos falando sobre a interdição à queixa masculina, dentro dos valores ordenados nos códigos da honra mediterrânea (ver discussão no capítulo *Suporte Teórico*).

E é também por este pertencimento que os homens não estão conseguindo reivindicar seu espaço de fala neste contexto. Porque lhes é interdito se queixar sobre seu sofrimento subjetivo. Eles não podem se expressar como vítimas, e **muito menos ainda**, como vítimas de **suas mulheres** a quem **exatamente** deveriam manter sob controle para se dizerem homens honrados, homens de valor!

No entanto, o fato dos homens não deverem, genericamente, se queixar sobre seus sofrimentos subjetivos, de acordo com os códigos de honra⁴ que atingem, na nossa sociedade, um modelo predominante para a masculinidade - observação obviamente carente de particularização em pesquisas específicas - não pode ser tratado pelos serviços e pela pesquisa como uma ausência de conteúdo ou de veracidade de uma potencial queixa. O que nos parece que acontece tanto no âmbito dos serviços como no âmbito da produção teórica, em primeiro lugar, é que a ausência da fala sobre o sofrimento e a violência sofridos pelo homem está sendo considerada como uma conseqüente inexistência ou inconsistência desta hipotética fala.

Considerando que a elegância do texto pode ser um recurso não-renovável, e que já nos estendemos demasiado até aqui, eu gostaria de anotar objetivamente alguns dos nossos principais achados de pesquisa e propostas que realizamos ao longo deste texto:

1) **Uma posição de não-escuta.** A sistemática não-escuta ao homem em situação de conflito contribui para produzir:

a) naturalizações e simplificações a respeito da masculinidade, com uma

⁴ Ver discussão no capítulo *Suporte Teórico* sobre machismo e marianismo, conforme STEVENS

decorrente falta de complexidade na compreensão do gênero masculino. Isto caracterizaria um movimento oposto aquele produzido na leitura e compreensão do gênero feminino nas últimas décadas, onde para o feminino foi construída uma leitura de intensa complexidade, desnaturalização e matização.

b) a indiferenciação entre psicopatias, demências, diferentes criminalidades e violência conjugal, permitindo uma freqüente contaminação do todo (homens em conflito com suas mulheres) pela mais bárbara de suas partes (traficantes que queimam suas esposas com requintes de crueldade, homens que retalham o corpo de suas companheiras, abusadores sexuais de filhos e enteados, etc). Ao não se ouvir o discurso do homem participante do laço conjugal com eventos públicos de violência perde-se a possibilidade de compreender como e porque se produz esta violência.

2) **O eixo semântico da Antropologia.** A escuta ao homem participante da conjugalidade com eventos de violência se tornaria mais aproveitável se buscado um eixo semântico diferente daquele utilizado para a sintaxe jurídica da compreensão do conflito. Assim, ao contrário de relacionar o homem diretamente com a agressão cometida e com a supônível “pena” ou “punição” de que ele seria merecedor, a leitura do que propusemos ser um eixo vertical semântico realizaria uma escuta antropológica - uma compreensão do homem em relação a seu contexto cultural, a suas representações, suas operações de valores e noções que dariam conta, possivelmente, de visibilizar onde, como e porque a violência se inscreve como a alternativa de expressão preferencial.

3) **A queixa como Performance.** Propusemos uma leitura da Queixa como Performance. Uma das possibilidades de ler o constante retorno de mulheres agredidas para seu companheiro “agressor” (ao contrário da expectativa dos intermediadores em conflitos que pretendiam “salvá-la” da violência), seria compreender de forma não-literal (não ouvindo apenas a fala do texto de sua queixa) o seu discurso recorrente nas delegacias de Polícia e serviços de intermediação. Visto como uma Performance, o ato da Queixa feminina - como

se organiza na teoria do marianismo e da Honra Mediterrânea - poderia ser compreendido como um ato gerador de significados e lugar para a enunciativa. Menos ligado ao conteúdo da queixa e mais a sua forma e ao “evento” público que ela proporciona.

4) **Uma violência invisibilizada.** Propusemos uma leitura de dados capaz de perceber uma violência “feminina” onde a potência de dano e morte se dá não por uma ação ativa de destruição (o golpe, o ferimento), mas por uma ação passiva de abandono (deixar de alimentar, deixar de cuidar, deixar de banhar: ou seja, “não fazer nada”). Aqui nos pareceu estar insinuada a capacidade de matar pela inação tanto quanto o ato de desferir tapas e agressões físicas se referenciariam na possibilidade de aniquilar o outro pela força física. Levantamos o fato de que uma cultura organizada no âmbito público (inclusive em sua Lei) pela predominância das crenças e representações do gênero masculino talvez assumia os interditos deste gênero no reconhecimento do poder feminino - inclusive em sua especificidade de práticas de violência. A impossibilidade do homem “honrado” pelos códigos da Honra Mediterrânea de se queixar de um sofrimento de que seria vítima também invisilizaria no âmbito público toda uma produção de agressões que contribuiriam para uma leitura mais complexa da violência conjugal. E assim, a visibilidade dessa grave violência de ação passiva talvez se dissolva na impossibilidade dela ser falada. Propomos aqui que o enfrentamento físico, a violência “física” é uma medida de mundo masculina, referenciada no confronto psíquico entre pai e filho. E que o mito da violência e da aniquilação promovidos pela mulher poderia ser outro, implícito, mas grave e assustador. Sugerimos que, ao contrário de anotarem “futilidade” (como análises dos dados de atendimento sugerem rapidamente) as breves e desacreditadas declarações de homens que agrediram suas companheiras devido a uma inépcia para preparar alimentos (“queimar o arroz”), nutrir adequadamente (inclusive no horário, “atrasando o almoço”), ou resguardar o alimento que lhes cabia (“faltavam duas laranjas”) poderiam ser reveladoras de uma grave agressão referenciada no registro psíquico das potencialidades de uma mulher de matar.

5) **A Fertilidade como arma nos jogos de guerra.** Nossos dados

(oriundos das entrevistas com nossos informantes, com a voz da mídia e com a teoria) nos sugeriram uma necessária complexificação da compreensão da “fertilidade” como estratégia do que chamamos de Jogos de Guerra da conjugalidade. Percebemos que a “casualidade” da gravidez supostamente indesejada freqüentemente se organizou favoravelmente a intenções de negociação de lugar, de poder, de exercício de papéis interessantes para as mulheres e mesmo de dano a posição de poder e prestígio do homem honrado no sistema mediterrâneo.

ANEXO

Reprodução adicional dos trechos de entrevistas em que nossos informantes demonstram não dialogar com os homens, em seus atendimentos, ou fazê-lo apenas parcialmente.

ANA

ANA- Quer dizer, isso foi uma volta... tu tava perguntando qual foi a curva, a minha curva e essa.

EUT- Sobre... sobre esse.. em relação a ouvir os homens. Nesse percurso até aqui, nessa trajetória tua, como é que foi o diálogo com os homens agressores? Como é que...?

ANA- Não foi. Quase nenhum. Minha relação com os homens agressores se deu muito quando eu tava no albergue municipal, e geralmente os casos que chegavam ao albergue eram muito graves.

(...)

EUT- Vocês chamavam as pessoas... os homens pra conversar?

ANA- Não, não, não.

EUT- Não tinha?

ANA- Não, não se tinha esse trabalho no albergue. A gente ia na casa...

EUT- E na ONG. EM 92 E 3, né?

ANA- Aqui, a gente chama pra fazer acordo judicial. Mas, nós não temos um trabalho, que eu acho que é um grande problema, que eu vou tentar implantar rapidamente, assim. Vou tentar pensar, assim, num serviço de como que tu vai abordar esse homem. Porque eles vem aqui é pra fazer o acordo judicial. A gente chama pra fazer o acordo judicial. A gente, via de regra...

EUT- E ele não fala, não traz a sua narrativa sobre... ?

ANA- Muito pouca. É porque se discute em cima do processo dado já. Negociar...

CHICA

EUT: Ã... Vocês ficam sabendo isso mais pela mulher. Mas o homem vai bastante lá [ao CAMP], não vai?

CHI: Muito pouco.

EUT: Quando vocês chamam?

CHI: A gente nunca chama.

EUT: Ah, não chamam.

CHI: Nunca chama. Não tem chamado. A gente tinha até pensado em chamar, mas só que quando todas elas chegam lá, é caso de violência, né. Nunca foi assim: "ah, porque eu não gosto mais do meu marido, por isso que eu quero me separar". Não, é porque o cara batia...

MÔNICA

EUT: Elas já chegam aqui depois de uma negociação que teve insucesso? Ou...

MÔN: Em geral elas chegam aqui depois de situações recorrentes em que elas tentaram resolver dentro da relação e não conseguiram, né. E elas precisam de alguém pra resolver. Muitos casos são possíveis de serem resolvidos por acordo aqui na ONG mesmo. Um árbitro... uma mediação externa, né. Chama o cara. O cara em geral vem arrependido, envergonhado. Muito freqüentemente os homens chegam aqui...

EUT: Mas vêm?

MÔN: Vêm! Todos vêm.

EUT: Mesmo?

MÔN: Os homens vêm, sempre vêm.

EUT: Mas que curioso.

MÔN: Raramente (?) não vem. Vêm quem? Vêm... Não são arrogantes, constrangidos. Muitas vezes é possível encaminhar bons acordos. Acordos bons para as mulheres, né.

EUT: Não seria de se esperar o contrário? Que essa atitude do cara que tá...

MÔN: Do agressor.

EUT: Como agressor, que ele estivesse... porque ele...

MÔN: Mas tem uma certa diferença assim. Por exemplo, lá no CAMP s homens são menos propensos a acordos, são mais violentos, mais escancaradamente agressivos. Eu tenho a impressão que já existe entre a classe média uma certa sanção, assim, social pro comportamento, sabe. Já não é uma coisa aceita (...?) que um homem agressor possa fazer isso, e que... Sabe, ele já tem um certo auto.. uma certa auto-reprovação moral do grupo no qual ele está inserido. Diferente, por exemplo, do pessoal do CAMP, que... onde os caras batem e batem mesmo, dizem que batem de novo, brigam com as advogadas, xingam... Ah, por exemplo, a semana passada a Chica teve uma audiência lá no CAMP que o cara seguiu ela, a mulher até o Fórum. A gente teve que pedir segurança do Fórum.

EUT: Seguiu a mulher?

MÔN: E ela também, e tal. Quer dizer, eles não têm... têm menos medo, parece, se sentem mais...

E mais adiante, se referindo ao homens de classes populares:

EUT: E, por exemplo, acontece dos homens também irem, assim, a grande maioria vai a entrevista no CAMP quando a mulher chama?

MÔN: AO CAMP? Ah-hã.

EUT: Que curioso. Porque que eles vão? Eles não tem que ir. Porque não é uma situação que eles...

MÔN: Ele vão porque eles admitem o conflito, eu acho. É possível que seja isso, eu não sei. E, talvez exista também uma diferença entre a força que o direito penal tem numa e noutra classe social. O maior ou menos medo que as pessoas têm da punição.

EUT: E, no entanto, ambos vão, tanto aqui, como lá.

CARVALHO

CAR- Mas aí, então, eu vou te dar um outro argumento. Eu vou te dar um argumento. Sabe que uma das coisas mais comoventes que eu assisti na minha, eu era aluno de Direito Civil do (?), que foi ser Reitor da Universidade, ele foi meu professor na (?) e deu aula pra mim de Direito Civil. Ele era um homem, assim, amigo, afável, simpático, humano, desprendido das coisas materiais. Então, ele veio dar uma aula de Direito Civil pra nós, sobre casamento, (?) aquela balela: "ah, o casamento é um contrato bilateral, em que existe a adesão da vontade dos lados" (?) celebrar as núpcias? "Olha, o casamento é o contrato irrevocável do Direito brasileiro..." - naquela época era, hoje já não é mais, porque hoje já tem o distrato através do divórcio - ele disse, assim: "agora vocês me dão licença, eu vou (?) pra vocês o que que é o casamento. O casamento é outra coisa. O casamento é um sacramento". Ele disse assim: "olha, a nossa vida é difícil, é dura, é agreste, é pesada. Nós encontramos todos os dias, todas as horas, adversidades nas ruas, nós sofremos espezinhamento, humilhação maior ou menor, nós temos contrariedades. Agora, se o homem for bem casado e se ele tiver uma esposa que efetivamente ele ame. Se ele tiver uma companheira, ele vai ter a sua vida profundamente

amenizada, porque ela é a única pessoa sobre a terra a quem você pode externar a sua fraqueza e a sua dor. E ela é a única pessoa sobre a terra que te dará o consolo. Você não pode contar pra filha, você não pode contar pro filho, você não pode contar pra mãe, você não pode contar pro pai, você não pode contar pro estranho. A única pessoa a quem você pode contar é a esposa". Ele disse: "então, o maior mérito do casamento, a maior fonte da ventura, o que torna a vida tolerável é exatamente o casamento na proporção em que é um ponto em que você pode abrir a sua alma, que você sabe que do outro lado você tem a fidelidade e a compreensão". Eu acho isso lindo e acho isso extremamente valioso e verdadeiro. Você não acha? **Pra você, eles não abrem a alma. Pra mim, advogado, eles abrem a alma um pouco mais, mas eles não abrem a alma. O homem não abre a alma na hora da confissão para o padre.** O momento em que você é mais capaz de se despir, do que o narcisismo e da tua vontade de avidamente guardar o teu problema é na hora em que você for conversar com o teu marido, ou na hora em que você for recepcionar a conversa do seu marido. Então, o casamento, ele tem fontes de ligação e de atrelamento. Às vezes, ele perdura... ele... é violência sexual, é **identidade(?)** afetiva, o tempo vai passando, ele vai fluindo, acaba até perdendo o apetite sexual no casal, o amor permanece. Porque ele é muito mais do que tudo isso, ele é o universo, ele é a vida. O casamento é o destino do homem. O casamento... o único que você tem... o único momento que você tem a fruição do prazer autêntico, porque é o prazer legítimo. E eu não vejo ventura maior do que um bom casamento.

EUT- O senhor acha que, com as confissões dos homens aqui pro senhor, que perante outro homem ainda permanece aquela tentativa de preservar aquela imagem ideal, uma justificativa...

CAR- Ah, claro, claro, claro. Não tem abertura, não. Não tem abertura. Ninguém conta nada pra ninguém, todo mundo conta coisas da periferia da vida. A única pessoa que... que é detentora de algum segredo, ou de muitos segredos dos homens são as mulheres, são as esposas.

Capítulo 6

SUPORTE TEÓRICO¹

1. Sofrimento e Contratualidade

Estou usando nesse trabalho uma noção genérica de sofrimento como experimentação percebida de dor subjetiva e sensação de desprazer, através da própria experiência ou da identificação com a experiência do outro².

Uma instigante leitura teórica da noção de sofrimento, no entanto, proposta por Soares (1993), eleva o sofrimento à categoria de operador da ordenação social, recuperando a essa noção de certo modo marginalizada teoricamente, uma centralidade radical. Sobre essa marginalidade, Soares traz uma advertência:

A miséria de nossas Ciências Sociais talvez se deva a sua resistência em abrir-se para o clamor que provém do sofrimento, em ouvi-lo e segui-lo aos sítios nada nobres e altivos da experiência humana mais radical. (SOARES, 1993: 98)

Na perspectiva teórica de Rousseau, Soares situa a noção de sofrimento, inserida na noção de valor, como um instrumento que referencia e propulsiona a ordem política.

Este autor compreende o sofrimento como a “referência virtual” do valor, o que levaria o sofrimento a assumir, neste sentido, através das operações da moralidade, o compromisso que o valor possui de “qualificar a vida humana, diferenciando-a, o que lhe atribui função ordenadora para os processos de

¹ Aprofundamos aqui alguns pontos teóricos da discussão que estamos realizando. Ao longo dos capítulos desta dissertação trabalhamos dialogando os achados da pesquisa com a teoria. No entanto, alguns pontos necessitam do aprofundamento que se oportuniza neste capítulo.

² Agradeço a contribuição do “desafio” teórico de trabalhar mais profundamente a noção de Sofrimento ao professor Dr. Rafael de Menezes Bastos, membro da banca do projeto desta dissertação.

significação e um duplo papel, mnemônico e prospectivo” (idem).

O valor surgirá na obra política, por excelência, *O Contrato Social*, justamente para diferenciar modalidades de arranjos civilizacionais ou formas de organização da sociedade. Serão a prática e a institucionalidade políticas os depositários do valor e os índices da distinção intersocietária. Será pela política que Rousseau imaginará a recuperação parcial dos benefícios da vida originalmente perdida; e uma política ordenada a partir da imputação de papel central ao valor. (SOARES, 1993: 102)

Poderíamos experimentar essa abordagem para pensar também a noção de sofrimento como a centralidade do valor que operará o bem comum em questão na estruturação de *contratos privados* de papéis e interesses dentro de conjugalidades - a serem particularizadas - onde a proposta moderna vigore.

Vejamos por quê o valor é central, na política que Rousseau imagina e propõe. No modelo contratualista que defende, a sociedade seria responsável direta pela criação legislativa, à qual emprestaria estrita obediência o poder executivo, reduzido a simples agência a serviço da vontade coletiva. Todos os cidadãos participariam do debate sobre as questões sociais, que exigiriam decisões públicas. A legitimidade das leis dependeria exatamente de sua origem; e a única origem capaz de garantir a legitimidade de compromissos coletivos, traduzidos em legislação (origem que validaria o próprio contrato social, matriz da legitimidade das instituições políticas), seria a vontade do povo, expressa por votação majoritária.

O ponto mais importante da teoria política de Rousseau é seu conceito “vontade geral” e é esta noção que explica as condições necessárias a expressão legítima da vontade popular. Para que a “vontade geral” seja observada, é preciso que cada um se pronuncie sobre a matéria submetida à apreciação pública (matéria sempre genérica e passível de se traduzir em regra universal, no contexto societário em causa, é claro) procurando responder à seguinte questão: “o que considero melhor para a sociedade?” “Em outras palavras: “qual deveria ser a posição adotada, se eu me afastasse de interesses individuais e me deslocasse, imaginariamente, ao ponto de vista comum, aquele que corresponderia à perspectiva de um sujeito que reunisse em si, idealmente, a vontade comum, orientada pela identificação do bem comum?” (SOARES, 1993: 102)

Para articular a sugestão da nossa leitura de alguns dados de nosso campo, relativamente à potencialidade de se perceber a violência no vínculo conjugal como um desarranjo de um contrato privado (com todos os problemas de *tradução* que sugerimos a respeito da transcrição do privado para o público, onde frases que fazem perfeito sentido na semântica da contratualidade privada viram os motivos “fúteis” e “banais” nas justificativas das agressões enumeradas na ordem pública representada pelas delegacias de polícia - do tipo “espancou porque o arroz queimou” ou “bateu porque faltavam duas laranjas”), trazemos a

localização de Pateman (1993):

Outro motivo para a omissão da história do contrato sexual deve-se ao fato de as abordagens tradicionais dos textos clássicos, sejam as dos teóricos políticos convencionais ou as de seus críticos socialistas, fornecerem uma imagem enganosa de um aspecto característico da sociedade criada através do contrato original. A sociedade civil patriarcal está dividida em duas esferas, mas só se presta atenção a uma delas. A história do contrato social é tratada como um relato da constituição da esfera pública da liberdade civil. A outra esfera, a privada, não é encarada como sendo politicamente relevante. O casamento e o contrato matrimonial também são considerados, portanto, politicamente irrelevantes. Ignorar o contrato matrimonial é ignorar metade do contrato original. (PATEMAN, 1993: 18)

Uma referência à noção de sofrimento que Soares (1993) refere remete à sua associação com a Religião, que, ainda que pela ironia, nos oferece mesmo um caminho - particularmente se considerarmos o caminho da teorização como um caminho de experimentação - incluída sua potência de erro.

O sofrimento confere possibilidade da salvação na civilização judaico-cristã. Porque o sofrimento se associa à redenção de uma culpa originada no pecado. Da mesma forma, em diversas culturas, a noção de sofrimento aparecerá associada a pecado/culpa, como podemos perceber nessa passagem do texto de Le Goff (1987):

Assírios e Babilônios tinham uma idéia complexa da condição do pecador: caracterizavam-no como um ser privado de liberdade, angustiado, decaído, débil ou, então, como um agitado, um homem que não encontra paz, um rebelde, um possesso pelo mal. O pecador é essencialmente um possesso pelos demônios (*utukku*) e também um enfeitado, um doente, a ponto de, nalguns textos, os termos 'sortilégio', 'malefício', 'pecado', 'doença', 'sofrimento' aparecerem praticamente como sinônimos. Sendo toda a lei religiosa, toda a infração à lei é pecado contra um deus; existem, contudo, pecados mais directamente contrários à religião, como por exemplo a violação dos templos e as impurezas rituais. Uma segunda categoria compreende os pecados contra os deveres de família: adultério, incesto, o facto de uma mulher sair à rua sem véu, de um filho bater no pai, etc. À terceira categoria pertencem os crimes sociais, como o assassinio e o roubo. (...)

Quando os Gronelandeses se converteram ao cristianismo, tiveram de pedir emprestado ao vocabulário dinamarquês o termo 'pecado', pois apenas possuíam o conceito de infelicidade. (LE GOFF, 1987: 269)

E mais adiante, prossegue:

A grande inovação introduzida pelo cristianismo na história da idéia de pecado foi o conceito de pecado original. O termo 'pecado original' foi criado por Santo Agostinho, provavelmente em 397, para designar o estado de pecado em que o homem vive, em consequência de sua origem, enquanto membro de uma raça pecadora; posteriormente, o

termo alargou-se ao pecado de Adão, primeiro pai da humanidade [Dubarle, 1972: 664] É certo que o pecado original aparece já no texto do Gênesis [2.8:3.24] mas qualquer que seja a importância atribuída às afirmações feitas nesse texto (castigo divino, perda de familiaridade com Deus, nascimento da concupiscência, do sofrimento, do trabalho e da morte) , não existe uma centralização da religião neste episódio inicial nem na ideia de transmissão da culpa de Adão a todos os seus descendentes. (Op. cit. , p. 275) (...) Anunciam-se, porém, nos últimos séculos do judaísmo antigo, importantes evoluções relativas às interpretações e consequências do pecado original (...). A viragem decisiva dá-se com São Paulo e , mais tarde, com Santo Agostinho. Com São Paulo, como observou Deman no *Dictionnaire de Théologie catholique* (1933), o pecado torna-se parte integrante de um sistema de salvação, sendo o texto essencial desta doutrina a *Epistola dos Romanos* [5, 12-21]. Afirmou-se insistentemente que "o pecado entrou no mundo, e, através dele, a morte", por culpa de um só e acrescentou-se, com igual insistência, que, pela graça de um só homem, Jesus Cristo, "a graça reinará pela justiça, até à vida eterna." (Op. Cit: 275)

O sofrimento estaria associado à culpa, na perspectiva religiosa. Nos ocorre que a toxidade dos sentimento negativos, como a culpa, dentro de diversas culturas médicas, é mesmo orgânica e se encontra insistentemente associada à deterioração geradora de cânceres, cirroses e outras doenças. Lembremos que, na nossa sugestão, essas doenças poderiam ser as marcas *físicas* no corpo do homem, que dialogam com as feridas da violência masculina no corpo físico da mulher - apenas evoluídas em tempos diferentes, mas associadas a insuportabilidade de papéis, ao descumprimento das responsabilidades desses, e outros desarranjos *contratuais* na relação. Se fôssemos quase irresponsáveis na nossa ousadia lógica, poderíamos pensar o que o álcool, tão imbricado com os desarranjos dos papéis masculinos - e outros tóxicos - poderia se associar com a elaboração da toxidade da culpa/sofrimento que se instala nessa subjetividade. Se um tóxico se purga com outro tóxico, como os soros anti-ofídicos (a imagem foi desintencionada, mas agora estou gostando dela....), os homens estariam se *intoxicando* para se *desintoxicarem*. Para as mulheres, a queixa permitirá a desintoxicação do sofrimento, para os homens, esta queixa está proibida.

2 - Gênero

Utilizamos o ferramental conceitual das teorias de gênero que compreendem papéis de gênero como papéis sociais construídos de forma relacional, circulante e "contratual" (LAURETIS, 1994; SCOTT, 1990) - não entendidos como papéis estáticos e fixos, simplesmente aderentes a um suporte biológico. Como nos demonstra a teoria feminista (LAURETIS, 1994; GROSSI & MIGUEL, 1990) feminino/masculino não são conceitos que se sustentem isoladamente. Pertencem ao contexto social que os produz e atualiza constantemente e serão tão múltiplos e variados quanto os grupos sociais que os signifiquem.

Na síntese de Buffon (1992):

Abandona-se assim, a perspectiva de uma 'mulher universal', substancializada na 'maternidade e em sua posição subordinada, e, conseqüentemente, de um 'homem universal', substancializado pela força física e pelo papel de dominante, passando-se a pensar em mulheres e homens, no plural. Porém, o conceito de gênero traz alguns refinamentos à problemática ao destacar, por exemplo, o caráter relacional destas construções simbólicas - sendo, nesta medida, também chamado de relações de gênero. Ou seja, as noções do feminino e do masculino são construídas, em termos recíprocos, por homens e mulheres no interior de relações sociais culturais e historicamente localizadas (a este respeito ver Scott, 1990). O que aponta, por um lado para seu caráter mutável e conjuntural, pelo fato das 'relações entre homens e mulheres e as representações que se fazem dessas relações, não serem estanques, mas dinâmicas' (Em Canto, 1989); e por outro lado, para a impossibilidade de se tratar o feminino e o masculino, ou o 'mundo das mulheres' e o 'mundo dos homens', isoladamente, pois um só existe e adquire significado através do outro" (BUFFON, 1992: 49).

O discurso e a prática produzidos pela corrente feminista histórica, de tradição marxista e neo-evolucionista (SAFFIOTI, 1979 e 1987; REED, 1980) dentro das culturas ocidentais metropolitanas, privilegiando o enfoque sobre a dominação histórica da mulher e as formas de violência das sociedades de origem patriarcal contra a liberdade e integridade femininas, encontrou seus limites em situações onde a complexidade da realidade vivida pelos grupos sociais exigiu crescente sofisticação da intervenção e da análise teórica.

A colocação analítica da mulher em um lugar estável de vítima dentro de uma relação histórica opressor/oprimido, embora detentora de evidente valor político e científico no percurso da construção de um conhecimento, se

demonstra insuficiente para dar conta hoje da compreensão das dinâmicas de interação de gênero, particularmente nos contextos conjugais com eventos violentos.

A produção teórica de Grossi (1988) e Gregori (1992), a que nos filiamos mais diretamente, nos demonstra de que forma tanto o gênero como a violência são construídos relacionalmente, mutuamente, e que, ao contrário do que a visão desta primeira geração de teóricas feministas – mais comprometidas com a militância “em defesa” da mulher – nos diz, não há, na produção da violência conjugal (no universo examinado por elas) um lugar cativo para um algoz (homem) e para uma vítima (mulher). Ao contrário, suas pesquisas provam como é possível demonstrar que as mulheres (SEMPRE contextualizando o universo pesquisado) também acionam a violência para produzir efeitos que atendam a seus interesses, às necessidades de suas relações de poder, e ao interesse estrutural da relação.

Acredito, no entanto, que a organização de poder, a organização do próprio texto do discurso social e, conseqüentemente, da lei, montados em cima predominantemente das representações masculinas – que predominam nas instâncias públicas – ignoram importante parcela da particularidade do universo e da atuação social femininos.

As mediações sociais de conflito (como a Polícia, a Justiça, a Assistência Social) incorporam a lógica e os valores do discurso masculino (parte desse argumento pode ser encontrado em Corrêa (1981) e também em Ilgenfritz da Silva (1985) e Figueiredo (1997). Como a ordem masculina prioriza valores parciais – no caso da violência, a sua faceta física – as tentativas exercidas de valorizar a atuação feminina no limite do conflito, já em instâncias de mediação, se mostram bastante ineficazes.

Desde as últimas décadas, as mulheres estão se expressando no âmbito público dentro do texto e do contexto masculinos, usando a sua ética, sua lógica, organização e a sua rede legal para reivindicar reconhecimento e respeitabilidade na ordem social.

No entanto, essa penetração feminista no universo e códigos masculinos,

mesmo representando evidente avanço no reequilíbrio necessário entre os gêneros, não está formatando um diálogo entre as diferentes subjetividades. Porque o masculino permanece desconhecendo a particularidade feminina - de valor, de ordem, de expressão, de construção, de discurso - e o feminino ainda não fez por se explicitar.

As mulheres que conseguem ingressar nas melhores posições da dinâmica social no espaço público, em papéis de representação, liderança e poder, são, na maior parte das vezes, mulheres que se apropriam das formas de atuação, expressão, valorização e discurso consagradas pelos líderes homens na instância pública. Sobre a particularidade da expressão, atuação e performance femininas - e seu sumiço histórico nas sociedades ocidentais, a medievalista Lemaire (1994) nos situa:

"A colocação central destes trabalhos [sobre a transição da oralidade para a escrita em várias culturas, chegando-se a uma teoria geral] é a crítica do scriptocentrismo na cultura ocidental, ou seja, a existência de um conceito de escrita unitário e monolítico e seu uso nas discussões acadêmicas. (...) Esta cultura não se enraizava na realidade cotidiana, mas numa tradição escrita, morta e predominantemente masculina e foi imposta por uma elite - em coalizão com o cristianismo - como cultura superior e mais civilizada. Nas sociedades européias, isto determinou uma defasagem entre a tradição e o saber oral local - que pertencia a *todos* os membros da comunidade, mulheres e homens - e uma elite masculina que se utilizou do latim e da tecnologia da escrita para impor suas visões de mundo e criar centros elitistas da cultura escrita.

(...) Estes fatos provam que mudanças estranhas e radicais devem ter ocorrido nas sociedades ocidentais nas quais os gêneros femininos não existem mais (excetuando-se, talvez, as cantigas de ninar) e nas quais, oficialmente, temos apenas uma cultura, monopolizada pelos homens e apresentada como a única e exclusiva tradição do mundo ocidental". (LEMAIRE, 1994: 62 a 70)

A particularidade feminina escapa da organização social masculina no ocidente. De que modos a mulher atua, escolhe, se expressa, e contracena pacífica ou violentamente dentro da regra predominantemente masculina? O que o universo masculino apreende e organiza é apenas o que ele mesmo enxerga e entende, dentro dos seus próprios códigos. A violência que está delimitada e contida socialmente é a violência que os homens reconhecem, percebem e temem em si mesmos e nos outros homens. O enfrentamento físico, que é uma medida de mundo masculina, fundada e temida no confronto psíquico pai e filho, é o que se entende socialmente por violência. Esta está normatizada e punida. Se a

mulher utiliza a violência física, ela estará também delimitada e punida pela regra social.

Mas como a regra não se funda predominantemente na particularidade do gênero feminino toda uma autoria de comportamento e uma parceria relacional se dissolve em pouca visibilidade. Sob essa forte neblina se encontram as formas de violência feminina. Mal caracterizadas até pela ausência de uma assunção de autoria por parte da mulher. A conservação da mulher em um papel cômodo e trágico de não-sujeito produz essa interlocução precária entre os dois universos. Gregori (1992) define bem essa falta de sujeito na construção da relação violenta entre os gêneros.

"A violência conjugal é vista pelo feminismo como expressão radical da relação hierárquica entre os sexos no núcleo familiar. Nessa relação assimétrica, o homem ocupa a posição de mando, podendo valer a sua autoridade para punir, exigir e, por vezes, agredir os outros componentes da família. A mulher, cujo papel é o de lidar com as tarefas domésticas e cuidar dos filhos, está subordinada aos desígnios do homem.

Nesse tema, as feministas ressaltam sempre as situações em que as mulheres são vítimas diretas. Violência contra crianças, violência entre mulheres e destas contra seus parceiros são consideradas como atos de resistência, de reação ou de reprodução de padrões de comportamento instituídos externamente. Essas manifestações aparecem como resultado de uma atitude internalizada pelas mulheres diante de regras que lhes são impingidas e reiteradas pelos costumes e tradições.

(...) Em especial quero chamar a atenção para o fato de que nele a mulher aparece como ser passivo, ou melhor, vitimado. Uma vez que ela não é sujeito constituinte de sua situação ou destino, ela passa a ser considerada como vítima, inclusive quando age contra os outros" (GREGORI, 1992).

Pode-se observar também que o argumento feminista incorpora a ordem subjetiva masculina. A pessoa vencida fisicamente é a pessoa derrotada ou vitimada. Isso vale para uma idéia de poder masculina, já extensamente desconstruída por teóricas do gênero (PENNACCHIONI, 1986; GREGORI, 1992; CHAUI, 1985). A idéia de "vitimização" e subjugação através da força física se baseia na concepção masculina de prevalência e poder. Não na feminina, que não se funda sobre os mesmos vértices dos mitos.

"Antes de mais nada, vale salientar que essas pesquisas têm um marcado caráter militante. Assumem, como afirma uma das estudiosas, a "subjetividade necessária": a falta de neutralidade daqueles que tomam seus estudos e pesquisas como instrumento adequado para denunciar o problema e formular soluções concretas para suprimi-lo. Estes artigos, livros e relatórios de pesquisa adotam o conceito de violência de Chauí

(1985) para explicar que as situações de violência contra a mulher são fruto de uma condição geral de subordinação. E, ao mesmo tempo, como formas de violência, passam, sem maior exame, a reclamar punibilidade. Na explicação geral, a responsabilidade é atribuída a uma ordem normativa que hierarquiza papéis e padrões de comportamento para os sexos. Porém na descrição que fazem dos casos há claramente um agente que coage, reprime e agride, e outro que é vitimado por essas ações e, quando muito, resiste ou reproduz/repete/imita ações do mesmo tipo. As mulheres aparecem, assim, como passivas, seja do ponto de vista da condição que as define enquanto gênero, seja nas situações concretas nas quais ocorrem os conflitos e embates.

E, paradoxalmente, é ela que vai se aprisionando ao criar sua própria vitimização. o pior não é ser vítima (passiva) diante de um infortúnio; é agir para reiterar uma situação que provoca danos físicos e psicológicos. O difícil para esse tipo de vítima é exatamente o fato de que ela coopera na sua produção como um não-sujeito. Isto é, ela ajuda a criar aquele lugar no qual o prazer, a proteção ou o amparo se realizam desde que se ponha como vítima. Esse é o "buraco negro" da violência contra a mulher: são situações em que a mulher se produz - não apenas é produzida - como não-sujeito" (184). (...) Para ela (Marilena Chauí), salientar o vitimismo na abordagem sobre o fenômeno da violência implica em não considerar que nas relações familiares as mulheres, mesmo compartilhando uma condição de subalternidade, agem, condenam, exigem e, por vezes, agredem. Qualificar tais gestos como reação ou reprodução pode, mais do que estimular uma transformação, manter a "estrutura" básica que faz operar a violência". (GREGORI, 1992:131)

3. Honra Mediterrânea

Trabalhamos com o aporte das teorias da Honra Mediterrânea, através dos conceitos de Machismo e Marianismo conforme a perspectiva de Stevens (1977), Melhus (1990), Pitt-Rivers (1979) e Peristiany (1988).

É bastante claro para nós que a proposição de um modelo teórico geral precisa ser dialogada com vários matizes e particularidades na significação específica para cada sociedade ou grupo analisado. Não pretendemos que o modelo da Honra Mediterrânea encerre perfeitamente a compreensão e a explicação de todos os significados produzidos nos contextos pesquisados. Mas aceitamos a sugestão que nos antecede da adequação deste modelo para a análise da sociedade brasileira. Entre estes Heilborn (1991), que acusa a predominância do modelo do complexo mediterrâneo no parentesco e moral da sociedade brasileira.

Anotamos ainda o espaço de mobilidade e maleabilidade entre o modelo

ou o padrão cultural e as práticas sociais, no sentido que Geertz (1978) propõe. Modelos, neste sentido, são construções sintéticas e mutáveis, “nas quais a realidade jamais cabe por inteiro”.³

O modelo ideal para a honra não é hegemônico em nenhuma sociedade. A honra varia suas prescrições de acordo com o lugar ocupado, o papel social desempenhado, a classe social. Em última instância, o *locus* de determinação da honra poderia ser considerado estritamente pessoal: “para cada um existe somente uma noção de honra, a sua”. No entanto, a exigência de se confirmar publicamente, determina que esta noção seja comprovável através da reputação, do prestígio, do reconhecimento e, neste sentido, a noção adquire característica fundamental de valor para as relações sociais.

De acordo com Pitt-Rivers (1988) :

“Honra é o valor que uma pessoa tem aos seus próprios olhos mas também aos olhos da sociedade. É a sua apreciação de quanto vale, da sua pretensão a orgulho, mas é também o reconhecimento dessa pretensão, a admissão pela sociedade da sua excelência, do seu *direito* a orgulho. Os estudiosos dos pormenores das relações pessoais fazem notar que um dos tópicos de mais interesse com que lidam consiste nas maneiras como as pessoas tentam obter doutros a ratificação da imagem que acalentam de si próprias e os dois aspectos da honra podem conciliar-se nesses termos. A honra fornece, portanto, um nexo entre os ideais da sociedade e a reprodução destes no indivíduo através da sua aspiração de os personificar. Como tal, implica não somente uma preferência habitual por uma dada forma de conduta mas também, em troca, o direito a certa forma de tratamento. O direito ao orgulho é o direito à posição social e a posição social estabelece-se pelo reconhecimento de uma certa identidade social.” (Pitt-Rivers, 1988: 14)

Dentro deste modelo de honra, a posição da honra masculina é dada pela “masculinidade”:

A masculinidad es la base natural de la autoridad y de la defensa del honor familiar. El ideal del hombre honorable se expresa con la palabra “hombria”. (...) La masculinidad significa valor, ya se emplea para fines morales o inmorales. Es un término que se oye constantemente en el pueblo, y el concepto se expresa como la quintaesencia sexual del hombre (“cojones”) (Pitt Rivers, 1979: 47).

A masculinidade associada à potência sexual, à agressividade e à prioridade compõem a noção de virilidade. Este vértice da honra pessoal

³ Agradeço a Roseli Buffon pela contribuição na pontuação desta discussão.

masculina se encontra com o vértice da “reputação” que será dado pela eficácia do controle e da proteção da “pureza” das mulheres da família. O resultado positivo dos dois vértices será a “hombria” - a hombridade do homem pertencente ao modelo mediterrâneo.

Importante anotarmos aqui que a honra se contrói distintivamente por oposição entre os gêneros. Aquilo que constrói a honra para os homens é, em princípio, inaplicável para as mulheres, sob pena da perda da sua honorabilidade – exceto em acomodações muito peculiares de alguns grupos e em determinadas faixas etárias nas sociedades tradicionais. Igualmente, o exercício de estratégias de constituição da honra feminina são destrutivas para a honorabilidade masculina. Exemplo desta interdição, que nos interessa diretamente na nossa pesquisa, é o exercício da queixa – que expressa no público o sofrimento restaurador da honra feminina (como veremos a seguir). O homem não deve expressar sua lamentação pelos seus sofrimentos subjetivos: esta é uma estratégia de fracos, de submissos à vontade de outrem. Cabe ao homem honrado assumir o controle da situação que lhe causa sofrimento e resolvê-la ativamente. Não alistamos aqui as estratégias de expressão poética e musical que permitem uma margem de negociação autorizada socialmente a esta prescrição.

Aplicando a teoria da honra mediterrânea – marianismo e machismo - no contexto da violência doméstica elaboramos uma proposta de leitura da *Queixa como Performance – O uso da metodologia da pesquisa em performance em sociedades indígenas para compreender a violência conjugal nas sociedades complexas*. Nesta abordagem procuramos perceber a dimensão performática de parte das queixas realizadas por mulheres nas delegacias especializadas e serviços de atendimento à mulher. Ao nos propormos a ler o evento da queixa como um ato gerador de significado e lugar, não restrito ao conteúdo textual da fala da queixa, propunhamos ir ao encontro do desvendamento do impasse verificado por pesquisadores (GREGORI, 1992; GROSSI, 1988 e 1995, SOARES et alii, 1996) nesta área: de que o conteúdo textual da queixa – cheio de sofrimento e desespero – não se tornava coerente com a possibilidade e expectativa dos intermediadores de que o “sofrimento” cessasse com uma

separação judicial e com medidas legais para o afastamento da mulher de seu agressor. Ao contrário, as mulheres agredidas retornavam sistematicamente a seus laços "violentos".

Gregori (1992) conseguiu importantes avanços ao estudar 12 casos de mulheres espancadas pelos maridos, dentre elas algumas que procuraram socorro no serviço SOS Mulher de São Paulo. Entrar na dinâmica real do funcionamento de alguns casais permitiu à pesquisadora flagrar esboços da violência feminina e mais concretamente o jogo de interesses feminino para a realização da violência masculina. Especialmente a construção de um modelo masculino violento e complementado por fatores "externos" como o alcoolismo e a infidelidade, cria um contraponto de "fraquezas" morais e psíquicas do homem para consolidar uma pretensão de virtude feminina.

Virtude esta reconstruída pela queixa e pelo "sofrimento" femininos que nos remetem à proposta da composição dialógica entre a honra masculina no universo mediterrâneo e a vergonha feminina estabelecida por Melhus (1990), onde "machismo" e "marianismo" dialogam na composição de valor entre os gêneros.

Talvez localizando a dimensão performática desta queixa, construída parcialmente por Gregori e deslocando o foco do conteúdo textual da queixa para a sua função realizadora de significado e lugar para o sujeito feminino através da performance⁴ seja possível equacionar o impasse com o qual os serviços de atendimento à mulher agredida acabam por se defrontar.

A percepção que estamos propondo, utilizando esse banco de dados cruzado entre o estudo dos povos indígenas e uma visão de nossa própria história, é de que a "queixa" seja entendida como um desses estilos de expressão e realização de sentido - para a composição da honra prescrita à identidade feminina nas sociedades mediterrâneas - característicos de uma produção do gênero feminino.

⁴ Performance entendida aqui como o ato narrativo especial que cumpre a função de organizar e dar sentido à experiência. Ver BAUMAN (1984). HUNTSMAN (1983). MALUF (1993). FONSECA (1995).

"Un aspecto interesante de estas expresiones es que ellas no necesariamente se refieren a procesos concretos de sufrimiento o a eventos concretos que involucran sufrimiento, aunque éste podría ser también el caso (p. ej. un maltrato continuo de la esposa de parte del esposo o la lucha por la supervivencia derivada de perder un esposo). Parece que para las mujeres, el sufrimiento es una virtud esencialmente femenina, y como tal refleja la experiencia de la vida de una mujer, casi diría que el sufrimiento es esencialmente una virtud femenina. Refleja una cualidad femenina, considerada como buena o meritoria. El sufrimiento es una parte inherente al ser mujer, de aquí que constituye una parte de la identidad femenina y es a veces algo más y diferente de lo que usualmente se asocia con el sufrimiento. Siendo así las cosas, es importante que al sufrimiento se lo haga visible. Una manera de lograrlos es hablar de él; las mujeres se atribuyen constantemente ciertos grados de sufrimientos en primer lugar a ellas mismas, y también a otras mujeres. Siendo una virtud, el sufrimiento da fortaleza, es un poder o una fuerza, que vigoriza y sostiene la vida" (MELHUS, 1990: 40 - grifo nosso).

É preciso falar do sofrimento - e falar publicamente, produzindo uma "queixa" - para realizar a sua função de construir a identidade e a honra da mulher perante a sociedade. Neste sentido, a queixa como performance poderia ser alinhada no entendimento proposto por Bamberger (1979) do mito como garantia social - relido aqui dentro de um recorte específico de gênero. Cotejo Bamberger com o entendimento proposto por Maluf (1993) na pesquisa sobre bruxas e bruxarias da Lagoa da Conceição (Florianópolis/SC), relativamente à produção de sentido realizada pelas narrativas em performance.

"Os seguidores atuais da teoria de Malinowski "o mito como garantia social", ao invés de encararem o mito elaborado em termos simbólicos, preferem fazer associações entre papéis sociais e instituições de um lado, e aspectos psicobiológicos dos narradores de mitos, de outro. Este ponto de vista considera o mito como história somente na medida em que uma sociedade particular usa seus mitos para recolocar ou reorganizar sua vivência social. Os mitos raramente são, literalmente histórias, embora provavelmente possam ser demonstrados para reinterpretar certos eventos cruciais no crescimento e desenvolvimento dos ciclos de vida dos indivíduos" (BAMBERGER, 1979: 238).

Maluf (1993), na seguinte passagem de seu trabalho, propõe um entendimento similar ao que aquela autora refere e que leva à reflexão sobre o poder do ato narrativo performático como instrumento construtor de lugar, dinâmica e relação entre atores sociais. Talvez nesse sentido o que Bamberger (1979) explica como "garantias sociais" se aplique às descrições recolhidas por Maluf:

"No caso das narrativas da Lagoa, quando a benzedeira define que há bruxaria, ela cria

condições para que a situação seja controlada. (...)

Mas a história não termina aí. Quando a mulher retorna à casa e narra o episódio para as pessoas mais próximas, ou quando reúne as vizinhas para enfrentar a bruxa, ela não faz outra coisa que reafirmar o seu poder. Como já foi colocado, quando a vítima é a criança, ela é um veículo para um ataque que visa no entanto a outro alvo: à mãe da criança. O desembruxamento da criança é, desta forma, assumido pela mãe como uma luta pessoal, como se ela própria fosse a atingida.

Nessa medida, o ato de contar o episódio, ou seja, a narrativa, faz parte do próprio evento de bruxaria, na medida em que é o momento de confirmação do poder (da mãe e da benzedeira, se a criança se salva; ou da bruxa, se a criança morre)" (MALUF, 1993:76 - grifo nosso).

O ato narrativo performático como constituinte da construção do sentido e solução na dinâmica social é uma compreensão importante para pensarmos a "queixa" levada pelas mulheres às delegacias de polícia e serviços sociais de auxílio e proteção à mulher. Grossi (1995) abordou especificamente este impasse na prestação de serviços de militantes feministas e instituições às mulheres "agredidas" por seus maridos e companheiros. A expectativa de feministas, policiais e assistentes sociais, era de que a queixa deveria levar a um desfecho de separação conjugal entre mulher e agressor. Não levava. A leitura que emerge aqui de que essas instâncias sociais, centradas em um eixo "scriptocêntrico" da nossa cultura, ouvia apenas o texto da queixa dessas mulheres, desprezando a *performance* completa que estava acontecendo, cuja composição de significado, e produção de lugar para esta mulher na sociedade estava sendo composta pelo ato completo, comportando, por isso, mais tarde, o retorno ao lar - coisa impensável para delegados e feministas e que obrigou, conforme Grossi, a toda uma reelaboração da concepção do atendimento. Lido através da *performance*, o andamento da queixa e seu desfecho adquirem pleno significado. Como ajuda a situar Fonseca (1995), ao mesmo tempo advertindo para os limites de nossa proposta:

"Ong, na sua análise de tambores falantes (1977), sugere algumas das características principais do gênero oral: expressões estereotípicas, padronização de temas, personagens e categorias sem ambigüidades, polaridade de elogios e acusações. Não é surpreendente que historiadores como Burke (1989) identifiquem muitas destas mesmas características no que eles denominam a cultura popular da época moderna. E, certamente, poderíamos achar paralelos entre este material e as histórias contadas na Vila São João. A pergunta é "O que fazer com estas semelhanças?". Obviamente, não queremos ceder à tentação de dicotomias simplistas onde juntamos tudo que difere de nós em uma só categoria, "o

outro". As diferenças entre a Grécia homérica, a Europa medieval, a Nigéria dos *talking drums*, e os grupos populares do Brasil urbano são tão evidentes que não perderemos tempo criticando um esquema que tentasse criar um só modelo para dar conta de todos estes contextos de "oralidade". Entretanto, o debate teórico sobre oralidade mostrou-se útil para a análise dos meus dados etnográficos na sua problematização: 1) da performance (gestual, dramático, etc.) das formas expressivas, 2) dos gêneros da narrativa oral e suas eventuais tendências estereotípicas e 3) da relação entre o estilo de expressão e os valores sendo expressados, ou seja - seguindo o tangente que mais me interessa -, entre gêneros e *performances* e uma construção particular da noção de pessoa". (FONSECA, 1995:126)

Talvez no resgate desse gênero oral performático e de outros produzidos pelas mulheres, seja possível resgatar o lugar da mulher como sujeito - construção problemática conforme referimos acima e fugir do problema da falta de representação para o feminino na nossa cultura, raciocínio que desenvolvi no *paper* de conclusão dos seminários História da Antropologia e Globalização Cultural :

"Essas abordagens [de Dumont (1983), Guidens (1992) e Huyssen (1991)] me levam a aprofundar a concepção do meu trabalho como, na verdade, um encontro com a incongruência grave de duas individualidades diversas - feminina e masculina - em pleno embate histórico, e violento, para a concepção de uma nova noção formulada e afirmada socialmente de individualidade: a individualidade feminina - até agora fora de questão, fora das representações sociais nas instituições, leis e normas, estas predominantemente "masculinas", onde o masculino é afirmado como expressão total do coletivo. Por aí, talvez a forma feminina de violência seja a forma de afirmar uma individualidade não viabilizada, não reconhecida no texto masculino, e portanto dona de uma fala que se expressa perversamente sem texto, através de um jogo de sombras, camuflado mas afirmativo, danoso e violento, mas embrionário de uma mudança onde possa vir a se reconhecer como individualidade, massivamente. No meu texto inicial, ainda, eu refiro, baseada em Marilena Chauí, a estratégia de refúgio das mulheres em um lugar de "não-sujeito" perante a contenda da dinâmica conjugal. Ao contrário do que eu poderia estar supondo esta talvez não seja uma negativa de assumir a difícil integridade afirmativa da pessoa mas a ausência de uma integridade possível para a individualidade feminina, (...) ainda não viabilizada no universo de poder masculino" (XAVIER, 1995a).

Pensar a língua escrita ou o texto como uma cifra da dominância das representações masculinas sobre as femininas nos leva a recuperar duas importante reflexões de Lemaire (1994):

"Tanto a genealogia quanto a história literária revelam a tendência masculina de justificar seu poder por meio do recuo às origens e do mapeamento de uma evolução, factual ou hipotética, até o presente. Desta forma, o poder político e cultural masculino passa a ser entendido como apenas um momento de uma tradição venerável e secular. (...) Examinada do ponto de vista das mulheres, a crítica e a teoria literária explicitam - como faz a genealogia em outro nível - uma das principais obsessões masculinas nas

sociedades patriarcais: a incerteza acerca da paternidade biológica. Enquanto, na genealogia, esta insegurança é compensada pela descrição da linhagem em termos patrilineares, na história literária este sentimento desconfortável é reprimido pela ênfase excessiva na paternidade cultural, mecanismo que implica a exclusão ou negação de qualquer elemento que possa perturbar o monopólio masculino neste sentido.

(...) A própria escrita tem uma longa história. A épica de Homero ou a literatura medieval, por exemplo, não foram 'escritas' no sentido moderno da palavra. A partir desta perspectiva, estes pesquisadores invertem o jogo: o ponto de partida para as discussões sobre a escrita e sua história deve ser a oralidade" (LEMAIRE, 1994: 58-60-62).

Conseguir facultar a expressão da diversidade sem encerrar representações múltiplas em poucos códigos dominantes - conseguindo ainda assim comunicar riqueza entre diferentes - é a tarefa que está sendo levada pacientemente a termo pela etnologia indígena, da qual podemos aqui nos apropriar, grandemente, para pensar os problemas práticos que enfrentaremos na pesquisa da performance. É Basso, em *Native Latin American Culture*, quem chama a atenção para a necessidade de ampliar a tarefa que os primórdios da pesquisa etnológica centraram apenas nos mitos e lendas:

"Uma importante nova preocupação tem sido a de descrever uma grande variedade de formas e gêneros do discurso. "Poucos colegas (...) olharam adiante do tradicional ou mitológico, para outras formas de narração como biografias e auto-biografias, para gêneros não-narrativos (especialmente discursos didáticos, música, linguagem virtual, oração brincadeira e oratória), assim como para textos escritos e comunicação não-verbal" (BASSO, s/d).

4. Violência

Trabalhamos violência na compreensão de sua função fundante do social, vista através de sua positividade, na perspectiva de Weber (1965), Bourdieu (1989), Clastres (1980) e Riffiottis (1996). Compreendemos esta "positividade" como a potência de instauração ou de construção de sentidos, conforme referenciado em Clastres (1980) e Rifiotis (1996).

Aproximando esta definição do nosso recorte, temos a perspectiva de que a violência conjugal heterossexual (no contexto brasileiro, metropolitano) pode ser entendida como relacional, positiva, estruturante, constituidora das relações

sociais – demarcando na nossa posição diferença radical em relação às prescrições igualitárias do projeto iluminista e dos ideais do amor romântico.

Faz parte da dinâmica do laço conjugal uma pulsação permanente em busca de identidade, reconhecimento, valor, de cada um de seus participantes.

Importante tomarmos aqui a advertência de Grossi (1996) para nos remetermos permanentemente, na discussão teórica, ao recorte cultural em que estamos trabalhando. "Não há 'violência' no geral. Violência tem que ser vista no particular", referência a sua linha de trabalho em violência no âmbito do privado no ocidente. Este raciocínio também é desenvolvido por Lacerda (1994):

"A dificuldade reside em primeiro lugar no fato de que noções como crueldade, agressividade, crime e violência são antes variáveis culturais, isto é, fundam-se em critérios morais ou representações sociais que justificam não apenas o fato "violento" em si, mas a maneira como uma cultura, sociedade ou grupo determinado ordena suas relações com o mundo humano, natural e sobrenatural. (cf. Werner, 1990; Saldanha, 1987; Johnson, 1979). Em segundo lugar, estamos diante de uma categoria com enorme fluidez (...). Parece-me inescapável a sugestão de que a violência, é antes, uma idéia-valor, no sentido em que, nela, pensamento e ato se confundem, nos deixando mais próximos da relação real, embora confusos (cf. Dumont, 1985: 235); antes que um conceito substantivo, portador de uma qualidade intrínseca, a violência é um conceito performativo (cf. Michaud, 1989: 10)" (LACERDA, 1994:126)

Ao questionarmos a correspondência entre expressões diferenciadas de violência em um mesmo contexto, estamos construindo uma idéia de diálogo de atitudes entre duas pessoas, de correspondência, de mutualidade e, portanto, uma idéia de relação. A idéia de relação resgata aqui a construção de uma autoria mútua dessa conjugalidade, o que poderia incluir a autoria, segundo nossa hipótese, também de seus eventos agressivos.

Ao restabelecer para ambas as partes a idéia de ação capaz, de autoria e de responsabilidade, está se desconstruindo a hipótese de uma relação opressor (ativo, poderoso) versus oprimido (passivo, impotente). Dessa forma, temos dois sujeitos, autores, que constroem uma relação de interesse mútuo.

Aqui podemos buscar na bela síntese de Lacerda (1994) a construção weberiana de violência como expressão de relação:

"Recordo que o fato de refletir sobre a violência como uma espécie de olhar do homem sobre ele mesmo parece já estar configurado na reflexão weberiana. Weber via na

violência não uma sobrevivência de períodos bárbaros ou pré-civilizados, mas como a manifestação maior do antagonismo existente entre vontade e necessidade. (cf. WEBER, 1944: 29-45). É sua a declaração de que 'a luta (kampf) é o fundamento de qualquer relação social', considerando-a nesse sentido ontológico como uma 'atividade comunitária' (cf. WEBER, 1965: 327/82)". (LACERDA, 1994:138)

Em Grossi (1995) encontramos esta sugestão do caráter relacional da violência como indicativo para operar o impasse militante feminista que verificava um sistemático retorno da mulher agredida para o vínculo com o marido/companheiro agressor. Para Grossi (1996) "a violência é constituidora daquilo que se chama paixão, amor e conjugalidade no ocidente. Toda a conjugalidade implica violência". Propondo uma "teoria do círculo da violência doméstica", Grossi coloca a violência como uma forma de reequilibrar poderes dentro de uma relação. Este permanente reequilíbrio marcaria a evidência da inviabilidade do projeto de igualdade estável iluminista, com sua pretensão de eliminar as diferenças. "Não é possível igualdade em qualquer relação humana".

A violência como fundadora do social abordada a partir de sua positividade é abordada na revisão de Lacerda (1994):

"Toda esta discussão conceitual se prende aqui à intenção de conferir à questão da violência uma **positividade analítica** que a reponha como constante antropológica, ou na acepção de Bourdieu, uma estrutura estruturante, que nos torna compreensível a possibilidade de ver na violência a capacidade de constituir relações sociais e fundar outros repertórios de ação coletiva e não como resíduo de uma ordem bárbara em vias de desaparecimento" (LACERDA, 1994: 129).

Também em Clastres é designada a noção de positividade como potência de instauração ou construção de sentidos. Rifiotis infere da análise de Clastres de sociedades indígenas a possibilidade de um modelo teórico, que permaneceria aplicável para as sociedades complexas. De acordo com Rifiotis (1996):

"Encontramos a matriz básica para o desenvolvimento da nossa proposta de pesquisa sobre a "positividade" da violência nos trabalhos de Pierre Clastres (1980). Referimo-nos particularmente à noção de "sociedades contra o Estado", utilizada na análise da guerra nas sociedades indígenas. Para este autor, o Estado funciona como uma máquina de unificação, enquanto a violência e, em particular a guerra, atua no sentido inverso. A violência pode atuar como uma espécie de força dispersiva, voltada para a manutenção das diferenças, em contraponto à homogeneização que a centralidade dos poderes procura instaurar. Em termo de um possível modelo teórico, entendemos que a violência poderia também ser pensada nos aspectos que fazem dela um elemento instaurador de identidades

locais (étnicas, culturais, etc) e da construção de subjetividades através dos processos de socialização. (...) Cada minoria, grupo ou segmento social poderia, sob determinadas circunstâncias concretas, colocar em prática formas específicas de violência para garantir a sua identidade. (RIFIOTIS, 1996: 15).

Na análise do nosso objeto, aproximariamos a compreensão proposta por Rifiotis do contexto de violência conjugal sugerindo que este “segmento” social – casal, família – também estaria colocando em prática formas específicas (e sofisticadas) de violência com o objetivo de demarcar e garantir a viabilidade das diferentes identidades que se constroem na intersecção (muitas vezes conflagrada) de modelos díspares (tradicional e moderno, holista e individual) que convivem na experiência de relação familiar no contexto brasileiro metropolitano.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

- ALMEIDA, Miguel Vale de. *Senhores de Si: Uma Interpretação Antropológica da Masculinidade*. Lisboa, Fim de Século, 1995.
- ARAGÃO, Luiz Tarlei de. Em nome da mãe: posição estrutural e disposições sociais que envolvem a categoria mãe na civilização mediterrânea e na sociedade brasileira. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, nº 3. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.
- BACHOFEN, Johann J. *El Matriarcado: una investigacion sobre la ginecocracia en el mundo antiguo segun su naturaleza religiosa y juridica*. Madrid, Akal, 1987.
- BAMBERGER, Joan. O Mito do Matriarcado: Por que os Homens Dominam as Sociedades Primitivas?. In: ROSALDO, M.Z. & LAMPHERE, L. *A Mulher, a Cultura e a Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.
- BASSO, Ellen B. Integrating Concept in Anthropology and Folklore Research. In: BASSO, Ellen B. (ed.) *Native Latin American Culture*. Indiana, Indiana University Bloomington, s/d.
- BAUMAN, Richard. *Verbal Art as Performance*. Illinois, Waveland Press, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. O Sentimento da Honra na Sociedade Cabília. In: PERISTIANY, J.G. *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. *O Poder Simbólico*. Lisboa, Difel, 1989.
- BUFFON, Roseli. *Encontrando o "homem sensível"? Reconstruções da imagem masculina em um grupo de homens das camadas médias intelectualizadas*. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao PPGAS da UFSC em dezembro de 1992.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. A presença do Autor e a Pós-Modernidade em Antropologia. *Novos Estudos Cebrap*, nº 2. São Paulo, 1988.
- CALERA, Nicolas M. López. Derecho y teoría del derecho en el contexto de la sociedad contemporánea. In: OLIVEIRA Jr., José Alcebiades (org). *O novo em*

Direito e Política. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1997.

CAMPUZANO, Alfonso de Julios. Notas para un debate contemporâneo sobre la justicia. In: OLIVEIRA Jr., José Alcebiades (org). *O novo em Direito e Política*. Porto Alegre, Livraria do Advogado, 1997.

CARVALHO, Amilton Bueno de. Direito Alternativo e Processo. In: RODRIGUES, Horácio Wanderlei (Org). *Lições Alternativas de Direito Processual*. São Paulo, Editora Acadêmica, 1995.

CHAUÍ, Marilena. Participando do Debate sobre Mulher e Violência. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, nº 4. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

CLASTRES, Pierre. *A Sociedade Contra o Estado*, Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1978.

CLASTRES, Pierre. *Recherches d'Anthropologie Politique*. Paris, Seuil, 1980.

CLASTRES, Pierre. *Arqueologia da Violência: ensaios de antropologia política*. São Paulo, Brasiliense, 1982.

CONNELL, Robert. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade* (tradução de José Vicente Tavares), jul./dez. 1995.

CORREA, Mariza. *Os Crimes da Paixão*. São Paulo, Brasiliense, Coleção Primeiros Passos, 1981.

CORREA, Mariza. *Morte em Família*. Rio de Janeiro, Edições Graal, (Biblioteca de Filosofia e História das Ciências Sociais), 1983.

DA MATTA, Roberto. *A Casa & A Rua*. Rio de Janeiro, Guanabara Koogan, 1991.

DEVEREUX, Georges. *Mulher e Mito*. Campinas, Papirus.

DUMONT, Louis. *O Individualismo*. Rio de Janeiro, Rocco, 1993.

ECO, Umberto. *Como se Faz uma Tese*. São Paulo, Perspectiva, 1995.

EM CANTO (Miriam P. Grossi, Sonia W. Maluf, Sonia M., Miguel e Mara da Silva). *O Conceito de Gênero: um novo "coração de mãe" nos estudos sobre a mulher?* Apresentado na XIII Reunião Anual da ANPOCS. Caxambu, mimeo. (Publicado nos Anais do III Encontro Nacional de Mulher e Literatura), 1989.

- FALCONNET, George e LEFAUCHEUR, Nadien. *A Fabricação do Machos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.
- FIGUEIRA, Sérvulo A. O "moderno" e o "arcaico" na nova família brasileira: notas sobre a dimensão invisível da mudança social. In: *Uma Nova Família? O moderno e o arcaico na família de classe média brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 1987.
- FIGUEIREDO, Débora de Carvalho. Gênero e poder no discurso jurídico. *Revista de Ciências Humanas*, Temática Fazendo Gênero. Florianópolis, Ed. da UFSC, vol. 15, nº 21, abril de 1997.
- FINNEGAN, Ruth. Texts in process: translation transcription and presentation. In: *Oral traditions and the Verbal Arts*. London, Routledge, 1984.
- FLEIG, Mário. *Psicanálise e Sintoma Social*, São Leopoldo, Unisinos, 1993
- FONSECA, Cláudia. *Feminino, Masculino e Formas de Poder: O Código de Honra em uma Vila Portoalegrense*. Porto Alegre, Ufrgs-IFCH, mimeo, 1988.
- FONSECA, Cláudia. A Mulher Valente: gêneros e narrativas. *Horizontes Antropológicos* nº 1: gênero. Porto Alegre, PPGAS/UFRGS, 1995.
- FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V.C.; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e Feminismo. *Perspectivas Antropológicas da Mulher*, nº 1. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.
- GARCIA, María del Mar Llinares. Introdução. In: BACHOFEN, Johann J. *El Matriarcado: una investigacion sobre la ginecocracia em el mundo antiguo segun su naturaleza religiosa y juridica*. Madrid, Akal, 1987.
- GEERTZ, Clifford. *A Interpretação das Culturas*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- GEERTZ, Clifford. Anti Anti-Relativismo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, nº 8, vol 3, 1988.
- GEERTZ, Clifford. *El Antropologo como Autor*. Barcelona, Paidós, 1989.
- GIDDENS, Anthony. *A Transformação da Intimidade*. São Paulo, Unesp, 1992.
- GIRARD, René. *A Violência e o Sagrado*. Paz e Terra, São Paulo, 1990.
- GODELIER, Maurice. *As Relações Homem-Mulher: o problema da dominação*

masculina. *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 26. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

GOSSEZ, Catherine. Les Femmes des Ethnologues. *Nouvelles Questions Feministes*, nº 3, avril, 1982.

GREGORI, Maria Filomena. *Cenas e Queixas - Um estudo sobre mulheres, relações violentas e a prática feminista*. Rio de Janeiro, Paz e Terra/ANPOCS. 1992.

GROSSI, Miriam Pillar. *Discours sur les femmes battues: representations de la violence sur les femmes au Rio Grande do Sul*. These de Doctorat, Université de Paris V, 1988.

GROSSI, Miriam Pillar e MIGUEL, Sônia M. *A Trajetória do Conceito de Gênero nos Estudos sobre a Mulher no Brasil*. Apresentado na XVII Reunião da ABA. Florianópolis, mimeo, 1990.

GROSSI, Miriam Pillar. Na busca do "outro", encontra-se a "si mesmo". *Trabalho de Campo & Subjetividade*. Florianópolis, UFSC/PPGAS, 1992.

GROSSI, Miriam Pillar. *Lutas Feministas, Violência Conjugal e Novas Violências contra as Mulheres no Brasil*. Apresentado no Seminário Violência contra a Mulher. Preparatório para a IV Conferência Mundial sobre a Mulher. Conselho Estadual da Condição Feminina - SP. 30/31 de maio de 1994.

GROSSI, Miriam Pillar. *Violência e Vínculo Afetivo Conjugal: Algumas Reflexões*. Texto Apresentado no Grupo de Trabalho Relações de Poder e Violência na V Reunião de Antropologia (MERCOSUL), 1995.

GROSSI, Miriam Pillar. *Comunicação para o Encontro Sobre Tendências Atuais e Cooperação Interinstitucional no Estudo da Violência*. Florianópolis, UFSC, março de 1996.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. *Metodologias Qualitativas na Sociologia*. Petrópolis, Vozes, 1987.

HEILBORN, Maria Luiza. *Homossexualidade e Conjugalidade Igualitária*. Mimeo, 1991.

HEILBORN, Maria Luiza. Fazendo Gênero? A antropologia da mulher no Brasil. In: COSTA, Albertina de O. & BRUSCHINI, Cristina. *Uma Questão de Gênero*. Rio de Janeiro/Rosa dos Tempos; São Paulo/Fundação Carlos Chagas, 1992.

- HÉRITIER-AUGÉ, Françoise. Mulheres de sabedoria, Mulheres de Ânimo, Mulheres de Influência. *Caderno da Condição Feminina: A Mulher e o Poder*, nº 20. Lisboa, Ed. da Comissão Feminina, 1987.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã ou Matéria, Forma e Poder de um Estado Eclesiástico e Civil*. São Paulo, Abril Cultural, Coleção Os Pensadores, 1983.
- HUNSTMAN, Jeffrey F. Traditional Native American Literature: The Translation Dilema . In: SWANN, Brian. *Smoothint teh ground essays on nature American Oral Literature*. Los Angeles/London, University of California Press, 1983.
- HUYSEN, Andreas. Mapeando o pós-moderno. In HOLANDA, Heloísa (org). *Pós-modernidade e Política*. Rio de Janeiro, Rocco, 1991.
- ILGENFRITZ DA SILVA, Iara. *Direito ou Punição? Representação da Sexualidade Feminina no Direito Penal*. Porto Alegre, Movimento, 1985.
- LACERDA, Eugênio. *As Farras do Boi no Litoral de Santa Catarina*. Dissertação de Mestrado apresentada ao PPGAS/UFSC. Florianópolis, 1994.
- LAPLANTINE, Françoise. *Aprender Antropologia*. São Paulo, Brasiliense, 1988.
- LAURETIS, Teresa de. A Tecnologia do gênero. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org). *Tendências e Impasses: o feminismo como crítica da cultura*. Rio de Janeiro, Rocco, 1994.
- LE GOFF, Jacques. Pecado. *Enciclopédia Einaudi*, nº 12 (mythos/logos-sagrado/profano). Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1987.
- LEAL, Ondina Fachel & BOFF, Adriane de Mello. *Insultos, Queixas, Sedução e Sexualidade: fragmentos de identidade masculina em uma perspectiva relacional*. Apresentado no Seminário Sexualidades Brasileiras, IMS-UERJ, Rio de Janeiro, dezembro de 1994.
- LEAL, Ondina Fachel & FACHEL, Jandyra M.G. *Corpo, Sexualidade e Reprodução: um estudo de representações sociais em quatro vilas de Porto Alegre RS-Brasil*. Relatório Final. Porto Alegre, NUPACS/UFRGS, 1995.
- LEAL, Ondina Fachel e LEWGOY, Bernardo Pessoa, Aborto e Contracepção. In: LEAL, Ondina Fachel (org). *Corpo e Significado: ensaios de Antropologia Social*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1995.

- LEMAIRE, Ria. Repensando a História Literária. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org), *Tendências e Impasses - O Feminismo como Crítica da Cultura*, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1994.
- MAFFESOLI, Michel. *Dinâmica da Violência*. São Paulo, Vértice, 1987.
- MALUF, Sônia. *Encontros Noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição*. Rio de Janeiro, Rosa dos Tempos, 1993.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Edusp, 1974.
- MAYKUT, Pamela e MOREHOUSE, Richard. *Beginning Qualitative Reseach: a philosophic and Practical Guide*. London/Washington, Falmer Press, 1994.
- MELHUS, Marit. Una Verguenza para el honor, una verguenza para el sufrimiento. In: PALMA, M. (org) *Simbólica de la Feminilidade - la mujer en el imaginário mítico-religioso de las sociedades indias y mestizas*. Quito-Ecuador, Ed. Abya-Yala, 1990.
- MOTA, Clarice Novaes da. Por Uma Antropologia da Mulher. *Encontros com a Civilização Brasileira*, nº 26, Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 1980.
- PACHECO, Cristina. *A Violência à Mulher - Uma Análise Sócio-Criminal*. Relatório Final de Pesquisa - Departamento de Apoio À Pesquisa/CNPq, Florianópolis, UFSC, 1995.
- PATEMAN, Carole. *O Contrato Sexual*. São Paulo, Paz e Terra, 1993.
- PENNACHIONI, Irene. *De la Guerre Conjugale*. Paris, Mazarine, 1986.
- PERISTIANY, J.G. *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- PITT-RIVERS, Julian. *Antropologia del Honor, o Política de los Sexos*. Barcelona, Editorial Crítica, 1979.
- PITT-RIVERS, Julian. Honra e Posição Social. In: PERISTIANY, J.G. *Honra e Vergonha: valores das sociedades mediterrâneas*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1988.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos Orais: do "indizível" ao "dizível". In: SIMSON, Olga de Moraes von (org). *Experimentos com Histórias de Vida*

- (Itália-Brasil). São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1998.
- REED, Evelyn. *Sexo Contra Sexo ou Classe Contra Classe*. São Paulo, Proposta Editorial/Versus, 1980.
- REVISTA VEJA. Reportagem: Amor Mortífero. Autor: Morris KACHANI. Ed. 1368, de 30 de novembro de 1994.
- REVISTA VEJA. Reportagem de capa: Violência contra a mulher. Ed. 1.553, ano 31 número 26, 1 de julho de 1998.
- RICHERS, David (coord). *El Fenomeno de la Violencia*. Madrid, Pirámide, 1988.
- RIFIOTIS, Theophilos. *O Fantasma da violência. Reflexões sobre "forças centrífugas" e um objeto em revolução*. Florianópolis, PPGAS/UFSC, 1995.
- RIFIOTIS, Theophilos. *Entre dois amores: apontamentos sobre um dilema ético na estudo de violência, cidadania, democracia e diferença*. Apresentado no Encontro "Tendências Atuais No Estudo De Violência", organizado peloS PPGAS e CFH da UFSC. Florianópolis, março de 1996.
- RIFIOTIS, Theophilos. *Violência e Cultura no Projeto de René Girard*. Apresentado na XX Reunião Anual da ANPOCS, no GT Direitos, Identidades e Ordem Pública. Caxambu/MG, 22 a 26 de outubro de 1996.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Do Contrato Social*. São Paulo, Abril Cultural. Coleção Os Pensadores vol. XXIV, 1973.
- SAFFIOTI, Heleieth. *A mulher nas sociedades de classes: mito e realidade*. Petrópolis, Vozes, 2ª edição, 1979.
- SAFFIOTI, Heleieth. *O Poder do Macho*. São Paulo, Moderna, 1985.
- SALEM, Tania. Entrevistando Famílias: notas sobre o trabalho de campo. In: NUNES, Edson de Oliveira (org). *A Aventura Sociológica*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.
- SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*, 16(2):5-22. Porto Alegre, jul/dez, 1990
- SHOWALTER, Elaine. A Crítica Feminista no Território Selvagem. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (org), *Tendências e Impasses - O Feminismo como Crítica da Cultura*, Rio de Janeiro, Editora Rocco, 1994.

- SILVA, Hélio R. S. *Travesti - A Invenção do Feminino*. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1993.
- SOARES, Luiz Eduardo. *Os Dois Corpos do Presidente e outros ensaios*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1993.
- SOARES, Luiz Eduardo. "Entrevista". *Boletim da ABA* (24), 1995.
- SOARES, Luiz Eduardo (org). *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Iser/Relume Dumará. 1996.
- SOARES, Luiz Eduardo; SOARES, Bárbara M. & CARNEIRO, Leandro P. Violência contra a Mulher: as DEAMs e os pactos doméstico. In: SOARES, L.E. (org). *Violência e Política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Iser/Relume Dumará, 1996.
- STEVENS, Evelyn P. Marianismo: la otra cara del machismo em Latino America. In: PESCATELLO, Ann (comp.) *Hembra y Macho em Latino America: ensayos*. México, Ed. Diana, 1977.
- VELHO, Gilberto. *Subjetividade e Sociedade - Uma experiência de Geração*. Rio de Janeiro, Zahar, 1986.
- VELHO, Gilberto. *Individualismo e Cultura- Notas para Uma Antropologia da Sociedade Contemporânea*. Rio de Janeiro, Zahar, 1981.
- VÍCTORA, Ceres. *Mulher, sexualidade e reprodução: representações de corpo em uma vila de classes populares*. Dissertação de Mestrado apresentada junto ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 1991.
- VIEIRA, Laura Helena Chaves Nunes. Articulando gênero, sexualidade e subjetividade. *Revista de Ciências Humanas*, Temática Fazendo Gênero. Florianópolis, Ed. da UFSC, Vol. 15, nº 21, abril de 1997.
- VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. *Araweté - Os Deuses Canibais*. Rio de Janeiro, Zahar/ANPOCS, 1986.
- WARAT, Luis Alberto. *Por Quien Cantan las Sirenas*. Joaçaba/Unioesc; Florianópolis/CPGD-UFSC, 1996.
- WEBER, Max. *Essais sur la Theorie de la Science*. Parias, Plon, 1965.

XAVIER, Euthalia. *Trabalho Final*, apresentado para os seminários de História da Antropologia e Globalização Cultural do curso de mestrado em Antropologia Social da UFSC no final do primeiro semestre de 1995a.

XAVIER, Euthalia. *A Queixa como Performance - O Uso da metodologia da pesquisa em performance em sociedades indígenas para compreender a violência conjugal nas sociedades complexas*. Trabalho final para as disciplinas de Etnologia Indígena e Métodos e Técnicas em Antropologia no PPGAS. Florianópolis, MIMEO, 1995.

XAVIER, Euthalia. *O Matriarcado: 134 anos da trajetória de um paradigma antropológico*. Trabalho apresentado para a disciplina Teoria Antropológica do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Santa Catarina, 1996.

XAVIER, Euthalia. O Estupro Suave (a forma feminina de violentar). *Revista de Ciências Humanas*, Temática: fazendo gênero. Florianópolis, vol. 15, nº 21, Editora da UFSC, abril de 1997.